Discurso e Ideologia: uma análise dos discursos de Lula e Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas e o enquadramento dos direitos humanos

Renata Barros Oliveira Gomes da Silva

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Setembro, 2024

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Rui Henrique Santos e coorientação da Professora Carmen Fonseca

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que são meu alicerce e a razão pela qual todas as minhas conquistas foram possíveis. O amor deles me guiou até aqui. Tudo é para eles e por eles.

À minha família, que permanece comigo apesar da distância torcendo pelo meu sucesso. Por serem a união que me fortalece.

Às minhas meninas, Geórgia, Débora, Rary, Mari, Lara, Rebeca e Naninha, que emanam toda luz e positividade de que preciso. Sem o aconchego delas nada sou.

À minha família em Lisboa, Silvia, Paulinha, Renan, Matheus, Bibiana, Flávia e Giu, que tornaram-se minha rede de apoio. Por serem fundamentais nessa jornada.

A Bruno, que é meu companheiro e meu abrigo em todos os momentos. Por me trazer a paz e a segurança de um amor tranquilo.

DISCURSO E IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE LULA E BOLSONARO NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS E O ENQUADRAMENTO DOS DIREITOS HUMANOS

RENATA BARROS OLIVEIRA GOMES DA SILVA

RESUMO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) estabeleceu um novo padrão nas relações internacionais ao trazer os direitos humanos para o centro das discussões globais. Nesse cenário, o presente estudo busca analisar criticamente os discursos de Lula e Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas durante seus primeiros mandatos, com foco na abordagem conferida aos direitos humanos. A pesquisa examina como cada presidente tratou a temática em suas falas, considerando suas respectivas ideologias e analisa as possíveis diferenças e semelhanças em suas abordagens. Para isso, utiliza uma metodologia mista que combina a Análise Crítica de Discurso e a análise de frequência de palavras. Estruturalmente, a investigação está dividida em dois capítulos contextuais, que exploram o papel das Nações Unidas e a política externa brasileira em direitos humanos, e dois capítulos analíticos, que examinam os discursos de Lula (2003-2006) e Bolsonaro (2019-2022) através de análises qualitativas e quantitativas. Os resultados indicam que cada presidente priorizou temas de direitos humanos conforme suas ideologias políticas, corroborando a ideia de que tais abordagens refletem as prioridades e valores de cada governo. Dessa forma, observou-se que Lula destacou aspectos mais universalistas e inclusivos, enquanto Bolsonaro focou em uma perspectiva nacionalista e na defesa das liberdades individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos, Assembleia Geral das Nações Unidas, Discurso, Lula, Bolsonaro

ABSTRACT

The Universal Declaration of Human Rights (1948) established a new standard in international relations by bringing human rights to the forefront of global discussions. In this context, the present study aims to critically analyze the discourses of Lula and Bolsonaro at the United Nations General Assembly during their first terms, with a focus on their approach to human rights. The research examines how each president addressed this issue in their speeches, considering their respective ideologies, and analyzes the possible differences and similarities in their approaches. To achieve this, a mixed methodology is used, combining Critical Discourse Analysis and word frequency analysis. Structurally, the investigation is divided into two contextual chapters, which explore the role of the United Nations and brazilian foreign policy on human rights, and two analytical chapters wich examine the discourses of Lula (2003-2006) and Bolsonaro (2019-2022) through qualitative and quantitative analyses. The results indicate that each president prioritized human rights topics according to their political ideologies, supporting the idea that these approaches reflect the priorities and values of each government. Thus, it was observed that Lula emphasized more universal and inclusive aspects, while Bolsonaro focused on a nationalist perspective and the defense of individual liberties.

KEYWORDS**:** Human Rights, United Nations General Assembly, Discourse, Lula, Bolsonaro

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
AG	Assembleia Geral
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CDHNU	Conselho de Direitos Humanos
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSNU	Conselho de Segurança
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPRI	Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NLTK	Natural Language Toolkit
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

PDC	Partido Democrata Cristão
PEI	Política Externa Independente
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PNDH-3	Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos
PP	Partido Progressista
PPB	Partido do Povo Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
ProUni	Programa Universidade Para Todos
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAMU	Serviços de Atendimento Móvel de Urgência
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1
I. A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) 13
I.1. A ASSEMBLEIA GERAL DA ONU 14
I.2. A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A ONU 17
II. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA 21
II.1. OS DIREITOS HUMANOS NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA 30
III. LULA: HISTÓRICO E PERCURSO POLÍTICO 36
III.1. O GOVERNO LULA (2003-2006) 40
III.1.1. A política externa no governo Lula 43
III.1.2. A pauta de direitos humanos no governo Lula 46
III.2. DISCURSOS NA ABERTURA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU 48
III.2.1. 2003: contexto, discurso e análise qualitativa 49
III.2.2. 2004: contexto, discurso e análise 55
III.2.3. 2005: contexto, discurso e análise 61
III.2.4. 2006: contexto, discurso e análise 66
III.2.5. Análise quantitativa 71
IV. BOLSONARO: HISTÓRICO E PERCURSO POLÍTICO 75
IV.1. O GOVERNO BOLSONARO (2019-2022) 81
IV.1.2. A política externa no governo Bolsonaro 84
IV.1.3. A pauta de direitos humanos no governo Bolsonaro 86
IV.2. DISCURSOS NA ABERTURA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU 88
IV.2.1. 2019: contexto, discurso e análise qualitativa 88
IV.2.2. 2020: contexto, discurso e análise qualitativa 94
IV.2.3. 2021: contexto, discurso e análise qualitativa 99
IV.2.4. 2022: contexto, discurso e análise qualitativa 104
IV.2.5. Análise quantitativa 112
V. DISCUSSÕES E RESULTADOS 115
CONCLUSÃO 118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 121
ANEXOS 136
Anexo A. Cartazes das campanhas eleitorais de Lula 137

Anexo B. Word Clouds dos discursos feitos por Lula na AGNU 142
Anexo C. Figuras referenciadas no capítulo 4 146
Anexo D. Word Clouds dos discursos feitos por Bolsonaro na AGNU 153

INTRODUÇÃO

1. Tema e Definição do objeto de estudo

As violações de direitos humanos ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial fizeram a sociedade internacional perceber a necessidade de instrumentos de proteção internacional para salvaguardar tais direitos. Dentre outros aspectos, o desrespeito à integridade humana foi o que distinguiu a Segunda Guerra dos conflitos anteriores (Mazower, 1998). As violações sistemáticas foram perpetradas por todas as partes envolvidas no conflito, tomando proporções globais, direta ou indiretamente.

Assim, tendo este conflito como marco, a preocupação com os direitos humanos passou a envolver todos os povos, transpassando a esfera nacional para a internacional (Bobbio, 2004), fato que consolidou o início de uma nova ordem na tratativa desses direitos sob o olhar da universalidade. Como produto desse fato, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), produzida pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em 1948, instaurou um novo modelo de conduta nas relações internacionais, na medida em que fez com que tais direitos passassem a ser uma pauta de discussão em âmbito internacional.

Especificamente no Brasil, a temática dos direitos humanos foi evidenciada com o processo de redemocratização após a ditadura militar, período que perdurou de 1964 a 1985. Nesse sentido, a atual Constituição do país determina "que um dos princípios que deverá reger as relações internacionais é a prevalência dos direitos humanos" [1] (Castro, 2013, p. 58). Esses direitos, com sua legítima força constitucional, têm precedência sobre quaisquer outros interesses (Piovesan, 2013).

Dessa forma, tais direitos passaram a ser pauta do governo, na medida em que o país busca adaptar os valores presentes em sua Constituição às emergentes normas internacionais de respeito e difusão desses direitos (Angélico, 2019). Isso faz com que a temática esteja presente nas políticas desde então, seja em maior ou menor escala, influenciando o discurso da diplomacia brasileira, bem como os discursos e pautas de política externa (Cervo, 2010).

O Brasil, enquanto membro das Nações Unidas, discursa anualmente na sua Assembleia Geral, espaço que permite que os Estados, através de seus representantes, apresentem suas prioridades e visões, regendo parte da sua política externa.

Neste sentido, o tema desta investigação é a política externa brasileira em direitos humanos. O objeto de estudo é o enquadramento dos direitos humanos pelos presidentes Lula e Bolsonaro nos discursos feitos na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em seus respectivos primeiros mandatos.

Ainda, a escolha dessas duas figuras presidenciais justifica-se pela atual polarização ideológica entre esquerda-direita averiguada no contexto brasileiro e identificada nas duas figuras, onde o espectro ideológico na escolha dos atores é importante uma vez que "o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer" (Orlandi, 2005, p. 46).

O período de análise engloba os quatro discursos proferidos por Lula em seu primeiro mandato como presidente (2003-2006) e os quatro únicos discursos do presidente Bolsonaro

[1]Disposto no artigo 4º da Constituição Federal brasileira de 1988.

(2019-2022), totalizando um *corpus* de oito discursos para análise. Do ponto de vista temporal, justifica-se a escolha pela necessidade de padronizar os discursos, selecionando somente aqueles proferidos no primeiro mandato de cada ator, de forma a existir um corpo de análise semelhante, tanto de maneira quantitativa, quanto contextual, garantindo que não haja um histórico de continuidade da política externa da mesma figura presidencial no poder.

2. Estado da Arte

O Estado da Arte trata de quatro conteúdos essenciais. Primeiro, da relação que a literatura estabelece entre as relações internacionais e a política externa, abordando os conceitos trazidos e os que serão utilizados nesta investigação. Em segundo, aborda os debates relativos aos direitos humanos. O terceiro elemento visa a definição dos discursos diplomáticos. E, por último, traz o conceito de ideologia, como esta se faz presente em tal prática de comunicação e sua influência na política externa de um país. Após elucidados tais elementos, trará também algumas produções científicas acerca de discursos diplomáticos brasileiros.

As relações internacionais apresentam uma ampla definição na literatura. Hoffman (1959) justifica tal pluralidade afirmando ser difícil concordar sobre a definição de um campo de estudo que está em constante fluxo. Por isso, seu conceito não pode ser estipulado através de uma generalização.

Palmer e Perkins (1969) expressam que as relações internacionais incluem todos os tipos de relações entre Estados soberanos. Já para Harold e Margaret Sprout (1957), as relações internacionais incluem todo o comportamento humano de um lado de uma fronteira nacional que afeta o comportamento humano do outro lado da fronteira.

Morgenthau (1973) afirma que as relações internacionais possuem a política internacional como parte central. No entanto, para o autor, as relações internacionais têm um escopo mais amplo do que a política internacional, sendo a política uma luta pelo poder entre as nações, enquanto as relações internacionais incluem as relações políticas, econômicas e culturais entre as nações.

Ainda, de acordo com Gounelle (1996) as relações internacionais definem-se como relações e fluxos sociais que atravessam as fronteiras, escapando do domínio de um único estado, podendo ser de toda a natureza.

As amplas definições levam em consideração as diversas dimensões que as relações internacionais assumem, tais como conflito, cooperação, economia e estratégia. Como consequência, tem-se, de acordo com Hoffman (1959), uma visão abrangente que engloba o conjunto de fenômenos internacionais e reconhece que a existência dos Estados e de suas interações compõem elementos essenciais.

Quanto ao conceito de política externa, também observa-se uma pluralidade de definições na literatura, fazendo-se necessário considerar as concepções de alguns autores para alcançar uma definição.

Rosenau (1968) define-a como o comportamento de um Estado traduzido na tomada de decisões feita por seus funcionários autorizados. O mesmo autor pondera, ainda, a influência de fatores externos e internos na tomada de decisão, os quais podem ser observados no conjunto

de orientações que guiam a conduta do Estado, em acordos e compromissos internacionais e em seu comportamento externo.

Arenal (2002) também apresenta o Estado como o ator principal ao afirmar que a política externa é: "a forma como um Estado conduz suas relações com outros Estados e se projeta para o exterior" (Arenal, 2002, p. 22). Da mesma forma, Hill (2003) entende a política externa como a soma das relações externas oficiais, administradas por um ator independente, geralmente o Estado, nas relações internacionais, também conferindo importância às interações e comportamentos de um Estado.

De maneira complementar, Smith, Hadfield e Dunne (2016) definem a política externa como uma abordagem escolhida por um governo para atingir os seus objetivos nas suas relações com entidades externas. Há, portanto, uma convergência para o fato de que esta área trata do comportamento de um estado em relação a outros Estados (Bojang, 2018).

Tomando como base as definições elucidadas, o vínculo entre política externa e relações internacionais é evidenciado uma vez que as relações internacionais podem ser entendidas enquanto um conjunto de ligações, interações, relações e contatos que atravessam as fronteiras e se estabelecem entre os Estados, muito particularmente no âmbito da sua política externa (Braillard, 1990).

Assim, a política externa configura-se como uma subárea pertencente às relações internacionais, uma vez que concentra-se nas decisões, ações e estratégias que os Estados adotam no momento da sua interação com os demais atores no cenário internacional (Thies e Breuning, 2012).

Dessa forma, considerando os objetivos desta investigação, entende-se a política externa conforme definida por Beach e Pedersen (2012):

> A política externa compreende simultaneamente as grandes tendências de comportamento e as ações específicas tomadas por um Estado ou outro ator coletivo, direcionadas a outros atores coletivos dentro do sistema internacional. As ações de política externa podem ser realizadas mediante o uso de uma variedade de instrumentos diferentes, tais como a adoção de declarações, **discursos**, negociação de tratados, assistência económica a outros Estados, participação em atividades diplomáticas como conferências e o uso de força militar. (p. 3, grifo nosso)

O segundo elemento a considerar neste Estado da Arte são os direitos humanos. Sua definição na literatura é ampla, podendo incluir conceitos baseados nos instrumentos originados no âmbito das Nações Unidas, notadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que os define como os direitos inerentes a todos os seres humanos independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, língua, religião ou qualquer outro atributo (Nações Unidas, 1948).

Bobbio (2004) confere historicidade a esses direitos, defendendo sua consolidação gradual na medida em que identifica-os como sendo fruto "de lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes" (Bobbio, 2004, p. 5). Dessa forma, o surgimento dos direitos humanos acontece gradualmente pela necessidade de novas liberdades ou pela capacidade de assegurar proteções contra violações específicas.

A investigação utilizará o conceito de direitos humanos conforme desenvolvido pelas Nações Unidas, uma vez que o objeto de estudo está inserido no contexto da organização. Dessa forma, entende-se os direitos humanos como direitos e garantias pertencentes aos indivíduos, que visam o respeito à dignidade através da proteção contra violações e o estabelecimento de condições mínimas para uma vida digna (Nações Unidas, 1948).

Destaca-se que tal definição não restringe o significado dos direitos humanos à visão declarada pelos Estados que subscreveram a Declaração Universal. Isto é, não implica que todos os indivíduos, todas as sociedades ou todos os governos aceitem o documento. Entretanto, defende-se que a maioria dos Estados soberanos contemporâneos endossam a ideia de que todo ser humano possui determinados direitos iguais e inalienáveis e, portanto, tem direito a igual preocupação e respeito por parte do Estado (Donnelly, 2013).

O compromisso com a dignidade humana subjacente ao modelo da DUDH de 1948 sugere a importância de haver um "consenso não coagido" (Donnelly, 2013, p. 70), havendo um compromisso voluntariamente adquirido e partilhado.

Justificar a utilização de um conceito para os direitos humanos no contexto de um mundo culturalmente plural não implica na imposição de direitos humanos universais no sentido de impor verdades absolutas. Almeja-se, no entanto, traçar elementos comuns na medida em que "alguns valores estão incorporados e sustentam todas as sociedades humanas" (Parekh, 1999, p. 135). Assim, os direitos humanos fazem parte de um processo social e institucional mundial, que acaba por estabelecer determinados padrões universais (Vincent, 1986).

A Declaração, portanto, fornece um escopo metodológico suficiente em matéria de tipologia, uma vez que muitos dos tratados e pactos posteriores a ela tendem a reiterar ou ampliar os direitos já nela enunciados. Além disso, em seu conteúdo, há uma pluralidade de direitos estabelecidos que não podem ser vistos de maneira separada ou com um grau de importância inferior, fomentando o princípio de indivisibilidade dos direitos humanos e garantindo que estes não possam ser separados sem que percam sua essência, significado ou função (Whelan, 2015).

Tais direitos têm sua proteção constantemente expandida, sendo considerados uma temática cada vez mais latente nas pautas internacionais (Donnelly, 2013). Dessa forma, quando o representante de uma nação busca incluir a pauta dos direitos humanos nos discursos frente à comunidade internacional, demonstra uma preocupação em passar a imagem do seu país enquanto cumpridor de tais direitos.

Tais discursos, caracterizados como discursos diplomáticos, abrangem valores "éticos, estéticos, morais, racionais, analíticos, instrumentais, políticos, sociais, culturais, económicos e institucionais" (Mongiardim, 2007, p. 19-20). Nesse sentido, o discurso diplomático é entendido como uma forma de comunicação política que influencia a percepção internacional de um país (Liu, Yan e Yao, 2023). Acerca disso, Pimentel e Panke (2020) afirmam que:

> No contexto das relações entre nações, os discursos diplomáticos aparecem como um meio pelo qual líderes mundiais desenvolvem narrativas e enredos que dão significados a suas ações, as quais reverberam e ampliam o seu alcance nos meios de comunicação. Não apenas isso, sob a ótica da comunicação política, esses discursos articulam jogos de disputas e/ou manutenção de poder. (p. 55)

Dessa maneira, tal discurso pode colaborar com a imagem pública dos Estados, posicionando-os no contexto mundial. Neste sentido, Santos (2014) coloca que "as circunstâncias modelam a criação da ideia que, uma vez introduzida no discurso diplomático, passa a ser uma circunstância que passa a delimitar a própria atividade diplomática" (Santos, 2014, p. 19).

Assim, são capazes de carregar ferramentas argumentativas utilizadas estrategicamente para posicionar um Estado diante dos demais membros presentes no contexto internacional, podendo afastá-lo ou aproximá-lo de interesses e de alinhamentos específicos (França et. al, 2018).

Ao ver os discursos diplomáticos sob esta ótica, compreende-se o dinamismo desta ferramenta de comunicação, que possui seus significados sendo construídos através da interação entre os agentes envolvidos no processo, o contexto, o tom e as cargas socioculturais envolvidas (Putnam, 2010).

Assim, entende-se que os discursos diplomáticos têm como base a realidade já existente de um Estado e os fatos que foram construídos socialmente dentro de determinado contexto, empregando elementos linguísticos e retóricos que visam atingir objetivos políticos, articular disputas de poder e manter ou modificar determinado *status quo* (Matos et. al, 2013).

Ao discursar em um fórum internacional, o representante de uma nação traduz os elementos que caracterizam os objetivos e o cenário interno de seu país. E, dessa forma, é capaz de expor seus posicionamentos acerca da conjuntura internacional e tecer críticas e ideias a respeito da ação de outros Estados ou organismos internacionais (Santos, 2014).

Neste sentido, o discurso diplomático configura-se como uma das formas de fazer política externa, uma vez que, através deles, um Estado também é capaz de gerenciar suas relações com outras nações e organizações internacionais (Bose, 2017).

Nesse sentido, a utilização de discursos como forma de exprimir a política externa de um país advém da ideia de que o *soft power*[2], nas relações internacionais, tornou-se cada vez mais importante para lograr nos objetivos almejados pelos países.

Por tais atributos, essa prática de comunicação busca, por meio da oratória e da escolha técnica de palavras, favorecer o viés do seu orador (Schaffner, 1996). Assim, a ideologia se faz presente no texto do discurso, na medida em que, segundo Fairclough (1989), ela reveste a linguagem de várias maneiras e em vários níveis.

Quanto à ideologia, tal elemento também configura-se como um termo cuja definição é complexa na área das ciências sociais, uma vez que possui amplos significados que variam de acordo com a especificação atribuída à palavra (Rebello, 2020).

Segundo Rebello (2020), o entendimento contemporâneo predominante na ciência política adota um sentido mais amplo do termo. Nesse sentido, o autor afirma que:

> De certa maneira, ideologia pode ser interpretada pelo seu oposto: o pragmatismo político. Aquele cidadão que segue uma crença, muitas vezes de maneira passional e dogmática é visto como o ideológico. Aquele no qual se movimenta politicamente sem qualquer vínculo com algum conjunto de valores é o não ideológico. (p. 300)

[2]Expressão difundida por Joseph Nye (1990), que define o exercício do poder praticado por vias não bélicas, tais como através de práticas de comunicação, acordos, coerção e persuasão.

Outras definições passam por conceitos tal como o definido por Holsti (1962), que coloca a ideologia como "a set of lenses through which information concerning the physical and social environment is received. It orients the individual to his environment, defining it for him and identifying for him its salient characteristics" (Holsti, 1962, p. 245).

Por sua vez, Dobb (1975) configura ideologia por ser "[...] um sistema de pensamento ou conjunto coordenado de opiniões e ideias – que formam uma armação – ou a um grupo de um nível mais alto de conceitos conexos destinados a obter noções mais específicas e particulares, análises, aplicações e conclusões" (Dobb, 1975, p. 13).

Ainda, Freeden (2013), complementa que a ideologia reflete e molda determinados entendimentos acerca do mundo social e político, sendo ela um conjunto de ideias, crenças e atitudes.

Tais definições, apesar de diversas, ancoram-se na ideia de que cada indivíduo possui uma visão acerca de como o mundo deveria funcionar e de como as pessoas e os governos deveriam agir de acordo com suas perspectivas.

A ideologia é essencial no contexto desta investigação pois é uma das questões mais importantes relacionadas à Análise Crítica do Discurso (Shabani e Habibzadeh, 2021).

Corroborando a relação entre ideologia e discurso, Fairclough (2001) sugere também que "as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder." (Fairclough, 2001 p. 121). Para o autor, a ideologia é a construção e significação da realidade a partir das práticas de discurso que também contribuirão para eventuais transformações sociais a partir do texto e do discurso (Salles e Dellagnelo, 2019).

Especificamente quanto aos discursos diplomáticos, Pimentel e Panke (2020) afirmam que a ideologia pode influenciá-los através da expressão de valores e crenças do orador, refletindo valores dos líderes políticos e dos governos que representam.

Apesar de os discursos diplomáticos serem proferidos por um ator em nome de um Estado, eles não são necessariamente desenvolvidos por eles. Por se tratar de um pronunciamento de tamanha importância e que não cabe retificações ou improvisos por parte do orador, tais discursos são frequentemente escritos por assessores, diplomatas ou uma equipe especializada designada para tal (Amossy e Adam, 1999).

No entanto, a ideologia do orador geralmente está presente nos discursos, mesmo quando redigidos por terceiros e mesmo quando o líder político não tem participação direta integral em sua formulação. Isto se dá através de orientações e instruções dadas aos redatores pelo líder acerca de conteúdos essenciais a serem abordados. Além disso, o texto, muitas vezes, passa por uma revisão e edição feita pelo governante, a fim de garantir que o conteúdo reflita a sua forma de governar, suas prioridades e estilo de comunicação (Andrade, 2016).

Aborda-se, ainda, a ligação entre política externa e ideologia, uma vez que a ideologia política dos presidentes é o que justifica a escolha específica do discurso de tais atores. A ideologia na política externa, portanto, influencia no entendimento de um ator sobre o funcionamento do cenário internacional e sobre como os governos devem agir dentro deste cenário. Assim, um indivíduo percebe os acontecimentos que permeiam o âmbito global através de uma lente ideológica, fazendo com que apoie políticas alinhadas com as suas crenças e voltadas para o que julga correto (Martini, 2012).

Apesar de a ideologia dos indivíduos influenciar no modo com o qual a política externa é entendida (Hurwitz e Peffley, 1987), não é ela o único fator que determina como os assuntos internacionais serão conduzidos. Nesse ponto, existe um debate acerca da prevalência da ideologia ou do pragmatismo na política externa.

Para Gardini (2011), uma política externa pragmática é aquela que avalia a utilidade de determinadas ideias e ações. Por outro lado, uma política externa ideológica prioriza a necessidade de ajustar o comportamento a princípios e ideias pré-existentes. Mesmo havendo divergências quanto ao estilo de gestão de política externa, não há um gerenciamento que seja puramente ideológico ou pragmático (Merke e Reynoso, 2016).

Dessa forma, Merke e Reynoso (2016) afirmam que a formulação da política externa pauta-se em interesses do Estado e de padrões de comportamento e interação historicamente perpetuados, mas sem deixar de lado os ideais do governo que a conduz em determinado momento.

Portanto, segundo Brummer et al. (2019), por mais independente que seja a atuação da diplomacia de um país, não é factível que um Estado possua uma política externa completamente livre dos elementos ideológicos e orientadores dos seus formuladores.

Acerca disso, Lima e Duarte (2013) afirmam que a política externa reflete as orientações político-ideológicas do governo gestor. Dessa forma, para os autores:

> Mesmo que os compromissos internacionais assumidos por qualquer governo democrático não devam ser revertidos a cada mudança de governo, sob pena do país perder sua credibilidade face aos parceiros externos, existe sempre alguma latitude para que governos eleitos possam incluir temas de política externa em suas plataformas eleitorais. (p. 3)

Considerando todos os conceitos acima empregados e suas relações, visa-se responder como os presidentes Lula e Bolsonaro enquadraram os direitos humanos em seus respectivos discursos na abertura da AGNU. A relação atribuída por essa questão configura que a ideologia dos atores influencia na maneira com a qual os direitos humanos são retratados nos discursos. Isto é, indaga-se se cada figura presidencial tratou a temática de maneira distinta, fruto do reflexo da sua ideologia.

Concluímos o Estado da Arte, e, uma vez que esta dissertação tem como objeto de estudo o enquadramento dos direitos humanos pelos presidentes Lula e Bolsonaro, nos discursos feitos na abertura da AGNU, sublinhamos que a análise crítica de discursos de presidentes brasileiros na área específica de Relações Internacionais permanece um campo sub-explorado (Gomes, 2011). E, ao olhar apenas posicionamentos acerca dos direitos humanos, observa-se uma significativa escassez, o que permite ampliar o conhecimento.

Algumas pesquisas científicas internacionais estudaram os discursos diplomáticos e a utilização da Análise Crítica de Discurso para revelar nuances das práticas discursivas.

Cita-se, cronologicamente, o trabalho de Cioffi-Revilla (1979), que estudou o discurso diplomático sob uma ótica instrumental, analisando-o a partir de três perspectivas: canais, sinais-mensagens e redes. O autor propôs um modelo para descrever o fluxo de comunicação produzido por discursos diplomáticos, concluindo que a comunicação diplomática está sujeita a interpretações, erros e julgamentos. O autor não adentra em análise de discursos específicos,

estando inserido nesta revisão por apresentar conclusões acerca de como os discursos diplomáticos são produzidos e interpretados.

Já a investigação proposta por Donahue e Prosser (1997) revisou diferentes métodos possíveis para analisar discursos diplomáticos, fornecendo uma análise sobre o papel que o discurso e a análise retórica desempenham no processo diplomático. Por terem trazido uma abordagem de investigação inédita para a realidade até então, os autores limitaram-se a propor possibilidades de estudos apenas destacando a importância desse tipo de trabalho.

Ainda, cita-se estudos que examinaram o impacto do discurso diplomático nas principais questões globais. A partir das suas respectivas análises, cada autor encontrou uma correlação direta entre a retórica do orador e a agenda política subjacente.

Os estudos de Fall (2020) e Scherzinger (2023) utilizaram sua própria metodologia de análise textual, mas chegam a uma conclusão semelhante de que os discursos diplomáticos são feitos de maneira estratégica para alcançar um resultado político específico.

No contexto acerca de discursos feitos por presidentes brasileiros, não foram encontradas produções científicas que comparassem especificamente os discursos dos presidentes Lula e Bolsonaro acerca dos direitos humanos, tanto em base de artigos internacionais, tais como o SciELO e o JSTOR, quanto em produções científicas brasileiras verificadas no Portal de Periódicos CAPES. Encontrou-se, no entanto, investigações que abordaram outros presidentes brasileiros ou discursos feitos em outros contextos.

Nesse sentido, Machado (2006) tomou os discursos diplomáticos brasileiros proferidos nos governos de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso (entre 1985 e 1999) para identificar operações ideológicas; isto é, mecanismos pelo qual determinado grupo dissemina suas ideias, em função da inserção internacional do Brasil. A conclusão do autor é a de que ao longo dos quinze anos de análise houve uma continuidade na condução da política externa brasileira no que diz respeito a estas operações ideológicas, especialmente ligadas ao apoio de políticas neoliberais e ao discurso de legitimação de um processo de abertura econômica.

Ainda, há análises que utilizam a religião enquanto temática foco. Mezzanotti e Løland (2023) analisam criticamente os discursos de posse de Bolsonaro e de Lula relacionando-os à politização da religião. Os autores concluem que há semelhanças em seus discursos na medida em que ambos politizaram a religião, mesmo que Bolsonaro o faça de maneira mais explícita, segundo a conclusão dos autores.

Quanto aos discursos que comparam figuras presidenciais, a pesquisa proposta por Vilela e Neiva (2011) comparou discursos sobre a política externa dos presidentes Fernando Henrique e Lula, utilizando a Análise de Conteúdo como metodologia. Os autores analisaram pronunciamentos realizados em eventos diplomáticos e concluíram que ambos os presidentes privilegiaram os temas referentes à economia, às instituições internacionais e ao relacionamento com os países da América do Sul. Entretanto, perceberam também que Fernando Henrique teve uma maior preocupação com assuntos ligados à democracia e aproximou-se mais dos países europeus, enquanto Lula estendeu a sua preocupação ao tema da desigualdade e conferiu maior diálogo aos países asiáticos, do Oriente Médio e da África.

Dessa forma, parece existir uma lacuna na ligação entre discurso e ideologia na abordagem de uma temática específica. Isto é, o fato de que cada figura presidencial confere uma ênfase maior a determinados temas em seus discursos, conforme a importância que essa

temática possui de acordo com sua ideologia. Não obstante, esse destaque ou negligência acaba por projetar uma imagem específica do país perante a sociedade internacional.

3. Problematização

A presente dissertação visa responder à seguinte pergunta de partida: "De que forma os presidentes Lula e Bolsonaro enquadraram as temáticas de direitos humanos nos seus discursos de abertura da AGNU?".

Consideramos as seguintes hipóteses:

H1 - os presidentes enquadraram discursivamente os direitos humanos privilegiando a continuidade da política externa brasileira acerca da temática. Esta hipótese busca entender se há uma semelhança nas abordagens dos presidentes, indicando uma estabilidade na política externa brasileira em relação aos direitos humanos.

H2 - aponta que os atores abordaram a temática de acordo com os conteúdos ideológicos específicos dos seus governos e das suas personalidades políticas, refletindo em abordagens distintas em relação aos direitos humanos. Tal hipótese busca apurar a possibilidade de que o enquadramento efetuado por cada presidente reflete os conteúdos ideológicos específicos dos mesmos.

Para analisar outras dimensões para além da qualitativa, acrescentamos a seguinte pergunta derivada e respectivas hipóteses:

PD: "Há diferenças e semelhanças entre as palavras mais utilizadas por Bolsonaro em comparação com as de Lula?".

Orientada para a componente quantitativa, trabalhamos aqui sobre duas hipóteses:

H3 - há uma diferença nas palavras mais utilizadas nos discursos, refletindo a abordagem da tipologia dos direitos humanos. Esta hipótese propõe uma diferenciação temática, explorando se Bolsonaro e Lula enfatizam aspectos diferentes dos direitos humanos;

H4 - as palavras mais frequentes nos discursos de ambos os chefes de estado são semelhantes, com foco na mesma área dos direitos humanos. Tal hipótese sugere que pode haver similaridades, mesmo com diferenças ideológicas, na abordagem da temática.

A pesquisa propõe como objetivo geral analisar criticamente os discursos de Lula e Bolsonaro na AGNU, enfatizando o enquadramento dos direitos humanos.

E como objetivos específicos:

a) contextualizar a política externa brasileira, relacionando-a com as Nações Unidas e com os direitos humanos;

b) analisar criticamente os discursos selecionados de cada figura presidencial, contextualizando-os à luz do cenário político, social e histórico em que foram produzidos;

c) identificar, através da técnica de análise de frequência de palavras, os termos mais reproduzidos nos discursos, com o intuito de extrair os temas centrais enfatizados por cada ator, permitindo perceber as principais preocupações e prioridades de cada governo;

d) analisar os resultados e relacionar a ideologia dos atores com a maneira com a qual os direitos humanos foram abordados nos discursos, destacando as diferenças nas ênfases e abordagens de cada presidente em relação à temática.

Para tal, tem-se como variável dependente os discursos de Lula e Bolsonaro na AGNU. E, como variável independente, os posicionamentos ideológicos desses presidentes.

4. Metodologia

A tipologia da investigação a realizar na presente dissertação é descritiva e explicativa. Descritiva pois, conforme Gil (2008), uma pesquisa descritiva objetiva descrever as minúcias de determinado fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre as variáveis. Tal tipologia localiza-se como intermediária entre a pesquisa exploratória e a explicativa, sendo responsável por "identificar, relatar e comparar" (Raup e Beuren, 2006, p. 81), destacando a sua capacidade de tornar os objetos disponíveis para análise e síntese. É, ainda, explicativa por almejar identificar quais fatores determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (Gil, 2008).

Quanto às abordagens metodológicas, a investigação recorre às abordagens histórica e sociológica. A primeira, histórica, por trazer uma análise sistemática à procura de continuidades ou mudanças históricas. Neste sentido, de acordo com Sabine (2018), a abordagem histórica é capaz de fornecer uma ordem cronológica dos fenômenos, auxiliando o pesquisador a compreendê-los melhor através de fatos históricos e da análise de acontecimentos históricos.

A segunda, sociológica, na medida em que procura identificar padrões de comportamento de indivíduos e elites acerca de determinada temática. De acordo com Robertson (2020), a visão dessa abordagem é a de que o comportamento humano é moldado pelos grupos aos quais os indivíduos pertencem e pela interação social ocorrida dentro desses grupos. Assim, o autor justifica uma abordagem sociológica *top-down*, onde os indivíduos são vistos enquanto produto da sociedade.

A estratégia metodológica a seguir na investigação assenta em um modelo misto, dado que se propõe realizar uma pesquisa qualitativa, seguida da recolha de dados quantitativos para, por fim, procurar estabelecer uma relação entre os resultados das duas abordagens.

Segundo Creswell e Plano Clark (2017), o método misto é a junção de técnicas quantitativas e qualitativas em um mesmo desenho de pesquisa, possibilitando uma interação entre as duas, para melhores possibilidades analíticas.

Ao unir ambas as vertentes de análise, pode-se fornecer uma abordagem mais rica e robusta para a compreensão de fenômenos complexos, como discursos diplomáticos e ideologia, permitindo que a abordagem seja feita sob várias perspectivas e obtendo uma compreensão mais completa dos dados e resultados (Creswell, 2017).

Para a componente qualitativa da dissertação, utilizar-se-á a Análise Crítica de Discurso (ACD) enquanto instrumento metodológico, enquanto para a quantitativa, utilizar-se-á a análise de frequência de palavras feitas através da linguagem de programação Python.

A combinação dos métodos justifica-se na medida em que apenas a análise estatística não permite aceder à estrutura de significados dependente do contexto, sendo necessário explicar sentido ao que é dito, o que pode ser feito através da ACD.

Quanto à ACD, permite uma compreensão do contexto em que o discurso ocorre, além das ideologias, dos objetivos e como esses fatores influenciam a ação política (Fairclough, 2001).

Halliday (2004) afirma que o texto do discurso é a evidência empírica da análise e confere rigor e cientificidade para as argumentações feitas pelo pesquisador com o auxílio de seu elemento crítico, permitindo, portanto, utilizar a ACD para averiguar como cada ator utilizou sua fala, empregada em determinado contexto, para conferir um tipo de abordagem ao tema e explorar ligações entre os textos e o cenário que os permeiam. Além disso, a linguagem crítica permite enfatizar o contexto social e histórico e a ideia de que estruturas linguísticas carregam significado ideológico (Fowler, 1991).

Na abordagem qualitativa, a ACD, terá Norman Fairclough (2001, 2005, 2013) como aporte teórico. Justifica-se a escolha uma vez que o autor confere destaque ao fator ideológico e contextual, enfatizando como o discurso pode refletir, reproduzir e contestar estruturas ideológicas e dando suporte para compreender como a ideologia está presente nos discursos.

Dessa forma, Fairclough (2013) afirma que em uma análise descritiva é preciso interpretação, pois estamos lidando com material simbólico. Dessa maneira, o autor apresenta três dimensões instrumentais, que serão utilizadas para fazer a análise desta investigação.

Sobre tais instrumentos de análise elucidados por Fairclough (2001), os discursos que trataremos na investigação serão analisados à luz das seguintes etapas:

1) Descrição: a primeira dimensão é a análise textual e linguística, buscando sua descrição. Nesse âmbito a descrição inclui a análise do vocabulário, das opções gramaticais, da coesão e da estrutura do texto, buscando revelar essas funções da linguagem por meio do exame da estrutura e organização geral, entre outros aspectos (Fairclough, 2001). No mesmo contexto, Silva e Gonçalves (2017) afirmam que as características formais de um texto não são escolhidas aleatoriamente pelos autores; elas refletem uma posição social, um estilo de vida e uma maneira de entender o mundo.
2) Interpretação: nessa dimensão, interpretar o texto abrange o contexto de sua produção, distribuição e consumo (Fairclough, 2001). Segundo o autor, a prática discursiva é a dimensão que trata da produção, veiculação e interpretação textual como ações vinculadas ao contexto social.
3) Explicação: esta dimensão busca explicar de que modo o texto se reveste de aspectos ideológicos, englobando as práticas sociais que envolvem sua explicação. Assim, a dimensão de análise de um evento discursivo como prática social procura explicar como são investidos, no texto, aspectos sociais ligados a formações ideológicas (Fairclough, 2001).

No que tange à abordagem quantitativa, a análise de frequência de palavras permite analisar as palavras mais frequentes em um texto, fornecendo contribuições como a identificação de temas e prioridades para cada ator, a comparação dos discursos e a identificação de mudanças nas prioridades ao longo do tempo.

Os discursos serão retirados das transcrições disponibilizadas no site oficial do governo brasileiro, que podem ser acessadas através do link: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos.

Uma vez que os textos a serem utilizados são provenientes de um banco de dados de acesso público, seu conteúdo não inclui informações sensíveis ou privadas que necessitem de conformidade com regulamentações de proteção de dados.

Detalhadamente, a análise quantitativa com a análise de frequência de palavras será feita através do Python[3] e de suas bibliotecas específicas de Processamento de Linguagem Natural, em específico, a Natural Language Toolkit (NLTK)[4], que será aqui utilizada pois fornece ferramentas para trabalhar com dados textuais.

Conforme Barbosa et al. (2017), as etapas que englobam a análise de frequência no software passam por: 1) seleção do texto; 2) Remoção das *stopwords*, palavras comuns que geralmente não contribuem para a análise de texto, como conectivos e preposições; 3) tokenização, onde o texto é dividido em palavras individuais; 4) contagem de cada palavra no texto; 5) organização das palavras por frequência, onde as palavras serão ordenadas com base na frequência, da mais frequente para a menos frequente; 6) resultados, etapa que exibe as palavras mais frequentes, juntamente com suas contagens.

Destarte, destaca-se que a análise engloba o contexto e temas gerais tratados nos discursos, uma vez que a temática dos direitos humanos não pode ser dissociada do contexto e das realidades políticas, interna e externa. Dessa forma, a maneira como os atores priorizam e abordam acontecimentos e pautas diversas podem ajudar a fornecer explicações acerca da maneira com a qual os direitos humanos são enquadrados na conjuntura geral.

5. Apresentação da estrutura

Desenvolve-se a pesquisa em uma estrutura que parte, primeiramente, do enquadramento teórico e conceitual. Assim, o primeiro capítulo objetiva conceptualizar a área e o tema e enquadrá-los historicamente, partindo do enquadramento geral; isto é, a origem, função e características da Organização das Nações Unidas (ONU) até as especificidades, o surgimento e internacionalização dos direitos humanos e sua pertinência dentro do órgão.

O segundo capítulo traz uma historiografia da política externa brasileira, suas fases e características, bem como suas atuações em direitos humanos.

Uma vez apresentados os conceitos que permitem estabelecer as relações com o objeto de estudo, os capítulos 3 e 4 trarão o percurso histórico e político dos atores chave desta dissertação, bem como a análise crítica dos discursos selecionados e a análise quantitativa, apresentados por ordem cronológica. Assim, o capítulo 3 trata do contexto e dos discursos de Lula e o capítulo 4 apresenta a mesma estrutura, mas sobre Bolsonaro.

Segue-se, por fim, um capítulo de conclusões e resultados que compara os discursos dos presidentes quanto às temáticas, o respectivo posicionamento ideológico e as diferenças nas abordagens e na retórica utilizada por cada um.

[3]Linguagem de programação aberta, o que implica que seus códigos estão disponíveis para visualização, modificação e distribuição por qualquer usuário, o que promove transparência e possibilidades de replicação e aprimoramento de pesquisas (Bird, Klein e Loper, 2009)

[4]Biblioteca pertencente ao Python, que caracteriza-se por ser um conjunto de módulos que possuem funções particulares para a realização de tarefas específicas. Este tipo de biblioteca foi desenvolvida para facilitar o trabalho de pesquisadores ao permitir que códigos já existentes sejam reutilizados em novos projetos (Hardeniya et al, 2016).

I. A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

O presente capítulo versa acerca do surgimento das Nações Unidas, suas características e seus órgãos, com destaque para a Assembleia Geral. Adentrando, em seguida, na internacionalização dos direitos humanos, bem como o histórico da organização em promovê-los e expandi-los. Tais direitos também serão abordados historicamente com o objetivo de elucidar a temática e o escopo espacial do objeto de estudo.

O advento da Organização das Nações Unidas data do pós Segunda Guerra Mundial, em 1945. A organização surgiu com o intuito de fortalecer a ideia iniciada pela Liga das Nações, que funcionou de 1919 a 1946, de assegurar a paz e impedir conflitos armados de magnitude global, sendo fruto dos acordos de paz que a antecederam (Herz e Hoffman, 2004).

O plano para a criação de uma nova organização começou a ser elaborado por iniciativa conjunta dos líderes dos Estados Unidos e do Reino Unido, respectivamente Franklin Roosevelt e Winston Churchill, em 1941. Entretanto, foi apenas com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, que as 51 nações fundadoras, dentre elas o Brasil, reuniram-se com o intuito de elaborar a Carta do órgão. Dessa forma, a ONU surge oficialmente após a ratificação da Carta das Nações Unidas, em outubro de 1945 na Conferência de São Francisco (Sayward, 2017).

A Carta que estabelece a organização expressa a promoção dos direitos humanos e elenca em seu artigo 1º os objetivos que traduzem a relevância da organização. Os principais deles são: manter a harmonia e a segurança internacional, fomentando relações amistosas e de cooperação entre os países com o intuito de resolver questões econômicas, sociais, culturais e humanitárias (Nações Unidas, 1945).

Ainda, o preâmbulo da Carta expõe o caráter diplomático e democrático da ONU ao vincular seus Estados-membros ao propósito de "reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas" (Nações Unidas, 1945, p. 1). Assim, os direitos humanos e os valores de igualdade entre as nações são um dos pilares que alicerçam a organização. Da mesma forma, por ser uma organização internacional, a formação da ONU objetivou agregar os interesses dos seus países membros para atingir a cooperação internacional (Herz e Hoffman, 2004).

A ONU, inicialmente fundada por 51 nações, conta atualmente com um quórum de 193 países. Tal expansão no número de membros também é fruto de evoluções históricas que levaram os novos Estados soberanos a buscarem adesão à Organização.

Cita-se o processo de descolonização após a Segunda Guerra Mundial, que lograram na criação de novos Estados, uma vez que os territórios sob domínio colonial buscavam autodeterminação e independência. No mesmo contexto, o findar da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética resultaram na autonomia dos territórios que antes formavam a República Soviética (Meisler, 2011).

Dessa forma, inicialmente concebida para evitar conflitos e promover a cooperação entre os países, a ONU, ao longo dos anos, expandiu seu escopo como consequência de tais eventos históricos. Ainda, a ampliação de Estados membros aumentou a complexidade de interesses e objetivos entre as nações, tornando mais difícil o consenso em questões conflitantes

(Sayward, 2017). Como resultado, a organização evoluiu de maneira a ampliar sua agenda e dar destaque para novas pautas emergentes como terrorismo, mudanças climáticas e crises humanitárias.

Pela abrangência de membros, Herz e Hoffman (2004) afirmam que a organização configura-se como um relevante espaço internacional capaz de reunir diversos interesses e pautas. Além disso, conforme Beitz (1999), a ONU conta com espaços de discussões que englobam temas como bem-estar, justiça e meio ambiente, temas considerados *low politics*, e temas mais urgentes como assuntos que abrangem poder, guerra e paz e que envolvem a soberania dos Estados, tidos como *high politics.*

Sua estrutura organizacional conta com 6 órgãos principais, estabelecidos no momento da fundação da organização (Meisler, 2011). São eles: o Conselho de Segurança (CSNU), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Secretariado, o Conselho de Tutela[5], o Tribunal Internacional de Justiça e a Assembleia Geral, sendo este último o órgão em destaque desta investigação a ser detalhado mais adiante.

Pelo seu caráter universal de unir quase a totalidade de nações do mundo[6], a ONU tem sua importância evidenciada por dar voz a seus países membros expressarem suas preocupações (Normand e Zaidi, 2008). Ademais, ao possibilitar o diálogo entre os seus membros e fomentar a diplomacia, a organização permite aos encontrar áreas de entendimento e lidar com os desafios de forma cooperativa, podendo agir sobre temáticas de paz e segurança, direitos humanos, desenvolvimento e assistência humanitária, entre outros.

Percebe-se, assim, que a ONU constituiu-se como a principal organização a ordem mundial, sendo seus órgãos e tratados fontes de legitimação nas relações internacionais modernas entre os Estados que assumiram o compromisso de integrá-la. Do mesmo modo, quanto ao seu atributo democrático, sua Assembleia Geral conta com processos deliberativos que traduzem-se "pela confirmação do princípio da igualdade soberana entre os Estados e pelo reconhecimento do papel essencial que estes cumprem" (Sardenberg, 1995, p. 122).

I.1. A ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

Dentre os órgãos principais da ONU, a Assembleia Geral (AG) configura-se como o corpo deliberativo democrático uma vez que dá voz a todos os membros, sem distinção (Peterson, 2023), e onde cada Estado-membro possui direito a um voto. Nela, os representantes dos Estados também possuem a oportunidade de proferir discursos, projetando uma determinada imagem do seu país internacionalmente.

[5]Este órgão suspendeu suas atividades em novembro de 1994 com a independência do território de Palau, o último território remanescente sob tutela da ONU (Nações Unidas, 2023).

[6]Com exceção da Palestina e do Vaticano, que optou por não fazer parte da organização, todos os demais países compõem as Nações Unidas e encontram-se representados em sua Assembleia Geral. No entanto, ambos possuem status de observador permanente não-membro e têm convites permanentes para participar como observadores na Assembleia (Peterson, 2023).

Dessa forma, o órgão ganha destaque nesta seção, uma vez que é necessário contextualizar o espaço em que os discursos são feitos, seu público-alvo e a importância desse espaço para dar voz aos Estados.

Em sua formação, a AG foi planejada para ser um espaço onde os membros deliberam, levantam questões e procuram identificar soluções para os vários problemas políticos, militares, econômicos e sociais. Além disso, por ter sido instituída no advento da criação das Nações Unidas e por ser um ambiente de interação, é um órgão que precisa acompanhar as dinâmicas do cenário internacional. E, com isso, desenvolver suas práticas em resposta às mudanças no contexto global e às expectativas e comportamentos dos atores (Peterson, 2023).

Dessa forma, desde sua criação, a AG mantém suas características e funções estabelecidas na Carta da ONU. Desde 1978, o órgão reúne-se anualmente para a sessão plenária e para o Debate Geral e conta com a participação de todos os 193 Estados-membros da ONU (Peterson, 2006).

O Capítulo 4 da Carta das Nações Unidas determina a composição, função e funcionamento do órgão, conferindo a base institucional da AG. Quanto à sua composição, o documento impõe que a Assembleia seja constituída por todos os membros da ONU (Nações Unidas, 1945).

O artigo 10 do capítulo 4 da Carta confere ao órgão suas funções principais. Assim, define que a Assembleia deve "discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades da presente Carta ou que se relacionarem com os poderes e funções de qualquer dos órgãos nela previstos [...]" (Nações Unidas, 1945, p. 4), caracterizando-a como órgão deliberativo. Além disso, também deve "fazer recomendações aos membros das Nações Unidas ou ao Conselho de Segurança, ou a este e àqueles, conjuntamente, com a referência a quaisquer daquelas questões ou assuntos[7]" (Nações Unidas, 1945, p. 4).

Quanto ao seu funcionamento, a AG divide seus encontros em três tipos de sessões: regulares, especiais, e especiais de emergência.

As regulares, também designadas como ordinárias, ocorrem anualmente, tendo início no mês de setembro e estendendo-se até meados de dezembro. São reuniões com caráter deliberativo e que produzem a maior parte das resoluções da Assembleia (Nações Unidas, 2023).

As sessões especiais ou sessões extraordinárias, especificadas no artigo 20 do capítulo 4 da Carta, podem ser convocadas a pedido do Conselho de Segurança ou da maioria dos Estados membros, visando lidar com situações extraordinárias que não podem ser tratadas dentro do cronograma das sessões regulares. Dessa forma, "special sessions are called by decisions made at an earlier regular assembly session" (Peterson, 2006, p. 57).

Por fim, as sessões especiais de emergência são convocadas apenas em casos em que há a necessidade de uma resposta imediata e da ação rápida dos países, fazendo com que não haja um tempo fixo estipulado para seu desenvolvimento. Elas podem ser convocadas dentro de 24 horas, a pedido do Conselho de Segurança ou pela maioria dos membros das Nações Unidas (Peterson, 2023).

[7]Exceto disputas ou situações em relação às quais o Conselho de Segurança esteja atualmente exercendo as suas funções, conforme estipulado no artigo 12.

Para o objetivo desta investigação, o foco é voltado para a sessão regular anual da Assembleia Geral, uma vez que os discursos dos líderes são feitos na ocasião de sua abertura. Dessa forma, as sessões regulares iniciam-se com o Debate Geral.

O Debate Geral é a abertura da sessão regular da Assembleia Geral. Na ocasião do Debate, os representantes têm a oportunidade de discorrer sobre quaisquer temáticas e de apresentar os respectivos posicionamentos nacionais, sobre o cenário mundial, regra geral, consonantes com a política externa de seu país. Para tal, possuem um prazo de 15 minutos, sem espaço para qualquer interrupção ou réplica (United Nations, 2017).

Este discurso é voluntário, o que significa que os países não possuem a obrigação de realizá-lo. O Debate é a única ocasião, com excepção das reuniões de alto nível[8], em que participam regularmente todos os representantes (United Nations, 2017). Por esse motivo, é considerado o evento que recebe maior atenção da opinião pública mundial, sendo muitas vezes confundido com as sessões especiais da Assembleia Geral (Sardenberg, 2013).

A participação na ocasião da abertura das sessões reforça a relevância do Debate Geral ao proporcionar um ambiente onde os participantes têm a oportunidade de promover os seus objetivos políticos através de meios consistentes, selecionando a estratégia e os interesses que o seu país defenderá no decorrer da reunião. Além disso, muitos representantes aproveitam a oportunidade para expor sua visão da situação mundial ou lançar novas propostas de mudanças estruturais na ONU ou na própria AG (Peterson, 2023).

A oportunidade de discursar na ocasião é única e, por este motivo, segundo Peterson (2023), considera-se importante planear conteúdos e comportamentos para que o discurso tenha atenção e recepção adequadas pelos demais países representados e que, adicionalmente, os temas abordados convençam a opinião quanto à sua relevância e pertinência.

Apesar da impossibilidade de interrupção, os Estados-membros têm direito a responder a comentários previamente realizados, ao final de cada dia de Debate, após solicitação por escrito ao Secretário-Geral e com conhecimento a todos os demais Estados.

Não obstante, apesar de não estar discriminado em nenhum documento formal, ao longo da história dos Debates gerais tem-se assistido a atos de protesto perante alguns discursos, com representantes de Estados-membros abandonando o plenário com o intuito de demonstrar desacordo[9] (United Nations, 2017).

A Assembleia é, portanto, um corpo deliberativo voltado à elaboração de padrões gerais que visam moldar a conduta dos Estados-membros. Além disso, o Debate Geral é capaz de proporcionar um espaço no qual as nações podem dirigir suas demandas e interesses a um vasto público.

A definição e o entendimento da importância das Nações Unidas e sua Assembleia Geral justifica-se pela necessidade de contextualizar o ambiente em que os discursos foram

[8]As reuniões de alto nível configuram-se como encontros que reúnem representantes de Estados membros da ONU com o intuito de discutir desafios urgentes, promover a cooperação internacional e buscar soluções para questões emergentes, podendo ser realizadas no formato de cúpulas ou conferências (United Nations, 2017).

[9]Como nota histórica, cita-se a ocasião em que o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, utilizou-se do seu discurso no Debate Geral para criticar enfaticamente os Estados Unidos e Israel, denunciando suas políticas de atuação e levantando acusações. A fala do presidente levou a delegação dos EUA a retirar-se da sessão. Da mesma forma, as delegações do Reino Unido e da França também abandonaram a reunião no momento em que o líder político direcionou as críticas aos países europeus (The Guardian, 2011).

feitos. Uma vez especificado o espaço em que o objeto de estudo está inserido, parte-se para a definição temática e o seu enquadramento.

I.2. A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A ONU

A seção anterior apresentou as origens da ONU e elucidou o funcionamento do seu edifício organizacional, com destaque para a Assembleia Geral e o Debate geral. Dessa forma, deu ensejo para adentrar, a seguir, na internacionalização dos direitos humanos, uma vez que a ONU teve papel fundamental na consolidação, internacionalização e expansão de tais direitos (Donnelly, 2013).

Os direitos humanos configuram-se como uma das preocupações mais latentes no cenário internacional. Desde a promulgação da DUDH, em 1948, tais direitos ganharam cada vez mais espaço nas agendas de discussões, exigindo que os Estados comprometam-se cada vez mais com a promoção e proteção desses direitos (Donnelly, 2013).

Tais direitos não surgiram de uma só vez, frutos de um único evento, tampouco são atemporais, nem podem ser atribuídos a uma sociedade específica. Segundo Castilho (2018), eles foram definidos ao longo do tempo, acompanhando a evolução da humanidade e sendo firmados através de conquistas e consolidações graduais, com vistas à plena dignidade da pessoa humana. Além disso, a consolidação da sua proteção em âmbito internacional é fruto de mudanças nas dinâmicas, constituindo-se como um conjunto de conquistas históricas.

Assim, o surgimento de um regime internacional de direitos humanos deu-se após o advento da Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, uma vez que tal conflito de proporções globais alterou a estrutura internacional até então concebida (Mazower, 1998).

Antes dela, o plano internacional não contava com um instrumento declaratório universal para a promoção dos direitos humanos. Após o conflito, as atrocidades ocorridas evidenciaram a necessidade de um sistema que garantisse tais direitos. Neste sentido, Comparato (1999) discorre que:

> Após três lustros de massacres e atrocidades de toda sorte, iniciados com o fortalecimento do totalitarismo estatal nos anos 30, a humanidade compreendeu, mais do que em qualquer outra época da história, o valor supremo da dignidade humana. O sofrimento como matriz da compreensão do mundo e dos homens, segundo a lição luminosa da sabedoria grega, veio a aprofundar a afirmação histórica dos direitos humanos. (p. 54)

Com a percepção de que era necessário agir para a criação de um dispositivo normativo que pudesse evitar tais violações, foi adotada em 1948, no seio das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ficou, assim, consolidado o início de uma nova ordem na tratativa desses direitos sob o olhar da universalidade. Como produto desse fato, a DUDH, produzida pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, instaurou um novo modelo de conduta nas relações internacionais (Bobbio, 2004) e firmou-se como um marco na história dos direitos humanos, uma vez que foi a primeira vez que as nações, em âmbito internacional, concordaram com um

conjunto de valores comuns e reconheceram que os direitos humanos são inerentes a todos, em todos os lugares (Donnelly, 2013).

Nesse sentido, a promulgação da DUDH representou um marco em sua internacionalização. Através dela, os direitos humanos passaram a ser uma preocupação em toda a esfera internacional, deixando de ser domínio exclusivo do Estado (Sikkink, 1993).

Tais direitos estão em constante processo de evolução e aprimoramento visando à constituição de parâmetros a serem aplicados nas relações interestatais e, por sua grande amplitude, configuram-se um tema complexo, principalmente no que tange a sua proteção ou violação (Donnelly, 2013).

Nesse sentido, Landman (2005) argumenta que após a DUDH de 1948 o corpo legislativo de proteção internacional dos direitos humanos foi expandido, fazendo com que a Declaração seja concebida como um ponto de partida para definições metodológicas nas ciências sociais.

No plano internacional, avanços foram conquistados através da adoção de Declarações, Tratados e Pactos, tendo a ONU como principal meio para a produção de tais documentos. É nesse âmbito que percebe-se o importante papel que a organização logrou na consolidação dos direitos humanos ao longo dos anos.

Observa-se, portanto, que a Declaração influenciou a redação de numerosos tratados e pactos subsequentes resultantes da evolução das demandas sociais. Dessa maneira, esses tratados têm a finalidade de reforçar e expandir os direitos já enunciados na DUDH, refletindo uma continuidade e uma ampliação dos princípios nela contidos (Hayden, 2001).

A Declaração, em seu conteúdo, confere seu atributo universal ao afirmar que todo e qualquer ser humano é titular de direitos, independente de condição social, econômica, religiosa, nacional ou qualquer outro critério (Piovesan, 2009).

Ainda, há no seu articulado, uma pluralidade de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, que não podem ser vistos de maneira separada ou com um grau de importância inferior, garantindo assim as suas características de indivisibilidade e interdependência (Piovesan, 2009).

Por reforçar tal atributo, a tipologia de direitos humanos a ser trabalhada nesta investigação não os separa por gerações ou categorias, definindo-os conforme expostos no quadro apresentado adiante (Quadro 1). Ainda, acerca do pressuposto da indivisibilidade, Whelan (2015) discorre que:

> What makes human rights indivisible is the fact that they are equally justiciable: just as we can readily identify violations of civil and political rights, so too can we identify violations of economic and social rights. Human rights are indivisible because they are equally rights despite the fact of their conceptual and institutional division into separate treaty regimes. (p. 70)

Dessa forma, observa-se que a DUDH não prioriza tipologias de direitos humanos, tratando-os com valores indivisíveis a fim de não destacar um tipo de direito em detrimento aos outros ou relativizar o seu entendimento.

Apresenta-se abaixo os direitos reconhecidos na Declaração Universal, bem como o(s) artigo(s) correspondente(s).

Quadro 1

Direitos Humanos Internacionalmente Reconhecidos Através da DUDH

Direito	Artigo
Igualdade de direitos sem discriminação	Artigo 1º e 2º
Vida, liberdade e segurança pessoal	Artigo 3º
Proteção contra escravidão	Artigo 4º
Proteção contra tortura e tratamento cruel, desumano ou degradante	Artigo 5º
Direito a ser reconhecido como pessoa perante a lei.	Artigo 6º
Proteção igual da lei	Artigo 7º
Acesso a recursos legais contra a violações de direitos	Artigo 8º
Proteção contra prisão ou detenção arbitrária	Artigo 9º
Audiência perante um poder judiciário independente e imparcial	Artigo 10
Presunção de inocência e proteção contra leis ex post facto	Artigo 11
Proteção da privacidade, da família e do lar	Artigo 12
Liberdade de circulação e residência	Artigo 13
Procurar asilo após perseguição	Artigo 14
Nacionalidade	Artigo 15
Casar e constituir família	Artigo 16
Propriedade própria	Artigo 17
Liberdade de pensamento, consciência e religião	Artigo 18
Liberdade de opinião, expressão e imprensa	Artigo 19
Liberdade de reunião e associação	Artigo 20
Participação política	Artigo 21
Segurança social	Artigo 22
Trabalho em condições favoráveis, remuneração igual, justa e sindicatos livres	Artigo 23
Descanso e lazer	Artigo 24
Alimentação, vestuário e moradia, cuidados de saúde e serviços sociais e proteções especiais para crianças	Artigo 25
Educação	Artigo 26
Participação na vida cultural	Artigo 27
Ordem social e internacional que possibilitem a plena realização dos direitos e liberdades	Artigo 28

Nota. Quadro elaborado pela autora baseado no conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Assim, os direitos acima expostos apresentam a visão integral expressa pela Declaração, tendo sido a partir dela que os demais instrumentos foram elaborados. Também é a partir dela que os países, no seio da ONU, concordaram de maneira voluntária com o seu conteúdo, comprometendo-se em garanti-los aos seus cidadãos nos padrões expressos pelo documento.

Destarte, foi no âmbito das Nações Unidas que os direitos humanos foram consolidados e internacionalizados. Tais direitos configuram-se como garantias pertencentes aos seres humanos, que visam o respeito à dignidade através da proteção contra violações e o estabelecimento de condições mínimas para uma vida digna.

Síntese Conclusiva

O presente capítulo visou clarificar o contexto histórico e enquadramento teórico necessários para lograr o entendimento do objeto de estudo: a abordagem dos direitos humanos em discursos proferidos pelos presidentes brasileiros Lula e Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas. Também abordou o surgimento da Organização das Nações Unidas e sua estrutura, com destaque para a Assembleia Geral. Com isso, deu-se ensejo para uma síntese historiográfica acerca da internacionalização dos direitos humanos, uma vez que as Nações Unidas tiveram papel fundamental nesses processos.

II. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O presente capítulo tem como objetivo adentrar nos pormenores da política externa brasileira, abordando suas características, padrões e fases, com o intuito de esclarecer competências pela sua execução, bem como seu percurso, atendendo à sua participação na ONU e aos direitos humanos enquanto elemento de destaque. Traz também uma síntese historiográfica da política externa brasileira, cujo período temporal abrange desde a independência do país, em 1822, até 2002, ano anterior ao início do primeiro governo Lula.

Entende-se que a política externa brasileira configura-se enquanto uma política pública, devido ao "papel preponderante do Estado na definição e implementação da política externa brasileira" (Oliveira, 2017, p. 2), traduzida através da dinâmica das escolhas do governo em exercício.

É importante ressaltar que essa vertente vê a política externa como o campo que representa os interesses de um Estado no plano internacional; o que significa que sua definição e implementação são responsabilidades do Estado (Lafer, 1984). Entretanto, não exclui a internacionalização de diferentes variáveis, como a ideologia, nem o papel da sociedade civil.

Nesse contexto, houve mudanças na maneira como a política externa brasileira foi entendida e analisada ao longo do tempo. Anteriormente, havia uma tendência em atribuir a tomada de decisões a um único indivíduo ou instituição, acreditando que líderes carismáticos ou agências específicas eram responsáveis por definir completamente os interesses do país no cenário internacional. Essa visão, entretanto, foi superada e hoje há um reconhecimento de que a definição dos interesses nacionais no âmbito global não pode ser explicada exclusivamente por esses elementos (Milani e Pinheiro, 2013).

Nesse prisma, observa-se a política externa brasileira como fruto da junção de diversas variáveis que não são excludentes entre si. Sobre essa diversificação, Lima (1987) sustenta que:

> A política externa globalizante ou de diversificação das relações políticas, econômicas ou militares do Brasil, posta em prática a partir dos anos setenta, é a tradução, no plano da ação diplomática, da tentativa do estado brasileiro de definir e perseguir objetivos próprios nos âmbitos regional, extrarregional e de questões globais multilaterais (p. 1)

Ainda, Amorim (2010), ex Ministro das Relações Exteriores do Brasil durante os governos Itamar Franco e Lula, descreve os princípios da política externa brasileira historicamente vigentes:

> Brazil's international credibility stems, to a large extent, from the principles that guide her foreign policy. We are a peaceful country, one that abides by international law and respects other countries' sovereign rights. We choose to settle our disputes diplomatically – and we encourage others to act in the same way. We see multilateralism as the primary means of solving conflicts and making decisions internationally […]. Departures have been rare and short-lived. Different governments, however, attach varied degrees of importance to specific issues, themes, regions and

> agendas […]. As Brazil went through structural transformations, her international identity had to be shaped accordingly. (p. 214)

Amorim (2010), portanto, reforça o pragmatismo da política externa brasileira ao mesmo tempo em que atribui um grau de mudança em determinadas diretrizes que são relativas ao líder político em exercício.

A Constituição Federal brasileira de 1988 deixa ao Poder Executivo a definição da política externa do país e ao Ministério das Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty) a função de sua formulação e implementação (Brasil, 1988).

O MRE, portanto, configura-se como o responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil, possuindo o papel de assessorar o presidente na formulação da política exterior e na execução das relações diplomáticas com Estados e organismos internacionais. Tal órgão possui, historicamente, uma forte autonomia e centralização decisória na formulação da política externa. Russel (1990) afirma que:

> Esta conjunção de autonomia e centralização possibilitou que o processo decisório alcançasse um alto grau de unidade. O elevado consenso sobre a política exterior, a aprovação do Itamaraty por segmentos-chaves como as Forças Armadas e os grupos empresariais e a articulação funcional com outras agências federais contribuíram significativamente para o papel central do Itamaraty na formulação da política externa brasileira. (p. 259)

Dessa maneira, percebe-se a existência de um forte componente institucional que configura sua autonomia pela existência de uma agência especializada, garantindo consistência e pragmatismo nas orientações de políticas (Oliveira, 2017).

O Itamaraty, portanto, tem um papel central na política externa brasileira, inclusive na prevenção de eventuais excessos que possam comprometer parcerias estratégicas regionais e globais (Milani e Pinheiro, 2013). Entretanto, seu nível de autonomia ainda depende da autorização dada pelo presidente (Lima, 2000) e da vontade deste ator em exercer uma diplomacia presidencial[10] (Danese 1999; Cason e Power 2009), isto é, adotar uma atitude mais ativa em questões de política externa.

Ademais, a política externa brasileira possui uma característica de continuidade (Fonseca, 2011), desenvolvida pela atuação do Itamaraty em defender a independência de sua política externa. O que significa que os princípios, prioridades e estilos defendidos pelo Brasil enquanto país permanecem um consenso, mesmo que o modo de execução da política externa varie conforme o ator que está no governo.

Uma possível explicação para isso encontra-se no fato de que o Itamaraty, ao longo da história, articulou teorias de ação diplomática e paradigmas de política externa que deram ao Brasil um determinado respaldo internacional, garantindo uma certa permanência de padrões orientadores de comportamento no âmbito externo (Lima, 1994).

[10]Em regra, o presidente é quem conduz a política externa guiado pelos objetivos produzidos pelo corpo especializado. Entretanto, há situações ordinárias em que o presidente age de modo independente do que foi protocolado pelos formuladores da política externa, conceituando a diplomacia presidencial (Danese, 1999).

Nesse prisma, a literatura converge em atribuir uma característica de continuidade à política externa brasileira. Segundo Fonseca (2011), há duas definições possíveis para essa característica:

> a) a noção [de continuidade] estaria associada a princípios e valores que têm inspirado ações específicas, como o repúdio à guerra de conquista, a defesa da soberania e das soluções pacíficas e, agora, a partir da restauração da democracia, a promoção dos direitos humanos, a integração latino-americana e a proibição (constitucional) de aquisição de armas nucleares; b) a noção [de continuidade] revelaria comportamentos diplomáticos que perduram no tempo, como a aspiração a uma participação ampliada nas decisões sobre a ordem internacional ou a necessidade de manter relações equilibradas com a Argentina e de cooperação com os vizinhos; o cuidado no engajamento com as Potências. (p. 15)

A caracterização da continuidade configura-se, assim, como necessária para elucidar o funcionamento da política externa brasileira. Nela, os órgãos diplomáticos possuem uma independência para tratar das questões externas com pragmatismo, mas sem minar o papel do presidente em exercício, que por vezes inclui a ideologia em sua atuação (Russel, 1990).

O Brasil, após tornar-se um Estado soberano através do processo de independência em 1822, passou por diversos períodos com diferentes regimes políticos, com consequências a nível da política externa, conforme exposto a seguir.

1. Política Externa brasileira no Império (1822 - 1889)

Cronologicamente, a primeira atuação da política externa brasileira deu-se após a independência do país, ainda durante a vigência do Império, no século XIX. Anteriormente, enquanto colônia, não havia ainda definições ou exercício de políticas correspondentes a de um Estado soberano, tais como a política externa.

Nesta fase as ações externas visavam o isolacionismo, objetivando mitigar a influência estrangeira, uma vez que o país havia acabado de tornar-se independente de uma potência europeia. Dessa forma, o Império, vigente de 1822 a 1889, priorizava uma política externa independente, com o intuito de defender a sua soberania (Lafer, 1967).

Nesse ponto, Silva (1990) afirma que houve três fases principais da política externa brasileira durante esse período, configurando as fases de "Acomodação" (1822-1844), caracterizada por uma política de concessões que simboliza a rejeição do colonialismo e destaca-se pela forte ligação ao sistema internacional, incorporando os princípios do liberalismo comercial inglês e a adesão aos tratados internacionais; "Reação" (1844-1870), configurando-se como uma fase de reação à hegemonia europeia, com uma nova estratégia de não renovar ou realizar tratados–vistos como desfavoráveis aos interesses brasileiros e limitadores da soberania; e Consolidação (1870-1889), fase mais *amena* no plano externo,

principalmente com o fim da Guerra do Paraguai[11] em março de 1870, e com uma atenção maior às questões políticas internas.

2. Política Externa brasileira na Primeira República (1889 - 1930)

A Proclamação da República, em 1889, encerrou o período monárquico no Brasil e deu início à fase denominada "Primeira República" ou "República Velha"[12], período que se estende desde a Proclamação até a Revolução de 1930.

Marcado pela reorganização da estrutura política do país, a Primeira República foi caracterizada pelo forte domínio das oligarquias, exclusão social e política das classes que compunham a maior parte da sociedade, além da ausência de efetiva participação popular nas decisões políticas (Araújo e Rodriguez, 2017).

No início do período, a política externa brasileira não alterou-se de imediato (Lafer, 1967). Entretanto, segundo Lima (2000), o Império e a Primeira República formaram as fases pioneiras da política externa, nas quais o Estado teve a sua construção consolidada.

Nesse ponto, destaca-se a atuação do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores, entre 1902 e 1912. Sua administração priorizou a aproximação com os Estados Unidos, com o intuito de utilizar o prestígio do país para beneficiar os interesses brasileiros.

Rio Branco compreendeu a importância da potência em ascensão e que sua influência na América Latina era inevitável. Outrossim, um alinhamento com o país era fundamental para afastar possíveis intervenções externas no território brasileiro, servindo aos interesses nacionais sem reduzir sua soberania (Oliveira, 2017).

O então ministro teve também papel no fortalecimento da burocracia administrativa e diplomática, "diminuindo enormemente o espaço de manobra e de atuação da Presidência da República, sobretudo quando o temário da política externa se torna mais complexo e técnico e menos fértil para a criatividade presidencial" (Danese, 1999, p. 253). Ainda sobre seu legado:

> [...] A herança do Barão do Rio Branco, preservada pelo Itamaraty, é a continuidade no tempo dos mesmos princípios realistas que informaram a política externa na época de Rio Branco, adaptados à realidade internacional contemporânea [...]. A decorrência dessa premissa é que as alianças não são permanentes na medida em que mudam os objetivos do estado e a realidade internacional (Lima, 1987, p. 4).

3. Política Externa brasileira na Segunda e Terceira República (1930 - 1945)

O fim da República Velha, em 1930, coincide com o início do governo de Getúlio Vargas, mudança causada pelas sucessivas crises políticas e econômicas, além da crescente insatisfação popular com o sistema político oligárquico e a falta de representatividade (Trespach, 2021).

[11]O conflito foi fruto do processo de formação dos Estados localizados na bacia platina (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e dos conflitos de interesses em questões políticas e econômicas das nações envolvidas (Amayo, 1995).

[12]O termo "Velha" é utilizado com o intuito de destacar que foi a primeira experiência republicana do país (Lima, 2000)

A disputa política entre as oligarquias descentralizou o poder desta classe, permitindo o surgimento de movimentos de oposição que lutavam para impor uma alternativa ao modelo vigente. Nesse contexto, a Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas, emergiu enquanto movimento político que contestava e fazia oposição à dominação política das oligarquias brasileiras (Trespach, 2021).

Após as irregularidades e fraudes das eleições presidenciais ocorridas em 1930, a Aliança Liberal questionou o desfecho eleitoral, desencadeando uma insurgência armada. Essa série de acontecimentos resultou na destituição de Washington Luís do cargo presidencial e na instauração de um regime provisório sob a liderança de Vargas (Fausto, 1970).

Dessa forma, as fases da Segunda e Terceira República englobam o momento da história brasileira também denominado como "Era Vargas", uma vez que teve Getúlio Vargas como único presidente durante todo o período. A Segunda República abrange o período entre 1930 e 1937, quando Vargas governou de maneira provisória entre 1930 e 1934, e em seguida de maneira oficial após ser eleito pela Assembleia Constituinte, entre 1934 e 1937.

Quanto à Terceira República, entende-se como o período compreendido entre 1937 e 1945, no qual Vargas consolidou sua permanência na presidência através de um golpe de Estado, com a imposição de uma nova Constituição e a dissolução do Congresso (Trespach, 2021).

A partir da Revolução de 1930, a política externa desenvolvida no contexto político veio acompanhada das consequências internacionais da crise de 1929 e da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Assim, observou-se uma atuação voltada para as relações econômicas externas, com os Estados Unidos buscando recuperar sua economia através de vínculos com os países da América Latina, que forneciam-lhe matéria prima e importavam manufaturados.

De igual importância foi a necessidade de fazer alianças que garantissem uma segurança ao Brasil frente aos conflitos que marcavam o cenário mundial. Sob o governo Vargas, o Brasil usufruiu da competição entre os dois sistemas de poder que enfrentavam-se nas duas Guerras Mundiais para aumentar seu poder de negociação. Isto é, "o governo Vargas explorava as possibilidades oferecidas por ambos os centros, sem optar por uma aliança clara com um dos dois" (Moura, 1991, p. 6).

4. Política Externa brasileira na Quarta República (1945-1964)

O fim da Terceira República foi marcado pela renúncia forçada de Vargas, após pressões internas somadas ao desgaste econômico e social, resultando na transição democrática, através da convocação de eleições diretas para a escolha do novo presidente (Saviani, 2013). Assim, em 1946, teve início a Quarta República[13] brasileira, caracterizada por um retorno ao regime democrático, com a promulgação de uma nova Constituição e a eleição de um presidente civil.

Assim, a segunda metade do século XX inaugurou a necessidade de novas definições da política externa com o advento da Guerra Fria e os diversos movimentos separatistas e de

[13]O período também ficou conhecido como República Populista pois caracterizou-se pela predominância de líderes políticos carismáticos, que adotavam uma abordagem populista em suas estratégias governamentais, com políticas voltadas para satisfazer os setores mais abrangentes da sociedade (Ferreira, 2010).

independência. Para o Brasil, dois modelos foram protagonistas do período que antecedeu o golpe que deu origem à ditadura militar: a Operação Pan-Americana (OPA) e a Política Externa Independente (PEI).

A OPA foi a característica principal da política externa do governo de Juscelino Kubitschek, durante os anos de 1956 a 1961. Pautada pelo objetivo de incluir a América Latina em uma aproximação mais estreita com os Estados Unidos, o projeto almejava incluir o país como investidor e consumidor em um plano para reverter o quadro de subdesenvolvimento regional.

O projeto viabilizado na década de 1950 não vingou e deixou uma percepção de que havia divergências entre os interesses dos governos estadunidense e brasileiro (Galerani, 2010). O Brasil buscava um desenvolvimento econômico que não interessava ao objetivo dos Estados Unidos em manter sua segurança internacional, uma vez que o governo norte-americano, no contexto da Guerra Fria, estava preocupado em conter o avanço do regime comunista, inclusive na América Latina. Assim, não era prioridade o desenvolvimento econômico desses países, e sim seu alinhamento (Galerani, 2010).

Dessa forma, é visível uma alteração da estratégia vigente desde o período do Barão de Rio Branco e o foco norte-americano foi redirecionado para uma política mais internacional, invertendo o processo de definição da política externa brasileira até então implementada (Oliveira, 2017).

Implantou-se, então, a Política Externa Independente, caracterizada pelos princípios da autonomia e universalização e responsável por inaugurar novas diretrizes que guiaram a política externa brasileira a partir da década de 1960. Assim, a PEI "resultou da consciência de que o Brasil já não podia ficar confinado aos princípios do pan-americanismo. Com o fracasso da Operação Pan-Americana, ficava evidente que a relação Brasil-Estados Unidos jamais sairia do papel" (Amado, 1996, p. 284).

Nesse sentido, a reconstrução europeia e japonesa após a Segunda Guerra Mundial possibilitaram parcerias alternativas aos Estados Unidos, refletindo o estabelecimento de "uma diplomacia que passasse a refletir, primariamente, o interesse nacional brasileiro em vez de uma diplomacia alinhada a interesses alheios" (Oliveira, 2017, p. 91).

5. Política Externa brasileira na ditadura militar (1964 - 1985)

A transição para a ditadura militar no Brasil teve suas raízes em uma conjunção de fatores políticos, econômicos e sociais. Segundo Santos (2013), a crise política e a instabilidade gerada pelo governo democrático de João Goulart, último presidente civil da Quarta República, marcada pela polarização ideológica e pela intensificação dos conflitos sociais, forneceram um pretexto para o golpe militar de 1964.

Dessa forma, os militares, assumiram o controle do governo justificando a necessidade urgente de restaurar a ordem e a estabilidade no país, estabelecendo um regime autoritário caracterizado pela supressão das liberdades civis, pela repressão política e pela implementação de políticas econômicas centralizadoras (Santos, 2013).

Assim, no período entre 1964 a 1985, a política externa do país manteve as condutas de universalização e autonomia deixadas pela PEI. Apesar do breve realinhamento com os Estados Unidos durante o governo de Castelo Branco, primeiro presidente militar que governou entre

1964 e 1967, essa interdependência foi rapidamente abandonada e os princípios da PEI foram retomados (Fernandes, 2010).

Tal tentativa de realinhamento derivou, em grande parte, das semelhanças ideológicas em relação à suposta ameaça comunista, creditada tanto pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, quanto pela ditadura militar brasileira (Peixoto, 1984).

A constatação de que a política de interdependência fracassou trouxe a retomada dos princípios básicos da PEI no governo de Costa e Silva, durante os anos de 1967 a 1969. O segundo presidente militar implementou a "diplomacia da prosperidade", pautada na crença de que o desenvolvimento do país é uma responsabilidade nacional, na qual as parcerias com outras nações serviriam apenas para estratégias comerciais, financeiras e técnicas (Fernandes, 2010).

Nesse contexto, a estratégia dos demais presidentes do período ditatorial militar foi enfatizar a economia e as questões internas para transformar o Brasil em uma potência. Sobre isso, Lima e Moura (1982) afirmam que "esse modelo, operando nas novas condições internacionais, gerou um projeto de potência emergente, que procurou obter melhores condições de desenvolvimento econômico e acréscimo de poder no plano internacional." (Lima e Moura, 1982, p. 351).

O projeto de "Brasil Potência" caracterizou a fase da diplomacia do interesse nacional do governo Médici, vigente entre 1969 e 1974. Essa premissa colocava o interesse nacional, o desenvolvimento econômico e a industrialização como elementos fundamentais para aumentar o poder nacional, o que permitiu o período de crescimento acelerado que o Brasil viveu por aproximadamente sete anos (Peixoto, 1980).

A política externa que se seguiu nos governos Geisel (1974 a 1979) e Figueiredo (1979 a 1985) ampliou as parcerias do Brasil, pautando o processo de universalização delimitado pela PEI (Peixoto, 1984). Dessa forma, Peixoto (1984) coloca que a política externa dos governos ditatoriais militares não foi fruto deste regime, mas sim moldada ainda nos governos civis. Segundo o autor:

> Pode-se dizer que a sedimentação das linhas básicas dessa política ocorreu durante o governo Geisel, o governo Figueiredo (gestão Saraiva Guerreiro no Ministério das Relações Exteriores) aparecendo fundamentalmente como sucessor e continuador do anterior, ressalvadas algumas mudanças de estilo ligadas à personalidade e ao perfil individual dos atores. (Peixoto, 1984, p. 2)

6. Política Externa brasileira na Nova República (a partir de 1985)

No final da década de 1970, os últimos governantes militares desenvolveram uma estratégia de abertura moderada para restaurar a democracia no país, planeando um sistema no qual o poder fosse gradualmente devolvido aos civis, mas mantendo os interesses dos militares, tais como a manutenção da influência e do *status* das instituições militares e a não responsabilização pelos excessos cometidos (Castilho, 2014).

Assim, em 1985 concretizou-se a retirada negociada dos militares, passando o governo do país para os civis. Tal transição se deu com o fim do mandato do presidente militar João

Figueiredo, sucedido por Tancredo Neves[14], civil eleito indiretamente pelo Congresso Nacional em 1985 (Arruda, 2019).

Internamente, a república foi restaurada com um comprometimento com a democracia e as instituições democráticas. No âmbito externo, as ações foram guiadas por princípios de coexistência e de cooperação com as demais nações, configurando uma política externa pacífica e diplomática. Acerca disso, Lafer (1987) afirma que "o internacionalismo pacífico da Nova República inaugura uma convergência plena entre a proposta externa de democratização das relações internacionais que vinha caracterizando a ação do Itamaraty nos últimos anos do regime militar, e o processo interno" (p. 75).

Assim sendo, a autonomia da política externa consolidada durante a ditadura foi mantida, bem como suas condições planejadas desde os anos 1970. Lafer (1987) reforça essa continuidade ao discorrer que:

> A diplomacia brasileira, na linha do que já vinha sendo feito pelo Itamaraty durante o regime militar, vem defendendo as reivindicações dos países do Terceiro Mundo em prol de uma ordem econômica mais justa e equitativa, entendendo, em síntese, que cabe ao país desempenhar em conjunto com outros, com o adicional de legitimidade que deriva de sua proposta interna e com os recursos de poder de que dispõe uma potência intermediária para catalisar iniciativas, um papel positivo neste amplo processo de negociação em curso. (p. 77).

Nesse sentido, de 1985 a 1990, durante o governo de José Sarney, primeiro governante civil após a ditadura, o Brasil esteve em um período de transição. Acerca desse período, Fonseca (2011) afirma que: "A democracia reinstalava-se no Brasil de forma gradual, não se verificando qualquer processo revolucionário e, por isso, também ao nível da política externa não se verificou qualquer corte abrupto com o passado" (p. 34).

Reiterando o argumento, Oliveira (2017) afirma que, apesar das alterações ocorridas na política interna, "a transição democrática dos governos militares para o governo civil não implicou mudanças significativas na condução da política externa da Nova República" (Oliveira, 2017, p. 202), na qual foram mantidas as diretrizes básicas, com mudanças apenas em sua implementação.

Já na década de 1990, os conceitos fundamentais de independência, autonomia, diversificação e universalização, iniciados na década de 1960, foram essencialmente mantidos. Nesse contexto, entre os anos de 1990 e 1992, no governo de Fernando Collor, o conceito de diversificação teve destaque ao priorizar uma gama de parcerias no comércio internacional, refletindo sua abordagem neoliberal ao abrir o mercado brasileiro para a competição internacional. Com tal estratégia, Collor buscou diversificar as relações comerciais do Brasil, reduzindo a dependência em relação a parceiros tradicionais e explorando novos mercados (Nogara, 2019).

[14]Salienta-se que, apesar de eleito, Tancredo Neves não chegou a assumir a presidência, uma vez que faleceu antes de tomar posse do cargo. Sendo assim, seu vice, José Sarney, tornou-se o primeiro presidente civil a exercer seu mandato na Nova República.

Durante o governo de Itamar Franco, que assumiu a presidência de 1992 a 1995, com o intuito de completar o mandato de Collor[15], a perspectiva universalista foi continuada, com a percepção de que o Brasil deveria manter aberta suas opções de parcerias internacionais.

Em 1995, FHC chegou à presidência pela primeira vez, tendo sido reeleito em 1999 para um segundo mandato até 2003. Enquanto social-democrata, Cardoso buscava conciliar políticas econômicas de mercado com programas sociais e um Estado ativo na promoção do desenvolvimento social e econômico (Vigevani et. al, 2003). Dessa forma, a autonomia da política externa brasileira focou na capacidade do país em formular e conduzir suas relações com outros Estados de acordo com seus interesses nacionais (Oliveira, 2017).

Assim, priorizando um país mais ativo no plano internacional, a política externa adotada por FHC durante seus dois mandatos foi caracterizada:

> Pela «diplomacia presidencial», pela aposta na região sul-americana através da integração regional e na revalorização do Mercosul (expoente máximo do regionalismo na América do Sul), pela adopção das regras e dos regimes internacionais, e, num segundo momento, pela intensificação do multilateralismo. A «diplomacia presidencial» valorizou a inserção internacional do país, mas não diminuiu a importância da afirmação regional do Brasil (Fonseca, 2011, p. 38).

No mesmo sentido, Cason e Power (2009) observaram o surgimento de um novo padrão nesse período. Os autores concluíram que a "presidencialização" da política externa foi acentuada a partir desse governo. Tal processo implica que houve um papel direto e crescente do presidente nos assuntos de política externa. Conforme descrito por Lima e Duarte (2013):

> Na ordem política de 1946-64 [...] a delegação de autoridade era maior e o MRE desfrutava então de mais autonomia e latitude na formação da política externa. A presidencialização, ao contrário, reduz enormemente o poder político da burocracia diplomática que deve responder diretamente às orientações presidenciais. (p. 4)

Com a mudança no direcionamento em relação aos governos anteriores, Vigevani e Cepaluni (2007) afirmam que: "a idéia de mudança dentro da continuidade", defendida por Lafer (2001b, p. 108), que prevaleceu no governo FHC, significava que a renovação da política externa deveria caracterizar-se por uma adaptação criativa aos novos desafios internacionais" (Vigevani, 2007, p. 288). Dessa forma, foram efetuados ajustes de programa com relação aos governos anteriores, mas que não resultaram em "uma alteração de maior magnitude dos rumos da política externa do país, ou seja, mudanças de problemas/metas" (Vigevani e Cepaluni, 2007, p. 288).

Após os dois governos consecutivos de FHC, deu-se início, em 2003, ao primeiro mandato do presidente Lula. Esta seção não adentra na política externa a partir deste período, uma vez se dedica um capítulo posterior sobre o seu primeiro governo.

[15]Fernando Collor foi afastado da presidência em 1992 por um processo de impeachment após uma série de acusações de corrupção e irregularidades administrativas. Itamar Franco, sendo seu vice-presidente, assumiu o cargo.

Outrossim, depreende-se que a política externa brasileira, historicamente, possui traços de continuidade, com processos graduais de adaptação ao sistema internacional e momentos pontuais e breves onde se equacionam e praticam outras alternativas. Outro atributo destacado é sua expansividade, procurando aumentar sua participação nas questões internacionais (Pinheiro, 2004). Acerca disso, Fonseca (2011) reitera que nos assuntos diplomáticos:

> A continuidade é um trunfo, serve à credibilidade, pois o jogo diplomático é tecido por compromissos em que os lados supõem que serão cumpridos e a tradição de cumprimento trabalha a favor do Estado que a ostenta, agregando valor ao seu «poder de negociação». (p. 18).

II.1. OS DIREITOS HUMANOS NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Conforme discorrido anteriormente, a política externa de um país abrange a administração das suas relações externas tendo em consideração seus interesses, objetivos e a sua perspectiva sobre o mundo. Nesse sentido, a internacionalização dos direitos humanos inaugurou um novo padrão, regido pelo compromisso com esses direitos e visto como uma nova meta essencial para a plena legitimidade nacional e internacional (Gunderson, 1980).

Dessa forma, ao olhar para países considerados democráticos, as questões referentes a esses direitos foram cada vez mais inseridas nas agendas políticas exteriores. Uma razão para isso é que os governos democráticos tendem a identificarem-se mais com a busca pela consolidação dos direitos humanos no plano interno (Donnellyz, 2013) e, portanto, levar esse objetivo para os assuntos externos parece mais lógico.

O caso do Brasil não foi diferente; com o processo de redemocratização após o período da ditadura militar, a adoção de uma nova Constituição, em 1988, permitiu a garantia aos direitos fundamentais, estabelecendo sua defesa no plano interno. Tais garantias constitucionais possuem caráter imutável e não são passíveis de alterações que visem restringi-las ou suprimi-as. Para além dos compromissos nacionais, a Constituição de 1988 também incorporou ao sistema jurídico brasileiro as obrigações contraídas através de tratados de direitos humanos (Piovesan, 2013).

Dessa forma, a política externa brasileira em relação aos direitos humanos passou por um processo de consolidação e expansão, com diversas etapas. Alves (2008) divide-as conforme os períodos políticos pelos quais o país passou:

> O primeiro período, conservador, corresponde aos anos de 1978 a 1984, quando o país se encontrava sob os Governos Geisel e Figueiredo. O segundo, do Presidente Sarney, nos anos de 1985 a 1989, representaria uma fase de transição. O terceiro período, de adesão aos instrumentos internacionais, cobre os anos de 1990 a 1994, envolvendo as Presidências de Fernando Collor e Itamar Franco. Em 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso tem início um período de valorização do sistema internacional de promoção e proteção aos direitos humanos [...]. (p. 187).

Em sequência, a pauta dos direitos humanos foi sendo cada vez mais presente nos discursos presidenciais (Cervo e Bueno, 2010). Dessa forma, a política externa do país passou a caracterizar-se por alguns fatores, tais como: o aperfeiçoamento das garantias dos direitos e liberdades, a afirmação da identidade democrática, a interdependência entre direitos humanos e democracia e a promoção de uma nova inserção internacional do país (Brandão e Perez, 1998).

Ainda de acordo com Brandão e Perez (1998), com as novas diretrizes da política externa brasileira em direitos humanos, os órgãos diplomáticos do país passaram a atuar enquanto interlocutores entre a sociedade, os organismos internacionais, as organizações não governamentais e o Governo.

Este fato gerou mudanças na administração interna, como a inauguração de foros consultivos e delegações, a influência da opinião pública nos assuntos de política externa, a visibilidade das agendas de política externa nas disputas presidenciais (Milani, 2012).

Destarte, ao aderir aos principais pactos internacionais de proteção dos direitos humanos e ao permanecer membro ativo de negociações e discussões acerca da ampliação desses direitos, o Brasil caminhou para sua plena inserção no sistema internacional e regional de proteção e promoção dos direitos (Milani, 2012).

Assim, através das obrigações contraídas no plano externo, o país modificou sua área legislativa, administrativa e política no plano interno (Macaulay, 2010). Especificamente, no âmbito das Nações Unidas, o país ratificou a maior parte dos acordos internacionais em matéria de direitos humanos.

Dessa forma, na organização, o Estado brasileiro desempenha historicamente papel relevante nos principais órgãos, tais como a Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social. Além disso, é um dos países não-permanentes que mais integrou o Conselho de Segurança[16], permitindo que adquirisse influência nos importantes processos decisórios mundiais e um vasto aproveitamento das práticas políticas que compõem a diplomacia multilateral (Sardenberg, 1995).

Assim, é possível notar que o país conta com um histórico de colaboração com a ONU que transmite a crença de que a organização tem um papel fundamental e, por isso, é preciso haver um esforço para fortalecê-la (Corrêa, 2007). Nesse ponto, Corrêa (2007) salienta que:

> A diplomacia brasileira é parte original deste que se tornou o grande projeto coletivo da sociedade internacional no Século XX. Membro fundador da Organização, o Brasil sempre atribuiu à ONU um papel central na formulação e na execução de sua política externa. A qualidade de Estado-membro ativo e plenamente participante da ONU tornou-se parte indissociável da personalidade internacional do Brasil. (p. 21).

Além disso, as resoluções propostas no Conselho de Segurança, os votos e os posicionamentos em tantos outros fóruns moldaram a imagem de uma nação cuja política externa prioriza o vínculo com as Nações Unidas, sendo um país "dedicado à paz mundial e da região, de larga tradição de convivência fraterna com seus vizinhos e de promoção de relações

[16]Sua participação, até o período dessa investigação, ocorreu em 11 mandatos (1946-1947; 1951-1952; 1954-1955; 1963-1964; 1967-1968; 1988-1989; 1993-1994; 1998-1999; 2004-2005; 2010-2011 e; 2022-2023).

harmoniosas entre os Estados, com reconhecida fidelidade aos compromissos assumidos na Carta das Nações Unidas" (Sardenberg, 1995, p. 121).

Nesse sentido, o Brasil sempre priorizou as diretrizes da ONU na formulação e execução da sua política externa (Corrêa, 2007). Tal posição, juntamente com sua atuação ativa e participante, acabaram tornando-se características associadas à sua imagem na organização perante os demais países-membros, delegando um certo destaque ao Brasil e atribuindo-lhe vínculos diplomáticos (Trindade, 2000).

Prova disso é o fato de que o Brasil, costumeiramente, é o primeiro país a discursar no Debate Geral. A primeira ocasião em que o país abriu as reuniões da Assembleia Geral foi em 1949. E, embora o Brasil tenha discursado primeiro também nos anos de 1950 e 1951, foi só a partir de 1955 que tornou-se o primeiro orador oficial nos debates gerais[17] (ONU, 2015).

Por se tratar de uma tradição, não há registros formais das razões para tal prática. Dessa forma, uma das explicações está inserida no contexto de bipolarização gerado pela Guerra Fria, que fez com que o Brasil fosse escolhido pela neutralidade e para que a primazia dos discursos não fosse dada aos países alinhados aos Estados Unidos ou à União Soviética. Sobre tal prática, o ex-Ministro brasileiro das relações exteriores (2005-2009), Eugênio Garcia, explica que:

> "A origem dessa tradição de ser o Brasil o primeiro a discursar remonta a um período de Guerra Fria, de muito antagonismo entre os países, do conflito Leste-Oeste [...]. O Brasil se apresentava como uma opção dentro dessas disputas do bloco. E a partir de 1949, quando foi o primeiro a discursar, isso foi se repetindo e gradualmente se estabelece uma prática" (Garcia, 2015, s.p).

Outra explicação sugere que durante os primeiros anos de funcionamento da ONU, o Brasil prontificou-se a ser o primeiro a falar, ocasião em que nenhum outro país voluntariou-se para tal, tornando essa prática uma tradição como forma de reconhecimento ao compromisso do país com as reuniões (ONU, 2015).

Quanto a essa prática as Nações Unidas, em página oficial, afirmam que "over time, certain customs have emerged during the general debate, including the custom of the order of the first few speakers" (ONU, 2023). Assim, em 1955, tal costume foi incorporado oficialmente após aprovada por resolução da Assembleia Geral[18] (ONU, 2015).

Cabe destacar, ainda, que a primeira vez que um discurso foi feito por um presidente brasileiro enquanto representante do país foi apenas em 1982, sob o governo de Figueiredo. Antes dele, a tarefa sempre ficava a cargo do chanceler ou embaixador. Somente a partir 1982 os discursos de abertura passaram a ser feitos pelo presidente em exercício (Valença e Carvalho, 2014).

Segundo Corrêa (2007), o fato de o Brasil ter a oportunidade de discursar primeiro conferiu uma importância latente aos discursos. Nesse sentido, para o autor:

[17]Entre 1946 e 1954, outros países, além do Brasil, discursaram primeiro. O México foi o primeiro país a discursar em 1946 e 1947, Filipinas em 1948, Cuba em 1952, Estados Unidos em 1953 e Canadá em 1954 (ONU, 2023).
[18]Salienta-se que, mesmo depois do estabelecimento oficial da tradição, houve duas ocasiões em que o Brasil não discursou primeiro. Nos anos de 1983 e 1984, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, fez seu pronunciamento antes do representante do Brasil (ONU, 2023).

> Essa circunstância sedimentou na diplomacia brasileira uma valoração elevada da importância dos discursos de abertura do Debate Geral, que foram, na realidade, durante muitos anos o principal veículo de que dispunha a diplomacia brasileira para se fazer ouvir internacionalmente. Contrariamente à grande maioria das delegações que intervêm no Debate Geral, mais preocupadas com questões tópicas, os Chefes de Delegação do Brasil, por serem os primeiros a falar, costumam apresentar discursos abrangentes, em que a avaliação da situação internacional figura como pano de fundo para a enunciação da visão brasileira do mundo e para a apreciação das principais questões internacionais. (p. 22)

Nesse contexto, o discurso diplomático é, para o Brasil, um modo de definir parte de sua política externa, agregar interesses, interagir e buscar equilíbrio, uma vez que a capacidade do país em expressar-se por meios de poder é limitada (Corrêa, 2007).

Na tratativa específica dos direitos humanos, a atuação do Estado brasileiro é traduzida em episódios que, historicamente, marcaram a importância da temática para o país. Cronologicamente, o país foi parte ativa do processo de elaboração da DUDH de 1948 e, em seguida, dos principais pactos e convenções acerca da temática. Conforme evidenciado por Cançado Trindade (2000):

> Participou o Brasil dos *travaux préparatoires* da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965). [...] Posteriormente, os *travaux préparatoires* da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes de 1984, a cargo de um Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, contaram com a ativa participação da Delegação do Brasil em todas as suas fases. [...] Enfim, participou o Brasil igualmente dos trabalhos preparatórios da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). (p. 37)

Para além de todas as convenções internacionais ratificadas[19], o fato de o Brasil ser reconhecido como um agente internacional proativo, conferiu ao país um significativo prestígio internacional nesse âmbito (Valença e Carvalho, 2014).

A evolução e a interação entre os direitos humanos e a democracia são vistos como um trabalho em andamento, tanto em termos dos valores expressos pelas instituições, quanto pelos indivíduos e as práticas dessas instituições (Whitehead, 2002), uma vez que a experiencia democrática contínua do Brasil é um fenômeno recente, tendo passado por dois períodos sob um regime autocrático. Primeiro, a ditadura civil na Era Vargas de 1937 a 1945 e em seguida, a militar, de 1964 a 1985.

[19]Além das destacadas por Cançado Trindade, alguns outros instrumentos internacionais no âmbito dos direitos humanos ratificados pelo Brasil são: a Convenção contra o Genocídio, de 1948; a Convenções de Genebra sobre a Proteção das Vítimas de Conflitos Bélicos, de 1949; a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951; a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes de Lesa Humanidade, de 1968; a Convenção Internacional sobre a Repressão e o Castigo ao Crime de Apartheid, de 1973; a Convenção sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e de seus Familiares, de 1990; a Convenção sobre a Diversidade Biológica, de 1992; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006 e o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 2009.

Assim, o arrefecimento da ditadura militar a partir de 1974, somado ao atributo de relativa independência do Itamaraty, permitiram que os diplomatas brasileiros continuassem a envolver-se com os regimes internacionais de direitos humanos, mesmo que no plano interno houvesse uma ruptura com tais direitos. Acerca disso, Macauly (2010) coloca que:

> A culture of internationalism and legalism, characteristic throughout the continent but particularly strong within the "insulated" bureaucracy of Brazil's Foreign Ministry has led Brazil over the past half-century to play a key role in the construction of the international human rights apparatus. (p. 136)

Dessa forma, destaca-se que a diplomacia brasileira ajudou a redigir os dois principais pactos das Nações Unidas, sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos aprovados em 1966 e vigentes desde 1976.

Ainda em 1978, o Brasil tornou-se membro da Comissão de Direitos Humanos da ONU, onde pôde envolver-se na elaboração de tratados como a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Ou Penas Cruéis Desumanos Ou Degradantes e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, ambas em 1984 (Macauly, 2010).

Sarney, enquanto primeiro presidente do período democrático, assinou o Pacto Internacional Dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional Dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção contra a Tortura, que o Brasil havia ajudado a elaborar ainda durante o regime militar, mas não havia assinado seu conteúdo (Macauly, 2010).

Também foi responsável por assinar, em âmbito regional e fora do ambiente da ONU, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Na ocasião, Sarney discursou ao Congresso acerca da importância da sua ratificação, afirmando que ajudaria a anunciar, internacionalmente, a conversão do Brasil para uma democracia e a sedimentar a imagem do país enquanto uma nação que respeita e garante os direitos humanos (Piovesan, 2006).

Tais ações deram continuidade à tendência de adesão às normas internacionais de direitos humanos e inserção gradual do Brasil no sistema internacional. Segundo Macauly (2010), essa estratégia foi adotada pela maioria dos países da América do Sul que passaram pelo processo de redemocratização, com o intuito de reforçar a legitimidade internacional do governo e fortalecer as instituições democráticas nacionais.

O governo Collor inseriu o Brasil de maneira mais enfática nas discussões da comunidade internacional ao sediar, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. Além disso, foi no seu governo que o Brasil recebeu, pela primeira vez, visitas de organizações como a Human Rights Watch e a Anistia Internacional (Macauly, 2010).

Além disso, foi durante seu governo que o Congresso brasileiro ratificou as Convenções assinadas durante o governo de Sarney, notadamente os dois Pactos internacionais e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, todos ratificados em 1992. Ainda internamente, implementou o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1991, inspirado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990 (Macauly, 2010).

Seu sucessor, Itamar Franco, impulsionou o multilateralismo através da sua participação na Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos de 1993, em Viena.

Na ocasião, o diplomata brasileiro Gilberto Sabóia foi responsável por presidir a Comissão de Redação, na qual "played a key role in building consensus, defending the universality principle in the face of the Asian countries' argument of cultural relativism" (Macauly, 2010, p. 138).

Nesse sentido, o Estado brasileiro conquistou um "reconhecimento extraordinário na Conferência de Viena sobre Direitos Humanos ao ser escolhido por unanimidade – sem haver se candidatado – para a Presidência do Comitê de Redação" (Gorczevski, 2009, p. 2735).

Conforme Saboia (1993), uma das razões que qualificam a presença brasileira para operar como mediador nos órgãos internacionais de direitos humanos é a propriedade do país para tratar de problemas e questões específicas dos países em desenvolvimento. O diplomata afirma que "o Brasil, e em grande medida a América Latina em seu conjunto, apresentam-se como elemento moderador, capaz de contribuir, sem paternalismo ou condescendência, para a busca de soluções que propiciem o progresso dos direitos humanos, sem confrontações desnecessárias" (Saboia, 1993, p. 11).

Em seguida, sob o governo FHC, o alinhamento do Brasil com os padrões internacionais de direitos humanos e o multilateralismo foram intensificados e tornaram-se princípios fundamentais da política externa, caracterizando o país como um cumpridor de regras (Whitehead, 2001). Nesse contexto, o país aceitou ser monitorado pelas agências da ONU e, regionalmente, pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos acerca da ocorrência de violações de direitos humanos no seu âmbito interno. Dessa forma:

> Both accepting and utilizing the "soft power" of the international human rights regime, the Cardoso government was able to defuse the hostility of nationalist-conservative sectors of the state towards supranational human rights Governance [...]. The Supreme Court had been divided as to whether Brazil's international treaty obligations legally overrode the 1988 Constitution. (Macauly, 2010, p. 140)

Percebe-se, portanto, que as atuações brasileiras na ONU no âmbito dos direitos humanos contam com um padrão voltado à participação, tanto em fóruns, quanto na formulação de tratados. Ainda, Risse, Ropp e Sikkink (1999) afirmam que os países, historicamente, passam por uma sequência de estágios em relação às políticas e normas de direitos humanos.

Síntese Conclusiva

Esta seção retomou o que entende-se por política externa e ideologia no contexto desta investigação, dando ensejo para tecer considerações sobre a ideologia levada até a política externa dos Estados. Em seguida, de maneira específica, focou na política externa brasileira, destrinchando-a por fases históricas e características e abordando as atuações do país nas Nações Unidas, relação que compõe uma parte de sua política externa. Por fim, trouxe um panorama histórico das tendências da política externa brasileira em direitos humanos. Assim, esta seção, juntamente com a primeira, procurou introduzir o âmbito em que o objeto do estudo está inserido, a ONU; o tema geral, a política externa brasileira; e a temática específica, os direitos humanos.

III. LULA: HISTÓRICO E PERCURSO POLÍTICO

A partir deste capítulo adentra-se na seção de análise da pesquisa. Por ordem cronológica, o capítulo 3 abrange os discursos feitos por Lula na abertura da Assembleia Geral da ONU durante o seu primeiro mandato. Dessa forma, divide-se em duas seções com suas respectivas subsecções: a primeira faz uma contextualização e abordagem histórica da sua trajetória política até a chegada à presidência, versando também sobre as políticas interna e externa em vigor durante seu mandato e, especificamente, aborda como o governo tratou a temática dos direitos humanos. A segunda inicia a análise qualitativa e quantitativa dos discursos, apresentando o contexto nacional e internacional em que foram proferidos. Por fim, traz também a apresentação dos resultados.

A trajetória política de Luiz Inácio Lula da Silva[20] é marcada por sua origem no Nordeste do Brasil e sua migração para o estado de São Paulo em busca de melhores oportunidades, onde ingressou em um curso profissionalizante de tornearia mecânica e iniciou sua militância sindical (Bourne, 2008).

No final da década de 1970, Lula destacou-se enquanto líder sindical ao comandar greves em oposição ao regime militar, tornando-se uma figura central na luta por direitos trabalhistas e na oposição à ditadura (Anderson, 2011).

A partir de então, os sindicalistas tornaram-se uma das organizações mais ativas na oposição à ditadura militar brasileira, envolvendo-se não apenas nas causas trabalhistas e sociais, mas também adentrando no cerne da política (Anderson, 2011).

Tal engajamento impulsionou sua participação na fundação de um partido político voltado para a defesa dos trabalhadores (Bourne, 2008). Segundo Anderson (2011), a criação do partido também era um meio de garantir que as classes trabalhadoras tivessem uma participação mais ativa nas decisões políticas.

Dessa forma, em 1980, a partir do movimento sindical, foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT)[21], fruto da comunhão de acadêmicos, lideranças sindicalistas, setores progressistas da igreja católica e de movimentos artísticos, estudantis e operários (Kinzo, 1993). Acerca da criação do partido, Bourne (2008) discorre que:

> The PT was the creation of a group of people who had been radicalized by their experiences fighting for union rights in the late 1970s. It was not a creation of Lula alone, though he was a symbolic, charismatic figure. It was part of a much wider context

[20]Apesar de popularmente conhecido como "Luiz Inácio Lula da Silva" ou simplesmente "Lula", seu nome de nascimento não contém tal palavra. A alcunha "Lula" é uma forma reduzida do seu nome, Luiz, e lhe foi designada ainda no período em que era representante sindical (Bourne, 2008).

[21]Salienta-se que a fundação do PT foi viabilizada pela gradual abertura política nos últimos anos do regime militar, que havia imposto o bipartidarismo desde 1965, permitindo apenas a existência da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), apoiadora do governo, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma oposição controlada (Reis, 2014). O retorno ao pluripartidarismo em 1979 permitiu que novos partidos políticos, tais como o PT, começassem a atuar novamente no Brasil, conforme disposto na Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que regula a existência, organização e funcionamento dos partidos políticos no país.

> of the struggle for democracy and socioeconomic progress in the dying days of the military regime. (p. 53)

Foi nesse contexto que surgiu, no Brasil, a distinção dos partidos entre esquerda e direita. Segundo Madeira e Tarouco (2011), em muitos países, "Esquerda e Direita são categorias constantemente utilizadas como referência para mapear espacialmente a posição de diferentes partidos políticos de um mesmo sistema partidário" (Madeira e Tarouco, 2011, p. 174).

Entretanto, no contexto brasileiro, as autoras explicam que: "Após o final do regime autoritário, a definição do significado de esquerda-direita estava intimamente relacionada ao envolvimento, ou não, de partidos e grupos políticos com o antigo regime. (Madeira e Tarouco, 2011, p. 175)

Dessa forma, a classificação do PT e, consequentemente, dos seus membros, enquanto membros da esquerda política versa sobre sua origem enquanto oposição ao governo militar e suas lutas pelos direitos políticos e sociais negligenciados ou suprimidos por esse regime (Madeira e Tarouco, 2011).

Para Bourne (2008), a criação do PT "was divisive because it overtly introduced class-based politics to Brazil" (Bourne, 2008, p. 49). Nesse sentido, a ideologia comumente associada aos partidos de esquerda passou a estar vinculada a candidatos cujos discursos, propostas e programas prometiam realizar mudanças e ações socioeconômicas benéficas aos setores populares da sociedade e aos trabalhadores (Toledo, 2008).

No mesmo contexto, o fim da ditadura militar e a reabertura política também possibilitaram o advento das "Eleições Diretas de 1982". As disputas foram marcadas por uma maior liberdade política, embora ainda tenham sido realizadas sob um contexto de restrições e controle por parte do regime que, mesmo enfraquecido, ainda estava vigente (Aarão, 2014). Dessa forma, foram realizadas votações apenas para a Câmara dos Deputados, Senado Federal, governadores e algumas prefeituras.

As eleições de 1982 foram, portanto, a primeira disputa eleitoral da qual Lula participou e, concorrendo para o cargo de governador do estado de São Paulo, não foi eleito. Entretanto, permaneceu atuante no campo político, o que logrou em sua eleição como Deputado Federal pelo estado de São Paulo em 1986, tendo sido o candidato mais votado do país (Gomes, 2006).

A campanha de Lula para deputado foi fundamentada na necessidade da representação da classe trabalhadora no Congresso brasileiro e na elaboração da nova Constituição Federal, conforme divulgado no Cartaz da campanha de Lula em 1986, disposto na Figura 1 do Anexo A desta investigação.

Em 1989, Lula candidatou-se pela primeira vez à eleição para presidência do Brasil. A ocasião marcou também a primeira eleição presidencial a ser decidida através do voto direto desde 1960, fato que levou a disputa eleitoral a possuir uma expressiva concorrência, com 22 candidatos (Guilherme, 2016).

Em sua primeira disputa para presidência, Lula obteve sucesso em chegar ao segundo turno, no qual perdeu para Fernando Collor de Mello, candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). No primeiro turno, Lula obteve 16% dos votos, contra 28% de Collor. Na ocasião do segundo turno, obteve 47% dos votos válidos, enquanto o opositor obteve 53%

(Guilherme, 2016). Mesmo com o resultado acirrado, Lima (2001) atribui os seguintes fatores para a vitória de Collor sobre Lula:

> A grande habilidade de Collor foi, mediante eficiente estratégia de marketing, identificar-se com a temática e as posições políticas construídas no e pelo CR-P (Cenário de Representação da Política). Adaptando sua imagem pública ao 'perfil ideal' de candidato, paulatinamente impôs-se ao 'moderno' establishment (nacional e/ou associado) como o único capaz de encarnar e representar os seus interesses, articulando assim seu apoio e conquistando os votos 'não-ideológicos' dos eleitores que lhe garantiram a vitória. (p. 219)

Paralelamente, a campanha de Lula dialogava com as pautas identitárias que acompanhavam seus discursos desde seu percurso enquanto sindicalista. Assim, em 1989, seu programa de governo foi dividido nos seguintes eixos: Democracia, Economia, Plano Alternativo, Questão Agrária, Questão Urbana e Sociedade, todos voltados à causa sindical e à necessidade de consolidar essa pauta enquanto elemento fundamental para a democratização do país (Gomes, 2006).

Um dos cartazes da primeira campanha eleitoral de Lula enquanto candidato a presidente, apresentado na Figura 2 do Anexo A, evidencia os compromissos do governo e o slogan, fundamentando a priorização dada aos direitos sociais ao destacar "Salário", "Moradia", "Saúde" e "Educação".

Nas duas eleições seguintes, em 1994 e 1998, concorreu novamente, tendo sido derrotado nas duas ocasiões pelo mesmo oponente, Fernando Henrique Cardoso, candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Nestas duas eleições não conseguiu chegar até o segundo turno (Gomes, 2006).

Em 1994, diferente das eleições de 1989, apenas 8 candidatos disputaram a presidência até o final[22], fato que favoreceu o aumento da quantidade de votos obtidos por Lula comparado às eleições anteriores, uma vez que os votos foram redistribuídos.

A segunda tentativa de Lula de chegar à presidência contou com um programa de governo dividido nos eixos: Frente Brasil Popular pela Cidadania, Saúde, Democracia, Nordeste, Reforma Urbana e Pequena Produção: micros, pequenas e médias empresas, novamente tendo a questão sindical presente em todos as pautas (Gomes, 2006). Assim, sua campanha destacava a necessidade de garantia aos direitos sociais, mantendo seu discurso a favor da educação, da democracia e do combate à fome, conforme ilustrado nos Cartazes de sua campanha, correspondentes às Figuras 3 e 4 do Anexo A.

No entanto, mesmo com um aumento no número de eleitores, o lançamento do Plano Real, articulado por FHC enquanto ainda ocupava o cargo de Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, gerou impactos positivos sobre os índices de inflação e o poder de compra da população. Dessa forma, a queda da inflação e a estabilidade monetária alcançada no país foram fatores determinantes para a crescente popularidade de Fernando Henrique, que culminou em sua vitória (Gomes, 2006).

[22]O 9º candidato à disputa, Flavio Rocha, do Partido Liberal (PL), desistiu da campanha ao ser alvo de denúncias de corrupção (Gomes, 2006).

Nas eleições presidenciais de 1998, o eleitorado de Lula voltou a crescer, levando-o a obter 31% dos votos. Entretanto, não foi suficiente para a sua eleição e a reeleição de FHC consolidou-se com 53% dos votos[23].

Nesse contexto, a crise internacional das economias emergentes e o aumento das taxas de desemprego do país somaram-se como fatores para o resultado eleitoral. Fernando Henrique, visando ser reeleito, logo tomou medidas para contornar o cenário, anunciando um pacote de medidas fiscais que objetivava mostrar ao eleitorado que possuía preparo e capacidade de superar a crise. Além disso, FHC sustentava sua campanha no seu histórico de sucesso enquanto Ministro da Fazenda, afirmando que "só quem venceu a inflação, pode derrotar o desemprego" (Gomes, 2006, p. 13).

Paralelamente, Lula viu na crise uma possiblidade de culpabilizar a gestão do seu principal oponente. Dessa forma, dividiu seu programa de governo nos eixos: Agricultura, Desenvolvimento Urbano da Cidade, Emprego e Saúde (Gomes, 2006). Nesse sentido, pôde dar ênfase ao seu discurso contra o desemprego, sendo esse o principal tema da sua campanha neste ano, conforme um dos cartazes divulgados em sua propaganda eleitoral, ilustrado na Figura 5 do Anexo A.

Na eleição subsequente, em 2002, Lula candidatou-se novamente, ocasião em que alcançou a vitória contra José Serra, condidato do PSDB[24]. Após 3 derrotas consecutivas nas disputas eleitorais, a vitória do candidato do PT contou com alguns fatores que contribuíram para sua concretização. Figueiredo e Coutinho (2003) colocam uma dessas razões como:

> A análise do contexto em que se desenvolveu a eleição de 2002 deve considerar que o Brasil vinha de duas eleições decididas em primeiro turno a favor de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em parte, devido ao extenso período no poder, a popularidade de seu governo foi corroída no segundo mandato, quando ocorreram, em 1999, a crise cambial, com a consequente desvalorização do Real e, em 2001, o racionamento de energia, criando um cenário difícil para o candidato tucano José Serra na disputa eleitoral. (p. 95)

Outra razão foi a mudança de estratégia adotada após as derrotas. Mirando nas eleições seguintes, Lula passou a formar alianças com grupos políticos mais conservadores, apresentando propostas eleitorais mais moderadas e mostrando uma flexibilização em aspectos ideológicos ao formar coalizões com partidos que estavam ao centro e à direita do espectro ideológico (Krause e Godoi, 2010). Assim:

> Ao incorporar partidos como PMDB, PP, PTB e PL, o governo Lula conseguiu obter um menor custo de aprovação de agenda governamental do que se tivesse optado por realizar um governo de minoria. Todavia, esta coalizão heterogênea retirou do governo

[23]Destaca-se que a reeleição de Fernando Henrique em 1998 só foi possível uma vez que ele, em 1997, enviou uma proposta de emenda à Constituição que visava a instauração de dois mandatos consecutivos. Sua proposta, após recebida pela Câmara dos Deputados, foi aprovada em primeiro e segundo turnos. Em junho do mesmo ano o Senado confirmou a decisão. Antes disso, a Constituição não permitia a reeleição no país (Gama, 2011).

[24]José Serra foi o sucessor político escolhido para disputar como principal adversário de Lula, uma vez que FHC, o oponente anterior, já havia completado 2 mandatos seguidos na presidência, sendo vetado pela Constituição a candidatar-se a uma nova reeleição (Brasil, 1988).

> uma possibilidade de um conteúdo ideológico mais claro situado à esquerda. (Rebello, 2020, p. 317)

Nesse contexto, escolheu um membro do Partido Liberal (PL), José de Alencar, para ser seu vice, consolidando uma aliança política que simbolizava seu novo discurso moderado e disposto a dialogar com outros setores da sociedade, objetivando atrair novos eleitores (Gomes, 2006). Dessa forma, "em 2002, Lula renasce das cinzas eleitorais como candidato não só dos petistas, mas de uma parcela maior da população brasileira" (Rennó e Cabello, 2010, p. 39).

Segundo Gomes (2006), nas campanhas eleitorais de 1989, 1994 e 1998, nas quais foi derrotado, Lula demonstrava ser um candidato de esquerda que tecia críticas às elites políticas e sociais e aos privilégios que iam de encontro aos interesses da classe trabalhadora. Entretanto, esse posicionamento mais radical foi suavizado ao longo dos anos até que, em 2002, culminou na imagem de um candidato mais moderado e flexível. Tal estratégia adotada foi necessária uma vez que:

> Lula, que já havia sido derrotado em três eleições presidenciais sucessivas e era por isso estigmatizado – como também por sua inexperiência administrativa, por sua imagem solidificada como líder radical de esquerda, promotor de greves e por não ter diploma de ensino superior – precisava ainda mostrar como pretendia governar o Brasil num cenário complexo, marcado por crises sucessivas nos mercados financeiros internacionais. (Figueiredo e Coutinho, 2003, p. 114)

Assim, as promessas da campanha de 2002 versavam acerca de um governo que iria manter as decisões econômicas concretizadas por FHC, ao mesmo tempo em que enfatizava um compromisso com a luta contra a pobreza, a desigualdade e o emprego. Tais fatores, somados à ascensão de uma personalidade carismática dentro de um partido com dimensões nacionais, auxiliaram na vitória de Lula (Anderson, 2011). Sob a égide dessas promessas, o primeiro governo Lula iniciou-se a 1º de janeiro de 2003 e estendeu-se até 31 de dezembro de 2006.

III.1. O GOVERNO LULA (2003-2006)

O primeiro governo Lula iniciou-se com uma crescente expectativa de seus eleitores fundamentada pela vitória de um político que, pela primeira vez, advinha das camadas mais humildes da sociedade e prometia romper com o sistema socioeconômico excludente historicamente vigente no Brasil (Bourne, 2008). Dessa forma, a vitória de Lula significou a ascensão de um líder com uma visão "nascida da identificação social, para compreender que o Estado brasileiro podia se dar ao luxo de ser mais generoso com os menos favorecidos" (Anderson, 2011, p. 51).

Em seu discurso de posse, Lula reafirmou seu compromisso com seus objetivos relacionados à justiça social, prometendo combater a fome e gerar empregos. Entretanto, o contexto econômico demandava outras urgências e as primeiras ações do governo Lula foram

voltadas ao ajuste das contas públicas, uma vez que o equilíbrio entre os gastos do governo e a sua arrecadação era uma das condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para aprovar ajuda ao país (Barbosa, 2012).

Assim, segundo Flynn (2005), a questão principal a ser respondida era como as promessas de mudanças feitas por Lula seriam cumpridas e como ele conciliaria tais promessas com seu compromisso em dar continuidade às políticas econômicas anteriores.

Dessa maneira, a primeira fase do governo é caracterizada tanto por mudanças, quanto por continuidade (Fagnani, 2011). Por um lado, Lula manteve sua promessa de manter medidas econômicas vigentes no Brasil, conservando as diretrizes principais do governo FHC, tendo sido o primeiro presidente desde a redemocratização a não criar um plano econômico próprio (Barbosa, 2012). Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007):

> O governo Lula reafirmou a política econômica herdada do governo anterior e, apoiado no melhor desempenho conjuntural do setor externo, deu novo fôlego ao modelo, legitimando-o politicamente e soldando mais fortemente os interesses das diversas frações de classe participantes do bloco do poder dominante. (p.112)

As mudanças, por outro lado, foram empregadas no campo social. O combate à fome e ao desemprego foram pautas comuns em todas as campanhas eleitorais de Lula, que focou em desenvolver e implantar políticas públicas e programas sociais visando alcançar a outra parcela do seu eleitorado (Gomes, 2006).

Nesse contexto, o governo anunciou a criação do programa Fome Zero[25], iniciado com a meta de erradicar a fome em quatro anos e reduzir a subnutrição até o ano de 2015 (FAO, 2002). Entretanto, o destaque dado ao Fome Zero foi reformulado pela instauração do programa Bolsa Família, em outubro de 2003, que passou então a ser a principal política social do governo Lula (Fagnani, 2011).

Salienta-se que tais mudanças nas políticas sociais foram mudanças estruturais no sentido de ampliá-las e aperfeiçoá-las, uma vez que o governo FHC já havia dado início a políticas públicas voltadas à assistência social, como o Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa alimentação e o Programa Comunidade Solidária. Assim, o Programa Bolsa Família foi estruturado no sentido de unir os diversos programas sociais formulados durante os governos de FHC e de Lula (Jaccoud et al, 2009). Acerca dos resultados atingidos, Anderson (2011) reitera que:

> Combinados, o crescimento econômico mais rápido e a distribuição de renda mais ampla conseguiram a maior redução na pobreza na história brasileira [...]. Metade dessa dramática transformação pode ser atribuída ao crescimento, a outra metade a programas sociais — financiados, é claro, pelas maiores receitas oriundas do crescimento." (p. 29)

[25]O programa objetivava, além da transferência direta de renda para os indivíduos alvo, reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar, programas de desenvolvimento territorial, programas de geração de trabalho e renda, desoneração tributária dos alimentos básicos, distribuição de alimentos, merenda escolar, programa de alimentação do trabalhador, produção para o consumo próprio, bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, construção de cisternas para armazenamento de água (Silva et al, 2010).

No mesmo sentido, Hunter e Power (2007) também atribuem o sucesso das políticas de redução da pobreza ao ambiente econômico propício:

> [...] it can be noted in passing that the Bolsa Familia, a program based on monthly cash transfers to the poor, simply could not have worked in the hyperinflationary environment that prevailed in Brazil before the presidency of Fernando Henrique Cardoso. Years of painful reforms and newfound stability have afforded Brazil some space for policy experimentation, and this has redounded largely to Lula's advantage. (p. 24)

No entanto, a literatura não é unânime ao analisar de maneira positiva os programas sociais estabelecidos pelo governo. Filgueiras e Gonçalves (2007) afirmam que programas como o Bolsa Família não foram eficazes para enfrentar os mecanismos estruturais de reprodução das desigualdades, servindo apenas para administrar a pobreza, uma vez que "mantém em permanente estado de insegurança, indigência e dependência o seu público-alvo, permitindo, assim, a sua manipulação política" (Filgueiras e Gonçalves, 2007, p. 163).

Em outro eixo, tendo a educação também como um dos principais alvos do seu programa de campanha, o governo Lula investiu em programas que visavam aumentar o número de estudantes em escolas e universidades, bem como a qualidade do ensino. Nesse sentido, Fagnani (2011) descreve que:

> O triênio 2003-2005 é marcado pela definição das prioridades do Ministério da Educação (MEC). O ponto de partida foi a divulgação do documento "alinhamento Estratégico – MEC", que organiza os fundamentos que iriam nortear a concepção do Plano Plurianual da educação para 2004-2007. Dentre as ações estruturais formuladas nessa quadra destaca-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a reforma da educação superior. (p. 58)

Com as medidas e políticas implementadas e com os resultados atingidos, Lula terminou seu primeiro mandato com aprovação popular de 52%, segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) de dezembro de 2006 (Datafolha, 2006).

Tal resultado surpreendeu a oposição e os críticos do governo pois o fim do seu primeiro mandato foi marcado por notícias acerca de esquemas de corrupção envolvendo membros diretamente ligados ao seu governo e partido, fazendo com que muitos deles fossem desligados de seus cargos. Nesse contexto, Hunter e Power (2007) explicam os acontecimentos:

> Allegations of serious and systematic malfeasance first emerged in June 2005, centering on the monthly payments the government made to deputies from allied parties to secure their support in Congress (the so-called mensalão). Shortly thereafter, news broke of the *caixa dois* (second cash till), whereby PT mayors lined the party's campaign coffers with illegal revenues from bus companies and trash collection agencies contracted in their cities […]. Amid investigations over these and related charges, several historic PT figures who held important positions in the government (including presidential advisers

> Jose Dirceu and Luis Gushiken), the president of the party José Genoino), and later Finance Minister Antôno Palocci all resigned under a cloud. (p. 2-3)

Segundo Flynn (2005), a principal razão para o contínuo suporte e aprovação ao governo Lula está relacionada à melhora de índices econômicos e suas consequências. O autor afirma que:

> Apart from during his first year in office, former president Cardoso never saw GDP growth of over 5%, whereas, in 2004 under Lula, it was 5.2%, the best economic performance for more than a decade, even though, admittedly, starting from a low base of only 0.5% growth in 2003 [...]. There were also better figures on unemployment, which in December 2004 in the six major metropolitan regions fell to 9.6%, the lowest figure in three years. There was also good news on inflation [...]. By December 2004 inflation for the year was calculated to be 7.54%, near to the 7.5% rate for 2001 and close to the upper limit target set by the Central Bank, at 8%. (p. 1224)

Assim, tais fatores, juntamente com a administração da figura de Lula enquanto líder disposto a mudar a realidade econômica e social conseguiram levar seu governo à reeleição.

III.1.1. A política externa no governo Lula

Após elucidadas as características e políticas domésticas do primeiro governo Lula, parte-se para um olhar acerca da política externa do mesmo período. Nesse sentido, o governo Lula atribuiu um papel à diplomacia, implicando que representaria "uma espécie de alavanca fundamental do processo de desenvolvimento, que deveria ser marcado pela integração soberana na economia internacional e pela mudança nas 'relações de força' do mundo atual" (Almeida, 2007, p. 3).

Para Zilla (2017), havia uma tendência em definir a política externa como um reflexo da política interna, utilizando as relações e decisões tomadas externamente como meio de beneficiar o aspecto socioeconômico nacional. De maneira recíproca, as políticas internas prósperas também eram utilizadas como meio de promover uma melhor posição do país no contexto internacional (Zilla, 2017). Nesse contexto:

> The Brazilian government's efforts towards a fairer allocation of resources within its own borders – through prominent social policy – therefore corresponded to similar demands within a global context. [...] Accordingly, social justice, as it relates to the distribution of material and immaterial goods, also became the dominant narrative of the Lula government's foreign policy. (Zilla, 2017, p. 19)

Assim, a imagem projetada do Brasil foi a de um país emergente que obteve sucesso ao combinar crescimento econômico com redistribuição de renda internamente, utilizando-se dessa narrativa para defender que o mesmo poderia ser feito no âmbito internacional. Acerca disso, Zilla (2017) afirma que "In the same manner that he advocated solidarity among

developing and emerging countries, Lula rhetorically promoted an equitable distribution of power and opportunity between the North and the South." (p. 19).

Para alcançar este cenário internacional mais equitativo, o governo Lula adotou uma estratégia de aproximar-se de países que, até então, não eram priorizados nas relações internacionais brasileiras, ao mesmo tempo em que mitigou a ênfase aos Estados Unidos e aos países europeus.

Ainda, a prioridade conferida à América do Sul foi destacada por Lula já no seu discurso de posse, no qual enfatizou seu desejo de priorizar as relações com os países sul-americanos com o intuito de construir uma região próspera e unida. Para tal, focou no fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e no aprofundamento da integração sul-americana (Almeida, 2007). Conforme Cruz (2005):

> President Luis Inacio "Lula" da Silva and Foreign Minister Amorim have pointed out, "undoubtedly, our chief priority is South America." The aim of having a politically stable, socially fair, and economically prosperous South America is an objective to be pursued not only for a natural sense of solidarity, but also in order to achieve further progress and well-being [...]." (p. 15)

Além disso, ao defender a adoção de uma política externa regional mais ativa, Lula afirmava que o Brasil não continuaria sendo um seguidor dos Estados Unidos e de suas políticas econômicas (Almeida, 2007), desenhando a busca por uma política externa descentralizada e diversificada.

Essa abordagem caracterizou uma "autonomia pela diversificação" (Cepaluni et. al, 2009), garantindo a ampliação de relações com países fora do eixo EUA-Europa, com o intuito de "aumentar a capacidade de influência do Brasil na região e no mundo" (Fonseca, 2011, p. 120).

Assim, Lula deu continuidade ao objetivo de unir o Brasil a Estados que possuíam o mesmo interesse em ascender no cenário internacional através de uma reestruturação no *status quo* existente. Para tal, ao longo do seu primeiro mandato, procurou estreitar a relação e o diálogo com tais países, o que logrou na formação de um grupo com fins de cooperação composto pelas 4 principais economias emergentes, denominado BRIC[1] (Adebayo e Samour, 2024).

A abordagem multilateral em relação a diversificação de parcerias e autônoma em relação às grandes potências traduziu-se também pela valorização das organizações internacionais. Nesse sentido:

> Lula da Silva define o multilateralismo como um instrumento prioritário da sua estratégia externa, bem como as relações Sul-Sul. A demarcação da dependência exclusiva das grandes potências é concretizada através da participação em organizações internacionais, da definição de uma agenda externa própria e da prioridade dada à diversificação de parcerias. (Fonseca, 2011, p. 119).

Tal participação foi traduzida através do esforço feito para mostrar a relevância do Brasil enquanto ator relevante no cenário internacional. Para tal, Lula reiterou a legitimidade da ONU e o seu desejo de uma reforma no Conselho de Segurança, a fim de conquistar uma

vaga permanente no órgão, o que tornou-se o grande objetivo da sua política externa (Almeida, 2007). Em seu discurso de posse, Lula declarou:

> Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais [...]. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes. (Lula, 2003)

Destaca-se que tal objetivo não foi alavancado pela primeira vez no governo Lula. A estratégia de conferir uma maior inserção internacional do Brasil através do Conselho de Segurança era uma ambição desde o governo de Itamar Franco, tendo Celso Amorim no cargo de Ministro das Relações Internacionais, entre os anos de 1993 e 1995.

Entretanto, durante o governo FHC, a ênfase dada a esse objetivo foi menor e os esforços para tal foram brevemente esquecidos. Em 2003, com a eleição de Lula, Amorim voltou ao cargo de Ministro e permaneceu atuante durante os dois primeiros mandatos, de 2003 a 2011, no qual retomou a ambição de tornar o Brasil membro permanente do Conselho (Fonseca, 2011).

Em função desse objetivo, o governo Lula tomou iniciativas que visaram demonstrar que o Brasil estava apto para assumir uma posição de igual importância à posição ocupada pelos membros permanentes do Conselho. Para tal:

> O ministro Celso Amorim expressou com mais firmeza o desejo do país de obter um assento permanente no Conselho de Segurança. A energia diplomática despendida foi considerável. Os custos da liderança brasileira no Haiti seriam uma tentativa de provar à comunidade internacional que o país tem condições de fazer parte do Conselho (Vigevani e Cepaluni, 2007, p. 323).

Outra estratégia foi a formação do G-4. Formado pelo Brasil, Alemanha, Japão e Índia, o grupo visa debater em conjunto uma reforma no CSNU e apoiar mutuamente as propostas dos membros em ingressar permanentemente no Conselho, visando a obtenção de um assento permanente para cada um deles.

Destarte, os esforços feitos pelo primeiro governo Lula para dar ao Brasil um maior destaque quanto a sua relevância internacional e enquanto liderança regional na América do Sul foram fruto de uma política externa mais autônoma e ativa. Assim, "the objective consequently became a greater engagement in international organisations and formats as well as an expansion in the number and diversity of its foreign policy partners" (Zilla, 2017, p. 31).

Tal autonomia era prática da política externa brasileira também no governo FHC. Entretanto, tal redirecionamento foi aprofundado no governo Lula, alterando a tendência de "autonomia pela participação" para a "autonomia pela diversificação". A principal diferença, segundo Vigevani e Cepaluni (2016) é que a prioridade da "autonomia pela participação" visava inserir o Brasil nos organismos internacionais e nos processos de negociação global, enquanto a autonomia adotada por Lula caracteriza-se pela:

> Adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais, como China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio, etc., com o objetivo de reduzir as assimetrias e aumentar a capacidade de barganha internacional do país em suas relações com países poderosos, como os Estados Unidos e União Europeia. Uma característica importante é a capacidade de negociar com estes últimos sem rupturas, com a perspectiva de romper o unilateralismo e buscar a multipolaridade e um maior equilíbrio. (p. 22)

Destarte, a posição internacional do Brasil deixada através da política externa do governo Lula, especificamente após os seus dois primeiros mandatos, foi a de um país reconhecido por sua crescente influência global, pautada na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento, na promoção da cooperação sul-sul e no comprometimento com a busca por equidade também em âmbito externo (Souza, 2017).

Nesse sentido, Zilla (2017) destaca que "for the view had spread across party lines in Brazil that the country had gained a greater scope for foreign policy action over the past decade and therefore had earned a larger voice on a global level" (p. 31).

III.1.2. A pauta de direitos humanos no governo Lula

Conforme Macauly (2011), desde o início do mandato, havia uma predisposição do governo a ser mais receptivo acerca das questões de direitos humanos, dado o histórico de Lula e do seu partido, o PT, na oposição ao governo militar e no apoio aos movimentos sociais. Assim, mesmo antes da chegada de Lula ao governo federal, o PT trabalhava na construção de uma proteção dos direitos humanos a nível nacional. Nesse sentido, o partido:

> Established both the national parliamentary Committee on Human Rights, which it has chaired almost continuously since its inception in the early 1990s, and its many equivalents in state and municipal legislatures, which have played an invaluable role in documenting abuses, supporting victims and initiating the passage of local legislation on human rights. (Macaulu, 2011, p. 141)

Na sequência, a vitória de Lula nas eleições presidenciais manteve a expectativa de novas conquistas no campo dos direitos humanos, uma vez que "a maioria esmagadora das organizações da sociedade civil que compõe esse movimento tem fortes ligações políticas com o bloco de esquerda que apoiou Lula em três sufrágios presidenciais anteriores" (Almeida, 2011, p. 233).

Assim, seu eleitorado esperava, para além de novas ações, que o governo também aprofundasse as políticas realizadas nos governos anteriores, notadamente o de FHC, no qual observou-se um esforço maior na formação de políticas para os direitos humanos no Brasil (González, 2010).

Para tal, o governo Lula, em suas primeiras medidas, criou novos ministérios e alterou a estrutura de outro já existentes, incorporando-os a outros órgãos. À exemplo, a Secretaria de

Estado dos Direitos da Mulher do Ministério da Justiça, criada por FHC em 2002, foi transformada em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003. No mesmo ano, criou-se a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, todos vinculados à Presidência da República (González, 2010).

Além disso, o discurso socioeconômico do governo Lula no plano interno, a valorização das instituições internacionais e os esforços para levar a oratória de justiça social para o plano externo foram tangentes às políticas e objetivos do governo em direitos humanos (Almeida, 2011).

Dessa forma, a estratégia de diversificação adotada por Lula em termos de política externa não restringia-se apenas às parcerias, mas também aos novos temas priorizados pelo governo. Destaca-se, nesse ponto, o combate à fome e à miséria, que ganhou relevância no plano interno, mas também na agenda internacional.

Nesse contexto, Lula levou a pauta para seus discursos em diversas reuniões internacionais. No primeiro ano do seu mandato, na ocasião do Diálogo Ampliado da Cúpula do G-8, Lula enxergou uma oportunidade de diálogo entre os países que compõem o grupo com os países em desenvolvimento, no qual manifestou que:

> A pobreza e a miséria que atingem milhões de homens e mulheres no Brasil, na América Latina, na África e na Ásia, nos obrigam a construir uma nova aliança contra a exclusão social. Estou convencido de que não haverá desenvolvimento econômico sem sustentabilidade social e que, sem ambos, teremos um mundo cada vez mais inseguro. (Silva, 2003)

Em 2005, no Colóquio "Brasil: Ator Global", Lula manteve seu alinhamento com o combate à fome, defendendo e demandando esforços para a causa a nível internacional:

> Outro exemplo, a que tenho mais me dedicado, é o do combate à fome e à miséria. Pela minha própria trajetória de vida e experiência política, essa é uma prioridade pessoal. Sempre tive consciência de que essa tarefa não era apenas dos brasileiros, mas de todas as nações. A fome e a pobreza têm determinações internacionais. Isso não quer dizer que os países não devam assumir suas responsabilidades para reduzir as desigualdades e garantir a todos uma vida digna. Mas é inegável que o esforço de cada país, principalmente dos menos desenvolvidos, ganhará muito se for respaldado internacionalmente. (Silva, 2005)

No mesmo sentido, já em seu segundo mandato, Lula permaneceu fazendo referência aos esforços tomados em seu primeiro mandato com o intuito de expressar seu compromisso historicamente firmado com o tema. Assim, na reunião da Alta Cúpula da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura em 2008, Lula destacou que:

> A segurança alimentar sempre foi uma preocupação central do meu Governo. Em 2003, lancei um programa pioneiro, o Fome Zero, que permitiu que milhões de brasileiros, antes submetidos à condição de miseráveis, tenham passado a comer três refeições por

> dia. Fiz do combate à fome e à pobreza uma prioridade da ação internacional do Brasil. (Silva, 2008)

Ainda, durante o último ano do seu governo, em 2006, o Conselho de Direitos Humanos (CDHNU) foi fundado com o intuito de substituir a então Comissão de Direitos Humanos. Como reflexo da participação ativa do Brasil na extinta Comissão, o país foi eleito para fazer parte da primeira composição do Conselho. Nesse órgão, Amorim (2009), descreve a atuação do Estado, afirmando que:

> Tivemos papel destacado na negociação do projeto de diretrizes sobre a atuação de relatores especiais do Conselho de Direitos Humanos, com o objetivo de conferir maior responsabilidade e transparência à missão desses relatores, sem comprometer sua independência. Mas, sobretudo, o Brasil teve participação ativa na criação da principal inovação institucional do Conselho de Direitos Humanos – o Mecanismo de Revisão Periódica Universal –, inspirado na proposta brasileira. (p. 69)

Além do destaque conferido à atuação brasileira no CDHNU, o Estado também defendeu a necessidade de "romper a clivagem temática que divide países em desenvolvimento – como defensores dos direitos econômicos, sociais e culturais – e países desenvolvidos – como promotores dos direitos civis e políticos" (Amorim, 2009, p. 70), promovendo o conceito de indivisibilidade e universalidade garantidos na DUDH.

Salienta-se que tal comprometimento só foi possível pelos esforços contínuos da diplomacia brasileira em mostrar que o Brasil é um país que dialoga com nações de todas as regiões, pautados na diversificação da política externa. Nesse sentido, Almeida (2011) afirma que um dos legados da política externa do governo Lula é que:

> A sociedade civil brasileira de direitos humanos tornou-se altamente internacionalizada. Passou a participar ativamente de redes transnacionais, contribuindo com a expansão global desses direitos e a nutrir-se das possibilidades de ação nos fóruns internacionais abertos e no sistema internacional e regional de proteção. Esse envolvimento foi fundamental para fazer avançar, no plano interno, os compromissos do Estado com o monitoramento internacional. Essa dinâmica foi um dos fatores decisivos para os avanços no posicionamento do próprio Estado em relação à proteção dos direitos humanos. Ficou cada vez mais tênue a fronteira entre o que era interno e externo nessa relação. A adesão brasileira aos tratados e a nova prática de abordar de forma transparente as violações, abrindo-se para o sistema internacional de supervisão, foram uma virada decisiva para os direitos humanos no país. (p. 232-233)

III.2. DISCURSOS NA ABERTURA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

Da mesma forma que discursou em diversas ocasiões diante de fóruns internacionais destacando suas pautas prioritárias, Lula fez o mesmo em seus discursos na abertura da AGNU. Esta seção inicia a análise qualitativa e quantitativa de tais discursos. Também contextualiza

os principais acontecimentos do período em que o discurso foi proferido para que sejam inseridos em uma perspectiva histórica.

III.2.1. 2003: contexto, discurso e análise qualitativa

O ano de 2003 marcou o primeiro ano de Lula enquanto presidente do país. Na ocasião do seu primeiro discurso na reunião da Assembleia Geral da ONU, em 23 de setembro, seu governo completava pouco mais de 9 meses.

Durante esse período, as primeiras ações tomadas por Lula internamente voltaram-se a cumprir as promessas feitas em relação à estabilidade econômica. Assim, nos primeiros meses, o presidente priorizou sua participação em reuniões financeiras, como o Foro Econômico Mundial, com o intuito de "conseguiu recuperar a confiança dos investidores" (Corrêa, 2007, p. 699).

Paralelamente, os programas sociais como o Fome Zero, também lançado durante os primeiros meses de governo, tiveram um alcance global, tornando-se uma marca do governo Lula no cenário internacional. Dessa forma, a política externa esteve focada no desenvolvimento econômico e na justiça social (Corrêa, 2007).

No cenário internacional, o ano foi marcado pelo acirramento das tensões no Oriente Médio com a invasão ao Iraque, liderada pelos Estados Unidos, em março de 2003, sob o pretexto de que o país mantinha armas de destruição em massa. A operação logrou na mudança do regime vigente de Saddam Hussein, com os EUA encarregando-se provisoriamente da administração do Iraque (Record, 2010).

No mesmo contexto de ameaça bélica, a Coréia do Norte denunciou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares[3], reativando as operações em suas instalações nucleares e divulgando ter adquirido tecnologia para construir mísseis de longo alcance (Pollack, 2017).

Cerca de um mês antes da AG, em agosto de 2003, um ataque terrorista ocorrido na sede da ONU em Bagdá, no Iraque, deixou 22 mortos, entre eles, Sérgio Vieira de Mello, diplomata brasileiro que ocupava o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Mello havia sido designado a atuar no Iraque pelo então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, em maio de 2003, com o intuito de gerir o conflito iniciado com a ocupação do território iraquiano (Power, 2011).

À luz desse cenário, Lula abriu a reunião da AGNU, com o discurso analisado a seguir. Para lograr na análise crítica, conta-se com três dimensões interdependentes: descrição, interpretação e explicação.

1. Descrição

Nesta etapa faz-se uma análise textual e linguística, incluindo análise do vocabulário, das opções gramaticais, da coesão e da estrutura do texto por meio do exame da estrutura e organização geral, de acordo com as três dimensões interdependentes dos instrumentos de análise elucidadas por Fairclough (2001).

Observa-se que a linguagem utilizada é formal, carregada de argumentações e de comunicação clara. Observa-se que o discurso não apresenta termos que possam dificultar o entendimento ou trazer interpretações ambíguas.

Da mesma forma, gramaticalmente, o texto conta com frases complexas e estruturas sintáticas elaboradas, utilizando-se de períodos compostos e encadeados com o intuito de desenvolver suas ideias de forma articulada e coerente.

À exemplo, ao dizer que "Não podemos confiar mais na ação militar do que nas instituições que criamos com a visão da História e a luz da Razão." (Lula, 2003), utiliza-se uma construção com uma conjunção, estabelecendo uma comparação entre duas opções, "na ação militar" e "nas instituições" e enfatizando a preferência pela segunda opção. O trecho poderia ter sido construído de maneira mais simplista com "Devemos confiar mais nas instituições que criamos do que na ação militar", entretanto a escolha traz elementos que servem de acessório para enriquecer a frase.

Ainda, percebe-se que a utilização de pronomes na 1ª pessoa do plural (nós, nossa, nosso), como no trecho "Nossa tarefa central é preservar os povos do flagelo da guerra." (Lula, 2003), transmite uma ideia de coletividade, colocando o Brasil como ator responsável juntamente aos demais Estados.

Há, também, a utilização de construções gramaticais com orações subordinadas restritiva como em: "As tragédias do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral em que a ONU tenha um papel central." (Lula, 2003), que contribuem para especificar e delinear as condições necessárias para a resolução dos problemas. Assim, o pronome relativo "que", na construção desta frase, transmite a ideia de que as tragédias citadas precisam necessariamente ter a ONU em um papel central para que sejam solucionadas.

Além disso, os argumentos desenvolvidos ao longo do discurso abrangem a importância do multilateralismo, a necessidade de reformas na ONU, a busca por soluções para questões como a fome, o combate ao terrorismo, o papel dos países em desenvolvimento no cenário internacional, entre outros.

Por fim, o discurso é finalizado com: "Não podemos frustrar tanta esperança. O maior desafio da humanidade e, ao mesmo tempo, o mais belo é justamente este: humanizar-se. É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: justiça social." (Lula, 2003). Tal fala reforça sua mensagem principal, destacando a importância da justiça social, defendida no discurso através do combate à fome e da importância da solidariedade global. Assim, a estrutura utilizada na construção da frase de encerramento finaliza o discurso de forma impactante, visando deixar claro para o público qual é a principal ideia defendida.

A função da linguagem utilizada no discurso é predominantemente apelativa, buscando persuadir os ouvintes e convencê-los da importância de suas ideias. Exemplo disso pode ser encontrado no trecho: "Erradicar a fome no mundo é um imperativo moral e político. E todos sabemos que é factível. Se houver de fato vontade política de realizá-lo" (Lula, 2003).

Percebe-se no trecho um apelo direto para que haja um engajamento, instigando os ouvintes a refletir sobre os problemas e buscando sensibilizá-los a agir.

O discurso possui, também, uma forte função referencial na medida em que apresenta, sob o ponto de vista do orador, informações sobre a situação atual do mundo e propõe soluções para os problemas abordados. A exemplo do trecho:

> No Brasil, estamos instaurando um novo modelo capaz de conjugar estabilidade econômica e inclusão social. As negociações comerciais não são um fim em si mesmo. Devem servir à promoção do desenvolvimento e à superação da pobreza. O comércio internacional deve ser um instrumento não só de criação, mas de distribuição de riqueza. (Lula, 2003)

Nesse sentido, informa ao público sobre as políticas econômicas adotadas pelo Brasil e propõe uma abordagem que visa equilibrar o crescimento econômico com a justiça social.

2. Interpretação

Esta etapa almeja a interpretação dos discursos através da análise da prática discursiva, abrangendo o contexto de sua produção com o intuito de revelar informações que vão além dos aspectos linguísticos formais acima expostos, seguindo a literatura de Fairclough (2001).

Assim, o discurso é introduzido com ênfase na importância da ONU, legitimando o trabalho da organização na promoção da paz e da justiça. Tal referência configura-se como uma maneira de destacar a valorização das instituições internacionais: "**Em nome do povo brasileiro**, reafirmo **nossa crença nas Nações Unidas**. Seu papel na promoção da paz e da justiça permanece **insubstituível**." (Lula, 2003, grifo nosso).

Além disso, no trecho, Lula declara explicitamente que fala em nome do povo brasileiro, o que reitera que suas palavras traduzem a política externa defendida pelo Brasil durante a sua gestão.

Ao longo da fala, outras referências ao papel da ONU são feitas, sempre destacando sua autoridade e legitimação, como no trecho: "Constata-se, no entanto, preocupante tendência de desacreditar a nossa Organização e até mesmo de **desinvestir a ONU de sua autoridade política**." (Lula, 2003, grifo nosso).

Contextualmente, Lula faz menção ao atentado que vitimou o embaixador Sérgio Vieira de Mello, enaltecendo a importância do trabalho realizado por atores dedicados à defesa dos direitos humanos em contextos globais e destacando o compromisso do Estado brasileiro com as práticas diplomáticas e humanitárias:

> A reconhecida competência de Sérgio nutria-se das únicas armas em que sempre acreditou: **o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis**. Exerceu, em nome das Nações Unidas, **o humanismo tolerante, pacífico e corajoso que espelha a alma libertária do Brasil** [...]. A melhor forma de honrar sua memória é **redobrar a defesa da dignidade humana** onde quer que ela esteja ameaçada. (Lula, 2003, grifo nosso)

A pauta acerca da reforma no Conselho de Segurança da ONU, que voltou a ter destaque no governo Lula, também foi introduzida no trecho: "A comunidade internacional está diante de enormes desafios políticos, econômicos e sociais, que exigem esforço acelerado de **reforma da Organização**, para que nossas decisões e ações coletivas passem a ser de fato respeitadas e eficazes" (Lula, 2003, grifo nosso), tendo sido reforçada mais adiante quando ele afirma:

> **A reforma da ONU tornou-se um imperativo**, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional [...]. É indispensável que as decisões deste Conselho gozem de legitimidade junto à Comunidade de Nações como um todo. Para isso, **sua composição em especial no que se refere aos membros permanentes não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase 60 anos**. (Lula, 2003, grifo nosso)

E, mais adiante: "O apoio que temos recebido, na América do Sul e fora dela, nos estimula a persistir na **defesa de um Conselho de Segurança adequado à realidade contemporânea**." (Lula, 2003, grifo nosso).

A abordagem da necessidade de mudanças dentro do sistema da ONU não restringiu-se ao Conselho de Segurança. Lula também discorreu acerca de outros órgãos:

> **É fundamental, igualmente, devolver ao Conselho Econômico e Social o papel que lhe foi atribuído pelos fundadores da Organização**. Queremos um ECOSOC capaz de participar ativamente da construção de uma ordem econômica mundial mais justa. Um ECOSOC que, além disso, colabore com o Conselho de Segurança na prevenção de conflitos e nos processos de reconstrução nacional. (Lula, 2003, grifo nosso)

Tal ênfase na necessidade de reformas nas instituições internacionais parecem endossar o objetivo da política externa de Lula em ter um ambiente internacional mais equalitário. Para tal, as instituições precisariam refletir as novas configurações e demandas fruto da emergência de novas potenciais.

No mesmo sentido, Lula reafirmou a adesão do Brasil ao multilateralismo e à democracia, elementos que foram reiterados ao longo do discurso, defendendo a ideia de uma união no plano internacional que objetiva um ambiente mais colaborativo e diplomático:

> **O aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária** do convívio democrático no interior das Nações. **Toda nação comprometida com a democracia**, no plano interno, deve zelar para que, também no plano externo, os processos decisórios sejam transparentes, legítimos, representativos. (Lula, 2003, grifo nosso)

A mesma ideia de uma solidariedade global foi reforçada no trecho: "Não podemos fugir a **nossas responsabilidades coletivas**. Pode-se talvez vencer uma guerra isoladamente. Mas **não se pode construir a paz duradoura sem o concurso de todos**" (Lula, 2003, grifo nosso).

À luz dos eventos no cenário internacional, Lula referiu-se à situação iniciada com a invasão do Iraque como "tragédia", declarando o posicionamento do Brasil e, não obstante, o seu próprio posicionamento, acerca do ocorrido. Ainda, reforçou tal posição ao declarar a necessidade de que o Iraque volte a ter sua soberania plena.

> As **tragédias** do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral, em que a ONU tenha um papel central [...]. A superação desse impasse somente poderá ser assegurada a partir da liderança da ONU. Não apenas no restabelecimento de condições aceitáveis de segurança, mas também na condução do

> processo político, com vistas à **restauração plena da soberania iraquiana** no mais breve prazo. (Lula, 2003, grifo nosso)

Logo após criticar a situação no Iraque com um tom de desacordo à iniciativa dos Estados Unidos, Lula presta solidariedade à memória do atentado do 11 de setembro e legitima as ações que visam combater o terrorismo. Tal gesto pareceu ter sido feito com o intuito de amenizar a declaração anterior e manter a neutralidade histórica da política externa brasileira, sem um alinhamento estrito com um dos lados de um conflito.

> "Dois anos depois, ainda **estão vivas em nossa memória as imagens do bárbaro atentado de 11 de setembro**. Existe, hoje, **louvável disposição de adotar formas mais efetivas de combate ao terrorismo**, às armas de destruição em massa, ao crime organizado." (Lula, 2003, grifo nosso).

Em outro momento, Lula volta sua atenção à cooperação entre os países do hemisfério sul, enfatizando a importância das relações do Brasil com os países da América do Sul, outra característica da sua política externa. Nesse contexto, utilizou-se de orações que procuravam traduzir a existência de fortes laços: "Estamos indo além das circunstâncias históricas e geográficas que compartilhamos, para criar um **inédito sentimento de parentesco e de parceria**. Neste contexto, **nossa relação com a Argentina é fundamental**." (Lula, 2003, grifo nosso).

O objetivo da autonomia pela diversificação, característica marcante da política externa do primeiro governo Lula também foi explicitamente enfatizado: "Além de aprofundar as relações já muito relevantes com nossos tradicionais parceiros da América do Norte e da Europa, **buscamos ampliar e diversificar nossa presença internacional**." (Lula, 2003, grifo nosso).

Observa-se que, primeiramente, o discurso procurou trazer considerações acerca do contexto internacional e dos acontecimentos que marcaram o ano de 2003 até então. Dessa forma, fez um resumo do alcance da política externa do Brasil, incluindo seus posicionamentos acerca da ONU e de outros países e seus objetivos e ações em matéria de comércio internacional e desenvolvimento.

Apenas em um segundo momento o discurso voltou-se para as questões sociais, quando Lula citou as ações tomadas internamente, destacando que o sucesso econômico deve ser utilizado como instrumento para efetivar políticas sociais.

> No Brasil, estamos instaurando um novo modelo capaz de **conjugar estabilidade econômica e inclusão social**. As negociações comerciais não são um fim em si mesmo. Devem servir à **promoção do desenvolvimento e à superação da pobreza**. O comércio internacional deve ser um instrumento não só de criação, mas de **distribuição de riqueza**. (Lula, 2003, grifo nosso)

No mesmo sentido, mais adiante, reforçou as medidas econômicas do seu governo com o intuito de defender que o sucesso econômico não deve estar dissociado da promoção dos direitos básicos:

> Não mediremos esforços para aumentar as exportações, ampliar a capacidade de poupança, atrair investimentos e voltar a crescer. Mas **devemos ser capazes, ao mesmo tempo, de atender as necessidades de alimentação, emprego, educação e saúde de dezenas de milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza**. Temos o compromisso de **realizar uma grande reforma social no país**. (Lula, 2003, grifo nosso).

A partir de então, o discurso ganhou uma abordagem crítica em relação à persistência da fome e da miséria no mundo. Lula abordou extensamente a temática que protagonizou os primeiros momentos da sua gestão. Embasado em dados, a fala destacou a urgência de ações concretas para erradicar tais problemas e garantir o direito básico à alimentação para todos.

> **Erradicar a fome no mundo é um imperativo moral e político** [...]. Mas não há como omitir os números que expõem a chaga terrível da miséria e da fome no mundo. A fome, hoje, atinge cerca de 1/4 da população mundial incluindo 300 milhões de crianças. Diariamente, 24 mil pessoas são vitimadas por doenças decorrentes da desnutrição. (Lula, 2003, grifo nosso)

E continuou mais adiante no mesmo raciocínio, apelando para a responsabilidade coletiva da comunidade internacional na busca por engajamento e ações concretas:

> **A fome é uma emergência e como tal deve ser tratada. Sua erradicação é uma tarefa civilizatória**, que exige um atalho para o futuro. **Vamos agir** para acabar com a fome ou imolar nossa credibilidade na omissão? [...]. **O verdadeiro caminho da paz é o combate sem tréguas à fome e à miséria**, numa formidável campanha de solidariedade capaz de unir o planeta ao invés de aprofundar as divisões e o ódio que conflagram os povos e semeiam o terror. (Lula, 2003, grifo nosso)

Para finalizar, o discurso retoma a ênfase dada a alguns temas, reiterando valores elencados durante toda a fala, tais como a diplomacia, equidade e democracia, havendo um tom apelativo em prol da humanização das relações internacionais e da paz baseada na justiça social.

> O **diálogo democrático** é o mais eficaz de todos os instrumentos de mudança. A mesma determinação que meus companheiros e eu estamos empregando para **tornar a sociedade brasileira mais justa e humana**, empregarei na busca de parcerias internacionais com vistas a um **desenvolvimento equânime** e a um **mundo pacífico, tolerante e solidário** [...]. A verdadeira paz brotará da **democracia**, do **respeito ao direito internacional**, do **desmantelamento dos arsenais mortíferos** e, sobretudo, da **erradicação definitiva da fome**. [...]. É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: **justiça social**. (Lula, 2003, grifo nosso)

Destarte, observa-se que o discurso aborda a importância dos direitos humanos em nível global, destacando de maneira enfática a erradicação da fome, a necessidade de paz e a justiça social.

3. Explicação

Esta última dimensão dos instrumentos de análise visa explicar de que modo o texto conta com aspectos ideológicos (Fairclough, 2001). Assim, procura analisar aspectos sociais ligados a formações ideológicas.

Conforme discorrido previamente, o primeiro governo Lula, bem como as pautas defendidas pelo PT, lutava por políticas nacionais que visavam reduzir a desigualdade social, promover programas de inclusão social, aumentar o acesso à educação e saúde pública e defender os direitos dos trabalhadores.

Dessa maneira, o discurso feito por Lula foi capaz de refletir uma série de aspectos ideológicos e sociais, fruto não apenas da visão política do seu governo, mas também do contexto internacional à época.

Primeiramente, percebe-se um teor idealista no discurso, com reafirmações constantes da sua confiança na capacidade humana e nas instituições internacionais em resolver desafios, evoluir e lograr na paz. Além disso, também se faz presente durante toda a fala um forte direcionamento de que a diplomacia deveria reger as relações internacionais, com menções a ideais de cooperação internacional e multilateralismo, em oposição a abordagens unilaterais ou nacionalistas.

No mesmo aspecto, o discurso tece uma crítica à guerra e ao militarismo ao abordar a situação no Iraque e no Oriente Médio, argumentando que soluções devem ser buscadas com o apoio da ONU. Nesse sentido, percebe-se uma defesa da resolução de conflitos por vias pacíficas, em oposição à ação militar, o que parece reforçar o posicionamento idealista antibélico e pró-diplomacia.

Em segundo lugar, a ideologia do seu governo, caracterizada por uma forte defesa da justiça social e da dignidade humana, ganha destaque no segundo momento do discurso. Assim, uma parte substancial da fala é dedicada à questão da fome e da miséria, destacando a necessidade de ação global para erradicá-las, evidenciando um compromisso com políticas sociais e redistributivas.

Destarte, Lula enfatiza a importância de um modelo econômico capaz de promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, tecendo críticas ao protecionismo dos países ricos e defendendo a abertura dos mercados em condições equitativas, refletindo uma visão de desenvolvimento econômico atrelado à justiça social e a políticas sociais.

III.2.2. 2004: contexto, discurso e análise

Em um contexto interno, no ano de 2004 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro acumulou um crescimento de 5,2%, maior taxa desde 1994, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal crescimento foi impulsionado por um aumento nas exportações e pela estabilidade econômica proporcionada pelas reformas empregadas no ano anterior (IBGE, 2005).

Ainda, o programa Bolsa Família, instituído em 2003 como Medida Provisória, foi consolidado em janeiro de 2004 ao ser convertido em lei. Tal mudança proporcionou uma maior estabilidade jurídica ao programa, que tornou-se permanente a partir de então. Além

disso, a conversão facilitou a garantia de recursos para seu financiamento e simplificou os planos em relação ao seu orçamento, assegurando o desenvolvimento contínuo do Bolsa Família (Marques et. al, 2004).

Ao mesmo tempo, em fevereiro do mesmo ano, o governo Lula protagonizou o primeiro escândalo ligado à corrupção. O então Assessor de Assuntos Parlamentares da Presidência, Waldomiro Diniz, foi exonerado do cargo após a divulgação de um vídeo em que aparecia exigindo propina para financiar a campanha eleitoral de dois candidatos do PT e um do PSB. A conversa foi realizada em 2002, mas as gravações só foram divulgadas à imprensa em 2004 (BBC News, 2004).

Internacionalmente, o ano de 2004 foi marcado pela continuidade da chamada "guerra ao terror", desencadeada pelos Estados Unidos em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001, que estendeu-se logrando, especialmente, na Guerra do Afeganistão, iniciada em 2001, e na Guerra do Iraque, iniciada no ano anterior. No mesmo sentido, em março, um ataque terrorista em Madri vitimou mais de 200 pessoas. A Espanha, em seguida, anunciou a retirada das forças espanholas do Iraque (Record, 2010).

Paralelamente, na Europa, a União Europeia ganhou 10 novos membros[4], maior expansão do bloco desde então, consolidando o processo de transformações políticas e econômicas ocorridas nos países do Leste Europeu fruto da dissolução da União Soviética, em 1991. Por sua vez, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) também ganhou novos membros, com a Bulgária, Romênia, Eslováquia e Eslovênia juntando-se à aliança (Shimmel, 2006).

Em 21 de setembro de 2004 a AGNU contou, como costumeiramente, com a delegação brasileira abrindo sua reunião anual. O discurso feito pelo presidente Lula naquele ano é analisado a seguir.

1. Descrição

No discurso proferido em 2004, observa-se novamente uma oratória estruturada com o tom diplomático, utilizando-se de uma linguagem formal e técnica, mas acessível o suficiente para transmitir a mensagem objetivada.

Ainda, percebe-se que neste ano o discurso utilizou-se de mais argumentos apoiados em dados, com números que ilustram seu posicionamento crítico, entretanto sem trazer fontes, conforme evidenciado nos trechos: "Hoje somos 191 Estados-nação. No passado, 125 deles foram submetidos ao jugo de umas poucas potências que originalmente ocupavam menos de 2% do globo." (Lula, 2004); "Em 1820, a diferença de renda per capita entre o país mais rico e o mais pobre do planeta era inferior a cinco vezes. Hoje, essa diferença é de 80 vezes." (Lula, 2004); "Hoje, em 54 países a renda per capita está mais baixa do que há dez anos. Em 34 países, a expectativa de vida diminuiu. Em 14, mais crianças morrem de fome. " (Lula, 2004); e "Na África, onde o colonialismo resistiu até o crepúsculo do século XX, 200 milhões de seres humanos estão enredados num cotidiano de fome, doença e desamparo[...]" (Lula, 2004)

Em relação ao vocabulário, percebe-se a utilização de metáforas, como na oração: "Os antigos súditos converteram-se em devedores perpétuos do sistema econômico internacional" (Lula, 2004). A figura de linguagem parece ter sido empregada com o intuito de não criticar de

maneira explícita as mazelas trazidas pela colonização, empregando termos não literais como "súditos" e "devedores" para deixar uma mensagem implícita.

A metáfora também foi empregada no trecho em que diz:

> Poderosa e onipresente, **uma engrenagem invisível** comanda à distância o novo sistema. Não raro, ela revoga decisões democráticas, desidrata a soberania dos Estados, sobrepõe-se a governos eleitos, e exige a renúncia a legítimos projetos de desenvolvimento nacional. (Lula, 2004, grifo nosso).

Aqui, a utilização do termo "engrenagem invisível" parece aludir aos mecanismos do sistema econômico internacional, como instituições, corporações multinacionais e políticas econômicas globais que, muitas vezes, influenciam políticas econômicas e sociais.

Ainda sobre figuras de linguagem, Lula, ao falar de uma "globalização assimétrica" permanece na crítica a um sistema desigual, utilizando-se de um eufemismo através do emprego de um adjetivo mais brando, assimétrico, para não utilizar um termo que evidencie a desigualdade de maneira mais crítica.

Estruturalmente, no desenvolvimento do discurso, os argumentos são apresentados em ordem lógica, abordando os temas por partes, como desigualdade global, miséria, terrorismo e a necessidade de uma nova ordem internacional mais justa e democrática.

Ademais, percebe-se novamente uma função de linguagem predominantemente apelativa, marcada pelo uso de verbos no modo imperativo, buscando persuadir os ouvintes da importância de mudanças significativas no cenário internacional, conforme observado nas passagens: "Se queremos a paz, devemos construi-la. Se queremos de fato eliminar a violência, é preciso remover suas causas profundas com a mesma tenacidade com que enfrentamos os agentes do ódio." (Lula, 2004); "Mais do que quaisquer estatísticas sobre a desigualdade social, o que deve interpelar nossas consciências é o olhar torturado dos que hoje estão do lado de fora da vida." (Lula, 2004). e "Precisamos desenvolver estratégias que combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional." (Lula, 2004).

Dessa forma, os trechos acima foram empregados com o intuito de motivar e convocar a audiência a adotar determinada postura, sempre enfatizando a necessidade de agir.

2. Interpretação

Novamente, o discurso feito em 2004 começa com a declaração de que seu conteúdo representa o posicionamento do Estado brasileiro de maneira geral. Entretanto, em seguida, Lula aborda uma questão pessoal ao utilizar o verbo na primeira pessoa do singular, trazendo para o discurso um compromisso que parece ter sido priorizado na política brasileira por ter um caráter pessoal para o ator que está no poder: "Pela segunda vez, dirijo-me a esta assembleia universal para **trazer a palavra do Brasil**. **Carrego** um compromisso de vida com os **silenciados** pela **desigualdade**, a **fome** e a **desesperança**." (Lula, 2004, grifo nosso).

Além disso, observa-se um teor mais crítico ao sistema vigente do que observado no ano anterior. Nesse ponto, o discurso faz uma contextualização histórica do colonialismo e sua herança, relacionando este fato com a situação atual de desigualdade:

> Hoje somos 191 Estados-nação. No passado, 125 deles foram submetidos ao jugo de umas poucas potências que originalmente ocupavam menos de 2% do globo. O fim do colonialismo afirmou, na esfera política, o direito dos povos à autodeterminação. Esta Assembleia é o signo mais alto de uma ordem fundada na independência das nações. A transformação política, contudo, não se completou no plano econômico e social. E a história demonstra que isso não ocorrerá espontaneamente. (Lula, 2004).

No mesmo sentido, ao longo do discurso, Lula continua tecendo diversas críticas pontuais à manutenção da dependência econômica e da desigualdade, destacando a necessidade de mudanças.

Critica, também, as barreiras protecionistas e a concentração de investimentos, bem como a interferência em decisões soberanas, conforme observado nos exemplos: "Barreiras protecionistas e outros obstáculos ao equilíbrio comercial, agravados pela concentração dos investimentos do conhecimento e da tecnologia, sucederam ao domínio colonial." (Lula, 2004); "O caminho da paz duradoura passa, necessariamente, por uma **nova ordem internacional, que garanta oportunidades reais de progresso econômico e social** para todos os países." (Lula, 2004, grifo nosso); "Não se trata da audácia do instinto. Mas da coragem política. Sem voluntarismo irresponsável, mas com **ousadia e capacidade de reformar**." (Lula, 2004, grifo nosso); e "Não haverá segurança nem estabilidade no mundo enquanto não construirmos uma **ordem** mais **justa** e mais **democrática**." (Lula, 2004, grifo nosso).

Similarmente ao ano anterior, o discurso manteve o reconhecimento da importância da ONU e seus órgãos, sendo reforçado em alguns momentos como: "Esta Assembleia é o signo mais alto de uma ordem fundada na independência das nações." (Lula, 2004) e "Nenhum organismo pode substituir as Nações Unidas na missão de assegurar ao mundo convergência em torno de objetivos comuns." (Lula, 2004).

Outro aspecto que manteve-se foi a defesa de uma reforma no Conselho de Segurança. Nesse quesito, Lula enalteceu o protagonismo brasileiro e a proatividade do país em diversas oportunidades durante o discurso para, só depois, abordar a mudança.

Tal estratégia pode implicar uma maneira sutil de sugerir que o Brasil seria um forte candidato para ocupar o lugar. Assim, o discurso primeiro enfatizou: "**A política externa brasileira**, em todas as suas frentes, **busca somar esforços com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de justiça e paz**." (Lula, 2004, grifo nosso); "**Foi assim que atendemos, o Brasil** e outros países da América Latina, à convocação da ONU **para contribuir na estabilização do Haiti**. Quem **defende novos paradigmas** nas relações internacionais, **não poderia se omitir** diante de uma situação concreta." (Lula, 2004, grifo nosso); e

> **Sempre que chamado**, e na medida de nossas possibilidades, **o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos**. Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas **tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas** que afetam nossos vizinhos (Lula, 2004, grifo nosso).

Para, em um segundo momento, defender que:

> Só o Conselho de Segurança pode conferir legitimidade às ações no campo da paz e da segurança internacionais. Mas sua **composição deve adequar-se à realidade de hoje**, e não perpetuar aquela do pós-Segunda Guerra ou da Guerra Fria. **Qualquer reforma que se limite a uma nova roupagem para a atual estrutura, sem aumentar o número de membros permanentes é, com certeza, insuficiente**. (Lula, 2004, grifo nosso)

Ainda coerente ao discurso do ano anterior, Lula criticou novamente a continuidade das operações militares empregadas nos países do Oriente Médio:

> Não se vislumbra, por exemplo, melhora na situação crítica do Oriente Médio. Neste, como em outros conflitos, **a comunidade internacional não pode aceitar que a violência proveniente do Estado, ou de quaisquer grupos, se sobreponha ao diálogo democrático**. [...] **O necessário combate ao terrorismo não pode ser concebido apenas em termos militares**. (Lula, 2004, grifo nosso)

Ao criticar a violência nesse contexto, Lula não citou apenas aquela praticada por grupos terroristas, mas também a perpetrada pelos Estados envolvidos. Percebe-se a continuidade de um discurso que apela ao diálogo e aos meios diplomáticos para a resolução de conflitos, inclusive no que diz respeito ao combate ao terrorismo.

Outra pauta alinhada ao discurso do ano anterior foi o destaque conferido às parcerias com os países africanos e asiáticos, assim como o foco na integração dos países da América do Sul: "Foi com esse espírito que África do Sul, Índia e Brasil estabeleceram, no ano passado, o fundo de solidariedade – IBAS. Nosso primeiro projeto, em Guiné-Bissau, será lançado amanhã." (Lula, 2004);

> O Brasil está empenhado na **construção de uma América do Sul politicamente estável**, próspera e unida, a partir do **fortalecimento do Mercosul** e de uma relação estratégica com a Argentina. O **surgimento de uma verdadeira Comunidade Sul-Americana de Nações** já não é um sonho distante graças à ação decidida no que se refere à integração física, econômica, comercial, social e cultural. (Lula, 2004, grifo nosso); e

> A articulação de países da África, América Latina e Ásia no G-20 foi decisiva para manter a rodada de Doha na trilha da liberalização do comércio com justiça social. O sucesso de Doha representa a possibilidade de livrar da pobreza mais de 500 milhões de pessoas. (Lula, 2004)

Percebe-se, dessa forma, uma contínua prioridade à aproximação dos países do hemisfério sul. Apesar de destacar a manutenção das "relações com os países desenvolvidos", tal intenção só foi mencionada uma vez, enquanto as cooperações com países africanos, latinos e asiáticos foi mencionada em diversos trechos, citando, inclusive, acordos e ações tomadas em conjunto com tais países.

Quanto aos pontos que diferem do discurso feito no ano anterior, observou-se menções à temática do meio ambiente, assunto que não entrou na pauta em 2003. Lula afirma que:

> Hoje, é possível reconciliar natureza e progresso por meio de um **desenvolvimento ética e ambientalmente sustentável**. A natureza não é um museu de relíquias intocáveis. Mas, definitivamente, **ela não pode mais ser degradada pela espoliação humana e ambiental**, na busca da riqueza a qualquer custo. (Lula, 2004, grifo nosso).

Dessa forma, o discurso introduziu uma seção marcada pela defesa do desenvolvimento sustentável e pela afirmação de que tal desenvolvimento só seria possível através de reformas e de uma sociedade que não se omite diante da necessidade de mudanças econômicas e sociais.

No mesmo ponto, Lula ainda trouxe exemplos de ações tomadas pelo Brasil, reforçando compromissos com tratados internacionais: "**O Brasil está comprometido** com o êxito do Regime Internacional sobre Mudança do Clima. **Estamos engajados** no desenvolvimento de energias renováveis. Por isso, **seguiremos trabalhando ativamente** pela entrada em vigor do Protocolo de Quioto." (Lula, 2004, grifo nosso).

Um outro ponto de divergência é a abordagem em relação à persistência da fome e à necessidade de combatê-la. No ano anterior, observou-se que o tema foi tratado em um segundo momento, quando o discurso adentrou em pautas sociais. Entretanto, em 2004, as referências à fome, pobreza e desigualdade social estiveram em evidência durante todo o discurso em momentos diversos.

Ao encerrar, o discurso volta-se à importância de atingir a justiça social e a paz, alcançadas através do diálogo e da reformulação da ordem vigente: "Reitero o que disse no ano passado nesta Tribuna: uma ordem internacional fundada no multilateralismo é a única capaz de promover a paz e o desenvolvimento sustentável das nações." (Lula, 2004) e "Não haverá segurança nem estabilidade no mundo enquanto não construirmos uma ordem mais justa e mais democrática." (Lula, 2004).

3. Explicação

Novamente, percebe-se o discurso feito em 2004 carregado de elementos capazes de refletir a política e as preocupações do primeiro governo Lula. Assim, pode-se identificar diferentes aspectos ideológicos e sociais aplicados na fala, revelando as intenções e as ideias atreladas a ela.

O discurso é carregado de críticas à desigualdade econômica e exclusão social. Tais condições são atribuídas ao colonialismo e imperialismo, que também são objetos de críticas.

De início, Lula cita Frantz Fanon, e a "herança comum" da "liberdade para morrer de fome", denunciando as consequências históricas do colonialismo: "A eles, nas palavras tremendas de Frantz Fanon, o passado colonial destinou uma herança comum: 'Se queres, aí a tens: a liberdade para morrer de fome'." (Lula, 2004).

Assim, é possível evidenciar uma postura anticolonialista e anti-imperialista, levando-se em consideração que Fanon, autor citado, foi um filósofo da área de estudos pós-coloniais, da teoria crítica e do marxismo (Faustino, 2022).

As considerações acerca da desigualdade, pauta em evidência na política interna, foram abordadas com o intuito de chamar a atenção, também, para a disparidade econômica global. Neste ponto, a fala de Lula reflete uma visão crítica do neoliberalismo e das políticas

econômicas que, em suas palavras, favorecem os países desenvolvidos em detrimento dos países em desenvolvimento.

Tal visão é típica de uma ideologia que busca um modelo mais justo e equitativo de globalização, que beneficie igualmente todos os países. Esse pensamento, durante o discurso, está atrelado à solidariedade coletiva que caracteriza a justiça social, tema enfaticamente abordado por Lula.

Ainda, defende a necessidade de reformas estruturais para tornar as instituições internacionais mais democráticas, representativas e responsivas às necessidades dos países em desenvolvimento, o que também está atrelado à ideia de uma sociedade igualitária em todos os âmbitos.

Para exemplificar tal ideia, o discurso destaca iniciativas como programas de cooperação que valorizam a solidariedade internacional e a cooperação entre países do hemisfério sul, como forma de ilustrar uma comunidade internacional mais justa e equilibrada.

Diferente do ano anterior, em 2004 percebe-se um tom menos idealista no conteúdo do discurso, salientado através de passagens como: "**O ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo** nutrem-se dessa desesperança, da absoluta falta de horizontes para grande parte dos povos." (Lula, 2004, grifo nosso); "A Humanidade está perdendo a luta pela paz." (Lula, 2004); **"**Não se vislumbra, por exemplo, melhora na situação crítica do Oriente Médio" (Lula, 2004); e "Não haverá segurança nem estabilidade no mundo enquanto não construirmos uma ordem mais **justa** e mais **democrática**." (Lula, 2004, grifo nosso).

Destarte, as pautas essencialmente prioritárias permanecem. O discurso continua marcado pela ideologia de justiça social, anticolonialismo, igualdade social e promoção de um desenvolvimento inclusivo. Além da defesa de reformas nas instituições internacionais e uma maior cooperação entre os países em desenvolvimento.

III.2.3. 2005: contexto, discurso e análise

O ano de 2005 foi marcado por maiores tensões, com uma série de atentados coordenados ocorridos em Londres, mantendo o tema do terrorismo no centro das preocupações internacionais (CNN, 2022).

A Guerra do Iraque, iniciada em 2003, tomou outros rumos com o advento das primeiras eleições legislativas para eleger o governo transitório do país. As eleições, ocorridas no fim de janeiro, trouxeram uma esperança do fim da insurgência e de uma retirada das forças norte-americanas. Entretanto, em maio do mesmo ano houve um aumento de ataques de insurgentes e a manutenção da situação iniciada dois anos antes (Stiglitz e Bilmes, 2008).

Paralelamente, a Coreia do Norte, que havia se retirado do acordo nuclear no ano anterior, anunciou possuir armas nucleares operacionais em seu poder, aumentando a tensão já existente em relação a detenção de arsenais de destruição em massa (Magalhães, 2006).

Na política interna brasileira, o governo Lula protagonizou o ano mais difícil desde seu início. Em junho de 2005, foi revelado um esquema que acusava o PT, partido do presidente, de pagar parlamentares para garantir o apoio político no Congresso Nacional. Segundo a denúncia, os deputados eram pagos com dinheiro público desviado com a ajuda do tesoureiro

do partido, Delúbio Soares, e a operação tinha José Dirceu, Ministro da Casa Civil do governo, como orquestrador (Araújo, 2008).

As consequências geradas pelo ocorrido trouxeram instabilidade ao governo, uma vez que Lula precisou promover uma série de reformas ministeriais com o intuito de tentar afastar os membros envolvidos no escândalo e restaurar a confiança pública em seu governo. No mesmo sentido, as pautas legislativas também foram afetadas, uma vez que diversos deputados foram investigados, levando à cassação do mandato de uns e à renúncia de outros (Araújo, 2008).

Em meio à crise política, a economia e os programas sociais estabelecidos no início do governo não foram significativamente afetados. Ao contrário, o governo logrou esforços nessas áreas com o intuito de apaziguar a situação e mudar sua percepção pública, visando as eleições do ano seguinte, na qual Lula disputaria a reeleição (Flynn, 2005).

Nesse contexto de crise, destaca-se a particularidade ocorrida no discurso da AGNU. Lula, pela primeira e única vez, não discursou enquanto representante oficial do Estado brasileiro. Em seu lugar, o discurso foi proferido por Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores à época.

Sobre tal decisão, a explicação oficial do governo negou que a ausência de Lula no discurso estivesse relacionada ao constrangimento gerado pelas denúncias de corrupção que assolaram seu governo apenas 3 meses antes da reunião da ONU.

A justificativa apresentada oficialmente foi a de que Lula havia participado de reuniões sobre desenvolvimento e financiamentos para o combate à pobreza, também no âmbito da ONU, apenas alguns dias antes da Assembleia Geral. Na ocasião, o presidente já teria discursado, o que levou à conclusão de que fazer um outro discurso levaria apenas a uma repetição de argumentos. Assim, Lula decidiu por deixar o Ministro à cargo do discurso de abertura neste ano (Folha de S.Paulo, 2005).

1. Descrição

Observa-se no discurso feito em 2005 um teor mais pragmático e impessoal. Isto é, utilizou-se uma linguagem mais objetiva para indicar as ações e posicionamentos do Brasil, sem a utilização de figuras de linguagem e sem a utilização de verbos na primeira pessoa do singular. Dessa forma, observou-se que o orador não deixou claro que está falando em nome do Estado brasileiro, como observado nos dois discursos anteriores.

O discurso emprega, predominantemente, verbos no presente do indicativo para descrever posições de maneira enfática e incisiva conforme observado em: "O Conselho Econômico e Social **deve voltar** a ser um órgão vivo e influente"; "Reforma **deve ser** a nossa palavra de ordem." (Amorim, 2005, grifo nosso); e "A Assembleia Geral **precisa ser** fortalecida" (Amorim, 2005, grifo nosso).

Também utiliza-se de verbos no futuro do indicativo para salientar intenções e compromissos do Estado de maneira clara, conforme: "O estabelecimento de uma Comissão para a Construção da Paz **preencherá** uma lacuna institucional importante. **Será** o elo, hoje inexistente, entre segurança e desenvolvimento." (Amorim, 2005, grifo nosso); "No horizonte histórico em que vivemos, nenhuma reforma do Conselho de Segurança **será** significativa se não contemplar uma expansão dos assentos permanentes e não-permanentes[...]" (Amorim,

2005, grifo nosso); "O Brasil **estará** comprometido com os ideais que levaram à criação da única Organização de vocação universal" (Amorim, 2005, grifo nosso); e "O Brasil **estará** comprometido em reforçar a aliança estratégica com o principal parceiro em nossa região – a Argentina – e em construir uma América do Sul próspera, integrada e politicamente estável." (Amorim, 2005, grifo nosso).

Ainda, há uma ampla utilização do paralelismo, que envolve a utilização de estruturas gramaticais semelhantes ou idênticas, objetivando melhorar a clareza e a fluidez do texto. Assim, Amorim discorre que: "A segurança humana resulta, principalmente, de sociedades justas e equitativas, que promovem e protegem os direitos humanos, fortalecem a democracia e respeitam o estado de direito, ao mesmo tempo em que criam oportunidades de desenvolvimento econômico com justiça social." (Amorim, 2005).

Aqui, a estrutura paralela lista as características de uma sociedade que são consideradas importantes para lograr na segurança humana, sendo elas: promover e proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia, respeitar o estado de direito e criar oportunidades de desenvolvimento econômico com justiça social.

Além disso, percebe-se uma função predominantemente referencial, na medida em que fornece informações sobre políticas, iniciativas e visões do Brasil em relação a várias questões internacionais, com uma abordagem bem menor das funções apelativas e emotivas, observadas nos discursos dos dois anos anteriores.

O pragmatismo e posicionamentos mais realistas com a utilização de tais elementos vocabulares e gramaticais podem indicar um discurso ligado puramente à política externa brasileira, sem os elementos constitutivos dos discursos feitos pela figura do presidente, que colocava em destaque os assuntos por ele priorizados.

2. Interpretação

Conforme destacado, o discurso proferido por Celso Amorim em 2005 possuiu um teor mais objetivo e voltado ao tratamento da política externa brasileira. Quando comparado aos discursos proferidos por Lula em 2003 e 2004, observa-se que os assuntos de política interna e as temáticas prioritárias do governo Lula foram negligenciados ou não foram abordados.

Assim, Amorim trata de questões externas já defendidas pelo Brasil em discursos anteriores, tais como a necessidade de reformas institucionais na ONU, desenvolvimento sustentável, terrorismo, e cooperação internacional.

Em especial, a reforma no Conselho de Segurança ganhou destaque, uma vez que era um objetivo almejado historicamente por Amorim desde que foi Ministro das Relações Exteriores pela primeira vez, durante o governo de Itamar Franco.

A necessidade de mudanças foi abordada logo no primeiro momento do discurso, com sugestões de reformas em diversos órgãos da ONU: "A **Assembléia Geral precisa ser fortalecida**. Mais do que nunca, **precisamos de um foro de representação universa**l em que as questões cruciais da atualidade internacional possam ser democraticamente debatidas." (Amorim, 2005, grifo nosso); e "**O Conselho Econômico e Social deve voltar a ser um órgão vivo e influente**. Deve servir para que encontremos convergências para questões relacionadas a comércio, finanças e desenvolvimento, em um ambiente livre de preconceitos e dogmatismos." (Amorim, 2005, grifo nosso).

E, mais a frente, continuou reiterando acerca do Conselho de Segurança: A reforma do Conselho de Segurança destaca-se como peça central do processo em que estamos envolvidos. **A necessidade de fazer com que o Conselho se torne mais representativo e democrático** é reconhecida pela imensa maioria dos Estados-membros." (Amorim, 2005, grifo nosso);

> No horizonte histórico em que vivemos, **nenhuma reforma do Conselho de Segurança será significativa se não contemplar uma expansão dos assentos permanentes e não-permanentes, com países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina** em ambas as categorias. Não podemos aceitar a perpetuação de desequilíbrios contrários ao espírito do multilateralismo. (Amorim, 2005, grifo nosso); e

"Não parece razoável imaginar que o Conselho poderá continuar ampliando sua agenda e suas funções sem que se resolva seu déficit democrático." (Amorim, 2005).

No mesmo sentido, houve ênfase na necessidade de criação de novos órgãos, também no âmbito das Nações Unidas, com um destaque específico em órgãos de proteção dos direitos humanos: "**Defende a criação de um Conselho de Direitos Humanos** e destaca a importância de um julgamento multilateral para o uso da força." (Amorim, 2005, grifo nosso); "**O estabelecimento de uma Comissão para a Construção da Paz** preencherá uma lacuna institucional importante." (Amorim, 2005, grifo nosso); "**As estruturas e mecanismos da Organização na esfera dos direitos humanos devem ser reforçados e aperfeiçoados**. Apoiamos a **criação de um Conselho de Direitos Humanos** que se baseie nos princípios da universalidade, do diálogo e da não seletividade" (Amorim, 2005, grifo nosso); "A cooperação internacional na esfera dos direitos humanos e da assistência humanitária deve orientar-se pelo princípio da responsabilidade coletiva." (Amorim, 2005); e "A segurança humana resulta, principalmente, de sociedades justas e equitativas, que **promovem e protegem os direitos humanos**, fortalecem a democracia e respeitam o estado de direito, ao mesmo tempo em que criam oportunidades de desenvolvimento econômico com justiça social." (Amorim, 2005, grifo nosso).

A questão da fome, priorizada nos discursos anteriores, foi citada pontualmente, de maneira a destacar os avanços no combate à fome, mas sem necessariamente convocar a sociedade internacional a fazer algo a respeito, como anteriormente nos discursos feitos por Lula:

> Noto com satisfação que, desde o Encontro de Líderes Mundiais para a Ação Contra a Fome e a Pobreza, convocada pelo Presidente Lula há um ano, **obtivemos progressos significativos**. **Um número crescente de Governos e de grupos não-governamentais se está juntando ao esforço para pôr fim à fome e à pobreza**. Esta é a única guerra em que estamos empenhados. A única em que todos poderão, um dia, declarar vitória. (Amorim, 2005, grifo nosso)

No que diz respeito ao combate ao terrorismo, o discurso permanece alinhado com os posicionamentos anteriores ao afirmar que o combate não pode ser feito de maneira arbitrária, com operações militares que ferem o direito internacional, feitas por partes dos Estados:

> Continuaremos a prestar nosso apoio a uma maior cooperação internacional para o combate ao terrorismo e para a eliminação de suas causas profundas. Esses esforços devem respeitar o direito internacional e os direitos humanos. **A luta contra o terrorismo não pode ser vista estritamente em termos de repressão por instituições policiais**. **Não podem tampouco tais ações resultar em mortes tão absurdas e indiscriminadas como as provocadas pelo próprio terrorismo**. (Amorim, 2005, grifo nosso)

Ainda alinhado à política externa do governo Lula e aos discursos anteriores, a parte final do discurso focou na integração regional com os países sul-americanos e na integração internacional com países em desenvolvimento, notadamente do oriente médio e da região africana e asiática, tecendo considerações acerca das alianças formadas:

> O Brasil está comprometido em reforçar a aliança estratégica com o principal parceiro em nossa região – a Argentina – e em **construir uma América do Sul próspera, integrada e politicamente estável, a partir de nossa experiência no Mercosul**, cujo aperfeiçoamento, nos planos econômico e político, continuaremos a buscar incessantemente [...]. (Amorim, 2005, grifo nosso);

"A criação do IBAS – grupo que compreende a Índia, o Brasil e a África do Sul – **aliou três democracias da África, Ásia e América Latina, desejosas de estreitar os vínculos econômicos, políticos e culturais entre si e suas regiões**." (Amorim, 2005, grifo nosso); e "**Fortalecer os laços com a África tem sido uma antiga aspiração brasileira**. Nenhum outro governo no Brasil perseguiu esse objetivo com a determinação do Presidente Lula" (Amorim, 2005, grifo nosso).

Não houve referência ou citação a cooperações ou alianças com a Europa ou com os Estados Unidos. Dessa forma, depreende-se que o compromisso com o multilateralismo e a cooperação internacional, evidenciados ao longo dos 3 discursos, possui um alinhamento prioritário específico.

3. Explicação

O discurso de 2005, excepcionalmente feito pelo Ministro das Relações Exteriores, traz grande parte da ideologia e posicionamento do governo Lula. À exemplo, ao enfatizar a necessidade de fortalecer a Assembleia Geral e de reformar o Conselho de Segurança e defender uma maior inclusão de países em desenvolvimento nos órgãos decisórios da ONU.

Tal posição parece refletir uma política que valoriza a cooperação internacional e a representatividade nos processos decisórios globais e sugere uma visão de mundo que busca justiça e equidade no cenário internacional, conforme já evidenciado por Lula em seus discursos anteriores, onde o então presidente já criticava a hegemonia das potências tradicionais e destacava a importância da união dos países em desenvolvimento.

Uma mudança foi identificada na abordagem da temática dos direitos humanos, a qual foi amplamente discutida durante o discurso, ganhando um destaque específico. Assim, o discurso de Amorim apoiou a criação do Conselho de Direitos Humanos baseado nos princípios da universalidade, do diálogo e da não seletividade. Ainda, a ideia da "não-indiferença",

mencionada por ele, introduziu um conceito que vai além do princípio da não-intervenção, sugerindo um compromisso ativo com a proteção dos direitos humanos.

Essa preocupação traduz uma característica marcante da política externa durante o governo Lula, que parecia buscar um papel mais humanitário no cenário internacional. Porém, a abordagem conferida por Lula durante os discursos pautava-se em desafios específicos, como igualdade, justiça e direitos sociais e não trazia propostas acerca dos direitos humanos no geral, enquanto um conjunto de direitos a ser protegido.

Percebe-se, portanto, que o discurso de Amorim é carregado de aspectos ideológicos que refletem as diretrizes sociais e políticas do governo, o que era esperado, uma vez que ele era o Ministro da Relações Exteriores escolhido especificamente pelo presidente.

No entanto, nota-se um destaque menor aos temas enfatizados de maneira particular por Lula, como o combate à pobreza e à fome, tornando o discurso menos carregado de ideologias pessoais e de abordagens apelativas e emocionais.

III.2.4. 2006: contexto, discurso e análise

O ano de 2006 marcou o último ano do primeiro mandato de Lula na presidência. Sem garantias de que seria reeleito e ainda lidando com as repercussões dos acontecimentos do ano anterior envolvendo esquemas de corrupção, Lula procurou manter e ampliar os benefícios sociais que marcaram seu governo. No mesmo sentido, tentou mitigar os esforços feitos pela oposição em atrelar sua imagem à corrupção e a prática de um governo desonesto (Gomes, 2006).

Não apenas o Brasil viveu eleições presidenciais neste ano, a América Latina vivenciou um ano de intensa atividade política, com eleições acontecendo também na Bolívia, Chile, Colômbia, México e Peru (Avila, 2008).

Tais mudanças nos governos alteraram o cenário de alianças e interações regionais já estabelecidas. À exemplo, a vitória de Evo Morales na Bolívia impactou as relações com o Brasil, uma vez que Morales decidiu nacionalizar as jazidas de petróleo e gás do país, afetando os interesses da Petrobras, estatal energética brasileira (Duarte, Saraiva e Boné, 2008).

Ainda, a Venezuela entrou com um pedido de ingresso como membro permanente do Mercosul. O país, que já era membro associado desde 2004, só conseguiu sua adesão plena em 2012, estando atualmente suspenso desde 2016 (Severo, 2012).

As questões no oriente médio envolvendo grupos extremistas mantiveram-se no centro das preocupações internacionais. Segundo Corrêa (2007), a crise acerca do programa nuclear do Irã e a invasão do Líbano pelo exército israelense em resposta às ações cometidas pelo Hezbollah somaram-se ao agravamento do conflito no Afeganistão, onde as forças da OTAN não apresentavam sucesso em conter as atividades das milícias do Taliban.

1. Descrição

Percebe-se uma similaridade com o vocabulário e a linguagem utilizados por Lula nos discursos anteriores. O teor emocional e apelativo que caracterizou os discursos do ator em 2003 e 2004 voltam a ser observados em 2006. Assim, a utilização de termos mais fortes como

“flagelo”, “indigência” e “belicismo” demonstram uma escolha vocabular que objetivou enfatizar e chamar a atenção para a gravidade dos problemas abordados.

As ideias centrais do discurso, como nos anos anteriores, voltam a ser a luta contra a fome e a pobreza, questões que são amplamente repetidas ao longo da fala, com o intuito de reforçar a mensagem principal e manter a unidade temática.

Assim, Lula inicia sua oratória com uma referência ao seu primeiro discurso, em 2003, descrevendo os progressos logrados pelo Brasil durante sua gestão:

> Nossos recursos são escassos, mas mesmo assim **conseguimos resultados surpreendentes**. **O programa “Bolsa Família”, carro-chefe do “Fome Zero”**, garante uma renda mínima a mais de 11 milhões de famílias brasileiras. Com boa alimentação, as pessoas recuperam sua dignidade, têm mais saúde e aprendem melhor. (Lula, 2006, grifo nosso)

Em seguida, com uma estrutura sequencial e mantendo a coesão temática, ele expande o discurso para propor a necessidade de ações coletivas e recursos para combater a fome e a pobreza em uma escala internacional, assim como foi feito no Brasil em uma escala doméstica.

Gramaticalmente, são utilizadas frases longas, com orações subordinadas, para expor os argumentos de maneira detalhada, como no trecho: “O nível de vida dos brasileiros melhorou, **cresceram o emprego e a renda, aumentou o poder de compra do salário mínimo**” (Lula, 2006, grifo nosso). Aqui, Lula descreve ações para detalhar como o nível de vida dos brasileiros melhor, apresentando um quadro positivo de progresso.

A mesma estrutura é observada em: “Estamos colocando em prática mecanismos inovadores **como a contribuição solidária sobre passagens aéreas internacionais e a criação de uma central internacional de compra de medicamentos contra a AIDS, a tuberculose e a malária**.” (Lula, 2006, grifo nosso). No trecho, as ações são descritas para esclarecer os “mecanismos inovadores” citados.

Ainda, percebe-se novamente a utilização de dados, com o intuito de embasar e dar credibilidade aos argumentos, conferindo uma base factual sólida. Tal estratégia é uma maneira de evidenciar para os ouvintes que as afirmações feitas não são apenas subjetivas, e sim sustentadas por números verificáveis, conforme evidenciados nos trechos:

> Todos aqui sabem que cerca de 840 milhões de seres humanos, quase um em cada sete habitantes do Planeta, não têm o suficiente para comer. São necessários 50 bilhões de dólares adicionais por ano para atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio no prazo estipulado.(Lula, 2006); e

> Não me canso de repetir que enquanto o apoio distorcido dos países desenvolvidos alcança a **indecorosa soma de 1 bilhão de dólares por dia**, 900 milhões de pessoas sobrevivem com menos de 1 dólar por dia nos países pobres e em desenvolvimento. (Lula, 2006, grifo nosso)

Neste último trecho, percebe-se, além dos dados apresentados, o uso de adjetivos de conotação negativa como “indecorosa” caracterizando “soma” e “distorcido” caracterizando “apoio”. Esta utilização atribui um julgamento à fala, na medida em que não apenas expõe os

fatos, mas também confere atributos a eles. Assim, sugere uma crítica explícita à manutenção de riquezas mal distribuídas.

A linguagem e as palavras empregadas no discurso voltam a conferir-lhe um teor emotivo e apelativo. Dessa forma, o discurso utiliza uma estrutura estratégica visando provocar uma resposta emocional ao utilizar frases como: "Onde existe a fome não há esperança, há desolação e dor" (Lula, 2006); "A grandeza dos povos não está no belicismo, mas no humanismo." (Lula, 2006); e "A morte de civis inocentes, incluindo mulheres e crianças, choca a nossa sensibilidade." (Lula, 2006).

Quanto à função apelativa, o discurso utilizou-se de diversos momentos para convocar os ouvintes a agir, conforme observado em trechos como: "Se fizermos tanto no Brasil, imaginem o que não poderia ser feito em escala global" (Lula, 2006);

> **Não podemos fugir de nossas obrigações**. Por isso, saúdo os líderes de visão que estão engajados nessa guerra, a guerra contra a degradação do ser humano e a falta de esperança, a única guerra na qual a vitória final será de toda a humanidade (Lula, 2006, grifo nosso);

"**Essa é uma situação política e moralmente insustentável**. Pior do que a inação pela ignorância é a **omissão** pela conveniência." (Lula, 2006, grifo nosso); "Tenho conclamado os líderes mundiais a assumirem a responsabilidade que lhes cabe" (Lula, 2006); e "Não nos faltam recursos. **Falta determinação política para aplicá-los** nas áreas que podem ter um incalculável efeito transformador." (Lula, 2006, grifo nosso).

2. Interpretação

O último discurso de Lula em seu primeiro mandato pode ser visto como uma reiteração das pautas e apelos invocados nos discursos anteriores, com o foco alinhado ao que já vinha sendo priorizado. Entretanto, percebe-se em 2006 um tom mais crítico, apelativo e direto durante sua fala.

Nesse sentido, Lula começa sua fala já introduzindo suas prioridades e destacando ações tomadas à nível nacional. Isto é, Lula não começa o discurso saudando o trabalho de autoridades ou das Nações Unidas, conforme observado em anos anteriores.

Em um primeiro momento, o discurso concentra-se na apresentação dos resultados das políticas internas do governo com um intuito de estabelecer credibilidade. Em seguida, avança para argumentos sobre a viabilidade e a necessidade de ações semelhantes em nível global, usando exemplos concretos para substanciar suas reivindicações:

> Ao falar pela primeira vez nesta tribuna, em 2003, **afirmei a necessidade de agirmos com urgência para combater o flagelo da fome e da pobreza no mundo**. **É o que estamos fazendo no Brasil**. Aliamos crescimento e estabilidade econômica a políticas de inclusão social [...]. Se fizermos tanto no Brasil, imaginem o que não poderia ser feito em escala global, **se o combate à fome e à pobreza fossem, de fato, uma prioridade da comunidade internacional**. (Lula, 2006, grifo nosso); e

"No encontro de líderes mundiais, em 2004, **demos impulso à ação contra a fome e a pobreza. Juntos conseguimos uma forte mobilização internacional em torno do tema**." (Lula, 2006, grifo nosso).

Evidencia-se, portanto, uma crítica explícita na fala quando Lula afirma que o combate à fome e à pobreza não são uma prioridade para a comunidade internacional. Em seguida, critica ainda os esforços e investimentos feitos com guerras, deixando claro que, segundo sua visão, a prioridade dos Estados está focada na causa errada:

> Todos aqui também sabem que a Segunda Guerra do Golfo custou várias centenas de bilhões de dólares. Com muito menos poderíamos mudar a triste realidade de uma grande parcela da população mundial, poderíamos aliviar o sofrimento dessas pessoas, retirá-las da indigência e salvar milhões e milhões de vidas. (Lula, 2006)

Assim, defendendo soluções mais humanitárias na política internacional, Lula volta a argumentar que a pobreza e a miséria precisam ser erradicadas como forma de combater a raiz da violência também em âmbito global: "**É preciso dar aos pobres razões para viver, não para matar ou morrer.** A grandeza dos povos não está no belicismo, mas no humanismo [...]. **Só haverá segurança no mundo se todos tiverem direito ao desenvolvimento econômico e social.**" (Lula, 2006, grifo nosso).

Com a utilização de frases como "É preciso dar aos pobres razões para viver, não para matar ou morrer", o discurso apresenta-se repleto de apelos à emoção, destacando o sofrimento causado pela pobreza e as consequências de um sistema desigual.

Do mesmo modo, chama a atenção para a responsabilidade moral dos demais países em contribuir para a resolução de problemas globais:

> **Se não quisermos globalizar a guerra, é preciso globalizar a justiça**, por isso, digo com a serena convicção de um homem que dedicou a sua vida a lutar pacificamente pelos direitos do povo trabalhador: a busca de uma nova ordem mundial, mais democrática e justa, não interessa apenas aos países pobres ou às nações emergentes, interessa tanto ou mais aos países ricos, se tiverem olhos para ver e ouvidos para ouvir**, se não cometerem o desatino de ignorar o terrível clamor dos excluídos**. (Lula, 2006, grifo nosso);

"Essa é uma situação política e moralmente insustentável. Pior do que a inação pela ignorância é a omissão pela conveniência" (Lula, 2006); "Tenho conclamado os líderes mundiais a assumirem a responsabilidade que lhes cabe." (Lula, 2006); e "**Não nos faltam recursos. Falta determinação política para aplicá-los** nas áreas que podem ter um incalculável efeito transformador" (Lula, 2006, grifo nosso).

Na mesma passagem citada acima observa-se o teor pessoal utilizado, na medida em que Lula insere-se como sujeito dentro do discurso: "**digo com a serena convicção de um homem** que dedicou a sua vida a lutar pacificamente pelos direitos do povo trabalhador:[...]" (Lula, 2006, grifo nosso).

A estratégia parece ter sido utilizada, assim como no discurso de 2004, com o intuito de humanizar o discurso, diferenciando-o de outros atores que possam utilizar uma linguagem

mais impessoal ou pragmática. Ao falar de suas próprias convicções e experiências, Lula procura transparecer sua imagem enquanto um líder que se conecta pessoalmente com o tema que defende.

Outrossim, a defesa do multilateralismo e da necessidade do desenvolvimento econômico e social são amplamente defendidos durante o discurso, sempre focando na proatividade brasileira nesta questão. Para tal, Lula constrói uma identidade para o Brasil como um país que luta contra suas próprias dificuldades, mas também assume uma postura ativa na promoção de um mundo mais justo, conforme evidenciado em:

> **O Brasil é um firme defensor das organizações multilaterais como espaço de cooperação e diálogo**. Não há modo mais efetivo de aproximar os estados, a manter a paz, proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento sustentável e construir soluções negociadas para os problemas comuns. (Lula, 2006, grifo nosso)

Uma diferença observada foi quanto à abordagem da legitimidade e eficácia das Nações Unidas. No discurso de 2006, Lula tece críticas explícitas a atuação da ONU e de seus órgãos na manutenção da paz e na gerência dos problemas globais.

Diferente de outros anos, onde o discurso exaltava a ONU como a única instituição com legitimidade para agir em determinados cenários, em 2006 Lula discorre claramente que a organização parece não mais conseguir chegar a soluções: "**A eficácia das Nações Unidas tem sido seriamente questionada**. O Conselho de Segurança é acusado de morosidade, incapacitado de agir com a rapidez requerida." (Lula, 2006, grifo nosso); "O tema do Oriente Médio sempre foi tratado com exclusividade, além dos diretamente envolvidos pelas grandes potências. **Até hoje não chegaram a uma solução**." (Lula, 2006, grifo nosso).

Nesse mesmo ponto, continuou tecendo críticas às configurações do Conselho de Segurança, salientando a necessidade de reforma, objetivo proposto similarmente em todos os 4 discursos durante seu primeiro mandato.

> Mais do que nunca **as Nações Unidas precisam ver sua autoridade reforçada** [...]. O Brasil, juntamente com os países do G-4, sustenta que **a ampliação do Conselho deve contemplar o ingresso de países em desenvolvimento no seu quadro permanente**. Isso tornaria o órgão mais democrático, legítimo e mais representativo [...]. **Não podemos lidar com problemas novos, usando estruturas anacrônicas**. (Lula, 2006, grifo nosso); e

"Cedo ou tarde, Senhora Presidente, **deveremos todos abrir caminho à democratização das instâncias decisórias internacionais**." (Lula, 2006, grifo nosso).

No último momento, a ênfase dada à relação com os países em desenvolvimento volta a ser destacada. Novamente, eventuais cooperações e alianças com potências, notadamente Estados Unidos e países europeus, não foram citadas.

Não obstante, Lula destacou explicitamente que a política externa do seu governo confere preferência à América do sul: "**A América do Sul é uma prioridade da política externa brasileira**. Nossa região é a nossa casa. Estamos expandindo o Mercosul e fortalecendo a Comunidade Sul-Americana de Nações. **O futuro do Brasil está vinculado ao de seus vizinhos**. (Lula, 2006, grifo nosso).

A mensagem final sintetiza os objetivos destacados ao longo do discurso, que coincidem com os princípios fundamentais que já haviam sido trazidos nos outros discursos, isto é, paz, desenvolvimento, justiça, democracia e respeito ao direito internacional: "A ordem mundial que nos cabe construir **deve basear-se no critério de justiça e respeito ao direito internacional**. **Só assim poderá haver paz, desenvolvimento e uma genuína convivência democrática** na Comunidade de Nações." (Lula, 2006, grifo nosso).

Tal abordagem traduz uma continuidade nos propósitos conferidos pela política externa do governo Lula na medida em que reitera as crenças e ideais elencados desde o começo do seu mandato.

3. Explicação

Os aspectos ideológicos observados no discurso feito em 2006 foram ainda mais enfatizados através de uma abordagem mais crítica do que observado nos anos anteriores.

Dessa forma, percebe-se que Lula enfatiza a importância de combater a fome e a pobreza, não apenas como uma questão social, mas como um imperativo moral e econômico, criticando, em diversos momentos, a inércia e falta de interesse da comunidade internacional.

Esse comportamento parece estar alinhado com uma ideia de justiça social, que busca equidade e a redistribuição de renda, pauta trabalhada internamente pelo seu governo.

No mesmo sentido, mantém o discurso de reprovação ao imperialismo e à hegemonia dos países desenvolvidos ao mencionar os gastos com a Segunda Guerra do Golfo e contrastá-los com o investimento necessário para alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Os argumentos utilizados parecem indicar que Lula culpabiliza a estrutura econômica vigente pela continuidade da desigualdade à nível global, destacando que os países parecem priorizar questões bélicas em detrimento das necessidades humanitárias básicas.

Ainda, alinhado à ideologia de igualdade, Lula critica os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos, afirmando serem impeditivos ao progresso dos demais países. Tal ideia converge com a defesa de um comércio internacional mais justo, posicionando-se favoravelmente a uma globalização que promova um desenvolvimento equitativo.

Outrossim, Lula demonstrou um comprometimento com a ideologia que defende ao inserir-se no discurso. No trecho: "digo com a serena convicção de um homem que dedicou a sua vida a lutar pacificamente pelos direitos do povo trabalhador" (Lula, 2006), Lula apresentou-se como um representante das classes trabalhadoras e daqueles que lutam por justiça social.

Tal autoidentificação parece ter sido utilizada com o intuito de reforçar sua legitimidade para falar de pautas enfatizadas durante seu percurso político, tais como fome, pobreza e desigualdade. Com isso, Lula posiciona-se não apenas como um chefe de Estado, mas também como um indivíduo que compartilha as experiências e os desafios enfrentados pelos cidadãos.

III.2.5. Análise quantitativa

Nesta etapa, extrai-se, utilizando o método de frequência de palavras, as palavras mais empregadas no discurso e, em seguida, compila-se os resultados de todos os quatro anos em

uma tabela (Tabela 1). Dessa forma, pode-se identificar os temas priorizados na fala em cada ano, complementando a análise com dados estatísticos que podem corroborar com a seção qualitativa. Além disso, a união dos resultados permite uma melhor sistematização e análise comparativa ao fornecer um panorama integrado da evolução anual.

Abaixo, elencam-se as palavras mais utilizadas, seguidas do número de vezes em que foram empregadas durante o discurso, classificadas por ano.

Tabela 1

Palavras mais repetidas nos discursos de Lula por ano e quantidade de ocorrências

2003		2004		2005		2006	
Palavra	**Ocorrência**	**Palavra**	**Ocorrência**	**Palavra**	**Ocorrência**	**Palavra**	**Ocorrência**
Fome	18	Desenvolvimento	11	Direitos	10	Países	15
Social	11	Países	11	Humanos	10	Desenvolvimento	12
Nações	10	Fome	9	Países	10	Brasil	9
Internacional	10	Internacional	9	Brasil	10	Internacional	9
Paz	10	Mundo	9	Paz	9	Fome	8
ONU	10	Paz	9	Desenvolvimento	9	Nações	8
Todos	9	Nações	8	Conselho	9	Mundo	7
Desenvolvimento	9	Social	8	Segurança	8	Pobre	7

Nota. Elaborada pela autora com base nos resultados obtidos

A observação dos resultados indica conclusões semelhantes ao constatado na análise qualitativa, mostrando que houve uma mudança na abordagem dos temas, entretanto sem alterar as prioridades de maneira geral.

À exemplo, o termo “fome” aparece na lista de palavras frequentes em 3 dos 4 anos, demonstrando a priorização de uma pauta específica e a vontade de atrair a atenção da audiência para o tema, sublinhando, também, um apelo feito para que a comunidade internacional envolva-se na erradicação do problema. Da mesma forma, está alinhada às iniciativas promovidas por Lula durante o primeiro ano do seu mandato, como a formulação do programa Fome Zero.

Destaca-se que a alta incidência da palavra é recorrente durante os discursos feitos por Lula, padrão não observado no discurso feito por Celso Amorim, o que parece sublinhar a urgência e a prioridade conferidas ao tema pela figura do presidente especificamente, que perpetua-se ao longo dos anos.

A repetição das palavras “social” e “paz”, em pelo menos dois discursos, pode indicar a persistência de preocupações com justiça social, equidade e erradicação da pobreza, denunciando as desigualdades sociais enquanto um empecilho para alcançar a paz, parece referir-se à dimensão social das questões abordadas, com amplas referências a temos como “progresso social”, “cooperação social” e “justiça social”, reforçando a agenda de políticas interna e externa voltadas para a inclusão e igualdade.

Da mesma forma, a ocorrência das palavras “nações” e “internacional”, também em 3 dos 4 discursos, fazem referência tanto aos dados estatísticos trazidos em relação aos Estados/Nações, quanto a menções acerca da relação internacional brasileira com grupos de países específicos, o que destaca o caráter multilateral e pragmático da política externa na medida em que utiliza exemplos de ações tomadas pelo Brasil para resolver questões através da cooperação.

Além disso, observa-se que das 8 palavras mais citadas em 2003, 5 delas tornaram a aparecer com frequência também em 2004: “desenvolvimento”, “fome”, “paz”, “internacional” e “nações”. Tal resultado pode ser visto como uma continuidade e consistência das preocupações e prioridades do governo Lula, sugerindo que as questões acerca da fome, de problemáticas globais e da justiça social como forma de atingir a paz são centrais para a sua política.

De forma específica, o discurso feito por Celso Amorim em 2005 segue alinhado às temáticas centrais e prioridades da política externa vigente no primeiro governo Lula. Entretanto, evidencia-se que a maioria das palavras mais frequência dão uma ênfase diferente das pautas tratadas nos discursos anteriores. Dessa forma, palavras como “fome” e “social”, comuns nos discursos de 2003 e 2004, não apareceram no rol de palavras frequentes do discurso de 2005.

Em contrapartida, a palavra “desenvolvimento” é comumente frequente aos quatro discursos, indicando a contínua preocupação do governo com o crescimento econômico e a redução das desigualdades. Assim, a utilização do termo está atrelada a ideia de que é através do desenvolvimento que pode-se promover o crescimento necessário para mitigar a fome e a desigualdade, pautas prioritárias para o governo.

Ainda em 2005, a utilização das palavras “conselho” e “segurança” estão frequentemente juntas ou fazendo referência aos órgãos da ONU. Dessa forma, as referências englobam o Conselho de Segurança, o Conselho de Direitos Humanos, o Conselho Econômico e Social e o Conselho de Cooperação do Golfo. Novamente, tange ao objetivo de reformar a estrutura das Nações Unidas para torná-la representativa, refletindo as aspirações dos países em desenvolvimento.

Além disso, as palavras “direitos” e “humanos”, com a mesma quantidade de ocorrência, implica que encontram-se juntas, conferindo uma ênfase significativa na questão dos direitos humanos. Diferente dos anos anteriores, Amorim destaca a importância de proteger e promover tais direitos nomeados de maneira geral, defendendo, pela primeira vez na abertura da Assembleia, a criação de um órgão específico para tal, o Conselho de Direitos Humanos.

Por fim, as citações ao Brasil nos discursos dos anos de 2005 e 2006 foram empregadas com o intuito de destacar o papel e os esforços do país no cenário internacional, especialmente em termos de combate à fome e promoção de políticas sociais, argumentando que as ações feitas domesticamente em seu governo poderiam ser aplicadas globalmente. Tal ênfase parece querer colocar o país como um ator global, preocupado com questões sociais e posiciona-o enquanto uma liderança entre os países em desenvolvimento e emergentes.

Destarte, de maneira ilustrativa, apresenta-se nas Figuras 6, 7, 8 e 9, presentes do Anexo B desta investigação, um Word Cloud, representação visual de um conjunto de palavras. Nele, o tamanho de cada palavra é proporcional à sua frequência de ocorrência no texto original. Isto é, as palavras mais frequentes aparecem em tamanho maior.

A utilização de tal ilustração é uma forma intuitiva e prática de visualizar as palavras mais comuns em um texto. Dessa maneira, ao observar as palavras maiores, é possível identificar os temas principais ou tópicos predominantes durante a fala.

Síntese Conclusiva

Este terceiro capítulo visou analisar qualitativa e quantitativamente os discursos feitos por Lula na abertura da AGNU em seu primeiro mandato, adentrando na seção de análise da pesquisa. Para tal, primeiramente apresentou o contexto histórico e político do ator. Assim, abordou as características e acontecimentos que marcaram seu governo, a política externa e a temática de direitos humanos no período. Antes de iniciar a análise dos discursos, também apresentou o contexto nacional e internacional de cada ano em que os discursos foram proferidos. Por fim, apresentou os resultados da análise qualitativa seguida da análise quantitativa.

Em matéria de direitos humanos, os discursos feitos por Lula ao longo do seu primeiro mandato, incluindo aquele feito por Celso Amorim, posicionam os direitos humanos como um tema central na busca por um mundo mais justo e solidário, focando nos direitos econômicos e sociais, especialmente ao reforçar o compromisso do Brasil com a justiça social e com o desenvolvimento sustentável como fundamentais para a construção de um ambiente sem desigualdades.

Nesse sentido, a temática sempre esteve presente nos discursos de maneira implícita, através da defesa de um desenvolvimento econômico e social equitativo, em especial abrangendo os artigos 1º e 2º da DUDH, que declaram a igualdade de direitos sem discriminação e o artigo 25, que busca garantir, entre outras coisas, que todos tenham acesso a alimentação, cuidados de saúde e serviços sociais. Assim, Lula argumenta, de maneira semelhante nos discursos, que a luta contra a fome e a pobreza é fundamental para assegurar os direitos humanos.

Notou-se, entretanto, uma mudança de abordagem no discurso de 2005, no qual Celso Amorim adotou uma postura mais pragmática e integradora em relação aos direitos humanos, reconhecendo a importância de estruturas internacionais eficientes, sugerindo a criação e reforço de organismos para promover tais direitos e vinculando os direitos humanos a questões de desenvolvimento e segurança global.

IV. BOLSONARO: HISTÓRICO E PERCURSO POLÍTICO

Seguindo a ordem cronológica proposta, o presente capítulo versa acerca do governo Bolsonaro. Para tal, divide-se em duas secções, com suas respectivas subsecções: a primeira parte traz uma contextualização e histórico da sua vida política, englobando todo o seu mandato enquanto presidente e tratando também da política interna e externa em vigor durante sua gestão e, especificamente, aborda como seu governo tratou a temática dos direitos humanos. A segunda parte trata da análise qualitativa e quantitativa dos discursos, contextualizando-os para, enfim, apresentar os resultados.

Jair Messias Bolsonaro, nascido em 1955 em Glicério, São Paulo, viveu sua juventude durante a ditadura militar e decidiu seguir carreira militar, ingressando nas Forças Armadas em 1973 e alcançando a patente de capitão. Durante seu tempo no Exército, envolveu-se em polêmicas que aumentaram sua popularidade e facilitaram sua transição para a carreira política, culminando em sua eleição como o 38º presidente do Brasil em 2019 (Carvalho, 2019).

Dentre elas, destaca-se um artigo, escrito sem o consentimento dos seus superiores, para a revista brasileira Veja, em 1986. Na matéria, Bolsonaro afirmava que a alta quantidade de militares que abandonavam a carreira era fruto dos baixos salários recebidos pela categoria. Sua matéria foi considerada uma infração, gerando sua detenção durante 15 dias como forma de punição (Carvalho, 2019).

Tal fato lhe forneceu destaque nacional, projetando-o enquanto um indivíduo atuante em causas benéficas aos militares (Carvalho, 2019). Sobre o ocorrido, segundo Pagliarini (2021), "Bolsonaro would use the issue of poor remuneration for enlisted men to launch a political career closely associated with the interests and perspectives of the military everyman" (p. 399-400).

No artigo que lhe valeu punição, Bolsonaro recorre a um discurso que se tornou recorrente em sua carreira política, enaltecendo seu compromisso com a nação e citando, inclusive, uma frase que viria a ser o *slogan* do seu governo mais de 30 anos depois, afirmando que:

> Sou um cidadão brasileiro cumpridor dos meus deveres, patriota e portador de uma excelente folha de serviços. Apesar disso, não consigo sonhar com as necessidades mínimas que uma pessoa do meu nível cultural e social poderia almejar. [...] **Brasil acima de tudo.** (Bolsonaro, 1986, grifo nosso)

Cabe destacar que o atributo do nacionalismo, presente historicamente em seus discursos, caracteriza-se pela expressão do patriotismo, preservação da nação, defesa de fronteiras e independência econômica do país (Bonavides, 1964).

No Brasil, tal ideal nasceu junto à primeira experiencia totalitária do país: o período da ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945, sob o governo Vargas, e se fortaleceu anos depois no período da ditadura militar. O governo Vargas, assim como os governos militares, foram períodos marcados pelos discursos anticomunistas e autoritários, com a utilização de forte propaganda em favor do governo e de defesa da soberania do país.

Assim, as ideias defendidas por Bolsonaro em seus discursos e declarações revivem algumas das características históricas do nacionalismo no contexto brasileiro (Zanetti e Lalli, 2021).

Dando seguimento, em 1987 Bolsonaro envolveu-se em outra polêmica, ao ser apontado como um dos autores de um plano para explodir bombas de baixa potência em quartéis militares do Rio de Janeiro com o intuito de pressionar a hierarquia a conceder aumentos nos vencimentos e como forma de protestar contra os supostos baixos salários e regalias sociais dos militares (Saint-Clair, 2018).

Ainda em 1988, após os escândalos, Bolsonaro resolve iniciar sua carreira política, candidatando-se a vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Segundo Waldir Luiz Ferraz, assessor de comunicação de Bolsonaro à época, seu ingresso na política se deu pois "ele perdeu espaço nas Forças Armadas por falácias na imprensa. Foi aconselhado a entrar na política porque já não tinha mais chances de fazer carreira nas Forças Armadas" (Ferraz, 1988).

No mesmo sentido, em biografia escrita pelo seu filho, Flávio Bolsonaro afirma que o ingresso do seu pai na política foi fruto dos acontecimentos que marcaram sua carreira militar, afirmando que:

> [Bolsonaro] foi candidato a vereador porque calhou de ser a única opção que possuía no momento para evitar que fosse vítima de perseguição por parte de alguns superiores. Seu ingresso na política aconteceu por acaso, pois sua vontade era dar continuidade na carreira militar (Bolsonaro, 2017, p. 79).

Assim, Bolsonaro foi eleito logo em sua primeira candidatura para cargo público[26], tendo seu primeiro eleitorado sido majoritariamente composto por militares, grupo que se manteria como sua principal base eleitoral nas eleições seguintes (Saint-Clair, 2018). Acerca disso, Pagliarini (2021) discorre que:

> The mixture of aggrievement, contempt, and insolence that first brought him national attention in the 1980s has defined his long political career, marked less by a sense of pluralism or equanimity than factional – and often personal – self-interest. He began his political career as a vocal advocate for soldiers, policemen, and other public security agents. (p. 400)

Nesse sentido, seu mandato foi pautado, principalmente, em evidenciar as causas militares. Entretanto, cumpriu apenas 2 anos do total de 4 anos no cargo de vereador, pois em 1990 foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, também pelo PDC, iniciando seu mandato no ano seguinte (Cioccari e Persichetti, 2018).

Bolsonaro foi o primeiro militar a ser eleito como deputado, o que conferiu-lhe um pioneirismo ao levar as pautas de segurança pública e de defesa das Forças Armadas às discursões parlamentares (Cioccari e Persichetti, 2018).

[26]Ao ser eleito, passou para o quadro de reserva do exército, uma vez que o artigo 98 do Código Eleitoral brasileiro obriga tal medida após a diplomação de militares para cargos políticos (Brasil, 1965).

Seu trabalho na Câmara dos Deputados renovou-se por 7 mandatos consecutivos, entre 1991 e 2018, tendo sido o deputado federal mais votado no último mandato, durante as eleições de 2014, conforme sua popularidade crescia (Pagliarini, 2021).

Assim como sua carreira militar, seu percurso enquanto parlamentar também foi marcado por polêmicas que foram, aos poucos, conferindo-lhe mais visibilidade, uma vez que eram respaldadas pelo crescimento do seu número de apoiantes, aumentando a repercussão das declarações (Cioccari e Persichetti, 2019).

Cita-se, à exemplo, o discurso feito na Câmara dos Deputados, em 2008, onde Bolsonaro dirigiu sua fala ao então Ministro da Justiça, Tarso Genro, filiado ao PT, defendendo as acusações de que o governo militar teria praticado tortura ou corrupção:

> Tarso Genro, se quer procurar ladrões, procure no seu Governo, porque em 20 anos de governo militar não temos um cabo, um sargento, um capitão, um coronel ou um general rico. E nesse bando que está ao seu lado todos estão riquíssimos, roubando e saqueando os cofres do contribuinte em nosso País. Tarso Genro, aprenda a ser homem, antes que a vida o leve. (Bolsonaro, 7 de agosto de 2008)

Ainda, em 2009, Bolsonaro gerou grande repercussão ao anexar na porta do seu gabinete na Câmara dos Deputados um cartaz, ilustrado na Figura 10 do Anexo C desta investigação, ironizando as buscas por desaparecidos políticos da ditadura.

Nesse sentido, Piaia e Oliveira (2022) resumem a consolidação da imagem de Bolsonaro ao longo dos anos:

> Podemos ver uma intensificação das participações entre 2010 e 2011, quando Bolsonaro surge como personagem do entretenimento; uma estabilização num patamar menor entre 2012 e 2013; nova alta conforme o então deputado consolida tanto seu sucesso político como midiático entre 2014 e 2016; e uma queda entre 2017 e 2018, quando o político ganha tração nas redes sociais e passa a ser um interlocutor acionado também pelos programas jornalísticos. (p. 96)

Dessa forma, em 2014, período em que seu sucesso político começa a consolidar-se, Bolsonaro permanece ampliando a notoriedade através de discursos enérgicos, tais como o artigo intitulado “O grito dos canalhas” e publicado no jornal brasileiro Folha de São Paulo, no qual credita o governo militar por ter salvado o país de um suposto regime comunista:

> Devemos acreditar no PT, que rejeita qualquer investigação no sequestro, tortura e execução do prefeito Celso Daniel, ou no Exército, que, impulsionado pela mídia, pela Igreja Católica, pela OAB, por mulheres nas ruas, por empresários e pela maioria esmagadora da Câmara e do Senado salvaram o país do comunismo em 1964? **Enquanto eu for parlamentar, restará ao PT apenas o direito de gritar** (Bolsonaro, 2014, grifo nosso).

Ainda, na ocasião da votação do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, Bolsonaro voltou a enaltecer o regime militar e a atacar o PT, sua principal oposição,

votando a favor do afastamento da presidente e dedicando seu voto a ideais conservadores e a elogiar uma figura destacada do DOI-CODI[27] do II Exército:

> Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S. Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. (Bolsonaro, 2016)

A fala foi recebida com aplausos no Plenário e, assim como inúmeras outras declarações feitas enquanto figura política, não trouxe quaisquer consequências ou responsabilização jurídica. Tal fato reforçou a continuidade e ajudou a legitimar discursos que, normalmente, seriam classificados como um alerta à democracia vigente, uma vez que foram proferidos por um parlamentar em exercício do seu cargo (Piaia e Oliveira, 2022).

Percebe-se que "Bolsonaro sempre apareceu como um parlamentar polêmico, agressivo, excêntrico, militar estatizante com uma pauta de costumes conservadora." (Cioccari e Persichetti, 2019, p. 137). Nesse sentido, foi justamente o constante elogio a essa excentricidade que proporcionou um ambiente favorável para o crescimento da identificação com as ideias por ele defendidas (Wood, Corbett e Flinders, 2016).

Em primeiro momento, Bolsonaro atribuiu sua entrada na política ao objetivo de advogar nas causas militares. Entretanto, foi pela defesa da "família tradicional" que cresceu politicamente ao longo dos últimos anos (Pagliarini, 2021). Conforme colocado por Pagliarini (2021):

> Over time, his appeals assumed a more general right-wing tenor, embracing the conservative thrust if not the theology of evangelical Christianity. Bolsonaro's politics, which combine steadfast support for state violence with misogyny, homophobia, and thinly veiled racism, were long sidelined in the wake of military rule. (p. 400)

A característica tradicionalista utilizada por Bolsonaro para defender pautas morais fez-se cada vez mais enfática na medida em que observou-se o crescimento de pautas conservadoras dentro das discussões legislativas (Almeida, 2019). Isso se deu por um conjunto de fatores, tais como a crescente influência de grupos religiosos, mobilizando eleitores em torno de pautas conservadoras, como questões relacionadas à família, moralidade e costumes; a aversão a políticas de esquerda e a políticas consideradas mais progressistas; e o aumento sistemático da criminalidade e da corrupção, levando à defesa de soluções mais radicais (Almeida, 2019).

Outro atributo característico da vida política de Bolsonaro é a constante mudança de partido político. Desde vereador até presidente, Bolsonaro foi filiado a diversos partidos, tendo sido o primeiro deles o PDC, passando pelo Partido Progressista Reformador (PPR), Partido do Povo Brasileiro (PPB), Partido Progressista (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB),

[27]DOI-CODI refere-se ao Departamento de Operações e Informações-Centro de Operações e Defesa Interna, caracterizado como "um órgão de repressão que funcionou entre 1969 e 1983 e tinha como principal objetivo a perseguição a opositores da Ditadura Civil-Militar (1964- 1985)" (Neves, 2018).

Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Social Cristão (PSC), até chegar ao Partido Social Liberal (PSL), que lançou sua candidatura à presidência.

Além da evidente e notória fragmentação partidária, que origina a ausência de fidelidade partidária, Carreirão e Kinzo (2004) sublinham que tal migração constante é fruto de uma falta de estratégia específica.

Dessa forma, mudou de partido diversas vezes durante sua trajetória política com o intuito de buscar alianças e coligações que aumentassem suas hipóteses de sucesso eleitoral e de visibilidade política. Além disso, conflitos internos e desavenças com lideranças partidárias somam-se aos fatores que contribuíram para as constantes mudanças (Hoffmann, 2022).

Mesmo com a mudança de legenda, todos os partidos pelos quais Bolsonaro já foi filiado classificam-se enquanto partidos pertencentes ao grupo ideológico de direita (Codato, Berlatto e Bolognesi, 2018), com ideais conservadores. Acerca disso, Codato, Berlatto e Bolognesi (2018) afirmam que: "A carreira política dos legisladores brasileiros inicia-se já distante das agremiações partidárias, o que faz com que as suas afinidades eletivas com as ideologias ocorram após estes já acumularem um capital individual razoável fora do partido" (p. 876).

Ainda, acerca das características do espectro político de direita, Lima e Albuquerque (2019) afirmam que tais atributos relacionam-se com "individualismo, a defesa da meritocracia, o rechaço da diversidade e das fugas de 'padrões', o militarismo e a defesa da segurança nacional, o patriotismo, o crescimento econômico, o anticomunismo e a identificação das classes altas com os ideais de sucesso e heroísmo" (p. 15).

Foi nesse contexto que, nas eleições de 2018, Bolsonaro, filiado ao PSL, candidatou-se ao cargo de presidente da república, com a escolha de um candidato à vice-presidência também militar, o general Hamilton Mourão. A estratégia vinha sendo elaborada desde 2014, fruto da crescente popularidade conquistada (Cioccari e Persichetti, 2019).

De igual importância foi o apoio dos parlamentares que compunham a denominada "bancada BBB": "Bala", referente aos deputados defensores da flexibilização do acesso às armas e de leis penais mais rigorosas, "Boi", referenciando os ligados ao agronegócio, e "Bíblia", referente aos setores evangélicos (Quadros, e Madeira, 2018).

No mesmo contexto, a radicalização da política brasileira e o crescimento do sentimento antipetista fomentaram um ambiente propício para a ascensão de um candidato como Bolsonaro, que mostrava-se como um líder político que rompia com a dualidade partidária e ideológica historicamente vigente entre o PT, partido de governo, e o PSDB, partido de oposição (Daly, Cabral e dos Reis, 2021).

Sua agenda de campanha com um forte discurso de combate à violência e à corrupção e a defesa da "família tradicional", somada às novas demandas sociais e de preferências do eleitorado deram novas características à direita brasileira que, a partir de então, orgulhava-se de ter um representante (Daly, Cabral e dos Reis, 2021).

Dessa forma, "não só a demanda pela representação de pautas de extrema-direita abriu espaço para a oferta do candidato Bolsonaro, mas sua progressiva proeminência, ao lado de outros atores, promoveu a consolidação e a ampliação de pautas e de apoiadores" (Piaia e Oliveira, 2022, p. 100).

Dentre outros fatores que contribuíram para sua eleição, Piaia e Oliveira (2022) destacam que a normalização do discurso extremista é o ponto que sedimentou uma identificação por parte do seu eleitorado. Assim:

> Se no começo suas ideias poderiam aparecer ao público como extremistas, a produção de ameaças prementes deu a licença para a liberação cognitiva, culminando com a proposta de enfrentamento aos "direitos humanos dos bandidos" e o combate à "ideologia de gênero" [...]. A construção argumentativa desses eleitores era muito próxima à do candidato: quem era contra as suas posições automaticamente era a favor da bandidagem e contra a família. (Piaia e Oliveira, 2022, p. 103)

Destaca-se, ainda, que a o fato da campanha feita por Bolsonaro ter logrado em uma vitória, configura-se como uma exceção na política brasileira, dado ser uma "coligação precária, pouco tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, baixo orçamento e discurso radical" (Piaia e Oliveira, 2022, p. 99).

Nesse sentido, Cioccari e Persichetti (2019) afirmam que a campanha feita por Bolsonaro foi sagaz ao perceber a mudança no direcionamento da comunicação política, focando sua divulgação estratégica para as redes sociais como WhatsApp, Telegram e Twitter, onde o alcance era maior e seu público-alvo se fazia mais presente, e apostando menos nos meios tradicionais como rádio, televisão e panfletos.

Com a aproximação das eleições, no final de 2018, Bolsonaro utilizou-se das redes sociais não apenas para divulgar suas promessas de campanha, conforme ilustrado na Figura 11 do Anexo C, mas também para fazer ataques à oposição, como mostram as Figuras 12 e 13 presentes no Anexo C.

Dessa forma, percebe-se que sua campanha é pautada por um viés neoliberal, sendo defensor das privatizações e da redução do aparato estatal, com a diminuição do número de ministérios, à exemplo. Além disso, Bolsonaro dá continuidade às suas pautas de rigidez da segurança pública, defendendo o endurecimento das leis penais (Cioccari e Persichetti, 2019).

Nesse contexto, para além dos fatores que envolviam os motivos para o crescimento político de Bolsonaro, dois importantes acontecimentos terminaram de consolidar o resultado das eleições, traduzido na sua vitória.

O primeiro fato foi a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 31 de agosto do mesmo ano, que indeferiu a candidatura do ex-presidente Lula. Até então o PT vinha cogitando a candidatura de Fernando Haddad, vinculada à imagem de Lula que, mesmo estando detido, ainda mantinha-se como o principal candidato do partido à presidência (Alison, Braga e Sampaio, 2021).

Entretanto, com a decisão judicial, Haddad foi nomeado o candidato do PT de maneira definitiva. Ex-prefeito da cidade de São Paulo, Haddad não era um nome conhecido nas demais regiões do Brasil e apareceu pela primeira vez nas pesquisas eleitorais com apenas 4% das intenções de votos, subindo para 9% em setembro (IBOPE, 2018).

O segundo acontecimento envolveu um atentado sofrido por Bolsonaro enquanto fazia campanha eleitoral na cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. O ocorrido se deu apenas um mês antes do primeiro turno das eleições, em 6 de setembro, e gerou diversas especulações e teorias sobre o incidente (Moreira Dias e Fernandes, 2021).

Dessa forma, a comoção causada pelo mesmo forneceram um élan ainda maior à sua candidatura e os resultados das pesquisas eleitorais conduzidas após o incidente mostraram que as intenções de voto para Bolsonaro cresceram de 22% para 26% (IBOPE, 2018).

Como resultado, no primeiro turno das eleições Bolsonaro somou 46,03% dos votos, contra 29,28% de Haddad. Na ocasião do segundo turno, Bolsonaro venceu as eleições presidenciais, obtendo 55,13% dos votos, contra 44,87% de seu opositor (IBOPE, 2018). Nesse contexto, o governo Bolsonaro iniciou-se a 1 de janeiro de 2019.

IV.1. O GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

O governo Bolsonaro iniciou conferindo aos seus seguidores a esperança de uma grande mudança na política vigente, pautada, até então, na alternância majoritária entre o PT e o PSDB. Além disso, era considerado pelos seus eleitores como uma figura política íntegra capaz de acabar com um sistema que estaria degenerado por uma corrupção sistêmica, atrelada aos poderes executivo, legislativo e judiciário de maneira organizada (Silva e Senhoras, 2022).

Assim, os primeiros meses do seu mandato foram marcados por esforços para tentar perceber como estruturar um governo, uma vez que "his decades in Congress had seemingly done little to prepare him for the spotlight of national office" (Pagliarini, 2021, p. 408).

Ainda sem um plano concreto, concentrava-se em culpabilizar o principal partido de oposição, o PT, por todos os problemas herdados pelo seu governo, incluindo as consequências da crise econômica que assolou o país a partir de 2014[28], no governo Dilma Rousseff (Pagliarini, 2021).

Com o intuito de reverter a situação, observou-se uma continuidade e intensificação da política econômica iniciada na gestão Temer, antecessor do governo Bolsonaro. Segundo Oreiro e Paula (2019), a abordagem é classificada como ortodoxo-liberal e possui como características principais:

> (i) realização de uma forte contração fiscal, principalmente pelo lado dos gastos correntes, baseado na tese da "contração fiscal expansionista"; (ii) um conjunto de políticas liberais que visa "destravar" o espírito empresarial das amarras do Estado via desregulamentação do mercado, permitindo que a iniciativa privada comande o processo econômico, inclusive no que se refere aos investimentos. (p. 22)

Nesse prisma, a economia foi pautada na redução da participação do Estado, com a justificativa de torná-lo mais ágil. Consequente, houve o aumento das iniciativas privadas. Além disso, as estratégias econômicas foram estruturadas na ideia de que "a crise econômica brasileira é essencialmente um problema moral, ou seja, resultado da "gastança" dos governos anteriores e que agora precisa ser purgada" (Oreiro e Paula, 2019, p. 24).

[28]"A crise de 2014/2017 da economia brasileira teve como origem uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionados por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado." (Barbosa, 2017, p. 58)

Estruturalmente, Bolsonaro compôs os ministérios do seu governo distribuindo os cargos em 3 grandes grupos: a ala ideológica, os militares e os políticos de carreira (Penido et. al, 2020).

A ala ideológica era composta por atores convidados para os cargos pelas similaridades ideológicas com o presidente. À exemplo, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos contaram, incialmente, com Ricardo Salles, filiado ao mesmo partido do presidente e pela senadora e pastora evangélica, Damares Alves (Menezes, Melo e Couto, 2021).

Quanto aos militares, além do vice-presidente, nove dos vinte e dois ministérios eram ocupados por representantes das Forças Armadas, que também ocupavam posições no segundo escalão do governo, em funções como o comando de secretarias específicas e cargos adjuntos nos ministérios. Assim, ao fim de 2020, 6.157 cargos civis eram ocupados por militares, representando 39% do aparelho estatal (Menezes, Melo e Couto, 2021).

No decorrer do seu mandato, houve diversas mudanças na composição do governo. Aos poucos, Bolsonaro foi substituindo seus ministros da ala ideológica por políticos vinculados a partidos, principalmente aos partidos de centro, com o intuito de formar uma base e manter o apoio do Legislativo (Penido et. al, 2020).

Entretanto, nem todas as mudanças foram estratégicas. Muitos dos cargos foram reestruturados após polêmicas envolvendo os responsáveis. À exemplo, o então Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues e o secretário de Cultura, Roberto Alvim, passaram apenas 3 meses nos cargos. Ambos foram demitidos após episódios ou declarações de repercussão negativa (Rezende, 2021).

Na área social, o governo implementou o 13º salário para os indivíduos beneficiados pelo programa Bolsa Família, criado durante a primeira gestão de Lula. Tal medida configurou-se como uma estratégia para atingir os estratos da população em que Bolsonaro não era popular, e negar as intenções de revogar o programa (Avritzer, 2020).

No entanto, em dezembro de 2021, o governo instituiu o programa Auxílio Brasil, substituindo o Bolsa Família. O novo programa conferia um pagamento de 400 reais mensais aos beneficiários, com um reajuste de 20% comparado ao valor pago pelo Bolsa Família (Costa, 2021). Além disso, outras políticas de transferências de renda também foram criadas, tais como o Auxílio Caminhoneiro e Auxílio Taxista.

Assim como outros ministérios, o Ministério da Saúde também sofreu diversas alterações, tendo sido chefiado por 4 ministros diferentes durante todo o governo, o que prejudicou a consistência e eficiência das políticas, uma vez que as mudanças constantes dificultaram a implementação de medidas de longo prazo (Saraiva e Zago, 2021). Ainda, tal inconstância também influenciou as ações tomadas pelo governo ao lidar com a pandemia de Covid-19, que eclodiu nos primeiros meses de 2020, durante o segundo ano do governo Bolsonaro.

Dessa forma, a pandemia configurou-se como o maior desafio do governo. Para seus eleitores e apoiadores, inclusive, as consequências deixadas pela pandemia foram os únicos fatores que impediram que o governo obtivesse bons resultados no setor econômico e social (Saraiva e Zago, 2021).

Nesse sentido, a maneira com a qual o governo administrou o país durante a pandemia foi marcada por uma negligência, inclusive, acerca das medidas recomendadas pela

Organização Mundial da Saúde (OMS) e adotadas pela maioria dos países (Vazquez e Schlegel, 2022).

De início, em março de 2020, enquanto o Brasil registrava os primeiros casos da doença, Bolsonaro fez um pronunciamento oficial em rede nacional no qual minimizava seus riscos, desencorajava a quarentena e criticava os governos estaduais e municipais que adotaram medidas de prevenção (BBC, 2020). Em suas palavras: "Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento do comércio e o confinamento em massa" (Bolsonaro, 2020).

No decorrer dos acontecimentos, o então presidente manteve sua posição cética, questionando a segurança e a necessidade das vacinas contra o vírus e desestimulando a vacinação, postergando a compra e distribuição do imunizante. De acordo com Vazquez e Schlegel (2022):

> O negacionismo do governo federal, com minimização da gravidade da doença e defesa de tratamentos sem eficácia comprovada, na contramão das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), serviu como justificativa para ataques às medidas de isolamento social, com a tentativa de transferir o ônus da crise econômica aos governos estaduais. (p. 120)

De maneira complementar, Bolsonaro propagou a utilização de medicamentos sem eficácia cientificamente comprovada no combate ao Corona Vírus, sendo o principal deles a hidroxicloroquina. Durante pronunciamentos em suas redes sociais, o então presidente fez afirmações sem citar fontes e atribuiu a falta de credibilidade das informações por ele divulgadas a questões políticas, conforme demonstra a Figura 14 do Anexo C.

Nesse contexto, defendendo seus posicionamentos específicos, em abril de 2020 Bolsonaro demitiu o então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, médico que afirmava abertamente que a hidroxicloroquina ainda não possuía eficácia comprovada no combate ao vírus. Além disso, Mandetta defendia a adoção das recomendações da OMS e chegou a pedir que a população cumprisse as medidas recomendadas pelos governadores e ignorasse as propostas do presidente (Kirby, 2020).

Em seu lugar, Nelson Teich, também médico, assumiu o cargo. Entretanto, os posicionamentos de Teich também eram contrários aos do presidente, na medida em que defendia o isolamento social e não recomendava ~~o~~ tratamento com a hidroxicloroquina. Os embates ideológicos fizeram com que Teich pedisse demissão em menos de um mês como Ministro da Saúde.

Por fim, Eduardo Pazuello, militar sem formação acadêmica na área da saúde, foi nomeado para o cargo em maio de 2020. Pazuello, aliado ideológico do governo, ao contrair Covid, declarou publicamente que havia tomado hidroxicloroquina para combater o vírus. Além disso, afirmou em entrevista que sua relação com Bolsonaro era amistosa, uma vez que "um manda e o outro obedece" (BBC, 2021). E, por sua vez, Bolsonaro afirmou que Pazuello era "um dos melhores ministros da saúde que o Brasil já teve." (BBC, 2021).

Dessa forma, percebe-se que o governo Bolsonaro demonstrava uma preocupação em ser composto por atores ideologicamente alinhados ao posicionamento do presidente, afastando indivíduos cujas declarações fossem contrárias às ideias por ele defendidas (Amaral, 2023).

Destarte, o contexto dos acontecimentos que marcaram seu governo, incluindo a gestão da pandemia, o consequente aumento do desemprego, a estagnação da economia e o regresso do Brasil ao Mapa da Fome da ONU[29], somados às polêmicas ligadas à sua figura enquanto político levaram-no a ser o primeiro presidente do país, eleito por voto direto, que não conseguiu a reeleição (Amaral, 2023).

IV.1.2. A política externa no governo Bolsonaro

A política externa brasileira durante a vigência do mandato de Bolsonaro foi influenciada pelo seu alinhamento ideológico evidente desde antes de sua eleição, logrando em certa ruptura com as políticas externas vigentes anteriormente (Lima e Albuquerque, 2019).

Nesse sentido, o processo de mudança na condução da política externa iniciou-se logo no momento da escolha do Ministro das Relações Exteriores do seu governo. Bolsonaro nomeou Ernesto Araújo, diplomata que prometia reorientar as ações externas do Brasil para atuar contra os valores do "globalismo"[30] (Baptista, Bertolucci e Diogo, 2020).

Além disso, Araújo mantinha uma posição cética em relação a instituições multilaterais, tais como a ONU, e criticava a atuação de ONGs, notadamente as que atuavam nos campos do ambiental e de direitos humanos (Baptista, Bertolucci e Diogo, 2020).

Condizente com sua postura, no início do mandato, em maio de 2019, Araújo realizou visitas a países cujos líderes configuravam-se enquanto nacionalistas e de direita, tais como Itália, Hungria e Polônia, com o intuito de colocar a política externa brasileira "em sintonia com o principal movimento transnacional de articulação ideológica dos governos de direita e ultradireita atuais" (Lima e Albuquerque, 2019, p.18).

Além disso, o governo deu início a diversas alterações na composição dos membros da diplomacia brasileira com o objetivo de nomear um quadro de diplomatas e embaixadores que fossem alinhados às propostas do seu governo, realizando, inclusive, demissões[31] (Baptista, Bertolucci e Diogo, 2020).

Outro fator de ruptura foi o estrito comprometimento político, ideológico e comercial aos Estados Unidos (Baptista e Bertolucci, 2020). Neste sentido, segundo Chatin (2019), o Brasil historicamente possuía um posicionamento independente na agenda internacional. Entretanto, ao alinhar-se à visão estadunidense, o país perdeu certa independência, reduzindo

[29]A classificação, feita pela ONU, indica que o percentual de brasileiros que não têm certeza de quando vão fazer a próxima refeição está acima da média mundial (Rodrigues, Kauchakje e Oliveira, 2023).

[30]O conceito era utilizado pelo Ministro para argumentar que "a ordem global vigente é orientada contra as liberdades individuais e uma suposta dominação de esquerda nos fóruns multilaterais que busca reduzir a autonomia e soberania dos Estados" (Baptista, Bertolucci e Diogo, 2020, p. 518).

[31]À exemplo, cita-se o caso do embaixador Paulo Roberto de Almeida, exonerado do cargo de presidente do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), em março de 2019, por ter criticado a gestão do Ministro Araújo.

sua identidade e prejudicando seu status no cenário internacional. Sobre tal aproximação ideológica, Hirst e Maciel (2022) colocam que:

> Desde seus primeiros meses o governo Bolsonaro conclamou uma política internacional que integrasse o Brasil ao círculo de países governados por líderes e ideais da extrema direita, destacando-se uma relação privilegiada com o ex-presidente Donald Trump e seus ideólogos. Esta aproximação congraçava uma visão comum de antagonismo ao multilateralismo e aos princípios normativos do internacionalismo liberal. (p. 7)

Salienta-se que a relação de proximidade com os Estados Unidos não é uma novidade na política externa brasileira. O que constatou-se com o governo Bolsonaro foi uma mudança no tipo de aproximação. Acerca disso, Medeiros, Villas-Boas e Andrade (2019) explicam que a postura do governo pode ser classificada como um "americanismo ideológico", em contraposição ao "americanismo pragmático" observado em governos anteriores, como o de Ernesto Geisel (1974-1979), por exemplo.

Dessa forma, no americanismo pragmático, "a aproximação com os EUA teria sido feita de forma a garantir relações saudáveis com a grande potência, mas sem abrir mão de interesses vitais do país em trocas desiguais" (Lima e Albuquerque, 2019, p. 16). Por sua vez, o americanismo ideológico, "abriria espaço para concessões de benefícios sem contrapartida e alinhamento incondicional" (Lima e Albuquerque, 2019, p. 16).

Da mesma forma, observou-se também um alinhamento com Israel, país que normalmente não era uma prioridade para as relações exteriores do Brasil e não configurava-se como uma parceria estratégica. Segundo Hirst e Maciel (2022), algumas causas explicam tal aproximação: "não se articulam apenas os interesses convergentes com os EUA, relacionados à geopolítica do Oriente Médio; observa-se um diálogo inter-religioso, entre o cristianismo evangélico e as posições radicais do sionismo" (p. 8).

Contrariamente, houve um distanciamento em relação aos Estados latino-americanos e aos países do Sul Global. À exemplo, evidencia-se o episódio em que Bolsonaro lamentou publicamente a vitória do presidente de esquerda, Alberto Fernández, nas eleições presidenciais da Argentina em dezembro de 2019 (Baptista e Bertolucci, 2020).

Do mesmo modo, a oposição ao governo de Nicolás Maduro, na Venezuela, foi evidenciada quando o governo brasileiro, alinhando-se à postura dos EUA, não reconheceu a reeleição de Maduro em 2018. Assim, Brasil e EUA optaram por legitimar o governo de transição liderado por Juan Guaidó, que foi recebido no Brasil em fevereiro de 2019. Tal fato agravou-se de tal forma que o governo brasileiro rompeu as relações diplomáticas com a Venezuela no início de 2019. No ano seguinte, Bolsonaro ordenou o encerramento dos consulados e da embaixada brasileira no país (Chatin, 2019).

Outrossim, mecanismos de integração regional, como o Mercosul, perderam espaço na agenda externa do governo. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a afirmar que o bloco não era uma prioridade, pois através dele o Brasil havia se envolvido em alianças ideológicas prejudiciais à sua economia (Chatin, 2019).

Nesse sentido, o governo Bolsonaro indicou uma preferência ao bilateralismo, abandonando a prioridade histórica conferida às negociações no âmbito do sistema multilateral (Chatin, 2019), passando a priorizar "laços econômicos com baixa institucionalização e um

diálogo político de monossílabos, sem pretensões de ocupar espaços em instituições multilaterais de nível regional e/ou global" (Hirst e Maciel, 2022, p. 19 e 20).

O motivo para tal abordagem é atribuída à ideia de que a soberania brasileira deveria prevalecer sobre a ideia de governança global. De acordo com Chatin (2019), afastar-se de uma tradição diplomática que apoiava-se no sistema multilateral e em uma ordem mundial baseada em normas poderia enfraquecer a posição do Brasil no cenário internacional.

Ainda, segundo Baptista e Bertolucci (2020), ao conduzir a política externa de maneira ideológica, o governo promoveu prejuízos à reputação do país e ao relacionamento com parceiros estratégicos. Dessa forma, os autores citam alguns episódios:

> Pode-se citar a reiterada intenção de indicar o filho do presidente – sem experiência na área diplomática – para chefe da missão diplomática nos EUA, uma das embaixadas mais importantes para o Brasil; discursos de cunho ideológico do presidente defendendo a transferência da embaixada de Tel Aviv para a área disputada de Jerusalém, prejudicando relações com os países árabes (grandes parceiros comerciais do Brasil); discursos de membros do governo que refletem interesses pessoais e ideológicos prejudicando relações com a China e a Argentina, dois dos maiores parceiros comerciais do país. (p. 526)

Para Lima e Albuquerque (2019), tal desconstrução da diplomacia brasileira foi concebida com o intuito de fidelizar a parcela mais radical do seu eleitorado, reformulando-a nos parâmetros ideológicos do governo e em conformidade com a posição da extrema direita internacional (Narcizo, 2021).

Dessa forma, Hirst e Maciel (2022) afirmam que a política externa conduzida durante seu governo fundamentou-se em 3 pilares:

> o "núcleo político ideológico", que revela a sintonia do projeto com o ideário da extrema direita internacional; o segundo da "política econômica liberal conservadora", que contempla a faceta externa de sua economia política; o terceiro corresponde ao complexo de "segurança e defesa", relacionado às sintonias externas da militarização do Estado brasileiro. Cada pilar cumpre um conjunto de funções que se articulam e se projetam nacional, regional e internacionalmente. (p. 4 e 5)

Tais pilares foram fundamentais para que o novo governo articulasse mudanças que romperam, em certo nível, com os princípios tradicionais que vinham pautando a política externa brasileira desde a democratização, na década de 1980 (Lima e Albuquerque, 2019).

Assim, Spektor (2019) destaca que tal "ideologização" da política externa não coincide com o pragmatismo característico das relações exteriores do Brasil durante os governos do PT e do PSDB.

IV.1.3. A pauta de direitos humanos no governo Bolsonaro

As políticas do governo Bolsonaro, majoritariamente pautadas por posicionamentos conservadores, trouxeram consequências também para o campo dos direitos humanos. Ainda

enquanto Deputado Federal, Bolsonaro ficou conhecido por seus discursos e propostas de lei antidemocráticos e que iam em sentido inverso aos avanços conquistados até então na área (Monte e Hernandez, 2021).

À exemplo, defendeu a volta de um regime autoritário e o fechamento do Congresso Nacional, em 1993 (Broke 1993). No ano seguinte, advogou a favor da pena de morte e da prisão perpétua, práticas proibidas pela Constituição brasileira e pelos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Tais posicionamentos eram pautados por uma lógica que relativizava os sujeitos titulares de direitos humanos, validada pelo seu eleitorado, que repetia um discurso de que os direitos humanos deveriam ser destinados apenas à parcela da população considerada por eles como "cidadãos de bem" (Vettorassi, Oliveira e Benevides, 2020).

Esse pensamento foi desenvolvido juntamente à ideia de que a mera defesa da aplicação dos direitos humanos estaria ligada a "defensores de bandidos", uma vez que um dos seus princípios é a universalidade, que garante os mesmos direitos para todos os indivíduos sem distinção (Vettorassi, Oliveira e Benevides, 2020).

Nesse sentido, na ocasião do seu discurso de posse como presidente, em 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro afirmou que a preocupação do seu governo seria concentrada na "segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa [...]" (Bolsonaro, 2019), reforçando a ideia de que apenas as "pessoas de bem" devem ter segurança e direitos garantidos.

Ao assumir a presidência, a nomeação de uma liderança religiosa, a pastora Damares Alves, para o cargo de Ministra das Mulheres, Família e Direitos Humanos, foi motivada por similaridades ideológicas e ganhos eleitorais, uma vez que "conservative Christian values are at the core of Bolsonaro's political platform, and his government is constituted by a growing religious right" (Monte e Hernandez, 2021, p. 102).

Nesse sentido, Almeida (2021) afirma que o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos tornou-se um espaço institucional para as ações e consolidação de um grupo religioso conservador por meio de uma lógica populista.

Em 2019, o governo extinguiu uma comissão responsável por monitorar o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)[32]. Em 2021, a Ministra Alves criou um grupo de trabalho para revisar o PNDH-3 e colocá-lo em prática novamente. Entretanto, todos os novos membros do grupo advinham do seu ministério, excluindo membros do Conselho Nacional de Direitos Humanos ou quaisquer organizações da sociedade civil (Valente, 2021).

Do ponto de vista internacional, os posicionamentos no campo dos direitos humanos seguiram a mesma lógica. Ainda antes de tornar-se presidente, Bolsonaro já mantinha um discurso crítico a atuação de organizações na área.

Tem-se, por exemplo, o episódio em que prometeu retirar o Brasil do Conselho de Direitos Humanos da ONU após o órgão ter emitido uma recomendação para que o país tomasse as medidas necessárias para que Lula exercesse seus direitos políticos, mesmo estando

[32]Programa do governo Federal, cuja terceira versão começou a ser implementada em 2009, sob a segunda gestão de Lula, que visava guiar as medidas governamentais em prol da defesa dos direitos humanos no Brasil (Valente, 2021).

detido (Monte e Hernandez, 2021). Ainda, através de suas redes sociais, conferiu ataques ao Conselho, conforme exibido na Figura 15 do Anexo C.

Sabe-se que tal promessa não foi cumprida. No entanto, contribuiu para inflamar tentativas de deslegitimar o órgão e atribuir uma ideia de que o Brasil não estaria de acordo com suas decisões (Monte e Hernandez, 2021).

No ano seguinte, já eleito, as críticas continuaram, sendo dirigidas não apenas a instituições, mas também a indivíduos. À exemplo, o ataque direcionado à Michelle Bachelet, então Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, na ocasião em que Bachelet expressou preocupação com a democracia no Brasil.

Tal ataque foi conferido através de uma publicação feita por Bolsonaro em sua conta oficial no Twitter, conforme ilustrado na Figura 16 do Anexo C. Ainda, destaca-se na publicação a maneira como o então presidente fez referência aos direitos humanos, associando-os a direitos de "bandidos".

Em outubro de 2020, o Brasil posicionou-se favorável à Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, que tinha como objetivo uniformizar a atuação de governos em órgão internacionais acerca de temas como os direitos reprodutivos, educação sexual, legalização do aborto e defesa da família. Na ocasião, o posicionamento do Estado brasileiro alinhou-se com o de países como Egito, Indonésia, Hungria, Uganda e Estados Unidos, ainda durante o governo Trump.

Na mesma tendência, Monte e Hernandez (2021) destacam outro episódio: "in a discussion on a resolution aimed at eliminating discrimination against women and girls, Brazil aligned itself with the positions of ultraconservative States and/or theocratic countries (such as Pakistan and Saudi Arabia) and abstained from voting on the topic. (p. 92).

Destarte, evidenciou-se uma política interna e externa conservadora em matéria de direitos humanos, justificada tanto pela ideologia do presidente, quanto pela necessidade de satisfazer a maioria do seu eleitorado, notadamente o núcleo religioso, que criticava os avanços feitos no país alegando que vão de encontro aos "valores da família" (Moschkovich, 2023). Entretanto, tal justificativa não é condizente aos princípios da Constituição brasileira, que determina o rol de proteção de direitos em termos de igualdade para todos.

IV.2. DISCURSOS NA ABERTURA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

A despeito de suas posições contrárias ao multilateralismo e às reiteradas críticas à ONU e aos seus órgãos, Bolsonaro cumpriu seu papel enquanto presidente, discursando na abertura da AGNU durante os 4 anos do seu mandato. A seguir, inicia-se a análise qualitativa e quantitativa dos discursos, precedidas de contextualização.

IV.2.1. 2019: contexto, discurso e análise qualitativa

O primeiro ano do governo Bolsonaro foi marcado por uma reforma administrativa, feita com o intuito de moldar o ambiente ideal para o seu governo. Assim, Bolsonaro diminuiu a quantidade de ministérios; os vinte e nove ministérios em atividade no governo Temer

passaram para vinte e dois. Tal decisão foi tomada visando diminuir os gastos públicos e a burocracia (Penido et. al, 2020), além de sublinhar uma agenda de redução de cargos políticos.

No mesmo sentido, deu início a políticas econômicas que visavam mitigar os efeitos da crise pela qual o Brasil passava. Entra elas, a reforma da Previdência, aprovada em novembro do mesmo ano, que definia novas regras para a aposentadoria no Brasil (Penido et. al, 2020).

As pautas mais sensíveis no primeiro ano do governo Bolsonaro foram as questões ambientais. Apenas em 2019, três grandes tragédias assolaram regiões brasileiras, notadamente a Tragédia de Brumadinho, no estado de Minas Gerais, os incêndios recorrentes na Floresta Amazônica e o vazamento de óleo nas praias do nordeste brasileiro. Tais fatos atingiram o governo de maneira negativa, uma vez que grande parte dos aliados do presidente no Congresso faziam parte do setor ruralista, constituído por parlamentares que defendem os interesses dos proprietários rurais que, muitas vezes, vão de encontro às regulamentações ambientais (Scantimburgo, 2018).

No contexto internacional, além da vitória de Bolsonaro no Brasil, desde 2018 a América Latina testemunhava a ascensão de lideranças de direita, Iván Duque venceu as eleições na Colômbia, Sebastián Piñera no Chile, Mario Benítez no Paraguai, Martín Vizcarra no Peru e Luis Lacalle Pou no Uruguai (Mariano e Gerardi, 2019).

Além disso, na Venezuela, desencadeou-se uma crise política, quando o também representante de direita, Juan Guaidó, autodeclarou- se Presidente interino, alegando a falta de legitimidade da reeleição do seu opositor, Nicolás Maduro. A reação internacional foi imediata, com a maioria dos países europeus, os EUA e o Brasil apoiando Guaidó. Por outro lado, Rússia, China e as forças armadas venezuelanas declararam seu apoio a Maduro (Bastos e Obregón, 2018).

Na Europa, as negociações para a saída do Reino Unido – com um governo conservador – do bloco não logravam resultados e a retirada foi adiada diversas vezes até um novo acordo ser aprovado, estabelecendo a data final para janeiro de 2020 (Dhingra e Sampson, 2022).

Em 24 de setembro, Bolsonaro fez seu primeiro discurso na AGNU, analisado a seguir.

1. Descrição

O discurso feito por Bolsonaro divide-se em seções temáticas, onde cada uma delas aborda uma questão específica, abrangendo diversos tópicos em uma estrutura lógica. Nesse sentido, versa, em ordem, sobre economia, políticas de governo, questões ambientais, direitos dos povos indígenas, segurança e política externa.

Gramaticalmente, observa-se a utilização majoritária de pronomes na primeira pessoa do singular para referir-se a si mesmo e ao seu governo. Assim, observa-se a utilização frequente de termos como: “meu país” e “meu governo”. Apenas em uma ocasião ele faz uso da estrutura “nosso país” e “nosso governo”.

Tal estrutura gramatical parece centralizar o poder em sua figura, podendo ser uma estratégia para destacá-lo enquanto protagonista responsável pelas mudanças e políticas implementadas. Além disso, a utilização da primeira pessoa ajuda a reforçar sua imagem, garantindo que haja uma clara distinção entre a sua administração e a de governos anteriores, o que parece importante em um cenário onde Bolsonaro critica governos passados, especialmente aqueles associados por ele ao socialismo e à corrupção.

Percebe-se, ainda, a frequente utilização de adjetivos, advérbios e substantivos, posicionados com o intuito de enfatizar o que está sendo dito e influenciar a percepção do ouvinte. Trazendo, também, uma carga subjetiva na medida em que traduz as opiniões do narrador acerca dos fatos apresentados, conforme visto nas passagens: "Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, **grave** recessão econômica, **altas** taxas de criminalidade[...]" (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); "A Venezuela, outrora um país pujante e democrático, hoje experimenta a **crueldade** do socialismo" (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); "[...] também nos empenhamos duramente para que outros países da América do Sul não experimentem esse **nefasto** regime" (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); e "Foram julgados e punidos graças ao **patriotismo, perseverança e coragem** de um juiz que é símbolo no meu país, o dr. Sérgio Moro, nosso atual ministro da Justiça e Segurança Pública" (Bolsonaro, 2019).

Destarte, predomina na fala a função emotiva, observada através de frases que evocam emoções e opiniões pessoais, em sua maioria exclamativas, à exemplo de: "Em 2013, um acordo entre o governo petista e a ditadura cubana trouxe ao Brasil 10 mil médicos sem nenhuma comprovação profissional [...]. **Um verdadeiro trabalho escravo, acreditem**" (Bolsonaro, 2019, grifo nosso).

Assim, estruturalmente, o discurso de Bolsonaro apresenta ferramentas linguísticas com uma grande carga subjetiva e emocional, visando enfatizar os fatos por ele descritos de forma apelativa e enfática. Da mesma forma, visa mostrar a imagem de um novo país, que rompeu com práticas empregadas pelos governantes anteriores e agora apresenta-se através de um líder com firmes convicções.

2. Interpretação

O discurso é introduzido com uma crítica ao Brasil de outrora regido pelos governos anteriores. Especificamente, Bolsonaro utiliza sua fala para atribuir ao PT a culpa pela corrupção, crise econômica e índices de violência no país. Tais passagens marcam uma ruptura clara com o passado com o intuito de justificar as mudanças implementadas pelo seu governo, conforme evidenciado em: "Apresento aos senhores **um novo Brasil**, que ressurge depois de estar à beira do socialismo. **Um Brasil que está sendo reconstruído** a partir dos anseios e dos ideais de seu povo" (Bolsonaro, 2019, grifo nosso).

Soma-se a isto uma forte crítica ao socialismo, regime que, de acordo com ele, configurou-se como uma ameaça ao país durante o governo anterior. Nesse sentido, a primeira parte da fala apresenta uma retórica voltada especialmente à Venezuela e à Cuba, citadas como exemplo de Estados onde o socialismo logrou em malefícios: "A Venezuela, outrora um país pujante e democrático, hoje experimenta a crueldade do socialismo. **O socialismo está dando certo na Venezuela. Todos estão pobres e sem liberdade**." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso).

Em um segundo momento, Bolsonaro destaca as alianças estabelecidas, focando nas iniciativas econômicas tomadas e na abertura do mercado brasileiro, demonstrando um discurso alinhado às práticas econômicas neoliberais vigentes em seu governo: "Não pode haver liberdade política sem que haja também liberdade econômica. E vice-versa. O livre mercado, as concessões e as privatizações já se fazem presentes hoje no Brasil." (Bolsonaro, 2019).

Em seguida, o discurso entra na questão da Amazônia, buscando responder às críticas feitas, inclusive por outros países, acerca das políticas ambientais do seu governo, notadamente devido às queimadas frequentes na região. Nesse sentido, Bolsonaro passa a defender enfaticamente a soberania nacional e a abordagem do governo brasileiro sobre questões ambientais.

Para tal, utiliza a retórica de que o Brasil é injustamente atacado por interesses estrangeiros, reforçando um sentimento nacionalista, à exemplo das passagens: "Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia **despertaram nosso sentimento patriótico**." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); "Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista. **Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania**." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); "Quero reafirmar minha posição de que qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em **pleno respeito à soberania brasileira**." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); e "Com mais segurança e com essas facilidades, queremos que todos possam conhecer o Brasil, e em especial, a **nossa Amazônia**, com toda sua vastidão e beleza natural." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso).

Tal ênfase na soberania pode ser vista como uma reafirmação da autoridade do governo brasileiro, mobilizando o sentimento nacionalista presente em sua ideologia.

Utiliza-se, ainda, da mesma pauta para tecer ataques aos meios de imprensa, afirmando, em diversas oportunidades, que as críticas feitas ao seu governo eram caluniosas e que a mídia foi tomada por uma ideologia desvirtuosa: "Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas **mentiras da mídia** [...]" (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); e "Ela não está sendo devastada e nem consumida pelo fogo, **como diz mentirosamente a mídia**. Cada um de vocês pode comprovar o que estou falando agora." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso).

Já a temática da violência religiosa destaca-se no discurso enquanto um diferencial, uma vez que é um assunto não abordado em nenhum dos discursos de Lula nos 4 anos analisados. Tal abordagem traduz uma pauta importante para Bolsonaro individualmente, assim como para a sua base eleitoral. Assim, ele pode reafirmar seu compromisso com a proteção da liberdade religiosa, um valor central para muitos de seus apoiadores, mostrando alinhamento com suas preocupações.

Ainda, passagens utilizadas agregam diversas religiões: "**A perseguição religiosa é um flagelo que devemos combater incansavelmente**. Nos últimos anos, testemunhamos, em diferentes regiões, ataques covardes que vitimaram fiéis congregados em **igrejas, sinagogas e mesquitas**." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso) e "Preocupam o povo brasileiro, em particular, a crescente perseguição, a discriminação e a violência contra missionários e minorias religiosas, em diferentes regiões do mundo." (Bolsonaro, 2019).

Tal abordagem tenta convergir com pautas internacionais de direitos humanos, sublinhando a importância da liberdade de crença como um direito humano fundamental.

Destarte, Bolsonaro utiliza uma grande parte do discurso para enfatizar as relações internacionais estabelecidas ou mantidas durante seu governo. Nesse sentido, dá destaque às alianças com países cujos governos eram ideologicamente alinhados ao seu, notadamente: "Em março, visitámos Washington, onde lançámos uma parceria abrangente e ousada com o governo dos **Estados Unidos** em todas as áreas [...]" (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); "Ainda

em março, estivemos no **Chile**, onde foi lançado o PROSUL [...]" (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); "Na sequência, visitámos **Israel**, onde identificámos inúmeras oportunidades de cooperação em especial na área de tecnologia e segurança" (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); "Visitámos também um de nossos grandes parceiros no Cone Sul, a **Argentina**. Com o presidente Mauricio Macri e nossos sócios do **Uruguai** e do **Paraguai**, afastámos do Mercosul a ideologia e conquistámos importantes vitórias comerciais, ao concluir negociações que já se arrastavam por décadas." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso).

Neste último trecho, em específico, Bolsonaro cita a "ideologia" que foi afastada do Mercosul, uma vez que todos os países-membros, à época, possuíam presidentes de direita.

Por fim, o discurso torna a falar de um sistema ideológico que estava, até então, dominando diversos setores internos da sociedade, contudo sem explicar que ideologia seria essa e de que forma ela trazia desvantagens.

Assim, as passagens parecem denunciar algo, mas sem fundamentar: "Durante as últimas décadas, nos deixámos seduzir, sem perceber, por **sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto**." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); "**A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas**. **A ideologia invadiu nossos lares para investir contra** a célula-mater de qualquer sociedade saudável, **a família**." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso); e "**A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus** e a dignidade com que Ele nos revestiu." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso);

Ainda, traz o exemplo do ataque sofrido durante sua campanha presidencial com o intuito de defender seu posicionamento acerca dos males de tal ideologia:

> E, com esses métodos, **essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou**. Sou prova viva disso. Fui covardemente esfaqueado por um militante de esquerda e **só sobrevivi por um milagre de Deus**. Mais uma vez agradeço a Deus pela minha vida (Bolsonaro, 2019, grifo nosso).

Este trecho, em particular, nada diz acerca da política externa ou interna do Brasil e parece ser uma mera expressão de sentimentos pessoais, no qual utiliza-se de um acontecimento como prova de um milagre divino, reforçando a ideia de que seu governo é respaldado por sua crença religiosa.

Outrossim, apesar do ataque ter tido motivações políticas, a afirmação de que o culpado teria sido um "militante de esquerda" já havia sido desmentida pelos relatórios preliminares policiais.

As palavras finais do discurso permanecem carregadas de teor religioso, onde Bolsonaro apresenta uma passagem bíblica que, de acordo com ele, deve guiar determinadas questões:

> Nas questões do clima, da democracia, dos direitos humanos, da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, e em tantas outras, tudo o que precisamos é isto: contemplar a verdade, seguindo João 8:32 – "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará". Todos os nossos instrumentos, nacionais e internacionais, devem estar direcionados, em última instância, para esse objetivo (Bolsonaro, 2019).

E encerra com “Agradeço a todos pela graça e glória de Deus”.

Nesse sentido, o discurso parece ter sido moldado de acordo com o que o então presidente já defendia, visando obter uma repercussão positiva entre seus seguidores ao reforçar temas como o combate ao socialismo, a defesa dos valores tradicionais da família e criticar os governos anteriores.

3. Explicação

O primeiro discurso feito por Bolsonaro na AGNU foi marcado por passagens e ênfases que traduziram sua ideologia, bem como sua personalidade enquanto um governante cujas declarações possuíam um tom enérgico e polêmico.

Nesse sentido, os principais pontos que caracterizaram o discurso foram o nacionalismo e a crítica ao socialismo. Bolsonaro, ao dizer que “Apresento aos senhores um novo Brasil, que **ressurge** depois de estar à beira do socialismo” (Bolsonaro, 2019, grifo nosso) e “O Brasil que represento é um país que **está se reerguendo** [...]” (Bolsonaro, 2019, grifo nosso), apresenta uma ideia de reconstrução que apela ao nacionalismo através de um desejo de recuperar um passado por ele idealizado.

Além disso, enfatiza a ideia de que o Brasil esteve “à beira do socialismo” (Bolsonaro, 2019) antes de seu governo e associa este fato a diversos problemas internos, tais como corrupção, crise econômica, aumento da criminalidade e ataques ao que ele denomina como “valores tradicionais”.

Ainda, utiliza a crise política e econômica da Venezuela e a influência cubana com o intuito de exemplificar os perigos do socialismo, determinando-o como um sistema que leva à pobreza e à perda das liberdades, refletindo uma ideologia que enxerga o socialismo como uma ameaça.

Outro ponto que caracteriza o teor nacionalista é a defesa da soberania. Neste ponto, Bolsonaro critica a intervenção de outros países nos assuntos internos, especialmente em relação à Amazônia. Ao afirmar que “É uma **falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade** e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a **nossa floresta** é o pulmão do mundo.” (Bolsonaro, 2019, grifo nosso), Bolsonaro deslegitima a preocupação externada por outros Estados acerca dos acontecimentos na Amazônia, uma vez que, segundo ele, o tema é de responsabilidade única do Brasil.

No mesmo ponto, Bolsonaro defende ainda uma abordagem que privilegia os interesses e a identidade nacional, criticando ideias de governança global que possam comprometer a autonomia dos países, deixando claro sua posição contrária ao globalismo ao afirmar que “Não estamos aqui para apagar nacionalidades e soberanias em nome de um “interesse global” abstrato. Esta não é a Organização do Interesse Global. É a Organização das Nações Unidas. Assim deve permanecer.” (Bolsonaro, 2019).

O combate à corrupção e à criminalidade, temas que marcaram sua campanha e seu governo, foram abordados no discurso ao descrever medidas tomadas como exemplos de sucesso de sua administração. Dentre tais ações, cita:

> Em meu governo, o terrorista italiano Cesare Battisti fugiu do Brasil, foi preso na Bolívia e extraditado para a Itália. Outros três terroristas paraguaios e um chileno, que

viviam no Brasil como refugiados políticos, também foram devolvidos a seus países. (Bolsonaro, 2019)

E, afirma que "Medidas foram tomadas e conseguimos reduzir em mais de 20% o número de homicídios nos seis primeiros meses de meu governo. As apreensões de cocaína e outras drogas atingiram níveis recorde." (Bolsonaro, 2019), reforçando a imagem de um governo também comprometido com a segurança pública e que valoriza a lei e a ordem como essenciais para a estabilidade social.

Não obstante, o discurso destaca a importância dos valores familiares e religiosos ameaçados por governos anteriores, de acordo com Bolsonaro. Nesse sentido, sua narrativa converge com o interesse conferido pela base majoritária do seu eleitorado e, ao posicionar-se enquanto defensor de tais valores, prioriza uma ideologia conservadora, que vê a família e a religião como pilares fundamentais da sociedade.

Do mesmo modo, percebe-se a persistência de uma visão conservadora e moralista, traduzida através de passagens como: "A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família. **Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica**." (Bolsonaro, 2019, grifo nosso).

Apesar de não ser explicado de maneira explícita, a menção à tentativa de "perverter" a identidade biológica das crianças pode ser vista como uma crítica às discussões sobre identidade de gênero e orientação sexual, comuns em debates progressistas, frequentemente associados a pautas defendidas por políticos de esquerda.

Destarte, percebe-se como o conteúdo do discurso mistura declarações com interpretações ideológicas, construindo uma narrativa que busca legitimar seu governo e suas políticas.

IV.2.2. 2020: contexto, discurso e análise qualitativa

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19 e seus impactos sociais e econômicos tanto nacional, quanto internacionalmente. Entretanto, pontua-se outros acontecimentos que impactaram as relações internacionais no período.

À exemplo, em janeiro, as tensões entre os EUA e o Irão tornaram a crescer com um bombardeio no aeroporto de Bagdad, ordenado pelo presidente americano, Donald Trump, que vitimou o general iraniano Qassim Suleimani. Três dias depois, as autoridades iranianas lançaram mísseis contra bases americanas no Iraque como forma de represália (BBC, 2020). No mesmo ano, Trump perde as eleições presidenciais para o democrata Joe Biden (El País, 2020).

Ainda, o Reino Unido enfim oficializa sua saída da União Europeia, dando sequência ao processo iniciado em 2016 (Dhingra e Sampson, 2022).

No Brasil, a gestão da pandemia por parte do governo foi motivo de críticas internacionais, com diversos países restringindo a entrada de brasileiros em seu território por conta dos altos índices de casos e mortes no país. Dentre eles, Estados Unidos, Canadá e outros vinte e sete países europeus (Folha de S.Paulo, 2020).

Nesse contexto, a 22 de setembro de 2020, pela primeira vez na história, a 75ª Assembleia Geral da ONU ocorreu de maneira remota; isto é, os representantes dos países não deslocaram-se à sede da ONU em Nova Iorque e os discursos não foram feitos em direto. Assim, os líderes mundiais discursaram através de vídeos gravados que foram transmitidos ao longo da reunião (Nações Unidas, 2020).

1. Descrição

O discurso feito em 2020 organiza-se estruturalmente de forma a abordar os temas de maneira sequencial. Assim, é introduzido abordando a pandemia e suas consequências para o Brasil, em seguida trata de questões econômicas e dá um destaque às questões ambientais e, por fim, trata dos temas internacionais.

Para obter sucesso em passar a mensagem desejada de maneira clara, Bolsonaro utiliza-se da repetição de termos que explicitam sua posição. Nesse sentido, a escolha do vocabulário configura-se como essencial para construir uma narrativa de valorização nacional através da utilização de substantivos, tais como "soberania" e de adjetivos como "impatrióticas" para referir-se a entidades que agem contra os interesses nacionais.

Ainda, utiliza-se da repetição de ideias como estratégia linguística visando reforçar as ideias principais e garantir uma atenção por parte do público. Para tal, reproduz a ideia de que o governo brasileiro agiu de maneira responsável durante a pandemia, utilizando uma construção linguística que exalta sua gestão e exemplos para reafirmar sua posição. À exemplo: "Nosso governo, **de forma arrojada**, implementou várias medidas econômicas que **evitaram o mal maior**" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

Da mesma forma, ao discorrer sobre o compromisso ambiental do seu governo, faz afirmações contundentes sobre a atuação do país, empregando adjetivos valorativos e, inclusive, em sua forma superlativa para enaltecer ainda mais os atributos do país: "Nosso agronegócio continua **pujante** e, acima de tudo, possuindo e respeitando **a melhor legislação ambiental do planeta**." (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); "A Amazônia brasileira é sabidamente **riquíssima**" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); "Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética **mais limpa e diversificada** do mundo." (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); e "O Brasil desponta como **o maior produtor mundial** de alimentos" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

Destarte, predomina no discurso o uso de uma função referencial, na medida em que apresenta, em diversos momentos, informações e dados acerca das ações do governo brasileiro em diversas áreas. Tal estratégia parece ter sido utilizada com o intuito de reiterar o que é dito através de dados estatísticos que comprovem as afirmações.

A função apelativa também caracteriza o discurso nos momentos em que Bolsonaro faz apelos diretos à comunidade internacional, notadamente nas passagens em que busca persuadir a audiência sobre a eficácia e as ações positivas do governo brasileiro. Isto é feito através da apresentação de exemplos e da defesa contra críticas, especialmente em relação à gestão ambiental e à pandemia.

Além disso, a função expressiva também é utilizada, sendo predominante nos trechos em que Bolsonaro compartilha sentimentos pessoais e onde percebe-se a utilização de verbos e pronomes na primeira pessoa do singular e plural. À exemplo, tem-se os trechos: "A covid-

19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e, em primeiro lugar, **quero lamentar** cada morte ocorrida" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); "Desde o princípio, **alertei**, em **meu** país, que tínhamos dois problemas para resolver"; "Mesmo assim, **somos** vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); e "**Estamos** abertos para o mundo naquilo que melhor temos para oferecer, nossos produtos do campo." (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

Notadamente, deixa claro, ao final, uma mensagem que une as funções apelativa e expressiva ao afirmar que: "**Faço** um **apelo** a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

Percebe-se, portanto, um discurso que combina elementos vocabulares, informações exemplificativas e apelos persuasivos, utilizando estratégias linguísticas e estruturais com o intuito de apresentar uma imagem positiva do Brasil sob sua gestão.

2. Interpretação

O discurso inicia abordando o acontecimento de maior importância no ano de 2020. Nesse sentido, ao falar da pandemia, Bolsonaro enfatiza a dicotomia entre saúde e economia ao criticar o isolamento social.

Nesse ponto, caracterizou o isolamento não como um protocolo necessário e recomendado, mas sim como uma medida que restringiu liberdades e prejudicou a economia: "Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e **restrições de liberdade** foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação." (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

Nesse sentido, além de criticar o fato de que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os governos estaduais e municipais têm independência para determinar regras de quarentena em razão da pandemia, criticou também a imprensa por promover campanhas incentivando o isolamento que, segundo ele, eram exageradas e desnecessárias: "Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, **disseminando o pânico entre a população**. Sob o lema "fique em casa" e "a economia a gente vê depois", **quase trouxeram o caos social ao país**." (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

Paralelamente, destacou as ações do governo federal, como o auxílio emergencial e investimentos em saúde e vacinas em uma tentativa de minimizar críticas à sua gestão e enfatizar uma postura proativa e equilibrada: "Concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente US$ 1 mil para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo." (Bolsonaro, 2020); e "Destinou US$ 400 milhões para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil" (Bolsonaro, 2020).

Entretanto, ao fazer isso, trouxe também informações não factíveis ao dizer que seu governo "Estimulou, ouvindo profissionais de saúde, o tratamento precoce da doença" (Bolsonaro, 2020), referindo-se à utilização de medicamentos que não possuíam eficácia cientificamente comprovada como tratamento para o vírus.

Da mesma forma, na passagem: "Não faltaram, nos hospitais, os meios para atender aos pacientes de covid." (Bolsonaro, 2020), Bolsonaro deixa transparecer uma ideia de que seu governo supriu todas as necessidades nessa questão. No entanto, em abril de 2020, período

mais crítico da pandemia no Brasil, um relatório do Ministério da Saúde destacou que o país ainda não tinha a quantidade suficiente de aparelhos como respiradores e leitos de terapia intensiva, nem profissionais de saúde qualificados e testes para diagnósticos.

Tal utilização de argumentos enfáticos e dados contestáveis parece uma tentativa de deslegitimar os opositores, reforçar a visão de que o governo agiu corretamente e passar uma ideia de controle.

Em um segundo momento, assim como no discurso feito no ano anterior, o foco voltou-se à questão da Amazônia. Nesse sentido, Bolsonaro manteve a postura que tomou ao discorrer acerca da pandemia: acusa a mídia e instituições de propagar desinformações sobre a Amazônia e tenta rebater críticas sobre a política ambiental de seu governo, conforme as passagens: "Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais **campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal**." (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); e "O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos. E, por isso, há tanto interesse em **propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente**." (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

Assim, com o intuito de defender-se das acusações de má gestão ambiental, apresenta dados e iniciativas que visam reforçar a imagem do Brasil como um líder em conservação, conforme observado nos trechos: "Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo." (Bolsonaro, 2020); "Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono." (Bolsonaro, 2020); e "Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. **Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental**." (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

Em outro momento, o discurso confere uma ênfase ao Brasil enquanto país comprometido com os direitos humanos e proativo em ações internacionais na área humanitária. Assim, destaca que: "**No campo humanitário e dos direitos humanos, o Brasil vem sendo referência internacional** pelo compromisso e pela dedicação no apoio prestado aos refugiados venezuelanos, que chegam ao Brasil a partir da fronteira no estado de Roraima." (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); e "A Operação Acolhida, encabeçada pelo Ministério da Defesa, recebeu quase 400 mil venezuelanos deslocados devido à grave crise político-econômica gerada pela ditadura bolivariana." (Bolsonaro, 2020).

Destaca-se que ambos os exemplos evidenciaram o compromisso do Brasil em ajudar países em crise cujo regime é duramente criticado por Bolsonaro, inclusive no discurso do ano anterior: a Venezuela e a Bolívia.

Ainda, segue tecendo importantes considerações sobre o compromisso brasileiro com os direitos humanos:

> Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas: **paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos** [...] **A paz não pode estar dissociada da segurança**. **A cooperação entre os povos não pode estar dissociada da liberdade**. O Brasil tem os princípios da paz, cooperação e prevalência dos direitos humanos inscritos em sua própria Constituição, e tradicionalmente contribui, na prática, para a consecução desses objetivos. (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

Tal passagem parece não condizer com as ideias defendidas por Bolsonaro durante a sua gestão, inclusive no que tange ao respeito aos direitos humanos, criticado por ele em diversas ocasiões. Entretanto, destaca alguns elementos de tais direitos que parecem estar mais vinculados aos ideais do seu governo, tais como a segurança e a liberdade, conforme evidenciado mais adiante quando diz que: "A liberdade é o bem maior da humanidade." (Bolsonaro, 2020).

Esta estratégia pode ser percebida como uma resposta às críticas de que sua administração teria sido negligente ou hostil em relação a tais direitos, revelando uma tentativa de reafirmar a legitimidade internacional do país.

Em seguida, o discurso versa acerca da política externa brasileira, com um destaque à abertura comercial e ao livre comércio, características do neoliberalismo econômico do seu governo: "Em meu governo, o Brasil, finalmente, **abandona uma tradição protecionista** e passa a ter na **abertura comercial** a ferramenta indispensável de **crescimento e transformação**.". (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

Ainda acerca da política externa, assim como no ano anterior, cita nominalmente o presidente dos EUA, Donald Trump, ao fazer menção ao Plano de Paz e Prosperidade lançado por ele.

Nesse sentido, Bolsonaro não cita o país, Estados Unidos, e sim faz um elogio à figura do presidente estadunidense em um discurso onde nenhum outro líder mundial foi citado, reforçando, além de laços ideológicos, uma admiração pessoal, através da fala: "O Brasil saúda também o Plano de Paz e Prosperidade lançado pelo Presidente Donald Trump, com uma visão promissora para, após mais de sete décadas de esforços, retomar o caminho da tão desejada solução do conflito israelense-palestino" (Bolsonaro, 2020).

3. Explicação

Identifica-se, no discurso, diversos elementos ideológicos que se entrelaçam com questões sociais, políticas e econômicas, tendo destaque, novamente, o sentimento nacionalista presente durante todo o discurso com passagens e informações que visam enaltecer o Brasil e os seus atributos.

Nesse sentido, destaca uma ideia de autossuficiência, exaltando a produção nacional como uma forma de reforçar a imagem de um país capaz de sustentar não apenas sua população, mas também contribuir significativamente para o comércio alimentar global, conforme percebido nas passagens: "O Brasil contribuiu para que o mundo continuasse alimentado." (Bolsonaro, 2020); "O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos." (Bolsonaro, 2020); "No Brasil, apesar da crise mundial, a produção rural não parou. O homem do campo trabalhou como nunca, **produziu, como sempre, alimentos para mais de 1 bilhão de pessoas.**" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); e "Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial [...]" (Bolsonaro, 2020).

De maneira semelhante ao ano anterior, Bolsonaro tece críticas à imprensa, a fim de descredibilizar a mídia e consolidar seu próprio discurso como verdade, desqualificando informações contrárias à sua narrativa, ao afirmar que: "Como aconteceu em grande parte do mundo, **parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população**." (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

Tal posicionamento parece refletor uma tentativa de manipular as informações a fim de manter o controle sobre fatos que sejam contrários aos seus ideais de governo.

A ideologia neoliberal, que pautou a sua gestão econômica, também foi refletida no seu discurso, através do foco na abertura e nas reformas estruturais, percebidas no trecho: "Em meu governo, o Brasil, finalmente, abandona uma tradição protecionista e passa a ter na abertura comercial a ferramenta indispensável de crescimento e transformação." (Bolsonaro, 2020).

Ainda, Bolsonaro finaliza o discurso com a declaração que mais deixou transparecer seu teor ideológico, reiterando a identidade do Brasil como "um país **cristão** e **conservador** e **tem na família sua base**. **Deus** abençoe a todos" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

A declaração, portanto, parece configurar-se enquanto uma forma de consolidar a identidade nacional de acordo com a ideologia defendida por Bolsonaro, seu governo e seus apoiadores, uma vez que ele apela a valores tradicionais e religiosos que ressoam ao seu eleitorado. Internacionalmente, a fala destaca a imagem do Brasil enquanto um país com uma forte identidade religiosa e conservadora.

Nesse sentido, Bolsonaro personifica o país em sua figura ao afirmar que o Brasil possui determinados atributos que, na realidade, deveriam ser conferidos a ele enquanto cidadão e não enquanto Chefe de Estado.

Seu discurso, portanto, traz o nacionalismo, neoliberalismo, conservadorismo, crítica à mídia e defesa da soberania nacional como aspectos que permeiam sua fala, evidenciando a interação entre a ideologia e as motivações subjacentes às suas declarações e ações governamentais.

IV.2.3. 2021: contexto, discurso e análise qualitativa

Em 2021, o mundo continuou engajado na tentativa de combater os efeitos sociais e econômicos causados pela pandemia de Covid-19. Ao longo do ano, a vacinação avançou de maneira exponencial na maioria dos países e as restrições à circulação de pessoas foram, aos poucos, amenizadas (Euronews, 2021).

Em janeiro, nos Estados Unidos, apoiadores do então presidente Donald Trump, derrotado nas eleições ocorridas em novembro de 2020, tentaram impedir a certificação da vitória do seu opositor, Joe Biden. Na ocasião da contagem dos votos, Trump discursou afirmando que não aceitaria o resultado eleitoral. Após seu pronunciamento, um grupo de apoiadores invadiu o Capitólio, sede do Congresso americano em Washington, onde ocorria a sessão de contagem de votos. Na sequência, semanas mais tarde, a cerimônia de posse do novo presidente aconteceu sem a presença de Trump, que recusou-se a aceitar a derrota (Ramos, 2021).

Ainda, 20 anos depois da expulsão do Talibã do poder pela coligação internacional liderada pelos Estados Unidos, o grupo voltou fortalecido ao Afeganistão após uma ofensiva iniciada em maio, ocasião em que as forças dos Estados Unidos e da OTAN começaram sua retirada do país. Como consequência, a saída das tropas logrou em uma crise de segurança gerada pela atuação de grupos terroristas, notadamente o Estado Islâmico (Arellano, 2021).

Domesticamente, a conduta da pandemia no país levou o Senado brasileiro a instalar, em abril, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o intuito de investigar as ações

do governo federal acerca da pandemia. Dentre as suspeitas, foram investigadas possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, omissões e denúncias de corrupção em relação a gastos destinados ao combate ao vírus (Senado Federal do Brasil, 2021).

Ao longo do processo, também foram abordadas questões como um suposto esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin, de origem indiana, a disseminação de Fake News e o incentivo do uso de medicamentos sem eficácia no tratamento da Covid-19 (Senado Federal do Brasil, 2021).

Ainda, Lula, maior opositor político de Bolsonaro, tornou-se elegível novamente para cargos públicos após o STF anular todas as condenações envolvendo o ex-presidente (CNN, 2021).

Em setembro do mesmo ano, semanas antes de viajar aos Estados Unidos para discursar nas Nações Unidas, Bolsonaro participa de manifestações a seu favor. Os protestos aconteceram em diversas cidades do Brasil e, entre outras exigências, os apoiadores pediam a adoção do voto impresso e a destituição de diversos ministros do STF (BBC, 2021).

1. Descrição

No discurso feito em 2021, de maneira semelhante, a estrutura utilizada visa destacar as realizações e posicionamentos do governo brasileiro sob a liderança de Bolsonaro, sempre enfatizando o fato de que sua gestão transformou o Brasil, rompendo com as práticas dos governos anteriores.

Gramaticalmente, o discurso utiliza uma linguagem assertiva e declarativa, com sentenças diretas que afirmam ações, conquistas e princípios. Notadamente, na passagem: "O Brasil mudou, **e muito**, depois que assumimos o governo em janeiro de 2019" (Bolsonaro, 2021, grifo nosso), Bolsonaro faz o uso do advérbio de intensidade para conferir uma maior expressividade à afirmação.

Ainda, há o uso predominante de pronomes da primeira pessoa do singular e do plural, tais como "meu", "nós" e "nosso", indicando um esforço para posicionar-se pessoal e coletivamente em relação às ações e realizações mencionadas. Tal estratégia enfatiza a responsabilidade e o envolvimento do orador e de seu governo nas ações descritas e insere-se no discurso como agente ativo e passivo.

À exemplo, na passagem: "Desde o início da pandemia, apoiamos a autonomia do médico na busca do tratamento precoce, seguindo recomendação do nosso Conselho Federal de Medicina. **Eu mesmo fui** um desses que fez tratamento inicial." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso), Bolsonaro insere-se na narrativa como forma de contar sua experiência com o tratamento por ele defendido, tentando criar uma imagem de proximidade e credibilidade ao trazer um exemplo pessoal.

Da mesma forma, nos trechos "**Estamos** há 2 anos e 8 meses sem qualquer caso concreto de corrupção." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso) e "**Temos** tudo o que investidor procura: um grande mercado consumidor, excelentes ativos, tradição de respeito a contratos e confiança no **nosso** governo." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso), Bolsonaro posiciona o seu governo enquanto responsável pela ausência de casos de corrupção e por desenvolver as qualidades necessárias para atrair investidores ao país.

Tal estrutura inclui o governo juntamente ao povo brasileiro, promovendo um senso de coletividade, o que pode contribuir para o fortalecimento de uma ideia de coesão social e política.

Nas passagens "**Venho** aqui mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso); "**Apresento** agora um novo Brasil com sua credibilidade já recuperada." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso) e "**Agradeço** aos 181 países, em um universo de 190, que confiaram no Brasil." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso), Bolsonaro novamente usa o verbo na primeira pessoa do singular com o intuito de transmitir sua imagem enquanto liderança, bem como o único responsável por representar o país.

Ainda, os adjetivos empregados, muitas vezes em conjunto com advérbios de intensidade atuam também com o intuito de enaltecer o país e reforçam, novamente, o teor nacionalista do discurso. Tem-se, à exemplo, os trechos: "Nossas estatais davam prejuízos de bilhões de dólares, hoje são **lucrativas**." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso); "O Brasil possui **o maior** programa de parceria de investimentos com a iniciativa privada de sua história." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso); "Nossa **moderna e sustentável** agricultura de baixo carbono alimenta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo e utiliza apenas 8% do território nacional." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso) e "Meu governo recuperou a credibilidade externa e, hoje, se apresenta como **um dos melhores** destinos para investimentos." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso).

Assim, tal estrutura gramatical e de linguagem parece ter sido empregada com o objetivo de construir uma narrativa de progresso do país, competência do seu governo e liderança pessoal.

2. Interpretação

Da mesma forma que no ano anterior, o discurso de 2021 foi feito em um contexto em que o governo Bolsonaro ainda enfrentava críticas sobre questões como a gestão da pandemia, em especial relacionadas ao atraso da vacinação no Brasil, e o desmatamento na Amazônia. O discurso, portanto, procura refutar a imagem negativa do seu governo através de uma narrativa positiva feita por ele.

Nesse sentido, Bolsonaro inicia o discurso afirmando "Venho aqui mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões." (Bolsonaro, 2021), sugerindo que ele é quem mostrará a realidade do país, que não é o que a mídia propaga.

Para enaltecer a situação do Brasil sob seu governo, o discurso, primeiramente, tece considerações acerca das mudanças ideológicas, novamente citando o socialismo e o comunismo como as razões para os problemas do país, assim como feito no discurso de 2019. Ilustram tal pensamento os trechos: "Estamos há 2 anos e 8 meses sem qualquer caso concreto de corrupção. [...] Isso é muito, é uma sólida base, se levarmos em conta que **estávamos à beira do socialismo**." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso) e "Nosso banco de desenvolvimento era usado para **financiar obras em países comunistas**, sem garantias. Quem honra esses compromissos é o próprio povo brasileiro. **Tudo isso mudou**. Apresento agora um **novo Brasil** com sua credibilidade já recuperada." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso).

Em segundo lugar, utiliza dados e afirmações sobre avanços econômicos e melhorias em infraestrutura, saúde e meio ambiente com o mesmo objetivo de criar a imagem de um governo ativo e eficiente

Evidencia-se tal estratégia nas passagens: "Nossas estatais davam prejuízos de bilhões de dólares, **hoje são lucrativas**." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso); "Grande avanço vem acontecendo na área do saneamento básico" (Bolsonaro, 2021); "**Temos tudo o que investidor procura**: um grande mercado consumidor, excelentes ativos, tradição de respeito a contratos e confiança no nosso governo." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso); "Nenhum país do mundo possui uma legislação ambiental tão completa." (Bolsonaro, 2021); **e** "Lembro que terminamos 2020, ano da pandemia, com mais empregos formais do que em dezembro de 2019, **graças às ações do nosso governo** com programas de manutenção de emprego e renda que nos custaram cerca de US$ 40 bilhões" (Bolsonaro, 2021, grifo nosso);

Destarte, no presente discurso, Bolsonaro conferiu uma ruptura na sequência temática, não observada nos anos anteriores. Ele abordou a intolerância religiosa em um momento em que falava sobre questões ambientais, sem quaisquer explicações adicionais e, em seguida, voltou o foco ao meio ambiente. Reproduz-se a passagem que traduz esse momento:

> O futuro do emprego verde está no Brasil: energia renovável, agricultura sustentável, indústria de baixa emissão, saneamento básico, tratamento de resíduos e turismo. **Ratificamos a Convenção Interamericana contra o Racismo e Formas Correlatas de Intolerância. Temos a família tradicional como fundamento da civilização. E a liberdade do ser humano só se completa com a liberdade de culto e expressão**. 14% do território nacional, ou seja, mais de 110 milhões de hectares, uma área equivalente a Alemanha e França juntas, é destinada às reservas indígenas. (Bolsonaro, 2021, grifo nosso).

Nesse sentido, a organização do discurso ganhou uma aleatoriedade que não corresponde a uma estruturação temática. Além disso, Bolsonaro não voltou a falar sobre intolerância religiosa ou quaisquer outros tratados ratificados em nenhum outro momento do discurso. Destaca-se, ainda, que o combate à intolerância religiosa também esteve em pauta nos discursos dos dois anos anteriores.

De maneira oposta, Bolsonaro cita pela primeira vez um desejo de integrar o Conselho de Segurança de maneira permanente. Tal pauta não havia sido tratada nos discursos anteriores e nem configurava-se como uma prioridade da sua política externa, mas foi citada no trecho: "Em 2022, voltaremos a ocupar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. [...]. Apoiamos uma Reforma do Conselho de Segurança ONU, onde buscamos um assento permanente." (Bolsonaro, 2021).

O desejo de integrar tal órgão foi um dos maiores objetivos da política externa durante o primeiro governo Lula, conforme evidenciado na análise dos seus discursos lograda no capítulo 3. Dessa forma, quanto a isto, percebe-se uma similaridade da abordagem dos dois presidentes, aproximando a política externa dos dois atores em relação à posição do Brasil perante o Conselho de Segurança.

Outra mudança em relação aos discursos anteriores foi o destaque conferido aos Estados Unidos e à figura de Donald Trump. No ano de 2021, Trump não era mais o presidente do país, o que pode explicar a ausência de menções à parceria entre os dois Estados.

Nesse sentido, o único momento em que Bolsonaro cita os EUA é para condenar o terrorismo através da passagem: "Nesses 20 anos dos atentados contra os Estados Unidos da América, em 11 de setembro de 2001, reitero nosso repúdio ao terrorismo em todas suas formas." (Bolsonaro, 2021).

A temática da pandemia, ainda urgente tanto nacional quanto internacionalmente, só foi abordada no final do discurso, quando Bolsonaro faz declarações ambíguas. Em um primeiro momento, afirma ter procurado combater o vírus e o desemprego. Em um segundo momento, critica as políticas de isolamento social, essenciais no controle à disseminação do vírus: "**Sempre defendi combater o vírus** e o desemprego de forma simultânea e com a mesma responsabilidade**. As medidas de isolamento e lockdown deixaram um legado de inflação**, em especial, nos gêneros alimentícios no mundo todo (Bolsonaro, 2021, grifo nosso).

As críticas às determinações de isolamento continuaram durante outras passagens, nas quais Bolsonaro novamente culpabiliza os gestores das unidades federativas e atribui as decisões a prejuízos para a economia: "No Brasil, para atender aqueles mais humildes, **obrigados a ficar em casa por decisão de governadores e prefeitos e que perderam sua renda**, concedemos um auxílio emergencial de US$ 800 para 68 milhões de pessoas em 2020."

Ainda de maneira dicotômica, Bolsonaro afirma ser a favor da vacinação, mas contrário à sua obrigatoriedade, defendendo, novamente o tratamento precoce do vírus:

> **Apoiamos a vacinação, contudo o nosso governo tem se posicionado contrário ao passaporte sanitário ou a qualquer obrigação relacionada a vacina.** Desde o início da pandemia, **apoiamos a autonomia do médico na busca do tratamento precoce**, seguindo recomendação do nosso Conselho Federal de Medicina. (Bolsonaro, 2021, grifo nosso).

O trecho enaltece a atuação do governo brasileiro em relação à vacinação em território nacional, mesmo que sua gestão tenha agido morosamente na aquisição das vacinas. Além disso, Bolsonaro já havia feito declarações contra a necessidade da vacinação recusando-se, ele mesmo, a vacinar-se.

Por fim, o discurso cita as manifestações a favor do seu governo, ocorridas no país, com o intuito de transmitir a imagem de uma gestão com alto índice de aprovação e apoio nacional, ao afirmar que: "No último 7 de setembro, data de nossa Independência, milhões de brasileiros, de forma pacífica e patriótica, foram às ruas, na maior manifestação de nossa história, mostrar que **não abrem mão da democracia, das liberdades individuais e de apoio ao nosso governo**." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso).

Bolsonaro cita democracia e liberdades individuais como valores importantes para os seus apoiadores, embora grande parte dos participantes terem defendido, durante as manifestações, uma intervenção militar no país e o fechamento de instituições como o STF.

Destarte, interpreta-se que o discurso feito em 2021 revela um esforço consciente de moldar uma percepção positiva, internacional e nacional, da sua administração. Para além dos valores patrióticos, a estrutura do discurso pode também ter sido influenciada pelo advento das

eleições presidenciais no ano seguinte, fato que trouxe uma preocupação em reforçar as realizações do governo e a visão de progresso e estabilidade.

3. Explicação

Os aspectos ideológicos e sociais presentes no governo Bolsonaro e transmitidos no discurso permanecem alinhados ao evidenciado nos dois discursos anteriores. Nesse sentido, logo no início da fala, Bolsonaro apresenta-se enfatizando as seguintes características: "O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo" (Bolsonaro, 2021).

Tais elementos reforçam a adesão aos valores conservadores que buscam preservar valores tradicionais e religiosos como fundamentos da sociedade, promovendo uma imagem de ordem e moralidade.

A crítica explícita às ideologias do socialismo e do comunismo voltam a fazer parte da narrativa empregada no discurso, associando-os a problemas econômicos e sociais e destacando seu governo como o responsável por retomar determinados valores essenciais que haviam sido suprimidos.

Economicamente, destaca em diversas passagens as parcerias com a iniciativa privada, privatizações e a abertura do mercado como realizações de seu governo, refletindo a ideologia neoliberal que valoriza a minimização do papel do Estado na economia e a maximização das forças de mercado, característica da sua agenda doméstica econômica.

Tal liberdade não engloba apenas a área econômica, conferindo uma importância também às liberdades individuais. Nesse sentido, Bolsonaro critica o lockdown em vigor durante a pandemia e a obrigatoriedade da vacinação pois, segundo ele, vão de encontro a liberdades como o direito de ir e vir e o livre arbítrio da escolha em vacinar-se ou não.

Ainda, a ideologia nacionalista novamente se faz presente na medida em que Bolsonaro faz referências à grandeza e singularidade do Brasil, destacando aspectos positivos do país em termos de recursos naturais e diversidade, reforçando um senso de orgulho nacional e soberania, presentes em todos os discursos até então.

Dessa forma, os elementos ideológicos presentes no seu discurso traduzem uma visão propícia para consolidar a base de apoio de seu governo, ao mesmo tempo em que posiciona-se contra as críticas e a oposição interna e externa. Esses aspectos ideológicos são aplicados de maneira a reforçar a narrativa de um Brasil forte, soberano e em transformação sob a sua liderança.

IV.2.4. 2022: contexto, discurso e análise qualitativa

Em um contexto global, 2022 marcou a retomada da economia mundial pós-pandemia, com a vacinação avançando na maioria dos países e o fim das restrições a circulação de pessoas entre fronteiras (BBC, 2022).

Ainda, em fevereiro do mesmo ano, a Rússia dá início à sua ofensiva contra a Ucrânia, iniciando o maior conflito no continente europeu desde o fim da Guerra Fria (Kuzio, 2022). As

disputas territoriais entre os países datam desde 2014, com a invasão do governo russo ao território da Criméia e sua posterior anexação.

A reação internacional contou com sanções imediatas à Rússia, em especial por parte da União Europeia, Reino Unido e Estados Unidos, em uma tentativa de isolá-la tanto diplomática, quanto economicamente. Ainda, outras tentativas de conter a Rússia foram tomadas, tais como o fornecimento de armamentos à Ucrânia e a sua aceitação enquanto Estado candidato a entrar na União Europeia (Kuzio, 2022).

Como consequência, Vladmir Putin, presidente russo, reduziu o fornecimento de gás para a Europa, como forma de retaliação pelas sanções. Tal ato logrou em uma crise energética, uma vez que muitos países europeus dependiam do fornecimento de gás russo. A reação veio em seguida, quando a Europa reduziu as importações do petróleo russo, em uma tentativa de atingir sua economia e restringir a capacidade de financiar o confronto (Chen et. al, 2023).

Nacionalmente, o ano foi marcado pela disputa eleitoral e crescentes expectativas para as eleições presidenciais agendadas para outubro. Uma vez que Lula, principal opositor político de Bolsonaro, estava elegível novamente, as tensões no país versavam em torno da polarização causada entre os dois candidatos e seus respectivos eleitorados (Tarouco, 2022).

Ao focar na reeleição e com o intuito de angariar apoio eleitoral, Bolsonaro fez uso dos desfiles anuais ocorridos em 7 de setembro, data de comemoração da Independência do país, para promover sua campanha, violando a legislação eleitoral. Na ocasião, o então presidente discursou emitindo críticas à esquerda, inclusive a governos de outros países, e acenou ao seu eleitorado, evocando pautas tais como a posição contrária à legalização das drogas e do aborto (CNN, 2022).

Apenas 2 semanas depois, Bolsonaro discursou pelo último ano do mandato vigente na Assembleia Geral da ONU, com as argumentações a seguir analisadas.

1. Descrição

Estruturalmente, o último discurso de Bolsonaro na AGNU enquanto presidente divide-se em seções temática, com uma ênfase na questão ambiental e uma preocupação em transmitir os resultados positivos das medidas implementadas pelo seu governo.

Para tal, utiliza-se, predominantemente, de orações subordinadas que permitem a apresentação detalhada e articulada de argumentos com o intuito de apresentar a maior quantidade de informações possível.

À exemplo, no trecho "O nosso objetivo foi proteger a renda das famílias **para que elas conseguissem enfrentar as dificuldades econômicas decorrentes da pandemia**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso), a oração subordinada grifada explica o propósito da ação principal, detalhando o objetivo específico do auxílio financeiro.

Do mesmo modo, quando afirma que: "Quando o Brasil se manifesta sobre a agenda da saúde pública, fazemos isso com a autoridade de um governo **que, durante a pandemia da Covid-19, não poupou esforços para salvar vidas e preservar empregos**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso), o uso da oração grifada destaca a qualidade do seu governo enquanto preocupado com a economia e em salvar vidas.

Ainda, observa-se uma predominância do uso da voz ativa, conferindo um tom assertivo e direto ao discurso, conforme os trechos: "No meu governo, **extirpamos** a corrupção sistêmica

que existia no país." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso); "**Levámos** internet a mais de 11 mil escolas rurais e a mais de 500 comunidades indígenas" (Bolsonaro, 2022, grifo nosso); "**Lançámos** um amplo programa de imunização, inclusive com produção doméstica de vacinas." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso); "**Adotámos** novos marcos regulatórios, como o do saneamento básico, o das ferrovias e o do gás natural." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Tais exemplos mostram o esforço do discurso em reforçar as ações tomadas pelo governo em prol de melhorias no país, conferindo-lhe um tom de eficiência e responsabilidade através de uma escolha gramatical que transmite uma ideia de proatividade.

Assim como nos discursos anteriores, é frequente o uso de verbos e pronomes na primeira pessoa. À exemplo dos trechos: "**Aprimorámos** os serviços públicos com redução de custos e investimento em ciência e tecnologia. Hoje, por exemplo, o Brasil é o 7º país mais digitalizado do mundo: são 135 milhões de pessoas que acessam 4.900 serviços do **meu governo**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso); "**No meu governo**, o Brasil iniciou a transição para a tecnologia 5G, sendo pioneiro na América Latina." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso); "Os resultados aparecem em **nosso governo**: a queda de 7,7% no número de feminicídios e a diminuição do número geral de mortes por homicídio" (Bolsonaro, 2022, grifo nosso); e "**No meu governo**, entregámos 400 mil títulos rurais, 80% deles para as mulheres." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Assim, o uso frequente da expressão "meu governo" confere mérito à sua gestão pelos progressos narrados. No mesmo sentido, os verbos empregados na primeira pessoa colocam-no como figura central nas realizações feitas, atribuindo diretamente ao presidente e à sua equipe o compromisso com as medidas tomadas internamente.

Também semelhante aos discursos anteriores, predomina no discurso uma função de linguagem referencial, na medida em que faz uso de dados, em diversos momentos, com o intuito de informar acerca de ações e políticas do governo brasileiro, com foco em mostrar resultados concretos e passar credibilidade à sua narrativa.

Isto é observado, à exemplo, em: "Beneficiamos mais de 68 milhões de pessoas, o equivalente a 1/3 da nossa população." (Bolsonaro, 2022); "Hoje, por exemplo, o Brasil é o 7º país mais digitalizado do mundo: são 135 milhões de pessoas que acessam 4.900 serviços do meu governo." (Bolsonaro, 2022); e "Os resultados aparecem em nosso governo: a queda de 7,7% no número de feminicídios e a diminuição do número geral de mortes por homicídio. Em 2017, eram 30 mortes por 100 mil habitantes. Agora são 19." (Bolsonaro, 2022).

O texto também possui uma forte função apelativa, visando atrair a atenção e o apoio da comunidade internacional, apelando para a cooperação, evidenciado em trechos como: "Nossa **responsabilidade coletiva**, nesta Assembleia Geral, é compreender o alcance dos desafios que compõem esse divisor de águas. E, a partir daí, construir respostas que tirem sua força dos **objetivos que são comuns a todos nós**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso) e "A solução para o conflito na Ucrânia será alcançada somente pela negociação e pelo diálogo. **Faço aqui um apelo às partes, bem como a toda a comunidade internacional**: não deixem escapar nenhuma oportunidade de pôr fim ao conflito e de garantir a paz." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Por fim, a função emotiva é evidenciada nos trechos em que expressa orgulho nacional e valores fundamentais, como família, liberdade e fé, destacando os mesmos princípios presentes durante os demais discursos, tal como na passagem: "Milhões de brasileiros foram

às ruas, convocados pelo seu presidente, **trajando as cores da nossa bandeira**. Foi a maior demonstração cívica da história do nosso país, **um povo que acredita em Deus, Pátria, família e liberdade**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Observa-se, portanto, que os componentes textuais e linguísticos foram empregados no discurso objetivando atender tanto a necessidades informativas, quanto persuasivas e emocionais, além de destacar uma imagem positiva do país.

2. Interpretação

Proferido em um contexto pré-eleitoral, a fala de Bolsonaro em 2022 contou com muitos dos elementos estratégicos e pautas já observados nos anos anteriores, caracterizando um discurso cuja intenção principal pareceu ser a de fortalecer a imagem de seu governo perante a comunidade internacional e transmitir uma propaganda positiva perante o público doméstico, destacando os êxitos em áreas como saúde pública, economia, sustentabilidade, segurança e direitos humanos.

Isso é feito através de uma retórica que não só reafirma a soberania nacional, mas também alinha as políticas internas com os temas externos, como as menções à pandemia de Covid-19, às mudanças climáticas e à segurança internacional.

Nesse sentido, o discurso inicia versando acerca dos esforços domésticos no contexto da pandemia, destacando, inclusive o alto índice de população vacinada, mesmo tendo ele mesmo levantado dúvidas acerca da vacinação.

Tal narrativa parece uma tentativa de mitigar as críticas dirigidas à negligência da sua gestão em relação ao início da vacinação no país, conforme os trechos: "[...] fazemos isso com a autoridade de um **governo que, durante a pandemia da Covid-19, não poupou esforços para salvar vidas e preservar empregos**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso) e "Em paralelo, **lançámos um amplo programa de imunização, inclusive com produção doméstica de vacinas**. Somos uma nação com 210 milhões de habitantes e já temos mais de 80% da população vacinada contra a Covid-19" (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Em seguida, Bolsonaro critica a má gestão dos governos anteriores, englobando apenas os anos em que o PT esteve governando e excluindo o governo de Michel Temer, seu antecessor imediato, que presidiu o país entre 2016 e 2018. A fala parece indicar uma tentativa de atingir o partido opositor às vésperas das eleições, através da passagem:

> No meu governo, **extirpamos a corrupção sistêmica** que existia no país. Somente **entre o período de 2003 e 2015, onde a esquerda presidiu o Brasil**, o endividamento da Petrobras por má gestão, loteamento político e em desvios chegou a casa dos US$ 170 bilhões de dólares. **O responsável por isso foi condenado em três instâncias por unanimidade** (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Na última frase, de forma indireta, Bolsonaro faz críticas ao seu principal oponente, o ex-presidente Lula, mas sem citá-lo nominalmente, aproveitando-se do momento de destaque para reafirmar seu compromisso com a integridade e o combate à corrupção, elementos que marcaram suas campanhas eleitorais.

Ainda, o discurso teve uma grande parte a tratar da economia, com diversos dados que indicam que o país recuperou-se durante o seu governo, destacando indicadores positivos no campo econômico e a redução da inflação:

> Apesar da crise mundial, o Brasil chega ao final de 2022 com uma **economia em plena recuperação**. Temos **emprego em alta e inflação em baixa**. **A economia voltou a crescer**. A pobreza aumentou em todo o mundo sob o impacto da pandemia. **No Brasil, ela já começou a cair de forma acentuada**. (Bolsonaro, 2022, grifo nosso); e

> Desde junho, o preço da gasolina caiu mais de 30%. [...]. Quero ressaltar que o custo da energia não caiu por causa de tabelamento de preços ou qualquer outro tipo de intervenção federal**. Foi resultado de uma política de racionalização de impostos formulada e implementada com o apoio do Congresso Nacional**. (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Todos os resultados atingidos foram citados no discurso relembrando sempre o mérito da sua gestão nas ações: "O Auxílio Brasil, programa de renda mínima **criado pelo meu governo**, durante a pandemia, que atende 20 milhões de famílias, faz pagamentos de quase US$ 4 por dia às mesmas." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

A pauta ambiental foi outra área que ganhou destaque no discurso, tal como nos anos anteriores. Nesse sentido, Bolsonaro defende as ações do Brasil em relação ao meio ambiente, argumentando que a maior parte da Amazônia permanece intacta. Tal argumento é particularmente relevante, uma vez que havia um uma grande crítica internacional sobre as políticas ambientais brasileiras e as acusações de desmatamento.

No entanto, a pauta é introduzida com uma contradição, conforme evidenciado no trecho:

> **O nosso agronegócio é orgulho nacional**. E Senhor Presidente, quero lembrar que, **também na área do desenvolvimento sustentável, o patrimônio de realizações do Brasil é fonte de credibilidade para a ação internacional do nosso país**. Em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o Brasil é parte da solução e referência para o mundo. (Bolsonaro, 2022, grifo nosso)

Bolsonaro primeiro elogia o agronegócio, afirmando ser o orgulho do país e, imediatamente na sequência, inicia a defesa das questões ambientais. Nacionalmente os temas são considerados opostos, sendo os ambientalistas críticos às práticas do agronegócio e vice-versa.

Ao utilizar tal estratégia, Bolsonaro parece objetivar a construção de uma narrativa em que o agronegócio, setor crucial para uma grande parte do seu eleitorado, não está em conflito com as metas ambientais. Ao fazer isso, ele procura transmitir uma ideia de que o Brasil está comprometido com a sustentabilidade e que seu crescimento agrícola não significa necessariamente degradação ambiental.

Também de maneira similar ao ano anterior, o discurso dedicou um momento para enfatizar a necessidade de uma reforma no Conselho de Segurança. Destaca-se que a pauta não apareceu nos discursos de 2019 e 2020, anos em que o Brasil não ocupava um assento não

permanente no órgão. Em 2021, o país também não possuía assento, mas já havia sido eleito para o mandato de 2022 a 2023.

> **Uma reforma da ONU é essencial para encontrarmos a paz mundial. No caso específico do Conselho de Segurança**, após 25 anos de debates, está claro que precisamos buscar soluções inovadoras. O Brasil fala desse assunto com base em uma experiência que remonta aos primórdios da ONU. (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Ao adentrar na temática de segurança internacional, Bolsonaro mantém um posicionamento pacífico e neutro, que caracteriza historicamente a política externa do Brasil, sem romper com as tradições diplomáticas e com aquilo que era esperado do país. Nesse sentido, comenta sobre a guerra na Ucrânia defendendo uma solução negociada e criticando sanções unilaterais.

Ainda, posiciona o Brasil enquanto defensor do diálogo e da paz, conforme observado em diversas passagens: "**Defendemos um cessar-fogo imediato**, a proteção de civis e não-combatentes, a preservação de infraestrutura crítica para assistência à população e a **manutenção de todos os canais de diálogo** entre as partes em conflito." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso); "Nas Nações Unidas e em outros foros, **temos tentado evitar o bloqueio dos canais de diálogo**, causado pela polarização em torno do conflito. É nesse sentido que **somos contra o isolamento diplomático e econômico**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso); "Apoiamos todos os esforços para reduzir os impactos econômicos desta crise. Mas **não acreditamos que o melhor caminho seja a adoção de sanções unilaterais e seletivas**, contrárias ao Direito Internacional." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso); e "A solução para o conflito na Ucrânia será alcançada somente pela negociação e pelo diálogo." (Bolsonaro, 2022).

Tal postura sinaliza um claro aceno à diplomacia, sem comprometer-se em apoiar diretamente nenhum dos lados do conflito, mas deixando claro um posicionamento contrário ao isolamento e aos embargos impostos à Rússia, uma vez que o país é um importante parceiro comercial do Brasil.

Também seguindo a narrativa dos três discursos anteriores, Bolsonaro novamente traz a necessidade da defesa contra o preconceito religioso, destacando seu compromisso com as liberdades de expressão e religiosa: "Tenho sido um defensor incondicional da liberdade de expressão. Além disso, no meu governo, o Brasil tem trabalhado para trazer o direito à liberdade de religião para o centro da agenda internacional de direitos humanos" (Bolsonaro, 2022).

No mesmo sentido, a última pauta abordada no discurso faz referência a algumas questões de direitos humanos. Além da liberdade de expressão e religiosa, Bolsonaro atribui também uma importância aos direitos das mulheres.

Entretando, ao colocar os direitos humanos como prioridade para o seu governo, Bolsonaro os restringe aos valores considerados fundamentais para ele e seus eleitores, ao afirmar que: "Outros **valores fundamentais** para a sociedade brasileira, **com reflexo na pauta dos direitos humanos**, são a **defesa da família, do direito à vida desde a concepção, à legítima defesa e o repúdio à ideologia de gênero**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Assim, contraditoriamente, aproveita-se da temática para criticar o direito ao aborto, defendendo o "direito à vida desde a concepção" (Bolsonaro, 2022), no mesmo momento em

que fala em priorizar a proteção das mulheres e afirma que "Trabalhamos no Brasil para que tenhamos mulheres fortes e independentes, para que possam chegar aonde elas quiserem." (Bolsonaro, 2022).

No mesmo trecho, defende também o porte de arma para a população civil, prioridade da sua campanha endossada pelo seu eleitorado e critica a "ideologia de gênero", indo de encontro a liberdade de expressão por ele defendida momentos antes.

Por fim, encerra o discurso exaltando as manifestações ocorridas na ocasião da comemoração da independência do Brasil, promovendo valores tradicionais tais como religião, pátria, família e liberdade, pilares de sua base eleitoral.

Afirma, nesse sentido, que: "Foi a maior demonstração cívica da história do nosso país, um povo que acredita em **Deus**, **Pátria**, **família** e **liberdade**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso). A mesma narrativa foi utilizada no discurso feito em 2021, quando também afirmou que as manifestações daquele ano lograram "na maior manifestação de nossa história" (Bolsonaro, 2021).

Destarte, o discurso caracterizou-se por focar mais na preocupação do governo em mostrar-se eficiente e comprometido com temas econômicos, sociais e de segurança internacional, incluindo determinadas questões de direitos humanos e legitimando suas políticas ao posicionar a prosperidade do país sob seu governo. Assim, as pautas priorizadas e o intuito de reforçar uma narrativa de sucesso e eficiência do governo foram condizentes com os discursos anteriores.

3. Explicação

Os aspectos ideológicos manifestados ao longo do discurso trazem elementos já abordados por Bolsonaro durante todo o seu mandato. No discurso de 2022, as temáticas condizentes à sua agenda eleitoral foram ainda mais evidenciadas.

Em particular, o aspecto nacionalista e patriótico, com ênfase à soberania. Observou-se que mais da metade do discurso foi direcionado a citar as medidas implementadas pela sua gestão e enaltecer os resultados observados no país, servindo, inclusive, como uma propaganda positiva do seu governo na tentativa de reeleger-se.

Dessa forma, Bolsonaro faz declarações que manifestam o nacionalismo através da exaltação das conquistas nacionais e da reafirmação da soberania brasileira. Para tal, ele procura narrar um Brasil forte e capaz de posicionar-se com autoridade no meio internacional, conforme dito nas passagens: "**O Brasil foi pioneiro** na implantação do 5G na América Latina." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso) e "Há quatro décadas, o Brasil importava alimentos. Hoje, **somos um dos maiores exportadores mundiais**. Isso só foi possível graças a **pesados investimentos em ciência e inovação**, com vistas à produtividade e à sustentabilidade" (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

No mesmo sentido, ao falar sobre a Amazônia, temática priorizada de maneira semelhante durante todos os quatro discursos, Bolsonaro utiliza sua fala, novamente, para refutar críticas internacionais, especialmente aquelas feitas pela mídia.

Assim, ao enfatizar a preservação da Amazônia, o discurso defende a soberania brasileira sobre o território, em uma tentativa de deslegitimar críticas externas e legitimar o controle nacional sobre seus recursos naturais. Exemplo disso está na passagem: "**Dois terços**

de todo o território brasileiro permanecem com vegetação nativa, que se encontra exatamente como estava quando o Brasil foi descoberto, em 1500. Na Amazônia brasileira, área equivalente à Europa Ocidental, **mais de 80% da floresta continua intocada, ao contrário do que é divulgado pela grande mídia nacional e internacional**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Ainda sobre valores nacionalistas, ao fim do discurso, Bolsonaro diz que: "Milhões de brasileiros foram às ruas, **convocados pelo seu presidente, trajando as cores da nossa bandeira**. **Foi a maior demonstração cívica da história do nosso país**, um povo que acredita em Deus, **Pátria**, família e **liberdade**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

No trecho, percebe-se a utilização de símbolos, como a referência às cores nacionais, e a declaração de união popular em torno de uma identidade comum com o intuito de sublinhar uma estabilidade conquistada sob sua liderança. Tal estratégia apela diretamente a um sentimento de orgulho nacional e à coesão social baseada em valores compartilhados.

Além disso, novamente, Bolsonaro promove um discurso voltado à ideologia neoliberal, destacando medidas como privatizações, redução de impostos e atração de investimentos, pautadas na redução do papel do Estado na economia e no mercado livre como o melhor caminho para o desenvolvimento econômico, tal como abordado nas passagens: "Levamos adiante uma **abrangente pauta de privatizações e concessões**, com ênfase na infraestrutura." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso) e "**Melhoramos o ambiente de negócios**, com a **ei de liberdade econômica** e a lei de start-ups." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Ainda, evidencia-se também o discurso anticorrupção, central na narrativa de Bolsonaro, destacando seus esforços contra práticas corruptas e associando-a a governos anteriores, notadamente o do PT, em uma tentativa de enfraquecer a imagem do seu principal opositor: "No meu governo, extirpamos a corrupção sistêmica que existia no país." (Bolsonaro, 2022) e "Somente entre o período de 2003 e 2015**, onde a esquerda presidiu o Brasil**, o endividamento da Petrobras por **má gestão**, loteamento político e em desvios chegou à casa dos US$ 170 bilhões de dólares." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Tal retórica, além de diferenciar seu governo dos anteriores, ajuda a reforçar uma ideia de integridade e transparência, utilizada para nutrir um sentimento de aversão aos governos de esquerda e, consequentemente, à administração do PT.

Destarte, assim como nos anos anteriores, Bolsonaro defende e reafirma os valores conservadores que permeiam seu governo, focando na defesa da família, da religião e contra a ideologia de gênero, à exemplo das passagens: "Outros valores fundamentais para a sociedade brasileira, com reflexo na pauta dos direitos humanos, são a **defesa da família, do direito à vida desde a concepção, à legítima defesa e o repúdio à ideologia de gênero**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso) e "Foi a maior demonstração cívica da história do nosso país, **um povo que acredita em Deus, Pátria, família e liberdade**." (Bolsonaro, 2022, grifo nosso).

Tal posicionamento evidencia uma ideologia que prioriza valores tradicionais e religiosos, utilizando os temas para conectar-se com eleitores que valorizam tais princípios e que, portanto, veem na figura de Bolsonaro uma proteção contra as mudanças sociais e culturais promovidas por ideologias progressistas.

Além disso, ao colocar-se como defensor de uma ideologia conservadora e tradicional, Bolsonaro apela para uma narrativa onde tais valores estão supostamente ameaçados e

precisam do seu governo para manter a ordem, o que parece servir para incitar seus apoiadores e manter uma base mais coesa e fiel.

IV.2.5. Análise quantitativa

Do mesmo modo que feito no capítulo anterior, esta etapa analisa as palavras mais frequentes utilizadas nos discursos, compilando todos os resultados na tabela abaixo (Tabela 2). Com isso, a seção identifica os temas priorizados de modo a complementar a análise qualitativa, logrando com uma comparação que fornece um panorama integrado da evolução anual.

Assim, encontram-se abaixo as palavras mais utilizadas por Bolsonaro em seus discursos, seguidas do número de vezes em que foram empregadas, distrinchadas por ano.

Tabela 2

Palavras mais repetidas nos discursos de Bolsonaro por ano e quantidade de ocorrências

2019		2020		2021		2022	
Palavra	**Ocorrência**	**Palavra**	**Ocorrência**	**Palavra**	**Ocorrência**	**Palavra**	**Ocorrência**
Brasil	32	Brasil	27	Brasil	16	Brasil	33
Países	13	Mundo	12	Governo	9	Internacional	10
Outros	12	Maior	7	Mundo	6	Mundo	10
Mundo	11	Paz	7	Bilhões	6	Conflito	10
Todos	11	País	6	Milhões	6	Todos	9
Liberdade	10	Liberdade	6	Países	5	País	9
Governo	9	Governo	6	Maior	4	Milhões	9
Direitos	9	Ambiental	6	Investimentos	4	Governo	8

Nota. Elaborada pela autora com base nos resultados obtidos

A análise de tais resultados permitiu conclusões acerca da continuidade das pautas e prioridades contidas nos discursos ao longo dos anos.

O destaque é conferido à frequência da palavra "Brasil" em todos os anos, com uma disparidade significativa entre o termo e as demais palavras frequentes. Nesse sentido, implicando a centralidade do país no discurso. Essa priorização parece sugerir um foco em reafirmar a identidade nacional e apresentar uma imagem específica do Brasil perante os demais Estados.

Para tal, Bolsonaro emprega um esforço em destacar o Brasil como um país que está mudando sob seu governo, comparando o passado do país com o presente da sua administração, além de enfatizar a soberania nacional em diversos momentos.

Do mesmo modo, faz referências à sua administração ao utilizar constantemente a palavra "governo" também em todos os anos, indicando um foco nas ações e políticas de sua administração e destacando as realizações da sua gestão, as reformas em andamento e as mudanças em relação aos governos anteriores.

Além disso, traduz a necessidade de apresentar e defender as ações da sua gestão frente aos desafios e críticas recebidas, bem como destacar o teor nacionalista do seu discurso. Nesse sentido, percebe-se que a maior parte das menções vêm precedidas dos pronomes possessivos "nosso" ou "meu", com o intuito de deixar claro seu protagonismo e destacar dados positivos relacionados a benfeitorias do seu governo.

Paralelamente, as palavras "mundo" e "país" sugerem o desejo de posicionar o Brasil em um contexto global, equilibrando os interesses nacionais com as demandas e expectativas internacionais. Nesse sentido, Bolsonaro parece apresentar o Brasil como um país que consegue resolver suas próprias questões, tais como o emprego e a saúde durante a pandemia, mas que também está disposto a colaborar e contribuir em nível global.

Também fazem referências à colaboração com outras nações, refletindo um objetivo de posicionar o país no contexto internacional, seja fortalecendo alianças ou defendendo a soberania contra críticas externas.

Especificamente, no discurso de 2022, a ocorrência da palavra "país" refere-se ao Brasil especificamente em 8 das 9 vezes em que aparece no discurso, somando-se às discussões anteriores acerca da importância do papel do Estado internacionalmente e da soberania nacional, inclusive com a utilização de pronomes possessivos, tais como "nosso país" e "meu país".

Ainda acerca da importância em transparecer o orgulho nacional, a repetição da palavra "maior" nos discursos de 2020 e 2021 está majoritariamente associada a realçar a grandeza do Brasil, sendo utilizada como adjetivo superlativo ou comparativo, conforme as frases: "**o maior** programa de assistência aos mais pobres no Brasil" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); "mesmo sendo uma das 10 **maiores** economias do mundo[...]" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); "o Brasil desponta como **o maior** produtor mundial de alimentos" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); "a região amazônica é **maior que** toda a Europa ocidental" (Bolsonaro, 2020, grifo nosso); e "o Brasil foi, em 2019, **o** quarto **maior** destino de investimentos diretos em todo o mundo." (Bolsonaro, 2020, grifo nosso).

No ano seguinte, o mesmo foi observado, utilizando o termo para enalter o país em algum contexto: "O Brasil possui **o maior** programa de parceria de investimentos com a iniciativa privada de sua história." (Bolsonaro, 2021, grifo nosso); Grande avanço vem acontecendo na área do saneamento básico. **O maior** leilão da história no setor foi realizado em abril [...]" (Bolsonaro, 2021, grifo nosso); e "Somente no bioma amazônico, 84% da floresta está intacta, abrigando **a maior** biodiversidade do planeta" (Bolsonaro, 2021, grifo nosso).manifestação de nossa história [...]" (Bolsonaro, 2021, grifo nosso).

A menção frequente à palavra "liberdade" nos dois primeiros anos aponta para uma temática central no discurso de Bolsonaro, onde o termo é frequentemente utilizado para contrapor-se ao socialismo e enfatizar valores democráticos e de livre mercado, associando-o à sua visão de governança e às reformas econômicas e políticas promovidas pela sua gestão. Do mesmo modo, procuram transmitir o comprometimento do Brasil com o respeito à liberdade, valor fundamental no discurso de Bolsonaro.

Especificamente no ano de 2019, ao citar “direitos”, Bolsonaro apresenta duas abordagens: citar os direitos humanos e os direitos fundamentais nos moldes por ele defendidos, focando na defesa da democracia e da liberdade de expressão e religiosa.

Também de maneira específica, à luz do contexto internacional, no ano de 2022 todas as 10 menções da palavra “conflito” fazem referência à questão entre a Rússia e a Ucrânia. Destaca-se, portanto, que Bolsonaro não utilizou nenhum outro termo, como “guerra”, “invasão” ou “disputa”, para tratar do assunto, evitando palavras mais enfáticas que poderiam transparecer que o Brasil estava posicionando-se em algum lado específico.

Por fim, apresenta-se nas Figuras 17, 18, 19 e 20, presentes no Anexo D desta investigação, os Word Clouds referentes aos discursos analisados neste capítulo. Visualmente, pode-se perceber que o tamanho de cada palavra é proporcional à sua frequência nos respectivos textos.

Síntese Conclusiva

O quarto capítulo desta investigação objetivou analisar qualitativa e quantitativamente os discursos feitos por Bolsonaro na abertura da AGNU em seu primeiro e único mandato, dando continuidade à seção de análise da pesquisa. Para tal, primeiramente apresentou seu contexto histórico e político, abordando as características e acontecimentos que marcaram seu governo, a política externa e a temática de direitos humanos no período. Antes de iniciar a análise dos discursos, também apresentou o contexto nacional e internacional de cada ano em que os discursos foram feitos. Por fim, apresentou os resultados da análise qualitativa seguida da análise quantitativa.

No tangente aos direitos humanos, os discursos parecem vinculá-los à defesa da soberania nacional, à crítica ao socialismo e à ênfase em valores tradicionais. Dessa forma, observa-se que Bolsonaro caracteriza a repressão de valores familiares e religiosos como uma violação de direitos humanos. Nesse sentido, utiliza-se desse argumento para justificar políticas de segurança pública e econômicas, enquanto critica fortemente intervenções externas e ideologias que considera prejudiciais aos interesses do Brasil e dos cidadãos.

De maneira semelhante, as questões de direitos humanos são abordadas dentro de um contexto mais amplo de defesa do governo e promoção da imagem do Brasil. Assim, os quatro discursos apresentam uma abordagem que integra aspectos de ajuda humanitária, através da ênfase do papel do Brasil nas missões de paz e de assistência, de defesa de liberdades fundamentais e de soberania nacional, com um destaque aos direitos dos povos indígenas ao meio ambiente e a valores tradicionais, como família, pátria, religião e liberdade.

Os discursos, portanto, abrangem de maneira majoritária o artigo 3º da DUDH, que versa acerca do direito à vida, liberdade e segurança pessoal; o artigo 12, que determina a proteção da privacidade, da família e do lar; o artigo 13, que tece considerações acerca da liberdade de locomoção, especificamente nos anos que se seguiram à pandemia e às restrições causadas pelo isolamento social; e o artigo 18, que determina que todos têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de manifestar sua religião. Observa-se, ainda, que tais direitos são elucidados com o intuito de legitimar uma perspectiva tradicionalista e conservadora.

V. DISCUSSÕES E RESULTADOS

Após as análises individuais, compara-se os discursos e os resultados quantitativos, procurando destacar diferenças nas abordagens e na retórica utilizada em relação à temática dos direitos humanos e prioridades conferidas por cada presidente durante os quatro anos, levando em conta suas respectivas ideologias, bem como o contexto e a realidade política interna e externa.

Com relação a Lula, analisando todos os discursos feitos no seu primeiro mandato em conjunto, observou-se que as palavras que mais apareceram nas tabelas de termos mais frequentes foram: "desenvolvimento", que apareceu no rol de todos os quatro discursos, "países", "fome", "paz", "internacional" e "nações, que apareceram na lista de palavras mais frequentes em 3 dos 4 discursos.

Quanto a Bolsonaro, os termos que mais apareceram foram: "Brasil", palavra mais frequente em todos os quatro discursos, "mundo" e "governo", ambas aparecendo no rol em 3 dos 4 discursos.

Ao comparar tais resultados levando em conta as perspectivas e posicionamento dos dois presidentes, nota-se que Lula adotou uma abordagem mais global e inclusiva. O foco em desenvolvimento econômico, combate à fome e promoção da paz refletem uma visão de justiça social e econômica global, defendendo políticas que beneficiam países em desenvolvimento e fortalecendo instituições internacionais.

Em contraste, Bolsonaro apresentou uma perspectiva relativamente isolacionista, com ênfase na soberania do Brasil e na defesa contra críticas externas. Seu foco principal estava em promover a imagem do Brasil sob sua administração, defendendo as políticas governamentais, refletindo uma postura mais defensiva e de autoafirmação em relação ao cenário internacional.

As diferenças ideológicas entre esquerda e direita são evidenciadas através das prioridades e dos destaques conferidos. Respectivo a tais posicionamentos, Lula confere um multilateralismo e universalismo à sua política externa. Da mesma forma, culpabiliza a desigualdade social e a má distribuição de renda pela fome e pobreza e apela à necessidade por igualdade, inclusão e desenvolvimento social.

No outro espectro, Bolsonaro aposta no bilateralismo e na aproximação de países como Estados Unidos, sob a gestão de Trump, Israel com Benjamin Netanyahu e Argentina governada por Macri. Além disso, defende políticas neoliberais como forma de prosperar a economia e destaca a soberania nacional e a relevância do país no cenário internacional em diversos contextos, criticando países e organizações internacionais que teciam opiniões acerca dos assuntos internos, notadamente em relação à questão da Amazônia.

Não obstante, analisar tais diferenças temáticas é fundamental para auxiliar na compreensão acerca do enquadramento dos direitos humanos nos discursos, uma vez que refletem, também, aspectos que relacionam-se ao tema, tais como economia e pautas sociais, revelando as prioridades de cada presidente ao destacar a abordagem conferida ao tema.

Dessa forma, Lula confere uma prioridade aos direitos econômicos e sociais, com especial atenção ao desenvolvimento equitativo, à necessidade de erradicação da fome e à paz. Os direitos humanos, portanto, relacionam-se a uma ideia de justiça social, defendendo que a

cooperação internacional é essencial para enfrentar os desafios de maneira colaborativa, logrando, assim, em uma sociedade igualitária e regida pela diplomacia e o diálogo.

Quanto à abordagem feita por Bolsonaro, percebe-se nos discursos uma prioridade aos direitos civis e políticos, com destaque para o direito à liberdade. Salienta-se que a defesa à liberdade religiosa, por exemplo, foi pauta em todos os quatro anos. Dessa forma, observa-se uma tendência a transmitir os direitos humanos de acordo com a perspectiva defendida pelo seu governo, relativizando-os para que sejam condizentes a valores conservadores.

Ainda, percebe-se que ambos os atores trataram da temática dos direitos humanos em seus discursos, porém abordando questões diferentes de acordo com a narrativa que visava transmitir e com o alinhamento de suas pautas e ideologias. Ou seja, cada presidente pareceu priorizar os direitos humanos que julgaram ressoar melhor para uma avaliação positiva do seu governo.

Exemplo concreto é percebido ao comparar-se dois trechos específicos dos discursos dos dois atores, nos quais ambos utilizam uma estrutura semelhante para expressar visões diferentes.

Nesse sentido, Lula diz que: “A paz, a segurança, o desenvolvimento e a justiça social são indissociáveis (Lula, 2003)”. Enquanto Bolsonaro afirma que: “A paz não pode estar dissociada da segurança. A cooperação entre os povos não pode estar dissociada da liberdade” (Bolsonaro, 2020).

Assim, nota-se que Lula destaca a interconexão entre vários aspectos sociais e econômicos como pilares fundamentais para a paz e a segurança, sugerindo que pode-se alcançar uma sociedade pacífica apenas por meio de políticas inclusivas e equitativas.

Ao analisar o trecho, percebe-se que sua abordagem enfatiza a ideia de que o desenvolvimento econômico deve estar associado à justiça social, sugerindo políticas que visem à redução da pobreza e à igualdade social. Além disso, enfatiza também a importância de combater as desigualdades e garantir que todos tenham acesso a direitos básicos e destaca uma visão de segurança que não limita-se à ausência de guerra, mas que inclui a segurança econômica e social.

Bolsonaro, por outro lado, revela uma abordagem que associa a paz principalmente à segurança, podendo ser entendida como segurança militar, e à liberdade, frequentemente citada como liberdade econômica ou liberdade individual.

Destarte, enquanto Lula propõe uma visão de direitos humanos integradora e igualitária, descrevendo o desenvolvimento e a justiça social como direitos fundamentais a todos os indivíduos, Bolsonaro adota uma abordagem que prioriza a segurança, a soberania e as liberdades individuais como fundamentais para atingir os direitos humanos nos moldes por ele defendidos.

Com os resultados apresentados, retoma-se as hipóteses levantadas pela pergunta de partida desta investigação:

H1 - os presidentes enquadraram discursivamente os direitos humanos privilegiando a continuidade da política externa brasileira acerca da temática.

H2 - os atores abordaram a temática de acordo com os conteúdos ideológicos específicos dos seus governos e das suas personalidades políticas, refletindo em abordagens distintas em relação aos direitos humanos.

Nesse sentido, a hipótese 2 foi validada, uma vez que as análises apontaram para uma tendência a abordagens distintas, evidenciado temáticas que destacam conteúdos ideológicos condizentes com cada governo. Dessa forma, constatou-se que cada presidente priorizou temas de acordo com sua política interna e com as prioridades conferidas pela sua ideologia.

Quanto à pergunta derivada, as hipóteses foram:

H3 - há uma diferença nas palavras mais utilizadas nos discursos, refletindo a abordagem da tipologia dos direitos humanos. Isto é, Bolsonaro e Lula enfatizam aspectos diferentes dos direitos humanos;

H4 - as palavras mais frequentes nos discursos de ambos os chefes de estado são semelhantes, com foco na mesma área dos direitos humanos, sugerindo que pode haver similaridades, mesmo com diferenças ideológicas, na abordagem da temática.

A análise de frequência de palavras mostrou uma diferença nos aspectos explorados por cada presidente, de modo que cada um priorizou tipologias diferentes dos direitos humanos em seus discursos.

Tal constatação valida a hipótese 3, uma vez que as palavras mais frequentes nos discursos dos presidentes não são semelhantes e, portanto, não foi observada uma ênfase à mesma área dos direitos humanos, e sim uma dissemelhança consonante a ideologia dos atores.

CONCLUSÃO

Esta investigação tem a política externa brasileira em direitos humanos como tema. Desta forma, relaciona-se à área das relações internacionais na medida em que aborda padrões de posicionamentos dos Estados, bem como seu relacionamento com os demais atores no cenário internacional, em especial as organizações multilaterais, ajudando a compreender as ações tomadas no âmbito externo.

Com isso, a pesquisa oferece um meio para perceber determinadas intenções e estratégias dos estados no sistema internacional, além de revelar tendências nas relações internacionais. Para lograr em tal entendimento, visou analisar criticamente o enquadramento dos direitos humanos nos discursos proferidos por Lula e Bolsonaro na AGNU.

Assim, dividiu-se a investigação em dois capítulos contextuais, os quais trataram de introduzir o âmbito em que o objeto de estudo está inserido: as Nações Unidas, o tema: a política externa brasileira e a temática: os direitos humanos.

Em seguida, apresentou-se dois capítulos de análise voltados ao percurso histórico e político dos atores chave da investigação: os presidentes Lula e Bolsonaro, bem como a análise qualitativa e quantitativa dos seus respectivos discursos selecionados. Isto é, os discursos feitos por Lula de 2003 a 2006 e os feitos por Bolsonaro nos anos de 2019 a 2022.

Dessa forma, o primeiro capítulo elucidou os pormenores acerca das Nações Unidas, abordando o contexto em que os direitos humanos surgiram e foram expandidos no cenário internacional. Com isso, visou explanar o meio em que os discursos são proferidos, bem como a temática foco.

Tal contextualização permitiu que o capítulo seguinte adentrasse na política externa brasileira, fazendo uma síntese historiográfica e abordando padrões e atuações do país na ONU. Especificamente, trouxe ainda um panorama das tendências da política externa brasileira em direitos humanos, verificando que as atuações do país contam com um padrão voltado à participação, tanto em fóruns, quanto na formulação de tratados. Assim, satisfez o primeiro objetivo específico ao interligar a política externa brasileira às Nações Unidas e à temática dos direitos humanos.

Os capítulos seguintes, terceiro e quarto, adentraram nas análises da pesquisa, cumprindo os dois objetivos específicos seguintes ao analisar criticamente os discursos selecionados, contextualizando-os à luz do cenário político, social e histórico em que foram produzidos e observando a maneira com a qual os direitos humanos foram abordados.

Além disso, de maneira quantitativa, pôde extrair os temas centrais enfatizados por cada ator através da técnica de análise de frequência de palavras, percebendo as principais preocupações e prioridades de cada governo.

Por fim, os resultados permitiram lograr conclusões acerca da relação entre a ideologia dos atores e a maneira com a qual os direitos humanos foram abordados nos discursos, destacando as diferenças nas ênfases de cada presidente em relação aos tipos de direitos humanos priorizados.

Assim, tendo o enquadramento dos direitos humanos pelos presidentes Lula e Bolsonaro nos discursos feitos na abertura da AGNU em seus respectivos primeiros mandatos, como objeto de estudo, visou responder duas perguntas, notadamente a pergunta de partida:

“de que forma os presidentes Lula e Bolsonaro enquadraram as temáticas de direitos humanos nos seus discursos de abertura da AGNU?” e a pergunta derivada: “há diferenças e semelhanças entre as palavras mais utilizadas por Bolsonaro em comparação com as de Lula?”

Tais questões levantaram hipóteses, verificadas através de uma metodologia mista de análise, que uniu a análise qualitativa, utilizando a Análise Crítica de Discurso, com a análise quantitativa, que utilizou a análise de frequência de palavras.

A respeito da pergunta de partida, foi verificado que os presidentes enquadraram as temáticas de direitos humanos de maneira a privilegiar a ideologia e pautas em destaque por cada ator e, consequentemente, pelo seu governo.

Quanto à pergunta derivada, a investigação concluiu que há diferenças nas palavras mais utilizadas por cada presidente, de modo que cada ator enfatizou, em suas falas, termos referentes aos temas priorizados por sua gestão.

Os resultados de ambas as análises pareceram dialogar entre si, na medida em que a observação das palavras mais frequentes corroborou com o que foi observado através da análise crítica dos discursos. Dessa maneira, concluiu-se que as abordagens dos direitos humanos pelos presidentes Lula e Bolsonaro nos discursos refletem as suas respectivas ideologias e prioridades políticas.

Nesse sentido, enquanto Lula enfatizou aspectos dos direitos humanos que alinham-se com uma visão mais universalista e voltada para a inclusão social e cooperação internacional, Bolsonaro destacou temas que ressoam com uma perspectiva mais nacionalista, com foco na defesa das liberdades individuais e no combate a ideologias por ele consideradas contrárias aos interesses nacionais.

As diferenças observadas nas palavras mais frequentes e nas temáticas abordadas por cada presidente não apenas confirmam as hipóteses levantadas, mas também evidenciam que, embora ambos os discursos estejam inseridos no contexto da política externa brasileira em direitos humanos, as prioridades e estratégias refletem os valores e as agendas de cada governo.

Assim, a investigação pôde contribuir para um entendimento mais profundo acerca de como a ideologia da personalidade política que está no poder influencia a forma como os direitos humanos são enquadrados em discursos diplomáticos, revelando as nuances da política externa brasileira ao longo de diferentes governos.

Ainda, durante o desenvolvimento desta investigação foi possível observar algumas dificuldades, em especial no que tange à subjetividade, uma vez que a análise crítica de discursos envolve interpretações pessoais. Dessa forma, diferentes pesquisadores podem ter perspectivas distintas sobre os mesmos textos, o que pode influenciar os resultados e as conclusões.

Outras limitações observadas antes da elaboração do trabalho foram mitigadas com a escolha metodológica pelo método misto. À exemplo, focar apenas nas palavras mais frequentes não captaria os significados do seu contexto, uma vez que muitas palavras podem ter múltiplos significados. Da mesma forma, apenas observar a frequência poderia não refletir com precisão os temas abordados.

Assim, a pesquisa tratou tal limitação ao unir a parte qualitativa, de modo que todos os resultados e palavras foram contextualizadas para maiores entendimentos, conectando as palavras frequentes a uma percepção mais profunda do discurso.

Destaca-se, também, algumas possíveis contribuições deixadas pela investigação. Primeiramente, a pesquisa pode ajudar a entender as preocupações e prioridades de diferentes atores em relação aos direitos humanos, fornecendo uma compreensão sobre as abordagens ideológicas e as políticas adotadas pelos governantes em determinadas áreas.

Em segundo, comparar os discursos de dois presidentes diferentes ao longo dos anos permitiu identificar tendências e padrões dos atores e mudanças ou continuidades nas prioridades e abordagens ao longo de seus mandatos.

Por fim, os métodos combinados de análise de discurso e de frequência podem servir como modelo para futuras pesquisas que desejam analisar discursos políticos em outros contextos, contribuindo para o desenvolvimento da teoria e da metodologia de análise de discurso diplomático. Assim, o estudo ressalta a importância de considerar tanto a análise qualitativa, quanto a quantitativa para uma compreensão abrangente dos discursos e das suas implicações nas relações internacionais.

Diante disso, alguns dos possíveis caminhos para pesquisas futuras possibilitados por essa investigação incluem: um estudo de impacto, através da investigação do impacto dos discursos sobre políticas internacionais e sobre a opinião pública, examinando como a mídia internacional e nacional interpreta tais discursos e como isso influencia a percepção pública; ou, ainda, a investigação da relação entre os discursos na ONU e as políticas internas e externas dos países, explorando a coerência e a estratégia por trás das declarações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aarão, D. (2014). Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Adebayo, T. S., & Samour, A. (2024). Renewable energy, fiscal policy and load capacity factor in BRICS countries: novel findings from panel nonlinear ARDL model. Environment, Development and Sustainability, 26(2), 4365-4389.

Aldrich, J. H., Gelpi, C., Feaver, P., Reifler, J., & Sharp, K. T. (2006). Foreign policy and the electoral connection. Annu. Rev. Polit. Sci., 9, 477-502.

Alison, M. B., Braga, S., & Sampaio, R. C. (2021). Haddad É Lula! Lula É Haddad!: Uma Análise Da Construção Da Imagem De Haddad No Instagram Nas Eleições De 2018. *Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política*, *30*(2), 2-44.

Almeida, P.R. (2007). A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas. Carta internacional, 2(1).

Almeida, P. R. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. Novos estudos CEBRAP, 38, 185-213.

Almeida, P. R. (2021). A religião de Bolsonaro: populismo e neoconservadorismo. Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política São Paulo: Autêntica.

Almeida, W. L. D. (2011). A estratégia de políticas públicas em direitos humanos no Brasil no primeiro mandato Lula. *Revista Katálysis*, *14*, 230-238.

Alves, J. A. L. (2008). Direitos Humanos e o papel do Brasil. FUNAG. O Brasil e a ONU. Brasília: FUNAG, 183-204.

Amado, R. (1996). A política externa de João Goulart. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). São Paulo: Cultura Editores.

Amaral, O. E. (2023). Why Bolsonaro Failed, Just. In Brazil after Bolsonaro (pp. 26-38). Routledge.

Amayo, E. (1995). A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. Estudos avançados, 9, 255-268.

Amorim, C. (2009). O Brasil e os direitos humanos: em busca de uma agenda positiva. Política Externa, 18(2), 67-75.

Amorim, C. (2010). Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. Revista brasileira de política internacional, 53, 214-240.

Amossy, R., & Adam, J. M. (Eds.). (1999). Images de soi dans le discours: La construction de l'ethos. Delachaux et niestlé.

Anderson, P. (2011). O Brasil de Lula. Novos estudos CEBRAP, 23-52.

Andrade, R. B. (2016). Estrategias discursivas del discurso diplomático:: un análisis de tres intervenciones de España en la ONU. In Les discours politiques: Regards croisés (pp. 82-91). Editions L'Harmattan.

Araújo, B. G., & Rodriguez, R. V. (2017). A instabilidade política na primeira república brasileira. Revista Estudos Filosóficos UFSJ, (3).

Araújo, E. (2008). O" Partido partido": a cobertura da crise política do PT e do Governo Lula em 2005 na pauta de Teoria e Debate.
Arenal, C. (2002). Introducción a las relaciones internacionales. Anaya-Spain.

Arruda, P. F. (2019). A transição política no Brasil: da abertura à Constituinte (1974-1988). Ponto-e-Vírgula, (26), 4-15.

Avila, C. F. D. (2008). Os processos eleitorai na América Latina (2005-2006). Sociedade e Estado, 23, 767-772.

Avritzer, L. (2020). Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro. Todavia.

Baptista, J. V. M., Bertolucci, A. C., & Diogo, A. V. K. (2020). Política de estado ou de governo? A reorientação da política externa Brasileira sob o governo bolsonaro. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, *45*(250), 502-533.

Barbosa, F. D. H. (2017). A crise econômica de 2014/2017. Estudos avançados, 31, 51-60.

Barbosa, L. G. C. (2012). O governo Lula e a política econômica brasileira: continuidade ou ruptura. Todavia, Porto Alegre, ano, 3, 34-51.

Bastos, J. P. B., & Obregón, M. F. Q. (2018). Venezuela em crise: o que mudou com Maduro. Revista de Derecho y Câmbio Social, 15(52), 1-16.

BBC News Brasil. (2021, setembro 7). Presidência 'saindo dos trilhos' e possível 'prelúdio para golpe': o que diz a imprensa internacional sobre atos de 7 de setembro. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58476535

BBC News Brasil. (2022, fevereiro 2). Covid: fim da pandemia? Os países que retiram restrições mesmo com casos ainda altos. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60227397

BBC News. (2004, 14 de fevereiro). Brazil's president sacks adviser. *BBC News*. http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/3487973.stm

BBC News. (2020, janeiro 3). Quem é Qasem Soleimani, general iraniano morto por ataque dos EUA. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50981383

BBC. (2020, maio 19). CPI da covid: 10 elogios de Bolsonaro a Pazuello, que presta depoimento mais aguardado. BBC. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56950333

BBC. (2020, março 24). Em rede nacional, Bolsonaro critica fechamento de escolas e comércio e compara coronavírus a ‘resfriadinho’. BBC. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52028945

Beach, D., & Pedersen, R. B. (2012). Analyzing foreign policy. Basingstoke: Palgave Macmillan.

Beitz, C. R. (1999). *Political theory and international relations*. Princeton University Press.

Bobbio, N. (2004). *Era dos direitos*. Elsevier Brasil.

Bojang, A. S. (2018). The study of foreign policy in international relations. Journal of Political Sciences & Public Affairs, 6(4), 1-9.

Bolsonaro, F. (2017). Jair Messias Bolsonaro: mito ou verdade. (No Title).

Bolsonaro, J. (2019, janeiro 1). Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro durante cerimônia de recebimento da faixa presidencial. Ministério das Relações Exteriores. https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019

Bolsonaro, J. (2019, setembro 24). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Fundação Alexandre de Gusmão. https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas

Bolsonaro, J. (2020, setembro 22). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Fundação Alexandre de Gusmão. https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas

Bolsonaro, J. (2021, setembro 21). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Fundação Alexandre de Gusmão. https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu

Bolsonaro, J. M. (1986, 3 de setembro). O salário está baixo. Veja, p. 154.

Bolsonaro, J. M. (2014, 18 de dezembro). O grito dos canalhas. Recuperado de https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/200654-o-grito-dos-canalhas.shtml

Bose, Meena. (2017). Foreign Policy. In Encyclopedia of American Government and Civics , by Michael A. and Han Genovese, and Lori Cox. 2nd ed. Facts On File.

Bourne, R. (2008). Lula of Brazil: the story so far. Zed Books Ltd.

Braillard, P., Gomes, J. J. P., & Dias, A. S. (1990). Teoria das relações internacionais.

Brandão, M. A. D., & Perez, A. C. (1998). A política externa de direitos humanos. Revista Textos do Brasil, n.

Brasil (1988). Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.

Brasil. (2008). Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Fundação Alexandre de Gusmão.

Brummer, K., Harnisch, S., Oppermann, K., & Panke, D. (Eds.). (2019). *Foreign policy as public policy?: Promises and pitfalls*. Manchester University Press.

Carreirão, Y. D. S., & Kinzo, M. D. A. G. (2004). Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). Dados, 47, 131-167.

Carvalho, L. M. (2019). *O cadete e o capitão: A vida de Jair Bolsonaro no quartel*. Todavia.

Cason, J. W., & Power, T. J. (2009). Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: Explaining change in Brazilian foreign policy making in the Cardoso-Lula era. International Political Science Review, 30(2), 117-140.

Castilho, A. B. (2014). O golpe de 1964 e a política externa brasileira dentro do contexto repressivo. Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil, 3, 57-68.

Castilho, R. D. S. (2018). *Direitos humanos*. Saraiva Educação SA.

Cepaluni, G., Vigevani, T., & Schmitter, P. C. (2009). Brazilian foreign policy in changing times: the quest for autonomy from Sarney to Lula. Lexington Books.

Cervo, A. L. (2010). Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World. *Revista brasileira de política internacional*, *53*, 7-32.

Cervo, A. L., & Bueno, C. (2010). História da política exterior do Brasil. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília

Chatin, M. (2019). Brésil: la politique étrangère de Jair Bolsonaro. Politique étrangère, (2), 115-127.

Chen, Y., Jiang, J., Wang, L., & Wang, R. (2023). Impact assessment of energy sanctions in geo-conflict: Russian–Ukrainian war. Energy Reports, 9, 3082-3095.

Cioccari, D., & Persichetti, S. (2018). Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. Revista Alterjor, 18(2), 201-214.

Cioccari, D., & Persichetti, S. (2019). A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: o deputado, o candidato e o presidente. Lumina, 13(3), 135-151.

CNN Brasil. (2021, março 15). Maioria do STF decide por anular condenações de Lula na Lava Jato. https://www.cnnbrasil.com.br/politica/maioria-do-stf-decide-por-anular-

condenacoes-de-lula-na-lava-jato/#:~:text=2022%20%7C%20CNN%20Brasil-,Por%208%20a%203%2C%20STF%20confirma%20decis%C3%A3o%20de%20Fachin,mant%C3%A9m%20Lula%20eleg%C3%ADvel%20para%202022&text=O%20plen%C3%A1rio%20do%20Supremo%20Tribunal,%C3%A2mbito%20da%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20Lava%20Jato

CNN Brasil. (2021, setembro 7). Desfiles, atos pró-governo e discursos de Bolsonaro: Como foi o 7 de setembro. https://www.cnnbrasil.com.br/politica/desfiles-atos-pro-governo-e-discursos-de-bolsonaro-como-foi-o-7-de-setembro/

CNN Portugal. (2022, julho 7). Há 17 anos, 52 pessoas iam de metro ou autocarro para o trabalho em Londres. Morreram num ataque terrorista. https://cnnportugal.iol.pt/atentados/londres/ha-17-anos-52-pessoas-iam-de-metro-ou-autocarro-para-o-trabalho-em-londres-morreram-num-ataque-terrorista/20220707/62a0eec50cf26256cd287584

CNN Brasil. (2022, julho 07). Zanin manda para a Justiça Eleitoral do Acre pedido para investigar Bolsonaro por falar em “fuzilar a petralhada”. CNN. https://www.cnnbrasil.com.br/politica/zanin-manda-para-a-justica-eleitoral-do-acre-pedido-para-investigar-bolsonaro-por-falar-em-fuzilar-a-petralhada/

Codato, A., Berlatto, F., & Bolognesi, B. (2018). Tipologia dos políticos de direita no Brasil. Análise Social, 53(229 (4), 870-897.

Comparato, F. K. (1999). *A afirmação histórica dos direitos humanos*. Saraiva Educação SA.

Corrêa, L. F. (2007). O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006. Fundação Alexandre de Gusmão.

Costa, R. M. A. S. (2021). Do Bolsa Família, estratégia de combate à pobreza, ao Auxílio Brasil, estratégia eleitoral. Vozes da Abrapso, 2, 1-6.

Cruz, J. A. (2005). Brazil's Foreign Policy under Luis Inacio" Lula" da Silva: An Early Assessment of a Leftist President. *Politics & Policy*, *33*(1), 13.

Daly, T. G., Cabral, R. L. G., & dos Reis, U. L. S. (2021). Compreendendo a decadência democrática multidimensional: lições decorrentes da ascensão de Jair Bolsonaro no Brasil. Revista Jurídica da UFERSA, 5(10), 61-84.

Danese, S. F. (1999). Diplomacia presidencial: história e crítica. Topbooks.

Datafolha. (2006, dezembro 18). Ao final do primeiro mandato, Lula é aprovado por 52% dos brasileiros. Folha de S.Paulo. https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2006/12/1222248-ao-final-do-primeiro-mandato-lula-e-aprovado-por-52-dos-brasileiros.shtml

Dhingra, S., & Sampson, T. (2022). Expecting brexit. Annual Review of Economics, 14(1), 495-519.

Dobb, M. (1975). Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith: ideología y teoría económica. Siglo XXI.

Donahue, R. T., & Prosser, M. H. (1997). Diplomatic discourse: International conflict at the United Nations. Greenwood Publishing Group.

Donnelly, J. (2013). *Universal human rights in theory and practice*. Cornell University Press.

Duarte, B. P. M. C., Saraiva, T. C., & Boné, R. B. (2008). Impacto na relação Brasil-Bolívia, com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, em 2006. *Indicadores econômicos FEE*, *36*(1), 87-98.

El País. (2020, novembro 7). Joe Biden vence as eleições dos Estados Unidos e acaba com a era Trump. https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-07/joe-biden-vence-as-eleicoes-dos-estados-unidos-e-acaba-com-a-era-trump.html

Euronews. (2021, dezembro 20). 2021: Os momentos marcantes da pandemia de Covid-19. https://pt.euronews.com/2021/12/20/2021-os-momentos-marcantes-da-pandemia-de-covid-19

Fagnani, E. (2011). A Política Social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. Ser Social, 13(28), 41-80.

Fairclough, N. (1989) Language and Power, London: Longman.

Fairclough, N. (2001). Critical discourse analysis as a method in social scientific research. Methods of critical discourse analysis, 5(11), 121-138.

Fairclough, N. (2001). Discurso e mudança social. UnB.

Fall, J. J. (2020). Territory, sovereignty and entitlement: Diplomatic discourses in the United Nations Security Council. Political geography, 81, 102208.

FAO. Food and Agriculture Organization. (2002, dezembro). The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. FAO. https://www.fao.org/3/ac829e/ac829e00.htm

Faustino, D. (2022). Frantz Fanon e as encruzilhadas: Teoria, política e subjetividade, um guia para compreender Fanon. Ubu Editora.

Fausto, B. (1970). A Revolução de 1930. Brasil em perspectiva, 10, 229.

Fernandes, A. S. (2010). A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo”(1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. História Social, (18), 157-176.

Ferreira, J. (2010). 1946-1964: a experiência democrática no Brasil. Revista tempo, 14(28), 11-18.

Figueiredo, R., & Coutinho, C. (2003). A eleição de 2002. Opinião pública, 9, 93-117.

Filgueiras, L. A. M., & Gonçalves, R. (2007). A economia política do governo Lula (p. 213). Rio de Janeiro: Contraponto.

Flynn, P. (2005). Brazil and Lula, 2005: crisis, corruption and change in political perspective. Third World Quarterly, 26(8), 1221-1267.

Folha de S.Paulo. (2005, setembro 8). Presidente não discursará na ONU. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0809200513.htm

Folha de S.Paulo. (2020, maio 15). Coronavírus: Os países onde os brasileiros não podem entrar no momento. https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/05/coronavirus-os-paises-onde-os-brasileiros-nao-podem-entrar-no-momento.shtml

Fonseca Jr, G. (2011). Política externa brasileira padrões e descontinuidades no período republicano. Relações Internacionais, (29).

Fonseca, C. (2011). A política externa brasileira da democracia: O paradoxo da mudança na continuidade?. Relações Internacionais, (29).

Fonseca, C. (2011). Brasil. In M. R. Freire (Ed.), Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança (p. 97-124). Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra.

G1. (2018, setembro 28). Bolsonaro diz: 'Não aceito resultado das eleições diferente da minha eleição'. G1. https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/09/28/bolsonaro-diz-que-nao-aceitara-resultado-diferente-do-que-seja-a-minha-eleicao.ghtml

Galerani, K. A. (2010). Política Externa do governo Juscelino Kubitschek: a Operação Pan-Americana. Revista InterAção, 1(1), 104-113.

Gardini, G. L., & Lambert, P. (Eds.). (2011). Latin American foreign policies: between ideology and pragmatism (Vol. 201, No. 1). New York: Palgrave Macmillan.

Gomes, M. B. (2006). A imagem pública de Lula e eleições presidenciais brasileiras (1989/2002). In Trabalho apresentado no I Congresso da Compol (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política), Salvador, UFBA (pp. 1-28).

Gomes, M. B. (2006). Decifra-me ou te devorarei: a imagem pública de Lula no horário eleitoral: 1989, 1994, 1998 e 2002. EDUFRN.

González, R. S. (2010). A política de promoção aos direitos humanos no Governo Lula. Revista Debates, 4(2), 107-107.

Gorczevski, Clovis. Da comissão ao conselho de direitos humanos da ONU: a participação brasileira. In REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta. Direitos sociais e políticas públicas (organizadores). 1. ed. Tomo 9. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

Gounelle, M. (1996). Relations Internationales.

Guilherme, C. A. (2016). A eleição de 1989: direita x esquerda. *Revista Urutágua*, (34).

Gunderson, G. (1980). Human Dignity: The Internationalization of Human Rights.

Hayden, P. (2001). The philosophy of human rights.

Herz, M., Hoffman, A., & Tabak, J. (2004). *Organizações internacionais: história e práticas*. Elsevier Brasil.

Hoffman, S. (1959). An American Social Science: International Relations» i Janus and Minerva: Essays in the Theory and Practice of International Relations. Boulder.

Hoffmann, F. (2022). A extrema direita no poder: Bolsonaro e o bolsonarismo. Revista Orbis Latina-ISSN: 2237-6976, 12(1), 04-20.

Holsti, O. R. (1962). The belief system and national images: A case study. Journal of Conflict Resolution, 6(3), 244-252.
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100420_pobreza_bird_brasil_ac_np

Hunt, A. (2016). Public Diplomacy: What it is and how to Do it. United Nations.

Hunter, W., & Power, T. J. (2007). Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. Latin American politics and society, 49(1), 1-30.

Hurwitz, J., & Peffley, M. (1987). How are foreign policy attitudes structured? A hierarchical model. American Political Science Review, 81(4), 1099-1120.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2005, 15 de março). PIB acumulou crescimento de 5,2% em 2004: a maior taxa desde 1994. Agência de Notícias IBGE. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/12905-asi-pib-acumulou-crescimento-de-52-em-2004-a-maior-taxa-desde-1994

Jaccoud, L. D. B., Hadjab, P. D. E. M., & Chaibub, J. R. (2009). Assistência social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008).

Kinzo, M. D. A. G. (1993). Radiografia do quadro partidário brasileiro. Pesquisas, (1), 1-122.

Kirby, T. (2020). South America prepares for the impact of COVID-19. The Lancet Respiratory Medicine, 8(6), 551-552.

Krause, S., & Godoi, P. (2010). Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. KRAUSE, Silvana.; DANTAS, Humberto.; MIGUEL, Luis Felipe. Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências. São Paulo: Editora da Unesp.

Kuzio, T. (2022). Russian nationalism and the Russian-Ukrainian war. Routledge.

Lafer, C. (1967). Uma interpretação do sistema das relações internacionais do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional, 10(39-40), 81-100.

Lafer, C. (1984). As eleições de novembro de 1982 e a política exterior do Brasil. _____.(Org.). O Brasil e a crise mundial. São Paulo: Perspectiva, 101-120.

Lafer, C. (1987). Novas dimensões da política externa brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1(3).

Landman, T. (2005). The political science of human rights. *British Journal of Political Science*, *35*(3), 549-572.

Lima, M. R. S. (1987). Interesses e solidariedade: o Brasil e a crise centro-americana. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da ANPOCS.

Lima, M. R. S. (1994). Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. América Latina/Internacional, 1(2), 27-46.

Lima, M. R. S. (2000). Instituições democráticas e política exterior. Contexto internacional, 22(2), 265.

Lima, M. R. S. D., & Duarte, R. (2013). Diplomacia presidencial e politização da política externa: Uma comparação dos governos FHC e Lula. Observador On-Line, 8(09), 01-24.

Lima, M. R. S., & Albuquerque, M. (2019). O estilo Bolsonaro de governar e a política externa. Boletim Opsa, 1809, 15.

Lima, M. R. S.; Moura, G. (1982). A trajetória do pragmatismo- uma análise da política externa brasileira. Dados.

Lima, V. A. (2001). Mídia: teoria e política. Editora Fundação Perseu Abramo.
Liu, M., Yan, J., & Yao, G. (2023). Themes and ideologies in China's diplomatic discourse–a corpus-assisted discourse analysis in China's official speeches. Frontiers in Psychology, 14, 1278240.

Macaulay, F. (2010). Human rights in context: Brazil. Human rights regimes in the Americas, 133-155.

Machado, R. (2007). Lula a. C.-d. C.: política econômica antes e depois da Carta ao Povo Brasileiro (Vol. 373). Annablume.

Madeira, R. M., & da Silva Tarouco, G. (2011). Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. Revista Pós Ciências Sociais.

Magalhães, N. S. D. (2006). Coreia do Norte, Anarquia e Poder Nuclear. Relações Internacionais, (10), 85-105.

Mariano, R., & Gerardi, D. A. (2019). Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. Revista usp, (120), 61-76.

Marques, R. M., Mendes, Á., Leite, M. G., & Hutz, A. (2004). A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. Avaliação de Políticas e Programas do MDS–Resultados, 163.

Matos, H. H. (2013). Alternativas ao conceito e à prática da comunicação pública. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ISSN: 1518-2487), 15(2), 12-27.

Mazower, M. (1998). Dark continent: Europe's 20th century. London: Allen Lane. Chris Lorenz, 241.

Medeiros, K. P., Vilas-Boas, V., & Andrade, E. (2019). Política Externa Conservadora: uma nova matriz no Brasil. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 21, 79475-2.

Meisler, S. (2011). *United Nations: A History*. Grove Press.

Menezes, Maiá; Mello, Bernardo; Couto, Marlen. (2021, febrero 28), "Bolsonaro dobra presença de militares em cargos estratégicos", O Globo, Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-dobra-presenca-de-militares-em-cargos-estrategicosno- governo-24903138

Merke, F., & Reynoso, D. (2016). Dimensiones de política exterior en América Latina según juicio de expertos: experts' perception of foreign policy dimensions. Estudios Internacionales (Santiago), 48(185), 107-130.

Milani, C. R., & Pinheiro, L. (2013). Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto internacional, 35, 11-41.

Milani, C. R., & Santana, F. (2012). Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos. Política Externa Brasileira: As Práticas da Política e a Política das Práticas. Rio de Janeiro, FGV Editora, 33-70.

Mongiardim, M. R. (2007). Diplomacia. Coimbra: Almedina.

Monte, D. S.; Hernandez, M. C. (2021). Human rights foreign policy under Bolsonaro: pleasing the conservative constituency. *Revista Videre*, *13*(28).

Moreira Dias, L., & Fernandes, C. M. (2021). Campanha de Jair Bolsonaro para presidência em 2018: a construção do Mito Politico. ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação, 12(23).

Morgenthau, H. J. (1973). Politics among nations.

Moschkovich, M. (2023). "Família" e a nova gramática dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro:(2019-2021). Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila).

Moura, G. B. (1991). Sucessos e Ilusões-Relações Internacionais do Brasil Durante e Após a Segunda Guerra Mundial. Contexto Internacional, 13(2), 331.

Nações Unidas. (2020, setembro 21). Evento de alto nível para marcar o 75º aniversário da ONU. ONU News. https://news.un.org/pt/events/unga75/date/2020-09-21

Narcizo, M. C. (2021). Jair Bolsonaro no universo da extrema direita. Revista Caliandra, 1, 51-67.

Nogara, T. S. (2019). A política externa do governo collor e o frágil consenso neoliberal no brasil. *REI-Revista de Estudos Internacionais*, *10*(1).
Normand, R., & Zaidi, S. (2008). *Human rights at the UN: The political history of universal justice*. Indiana University Press.

Oliveira, H. A. (2017). Política externa brasileira. Saraiva Educação SA.

ONU News (2015). ONU 70: A participação do Brasil nas Nações Unidas. ONU News. Retrieved January 15, 2023, from https://news.un.org/pt/story/2015/10/1528611

Oreiro, J. L., & Paula, L. F. D. (2019). A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar. *ResearchGate, set*.

Organização das Nações Unidas. Carta das Nações Unidas. 1945. Retrieved December 04, 2023, from https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/01/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf

Orlandi, E. P. (2005). Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). Estudos da Língua (gem), 1(1), 9-13.

Pagliarini, A. (2021). Beyond the pale, above the fray (born 1955). *Dictators and Autocrats: Securing Power across Global Politics*.

Palmer, P., & Perkins, H. C. (1969). International Relations 3rd. New York: Scientific Book.

Parekh, Bhikhu. 1999. Non-ethnocentric Universalism. In Human Rights in Global Politics, edited by T. Dunne and N. J. Wheeler. Cambridge: Cambridge University Press.

Peixoto, A. C. (1980). La montée en puissance du Brésil: concepts et réalités. Revue française de science politique, 328-355.

Peixoto, A. C. (1984). Política externa e sucessão presidencial: nada ou quase nada vai mudar. Brasil: Perspectivas internacionais. Rio de Janeiro: IRI/PUC, 3(1).

Penido, A., Araujo, G., Matos, D., Bigatão, J., & Vitelli, M. (2020). Militares no governo Bolsonaro. Informe Temático.
Peterson, J. (2006). The UN General Assembly. New York: Routledge

Peterson, M. J. (2023). The UN general assembly. In *International Organization and Global Governance* (pp. 277-291). Routledge.

Piaia, V. R., & Oliveira, R. N. (2022). Bolsonaro, entretenimento e política. Compolítica, 12(2), 87-112.

Pimentel, P. C., & Panke, L. (2020). Discursos diplomáticos: objeto de pesquisa da Comunicação Política? 1. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 43, 53-71.

Pinheiro, L. A. (2004). Política externa brasileira. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Piovesan, F. (2006). Direitos humanos: desafios da ordem internacional contemporânea. Direitos humanos, 1, 1.

Piovesan, F. (2013). O Direito Internacional dos Direitos Humanos e a Redefinição da Cidadania no Brasil. In: PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. 6. ed. São Paulo: Saraiva

Piovesan, F. C. (2009). Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas. *1939/6558*.

Pollack, J. D. (2017). No exit: North Korea, nuclear weapons, and international security. Routledge.

Power, S. (2011). Chasing the flame: Sergio Vieira de Mello and the fight to save the world. Penguin UK.

Putnam, R. D. (2010). Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. Revista de Sociologia e política, 18, 147-174.

Quadros, M. P. D. R., & Madeira, R. M. (2018). Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, *24*, 486-522.

Ramos, J. M. (2021). Costos de la insurrección en el Capitolio de Estados Unidos el 6 de enero de 2021. Cuadernos Fronterizos, (51).

Rebello, M. M. (2020). Ideologias partidárias no governo Lula: a percepção do eleitor. Civitas-Revista de Ciências Sociais, 12, 298-320.

Record, J. (2010). Wanting war: why the Bush administration invaded Iraq. Potomac Books, Inc..

Reis, D. A. (2014). A ditadura que mudou o Brasil. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Rennó, L., & Cabello, A. (2010). As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 25, 39-60.

Rezende, L. F. (2021). Escola Sem Partido Na Agenda Educacional Do Governo Bolsonaro. Alamedas, 9(2).

Risse, T., Ropp, S. C., & Sikkink, K. (Eds.). (1999). The power of human rights: International norms and domestic change (Vol. 66). Cambridge University Press.

Rodrigues, A. R., Kauchakje, S., & Oliveira, F. H. D. (2023). Mapas, fome e planejamento territorial. Revista Katálysis, 26, 32-42.

Rosenau, J. N. (1968). Comparative foreign policy: fad, fantasy, or field?. International Studies Quarterly, 12(3), 296-329.

Saboia, G. V. (1993). O Brasil e o sistema internacional dos direitos humanos. Textos do Brasil, Edição Especial, 2(6).

Saint-Clair, C. (2018). Bolsonaro: o homem que peitou o exército e desafia a democracia. Editora Máquina de Livros.

Salles, H. K. D., & Dellagnelo, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. Organizações & Sociedade, 26, 414-434.

Santos, L. C. V. G. (2014). A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. Fundação Alexandre de Gusmão.

Saraiva, K., & Zago, L. F. (2021). Economia, saúde e políticas do verdadeiro nas declarações de Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. Ámbitos: revista internacional de comunicación, 52, 124-139.

Sardenberg, R. M. (1995). O Brasil e as Nações Unidas. Estudos Avançados, 9, 119-128.

Sardenberg, R. M. (2013). *O Brasil e as Nações Unidas*. Fundação Alexandre de Gusmão.

Saviani Filho, H. (2013). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade.

Sayward, A. L. (2017). The United Nations in international history.

Scantimburgo, A. (2018). O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, 52.

Schaffner, C. (1996). Political speeches and discourse analysis. Current issues in language & society, 3(3), 201-204.

Scherzinger, J. (2023). 'Acting under Chapter 7': rhetorical entrapment, rhetorical hollowing, and the authorization of force in the UN security council, 1995–2017. International Relations, 37(1), 3-24.

Senado Federal do Brasil. (2021). CPI da Pandemia. https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441

Severo, L. W. (2012). Desdobramentos da entrada da Venezuela no Mercosul. Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras-ISSN: 2237-6976, 2(1).

Shabani, M., & Habibzadeh, S. M. (2021). Critical discourse analysis of speeches of previous presidents of Islamic Republic of Iran at the United Nations General Assembly. Language Related Research, 12(4), 405-437.

Shimmel, N. (2006). Welcome to Europe, but please stay out: Freedom of movement and the May 2004 expansion of the European Union. Berkeley J. Int'l L., 24, 760.

Sikkink, K. (1993). Human rights, principled issue-networks, and sovereignty in Latin America. *International organization*, *47*(3), 411-441.

Silva, J. F. G., Del Grossi, M. E., & de França, C. G. (2010). Fome Zero: a experiência brasileira (Vol. 12). Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Silva, J. L. F. W. (1990). As duas faces da moeda: a política externa do Brasil monárquico (1831-1876) (Vol. 23). Universidade Aberta.

Silva, Luiz Inácio Lula da. (2003). Discurso de tomada de posse de Lula da Silva, 1 de Janeiro de 2003. Retirado de http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view

Silva, M. G., & Senhoras, E. M. (2022). *Governo Bolsonaro: ideologia, política e luta de classes*. Editora IOLE.

Smith, S., Hadfield, A., & Dunne, T. (Eds.). (2016). Foreign policy: theories, actors, cases. Oxford University Press.

Souza, D. L. D. (2017). Política externa brasileira na era Lula (2003-2011).

Spektor, M. (2019). Diplomacia da ruptura. Democracia em risco, 22, 324-338.

Sprout, H., & Sprout, M. (1957). Environmental factors in the study of international politics. Conflict Resolution, 1(4), 309-328.

Stiglitz, J., & Bilmes, L. (2008). The true cost of the Iraq War.

Stohl, M., Carleton, D., Lopez, G., & Samuels, S. (1986). State violation of human rights: Issues and problems of measurement. *Hum. Rts. Q.*, *8*, 592.

Tarouco, G. (2022). Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil. Estudos Avançados, 36, 133-133.

The Guardian. (2011, September 22). Mahmoud Ahmadinejad attacks US at United Nations. Retrieved from https://www.theguardian.com/world/2011/sep/22/mahmoud-ahmadinejad-united-nations-speech

Toledo, C. N. (2008). Partido dos trabalhadores & governo lula: a regressão da luta ideológica.

Trespach, R. (2021). A Revolução de 1930: o conflito que mudou o Brasil. HARLEQUIN.

Trindade, A. A. C. (2000). A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil, 1948-1997: as primeiras cinco décadas. Ed. Universidade de Brasília.

United Nations (2022). Rules of Procedure of the General Assembly. UN. Recuperado de https://www.un.org/en/ga/about/ropga/pdf/A_520_Rev.20.pdf#page=28

United Nations (2023). General debate. UN. Recuperado de https://gadebate.un.org/en/faq

United Nations. (2023). Who is the first speaker in the annual general debate of the General Assembly?. UN. Recuperado de https://ask.un.org/faq/14451
UNRIC (2023). Missão da ONU. UNRIC. Recuperado de https://unric.org/pt/missao-da-onu/

UNRIC (2023). Órgãos da ONU. UNRIC. Recuperado de https://unric.org/pt/orgaos-da-onu/

Valença, M. M., & Carvalho, G. (2014). Soft power, hard aspirations: the shifting role of power in Brazilian foreign policy. *Brazilian Political Science Review, 8,* 66-94.

Vazquez, D. A., & Schlegel, R. (2022). Covid-19, Fundeb e o populismo do governo Bolsonaro nas relações federativas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, e255785.

Vettorassi, A., de Oliveira, D. D., & de Freitas Benevides, R. (2020). Direitos Humanos no Brasil: os ataques às humanidades no governo Bolsonaro. Humanidades & Inovação, 7(20), 400-417.

Vigevani, T., & Cepaluni, G. (2007). A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto internacional*, *29*, 273-335.

Vigevani, T., & Cepaluni, G. (2016). A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula. SciELO-Editora UNESP.

Vigevani, T., Oliveira, M. F. D., & Cintra, R. (2003). Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. Tempo social, 15, 31-61.

Vincent, R. J. (1986). Human rights and international relations. Cambridge University Press.

Whelan, D. J. (2015). Indivisible Human Rights and the End (s) of the State. In Human Rights Protection in Global Politics: Responsibilities of States and Non-State Actors (pp. 69-89). London: Palgrave Macmillan UK.

Whitehead, L. (2002). Democratization: Theory and experience. OUP Oxford.

Whitehead, L. (Ed.). (2001). The international dimensions of democratization: Europe and the Americas. Oup Oxford.

Wood, M., Corbett, J., & Flinders, M. (2016). Just like us: Everyday celebrity politicians and the pursuit of popularity in an age of anti-politics. The British journal of politics and international relations, 18(3), 581-598.

Zanetti, V., & Lalli, R. (2021). O Brasil de Bolsonaro. Cadernos de estudos culturais, 2(26), 191-210.

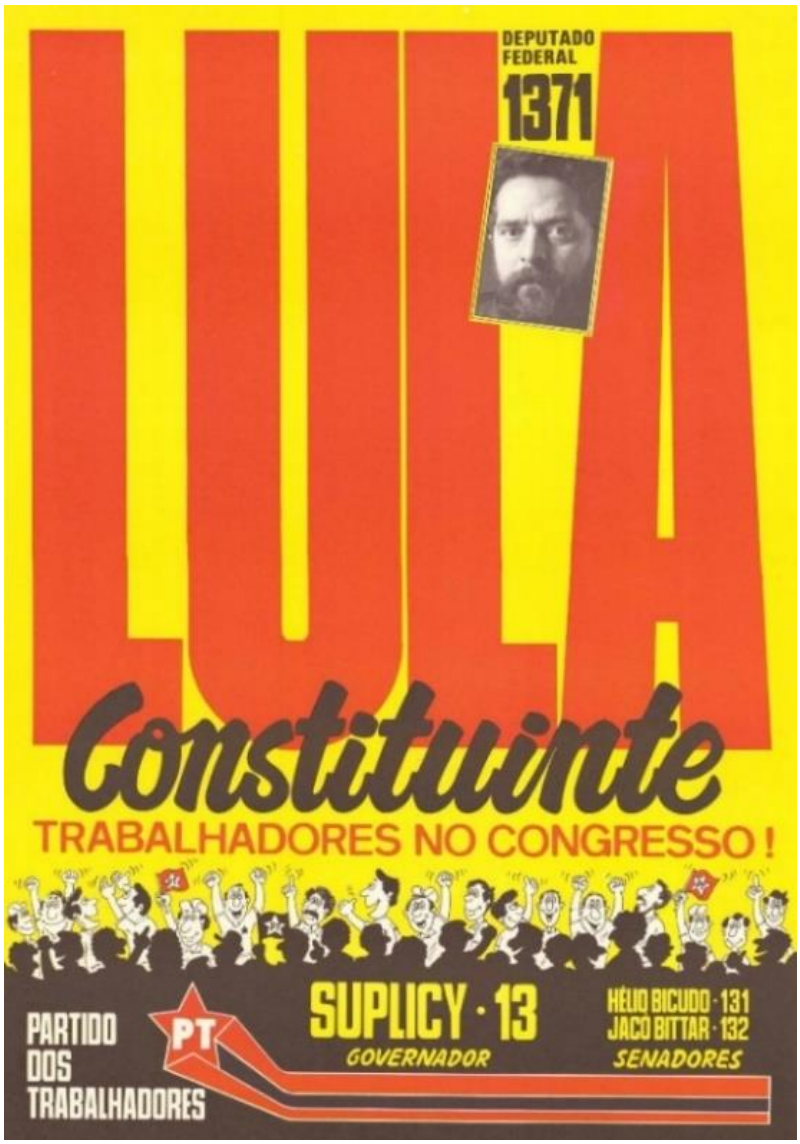
Zilla, C. (2017). *Brazil's foreign policy under Lula* (No. RP 2/2017). SWP Research Paper.

ANEXOS

Anexo A. Cartazes das campanhas eleitorais de Lula

Figura 1

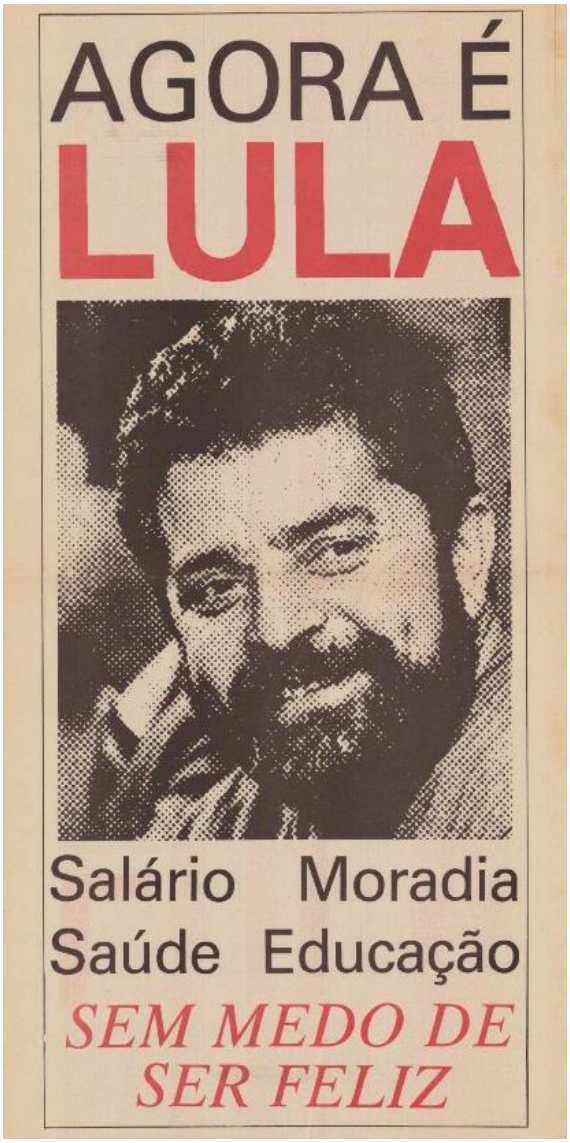
Cartaz da Campanha Eleitoral de Lula para Deputado Federal em 1986



Nota. Imagem retirada do Fundo PT/DN. Acervo CSBH/FBA. Fundação Perseu Abramo. Fonte: https://fpabramo.org.br/pt43anos/rl_gallery/painel09/

Figura 2

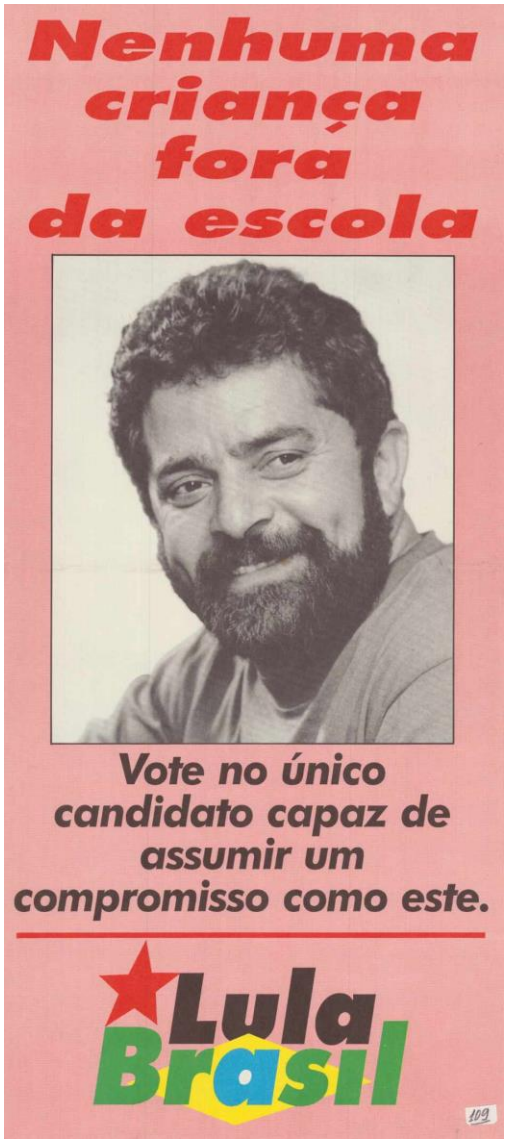
Cartaz da Campanha Eleitoral de Lula em 1989



Nota. Imagem retirada do Acervo Centro Sergio Buarque de Holanda de Documentação e História Política, Fundação Perseu Abramo. Fonte: https://fpabramo.org.br.

Figura 3

Cartaz da Campanha Eleitoral de Lula, em 1994



Nota. Imagem retirada do Acervo Centro Sergio Buarque de Holanda de Documentação e História Política, Fundação Perseu Abramo. Fonte: https://fpabramo.org.br.

Figura 4

Cartaz da Campanha Eleitoral de Lula, em 1994

Nota. Imagem retirada do Centro de Documentação e Memória da UNESP. Fonte: https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/593/posse-de-lula-representa-derrota-da-extrema-direita-mundial/

Figura 5

Cartaz da Campanha Eleitoral de Lula, em 1998

Nota. Imagem retirada do Acervo Centro Sergio Buarque de Holanda de Documentação e História Política, Fundação Perseu Abramo. Fonte: https://fpabramo.org.br.

Anexo B. Word Clouds dos discursos feitos por Lula na AGNU

Figura 6

Word Cloud do discurso de Lula em 2003

Nota. Elaborado no Python com base no discurso apresentado

Figura 7

Word Cloud do discurso de Lula em 2004

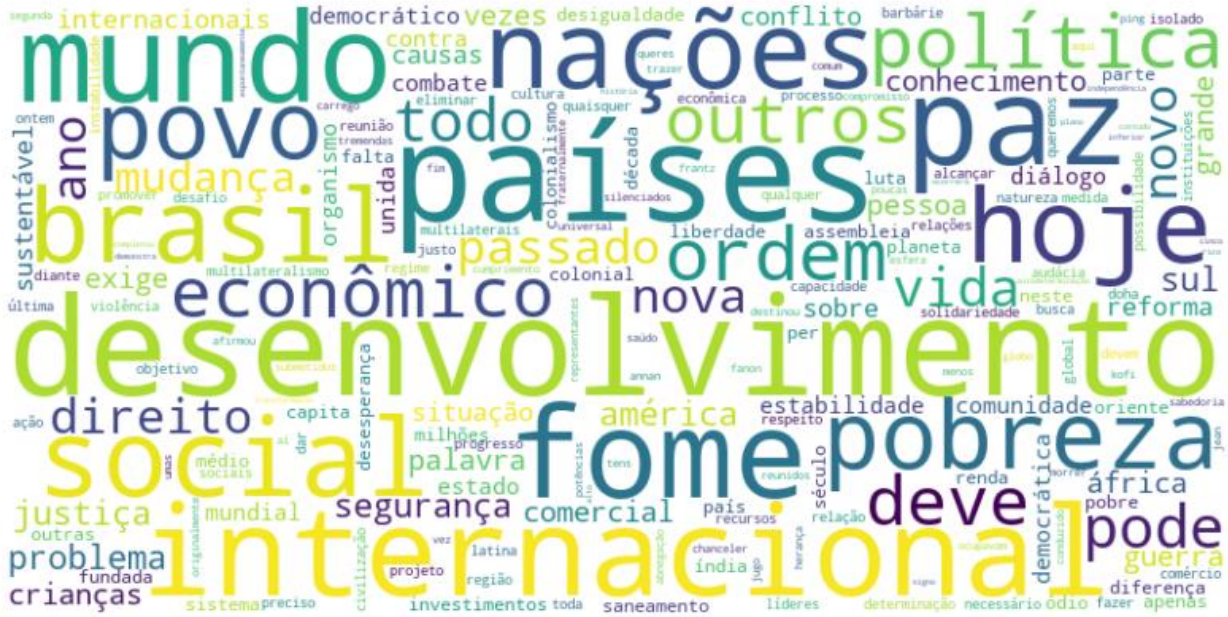

mundo
nações
política
povo
países
paz
brasil
hoje
desenvolvimento
econômico
fome
pobreza
social
internacional
direito
pode
deve
justiça
segurança
problema
crianças
democrático
internacionais
vezes
desigualdade
conflito
causas
combate
todo
outros
conhecimento
mudança
ano
passado
ordem
vida
nova
sul
reforma
américa
situação
comercial
estado
palavra
África
guerra
democrática
diferença
sustentável
exige
organismo
unida
colonialismo
década
pessoa
diálogo
novo
grande
liberdade
assembleia
sobre
colonial
estabilidade
comunidade
oriente
mundial
pobre
renda
recursos
país
índia
projeto
região
investimentos
saneamento
sistema
preciso
necessário
ódio
fazer
apenas
líderes
determinação
toda
outras
fundada
objetivo
desesperança
milhões
progresso
século
respeito
capacidade
solidariedade
busca
neste
natureza
medida
relações
planeta
qualquer
luta
alcançar
parte
processo
econômica
cultura
eliminar
quaisquer
reunião
falta
barbárie
isolado
contra
instituições
queremos
possibilidade
independência
comércio
última
violência
diante
multilateralismo
regime
justo
multilaterais
desafio
promover
ontem
trazer
queres
conuas
ping
segundo
global
sabedoria
jean
annan
fanon
saúde
per
dever
menos
sofi
ação
capita
médio
sociais
unas
dar
tens
potências
reunidos
correr
pobre
relação
chanceler
índia
latina
vez
civilização
herança
abrangência
consulado
comércio
diferença
apenas
ódio
fazer
necessário
determinação
líderes
saneamento
investimentos
toda
preciso
sistema
crianças
problema
fundada
outras
justiça
segurança
comercial
estado
palavra
milhões
progresso
situação
américa
estabilidade
comunidade
oriente
democrática
África
renda
pobre
recursos
país
índia
projeto
região
investimentos
saneamento
líderes
determinação
necessário
ódio
fazer
apenas
diferença
comércio
guerra
pode
deve
sul
reforma
sobre
vida
nova
ordem
passado
hoje
paz
países
povo
mundo
nações
política
conhecimento
parte
novo
grande
diálogo
pessoa
luta
alcançar
natureza
medida
relações
planeta
qualquer
liberdade
assembleia
sobre
colonial

Figura 8

Word Cloud do discurso de Celso Amorim em 2005

Nota. Elaborado no Python com base no discurso apresentado

Figura 9

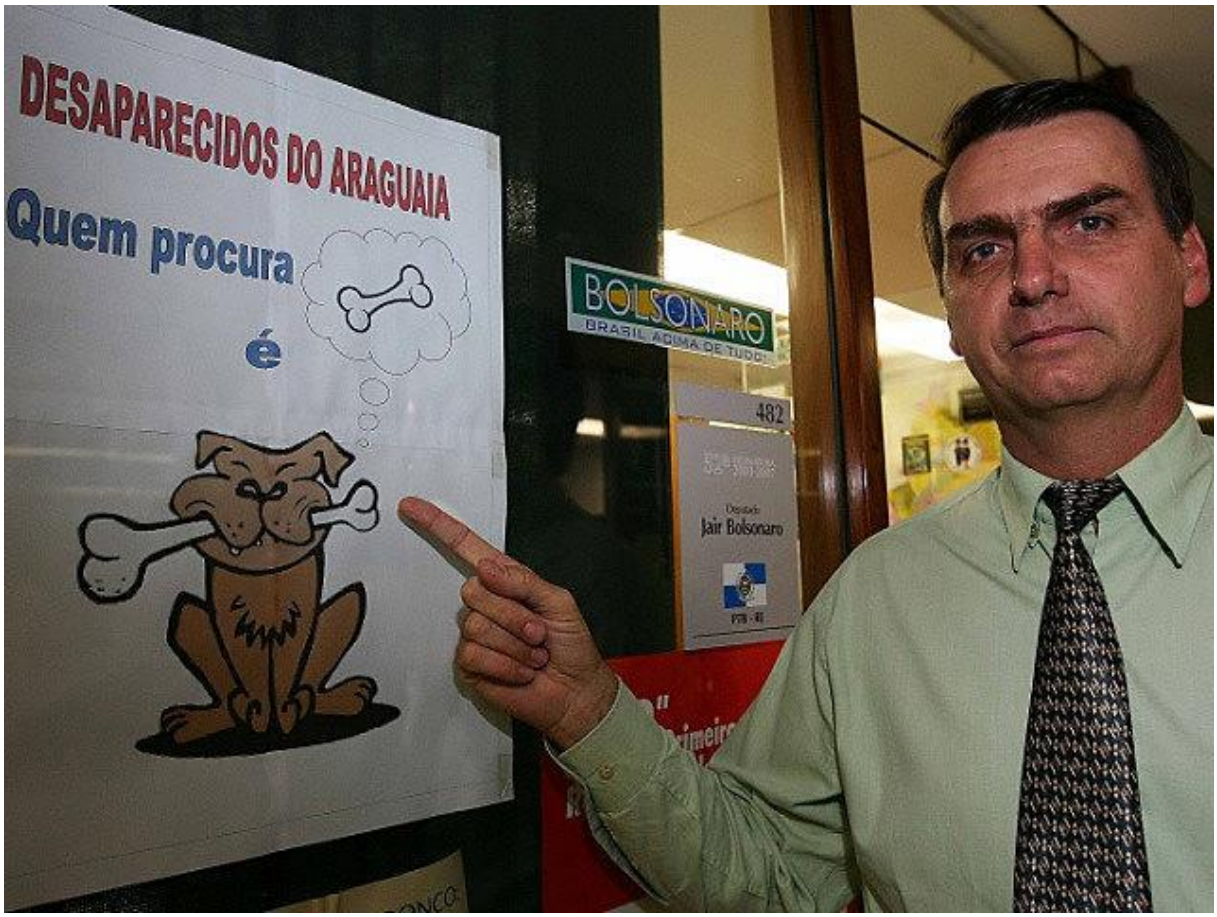
Word Cloud do discurso de Lula em 2006

Nota. Elaborado no Python com base no discurso apresentado

Anexo C. Figuras referenciadas no capítulo 4

Figura 10

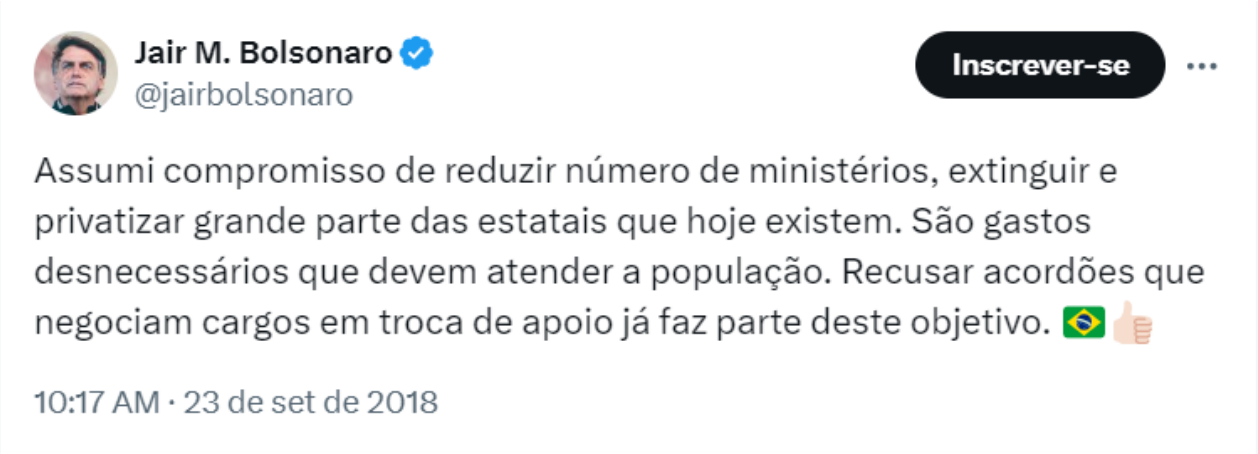
Bolsonaro enquanto deputado federal ao lado de cartaz fixado na porta do seu gabinete



Nota. Retirada do site Brasil de Fato. Fonte: https://www.brasildefato.com.br/2019/04/22/bolsonaro-encerra-grupos-responsaveis-por-identificar-ossadas-de-vitimas-da-ditadura

Figura 11

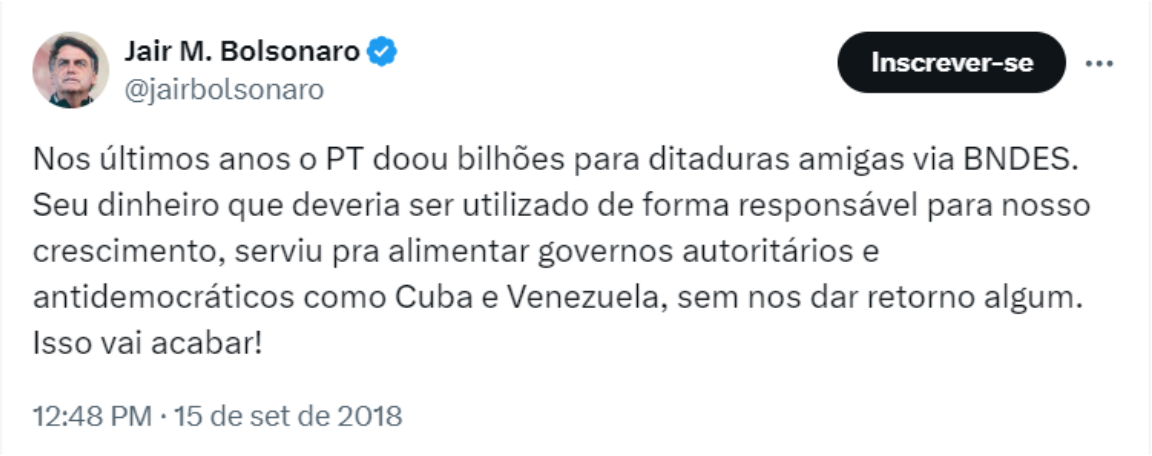
Publicação feita por Bolsonaro em sua conta oficial no Twitter em setembro de 2018



Nota. Postagem integral acessada em: https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1043791441733062656

Figura 12

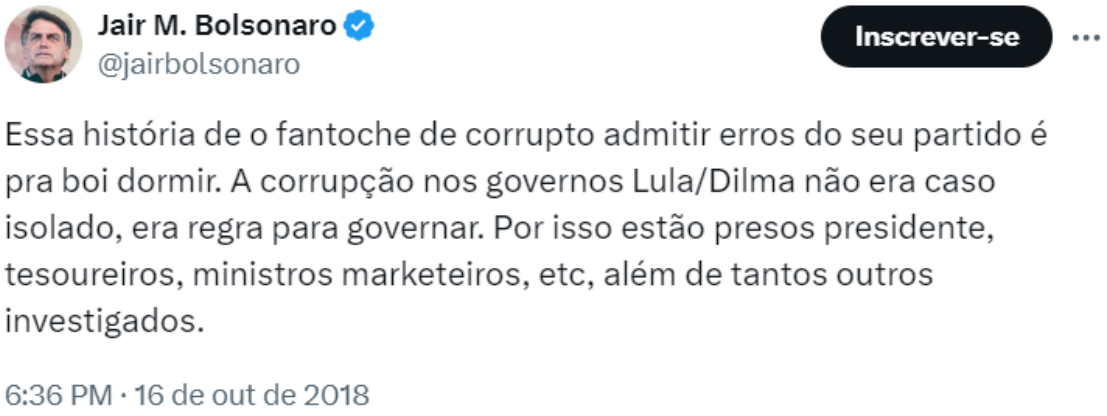
Publicação feita por Bolsonaro em sua conta oficial no Twitter em setembro de 2018



Nota. Postagem integral acessada em: https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1040930442243960832

Figura 13

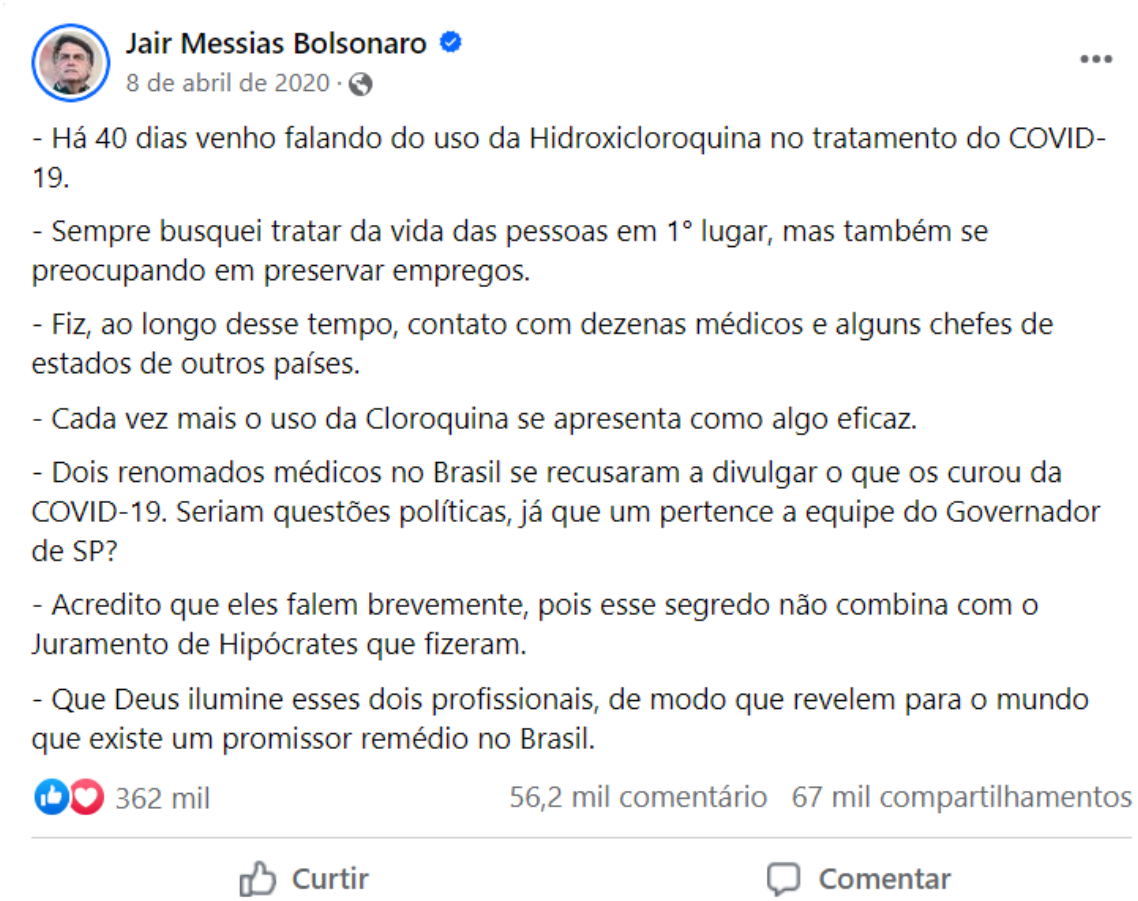
Publicação feita por Bolsonaro em sua conta oficial no Twitter em outubro de 2018



Nota. Postagem integral acessada em: https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1052251920243380224

Figura 14

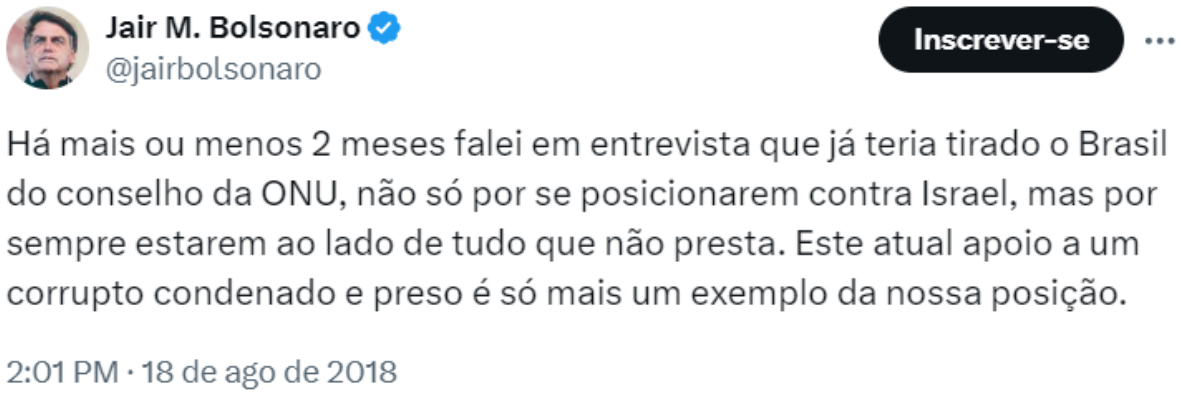
Publicação feita por Bolsonaro em sua conta oficial no Facebook em abril de 2020



Nota. Postagem integral acessada em: https://pt-br.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1855353601280284/

Figura 15

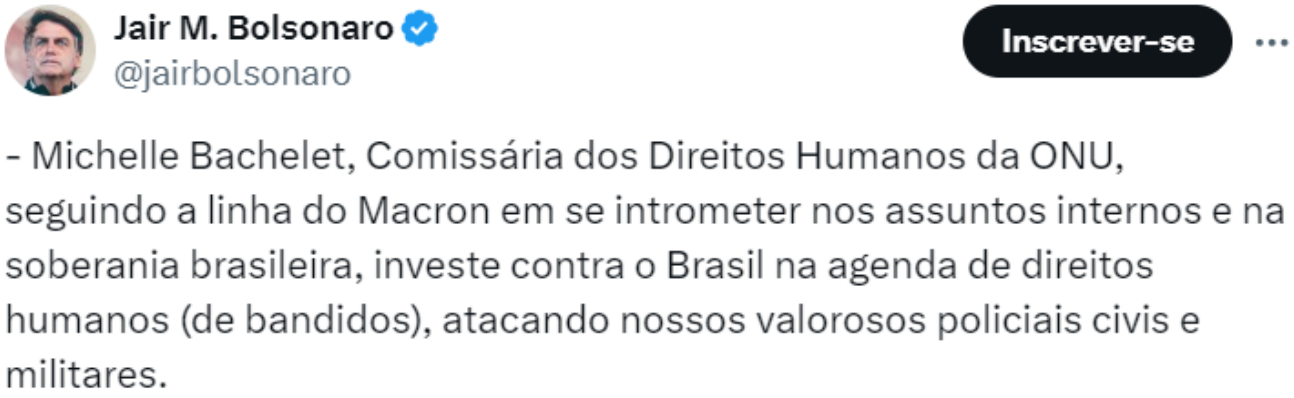
Publicação feita por Bolsonaro em sua conta oficial no Twitter em agosto de 2018



Nota. Postagem integral acessada em: https://x.com/jairbolsonaro/status/1030801797064151041

Figura 16

Publicação feita por Bolsonaro em sua conta oficial no Twitter em setembro de 2019



Nota. Postagem integral acessada em: https://x.com/jairbolsonaro/status/1169228495207243776

Anexo D. Word Clouds dos discursos feitos por Bolsonaro na AGNU

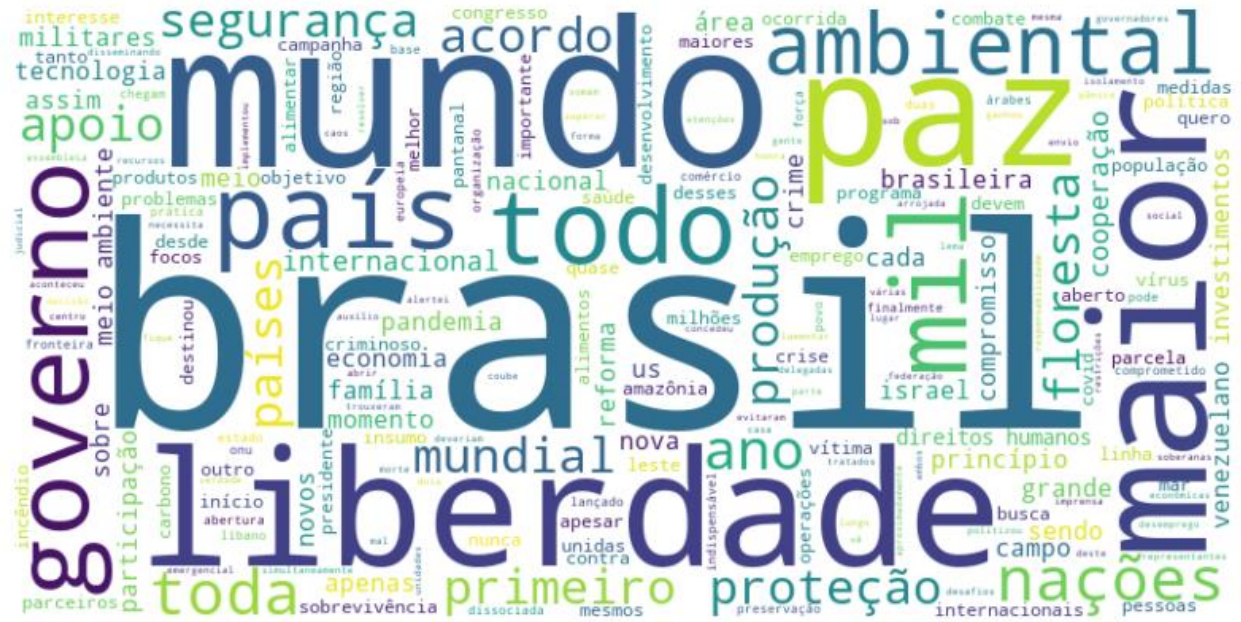
Figura 17

Word Cloud do discurso de Bolsonaro em 2019

Nota. Elaborado no Python com base no discurso apresentado

Figura 18

Word Cloud do discurso de Bolsonaro em 2020



Nota. Elaborado no Python com base no discurso apresentado

Figura 19

Word Cloud do discurso de Bolsonaro em 2021

Nota. Elaborado no Python com base no discurso apresentado

Figura 20

Word Cloud do discurso de Bolsonaro em 2022

Nota. Elaborado no Python com base no discurso apresentado